Ruy Braga

# A política do precariado

## do populismo à hegemonia lulista



Boitempo Editorial

**Sobre** A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista
*Peter Evans*

No novo milênio, a classe trabalhadora brasileira transformou-se em um respeitável ator global, estimulando novos esforços investigativos para compreender sua atual dinâmica histórica e política. Com este magnificamente ambicioso livro, Ruy Braga não apenas responde ao desafio, como também inaugura um capítulo na longa linhagem da sociologia do trabalho no Brasil.

Debate teórico, análise histórica e observação etnográfica estão muito bem entrelaçados. No tocante à teoria, Braga engaja-se na rica tradição de pensar a natureza da classe trabalhadora no país, partindo de clássicos do século XX, como os trabalhos de Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues e Luiz Pereira, e chegando a perspectivas contemporâneas, como as de André Singer e Jessé Souza. Ao mesmo tempo, desafia alguns recentes teóricos europeus da precariedade, como Robert Castel e Guy Standing, argumentando que o atual "precariado" não resulta simplesmente das aberrações políticas do neoliberalismo, mas é parte fundamental da própria dinâmica econômica e política da modernidade capitalista.

Esses debates teóricos encontram-se justapostos a uma análise histórica da surpreendente evolução do papel político do "proletariado precarizado" brasileiro: da aparente passividade daqueles que, em meados do século passado, migraram para os novos centros industriais, passando pela explosiva insurgência que confrontou a ditadura militar e ajudou a reconduzir o país à democracia, até a base política para o sucesso eleitoral do Partido dos Trabalhadores de Lula, no século XXI.

A etnografia complementa a teoria e a história. Assim, a exaustiva pesquisa de Braga acerca dos "teleoperadores" paulistanos, destacado grupo de trabalhadores precarizados que tem ajudado o país a tornar-se uma "nova potência emergente", permitiu-lhe iluminar a curiosa combinação de apoio eleitoral ao status quo distributivista com contínuas erupções de oposição às opressivas condições de trabalho e à marginalização econômica que o sucesso da atual dominância financeira continua a impor aos trabalhadores.

A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista é uma conquista intelectual vibrante que deve provocar vívidos debates a respeito do papel, presente e futuro, da classe trabalhadora no país. Contudo, o impacto deste livro não deve se limitar apenas ao Brasil, pois se trata de um

modelo para os estudiosos do mundo todo que buscam compreender a evolução dos desafios econômicos e as respostas políticas dos trabalhadores em seus próprios países. Na realidade, esta obra deveria ser encarada como uma contribuição fundamental para a construção de um entendimento mais apurado sobre a classe trabalhadora global.

**Ruy Braga** é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e ex-diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP (Cenedic). É autor de A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial (Xamã, 2003) e um dos organizadores de Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira (Boitempo, 2010).

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

## Departamento de Sociologia – Pós-Graduação

## Obras Coeditadas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP

Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi, *A realidade Social das Religiões no Brasil*. Hucitec, 1996.
Brasílio João Sallum Jr., *Labirintos: dos Generais à Nova República*. Hucitec, 1996.
Reginaldo Prandi, *Herdeiras do Axé*. Hucitec, 1996.
Irene Cardoso e Paulo Silveira (orgs.), *Utopia e Mal-estar na Cultura: Perspectivas Psicanalíticas*. Hucitec, 1997.
Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, *Um Sonho de Classe*. Hucitec, 1998.
Antônio Flávio Pierucci, *Ciladas da Diferença*. Editora 34, 2ª ed. 1999.
Mário Antônio Eufrásio, *Estrutura Urbana e Ecologia Humana*. Editora 34, 1999.
Leopoldo Waizbort, *As Aventuras de Georg Simmel*. Editora 34, 2000.
Irene Cardoso, *Para uma Crítica do Presente*. Editora 34, 2001.
Vera da Silva Telles, *Pobreza e Cidadania*. Editora 34, 2001.
Paulo Menezes, *À Meia-Luz – Cinema e sexualidade nos anos 70*. Editora 34, 2001.
Sylvia G. Garcia, *Destino Ímpar – Sobre a formação de Florestan Fernandes*. Editora 34, 2002.
Antônio Flávio Pierucci, *O Desencantamento do Mundo*. Editora 34, 2ª ed. 2003.
Nadya Araújo Guimarães, *Caminhos Cruzados*. Editora 34, 2004.
Leonardo Mello e Silva, *Trabalho em Grupo e Sociabilidade Privada*. Editora 34, 2004.
Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, *Preconceito e Discriminação*. Editora 34, 2004.
Vera da Silva Telles e Robert Cabanes (orgs.), *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios*. Humanitas, 2006.
Glauco Arbix, *Inovar ou Inovar. A indústria brasileira na indústria de alta tecnologia*. Papagaio, 2007.
Idenilza M. Miranda, *O vôo da Embraer. A competitividade brasileira na indústria de alta tecnologia*. Papagaio, 2007.
Fernando Pinheiro, Maria Helena Augusto, Raquel Weiss, Alexandre Massella. *Durkheim – 150 Anos*. Argvmentvm Editora, 2008.
Eva Alterman Blay, *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. Editora 34, 2008.
Nadya Araújo Guimarães, *Desemprego, uma construção social. São Paulo, Paris e Tóquio*. Argvmentvm Editora, 2009.
Vera da Silva Telles, *A Cidade nas Fronteiras do Legal e Ilegal*. Argvmentvm, 2010.
Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, Patricia Alejandra Collado, organizadoras. *Trabalho e Sindicalismo no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Hucitec: PPGS/USP; Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2012.
Cristian Azaïz, Gabriel Kessler, Vera da Silva Telles, organizadores. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia – USP, 2012.

## Obras Apoiadas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP

Fraya Frehse, *Ô da Rua! O Transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo*. Edusp, 2011.
Ruy Braga e Michael Burawoy, *Por uma Sociologia Pública*. Alameda, 2009.

Ruy Braga

# A POLÍTICA DO PRECARIADO

## do populismo à hegemonia lulista

FFLCH - USP
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

CAPES

BOITEMPO
EDITORIAL

*Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante.*

Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*, 1940

*Para meu pai*
*e minhas filhas, Nina e Bia.*

# SUMÁRIO


Capa

Sobre o livro

Sobre o autor

Epígrafe

Dedicatória

Prefácio | Michael Löwy

Memorabilia

Parte I: A formação do avesso

1 - O espectro do povo

- A sociologia da modernização encontra a classe operária
- Os sindicatos no fordismo periférico
- O populismo e o precariado migrante
- Entre o arcaico e o moderno: uma etnografia do precariado
- Arqueologia operária: o avesso do populismo
- Da miragem fordista à política do precariado
- Considerações finais
- A sociologia da modernização encontra a classe operária
- Os sindicatos no fordismo periférico
- O populismo e o precariado migrante
- Entre o arcaico e o moderno: uma etnografia do precariado
- Arqueologia operária: o avesso do populismo
- Da miragem fordista à política do precariado
- Considerações finais
- Caderno de Fotos
- 2 - O fatalismo dos fracos
- Sociologia do trabalho aplicada: os limites do sindicalismo burocrático
- Sociologia pública do trabalho: rumo à independência operária
- A hegemonia precária no fordismo periférico
- Do populismo à inquietação social (e vice-versa)
- Sociologia crítica do trabalho: a inquietude como desalienação
- Por uma sociologia da inquietação operária
- Considerações finais
- Sociologia do trabalho aplicada: os limites do sindicalismo burocrático
- Sociologia pública do trabalho: rumo à independência operária
- A hegemonia precária no fordismo periférico
- Do populismo à inquietação social (e vice-versa)
- Sociologia crítica do trabalho: a inquietude como desalienação
- Por uma sociologia da inquietação operária
- Considerações finais

Parte II: A transformação do avesso

3 - O sorriso dos explorados
- Trabalho e política em São Bernardo
- O regime fabril despótico e o precariado metalúrgico
- Peões 1: Da consciência contingente à consciência necessária
- Peões 2: Da burocracia sindical à vanguarda metalúrgica
- Peões 3: Da rebeldia das bases ao ciclo das greves
- Hegemonia precária: de volta ao poder burocrático?
- Considerações finais
- Trabalho e política em São Bernardo
- O regime fabril despótico e o precariado metalúrgico
- Peões 1: Da consciência contingente à consciência necessária
- Peões 2: Da burocracia sindical à vanguarda metalúrgica
- Peões 3: Da rebeldia das bases ao ciclo das greves
- Hegemonia precária: de volta ao poder burocrático?
- Considerações finais

4 - A angústia dos subalternos
- O pós-fordismo e a empresa neoliberal
- Um precariado pós-fordista e periférico
- Inquietação e consentimento na indústria de call center
- O sindicalismo no setor de telemarketing
- Hegemonia lulista: entre a inquietação social e a vontade ativa
- Teleoperadores: o avesso do avesso
- Considerações finais
- O pós-fordismo e a empresa neoliberal
- Um precariado pós-fordista e periférico
- Inquietação e consentimento na indústria de call center
- O sindicalismo no setor de telemarketing
- Hegemonia lulista: entre a inquietação social e a vontade ativa
- Teleoperadores: o avesso do avesso
- Considerações finais

“Let’s play that?”

Intervenções
- O Brasil de Lula e o fatalismo dos fracos
- Jirau: o avesso do milagre
- O Twitter e as ruas
- O espírito de Madison
- O continente que brincava com fogo
- Camponeses pobres na república dos ricos
- Precários e periféricos
- A maconha e a revolução democrática
- Marx está de volta
- A rebelião do “precariado” europeu
- Inferno precário
- Grécia: o elo mais frágil

Bibliografia

Coleção Mundo do Trabalho

Créditos

E-books da Boitempo Editorial

# PREFÁCIO

*Michael Löwy*

Por que tantos trabalhos acadêmicos de sociologia são *chatos?* Uso a palavra "chato" em seus dois sentidos: "aborrecido" e "achatado", isto é, superficial, sem profundidade. A resposta é simples: eles são *conformistas*, positivistas, sem força crítica e sem radicalidade. Felizmente, existem pesquisas que vão exatamente no sentido contrário. É o caso deste belo trabalho de Ruy Braga, obra eminentemente *radical, crítica e subversiva*, inspirada por um compromisso irredutível com a causa do "precariado", sua autoatividade e sua luta emancipadora. Como observa nosso autor, a objetividade científica não significa de forma alguma uma neutralidade moral ou política! Utilizando os instrumentos teóricos do marxismo e da sociologia pública (M. Burawoy), e examinando criticamente os resultados da sociologia do trabalho brasileira, ele nos propõe uma leitura inovadora da história social do Brasil, do populismo fordista ao lulismo hegemônico atual, tendo como vetor analítico a "política do precariado". Ficou faltando o período anterior a 1930, quando o anarcossindicalismo tentou, com certo sucesso, organizar o precariado – muitas vezes composto de imigrantes europeus – com uma orientação classista consequente. Mas a escolha de começar a pesquisa com o populismo varguista é perfeitamente legítima.

Que tipo de marxismo está configurado nesta pesquisa? Ruy e seu amigo Alvaro Bianchi propõem como tarefa explicar Gramsci aos trotskistas e Trotski aos gramscianos. Este livro demonstra que um marxismo *trotsko-gramsciano* pode ser uma síntese coerente e altamente produtiva.

Ruy define o "precariado" como *proletariado precarizado*: uma definição, a meu ver, bem preferível ao conceito de "superpopulação relativa" de Marx; ela tem a vantagem de situar o grupo como parte integrante da classe trabalhadora, no coração do modo de produção capitalista, enfatizando a precariedade como dimensão intrínseca do processo de mercantilização do trabalho. Sua análise procura dar conta tanto dos processos econômicos estruturais – o fordismo periférico, sua crise, a passagem ao pós-fordismo financeirizado – como da dimensão *subjetiva* do proletariado precarizado: a

angústia dos subalternos, a inquietação operária, a pulsão plebeia ou classista dos explorados. Essa atenção à *subjetividade* proletária, particularmente desenvolvida no capítulo sobre os teleoperadores da indústria do *call center* – recente forma do precariado – é uma das contribuições mais interessantes e originais do livro.

O conceito gramsciano de fordismo me parece muito útil, mas com a condição de evitar sua idealização, como tendem a fazer vários autores europeus. Para não cair nesse erro, basta levar em conta que o fascismo (italiano ou alemão) era, em última instância, uma variante totalitária do fordismo. Não é por acaso que o próprio Henry Ford, através de seu livro *O judeu internacional*[1] foi um dos inspiradores do discurso nazista; suas simpatias pelo Terceiro Reich, dos anos 1930, eram conhecidas, e fizeram-no receber, em 1938, pouco depois de Benito Mussolini, a Grande Cruz da Águia Alemã, distinção criada em 1937 para recompensar os amigos do nazismo. Isso também causa implicações para o fordismo periférico no Brasil: não que o Estado Novo de Getúlio fosse fascista – erro cometido por parte da esquerda anti-stalinista – mas encontramos, sem dúvida, rasgos fascistas no comportamento da polícia de Felinto Müller, nos métodos de propaganda do DIP e na subordinação dos sindicatos ao Estado e à CLT.

Como definir, em relação ao período populista, a nova etapa de organização do precariado que representa a hegemonia lulista? Desenvolvida em um constante diálogo com Chico de Oliveira e André Singer, a análise que nos propõe Ruy Braga a respeito do lulismo e de sua evolução – desde as grandes greves de 1978, que não só vão reconfigurar o movimento sindical, mas também acelerar o colapso da ditadura militar até o transformismo do período governamental – é polêmica e instigante. Acho muito convincente a hipótese de que o lulismo se caracteriza como *superação dialética* – no sentido da *Aufhebung* hegeliana: *nega, conserva,* e *eleva* a um patamar superior – do populismo brasileiro.

Sem desmerecer a segunda parte deste livro, confesso que meu interesse se dirigiu sobretudo para a primeira, em particular no que concerne os anos 1950, pela simples razão de que acompanhei o processo de perto, tanto como aluno e amigo de Aziz Simão, um dos pioneiros dos estudos sobre a classe operária no Brasil, quanto como colaborador no Dieese de Albertino Rodrigues, e, *last but not least*, como delegado da União Estadual dos Estudantes junto ao Pacto Intersindical. E nesse contexto que tive a ocasião de lever a cabo, com o acordo do Dieese, uma enquete sobre a consciência

de classe de militantes sindicais, a partir de um questionário distribuído aos delegados do Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de 1960. Uma primeira versão deste trabalho (em colaboração com Sara Chucid) foi publicada com o título “Opiniões e atitudes de dirigentes sindicais metalúrgicos”[2]. Uma segunda versão, mais ambiciosa do ponto de vista teórico, apareceu como “Structure de la conscience de classe ouvrière au Brésil”[3]. As conclusões desta pesquisa são bastante diferentes – na medida em que apontam para uma consciência de classe politizada – da enquete sobre a consciência sindical levada adiante mais ou menos na mesma época por Leoncio Martins Rodrigues – e examinada, com pertinência, por Ruy Braga.

Aprendi muito lendo este belo ensaio de sociologia pública que inova ao reexaminar a história dos trabalhadores brasileiros e de suas lutas no curso do século XX a partir do ponto de vista do proletariado precarizado. Ele cumpre perfeitamente o objetivo definido pela citação de Walter Benjamin, em destaque na abertura do livro: salvar a tradição dos oprimidos, impedindo que se transforme em instrumento da classe dominante.

Paris, agosto de 2012

# *MEMORABILIA*

> Ciência e ideologia não se separam, embora quando necessário caminhem independentemente uma da outra. Por vezes, homens humildes e incultos, que "sofrem a história", completam os contornos de uma aprendizagem abstrata e põem-nos diante das melhores aproximações sociológicas da verdade. Outras vezes, são os que têm as rédeas do poder e que pensam "fazer história" que nos fornecem as pistas para dolorosas reduções ao absurdo, também cheias de ensinamentos.
>
> Florestan Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, 1973

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico europeu associado à institucionalização de direitos sociais pareceu eliminar a insegurança da relação salarial. Ainda que boa parte do trabalho intermitente e sub-remunerado continuasse sendo atribuída a jovens imigrantes, a combinação da proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas, ou seja, a promessa da cidadania salarial, transformou-se em um poderoso amortecedor da luta de classes. Ao longo dos "trinta anos gloriosos" do capitalismo (1945-1973), o crescimento do "salariado", isto é, da classe de trabalhadores assalariados cuja reprodução é regulada pelos direitos da cidadania, ao menos apontava para o horizonte da superação da condição proletária por meio do planejamento estatal[4]. Para alguns, a transformação do proletariado em salariado teria representado mesmo o fim da luta de classes e sua substituição pelas lutas de classificação[5].

No entanto, a atual encruzilhada europeia não apenas quebrou a promessa, como trouxe de volta o temido espectro: os ajustes baseados na eliminação de direitos e cortes orçamentários impostos pela "Troika", isto é, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, às economias mais castigadas pela crise econômica, primeiro a Grécia, seguida de perto por Portugal, Espanha e Itália, recolocaram a insegurança no coração da relação salarial. Além do mais, a crescente deterioração da proteção aos assalariados acusou a incômoda presença de uma fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica: o "precariado"[6]. Se, no início dos anos 1990, essa noção popularizou-se entre sociólogos franceses a fim de

descrever trabalhadores temporários, seu conteúdo político foi revelado apenas mais tarde[7].

Confrontado com o progressivo desmanche da relação salarial "fordista", o aumento do desemprego e o avanço eleitoral de movimentos filofascistas, Robert Castel acionou o aviso de incêndio: como um trauma recalcado por décadas de negociações coletivas e de planejamento estatal, a insegurança social retornava na forma do pesadelo autoritário: o ressentimento social semeado entre os trabalhadores precarizados seria o responsável pelo recrudescimento do ódio racial na França[8]. O mesmo alerta ressoou na sociologia anglo-saxã. Para Standing, por exemplo:

> "[...] Muitos irão se sentir atraídos por políticos populistas e mensagens neofascistas, um desenvolvimento já claramente visível na Europa, nos Estados Unidos e em outras partes. Eis por que o precariado é a classe perigosa.[9]

O esgarçamento crescente dos vínculos estabelecidos por empresas e Estados com certos grupos sociais teria colocado para fora do salariado cerca de um quarto da população adulta: excluído da cidadania fordista e a meio caminho entre a sedução autoritária e o resgate pelas políticas públicas, o precariado alcançou o centro da agenda política europeia. Além do diagnóstico político, Castel e Standing compartilham a mesma compreensão sociológica segundo a qual a precariedade corresponderia a uma condição exterior à relação salarial. Em outras palavras, se não fosse pelo neoliberalismo e pela atual crise econômica mundial, a institucionalização dos direitos da cidadania por meio da relação salarial certamente substituiria a precariedade pela proteção social[10].

Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do salariado, seu "outro" bastardo ou recalcado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiqualificada, feminina, negra, jovem e migrante[11].

Cada um ao seu modo, Castel e Standing identificaram erroneamente a particularidade da cidadania fordista com a totalidade da relação salarial. Assim, a insegurança do emprego e a permanente ameaça da exclusão

socioeconômica que marcam a realidade de um número crescente de jovens em idade de entrar no mercado de trabalho surgiram aos seus olhos como um fantasma saído diretamente do século XIX. Aqui vale uma lembrança trazida do auge da era vitoriana: muito antes de o fordismo histórico ensaiar seus primeiros passos, Marx já havia exorcizado esse espírito ao associar o aumento da ocupação industrial à formação de uma população excedente em relação às necessidades ordinárias das empresas. Dessa forma, ele argumentou ser próprio da acumulação capitalista produzir despoticamente – sob a forma do desemprego ou do trabalho precário – uma população trabalhadora excedente e necessária ao modo de produção capitalista aglutinada em torno de quatro frações distintas, porém mutuamente permeáveis[12].

Tendo em vista a dinâmica dos investimentos capitalistas e a aceleração do consumo da força de trabalho, a população *flutuante* seria formada por aqueles trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas. A população *latente* seria composta por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais, especialmente rurais, estabelecendo-se na indústria. Por sua vez, a população *estagnada* já seria parte da força de trabalho, ocupando, no entanto, funções tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis subnormais de existência. Finalmente, a população *pauperizada* seria formada pela massa de indigentes, de doentes, de acidentados e de incapacitados para o trabalho devido à idade. Para além da descrição de cada um desses tipos, o que mais se destaca na análise de Marx é sua capacidade de relacionar os progressos da produtividade do trabalho alcançados pela indústria com a deterioração das condições de existência do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais[13].

Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa”[14]. Por três razões principais, essa definição parece-nos mais acertada do que aquela adiantada por Castel e Standing. Em primeiro lugar, ela permite-nos localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a

aparência de uma nova classe[15]. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*[16].

Ademais, devemos diferenciar analiticamente o pauperismo (e o lumpemproletariado) do precariado, pois entendemos que os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica:

> [...] Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força de trabalho para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital".[17]

Ao decair para o pauperismo, esses trabalhadores deixam de cumprir qualquer função relevante relacionada à exploração econômica de classe, conformando-se com aquilo que Marx chamou de "o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva"[18].

A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-lo dos *setores profissionais*, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais bem remunerados e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora. Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico.

Se a precariedade parece estar se transformando em um "registro 'regular' da organização do trabalho" (Castel), ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais nos países capitalistas avançados, a verdade é que ela nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema. Mais um indício da "brasilianização" do centro? Ou, simplesmente, a demonstração de que o desenvolvimento capitalista, além de permeável a uma multiplicidade de ritmos, não é dirigido por nenhum *telos* progressista, revelando-se, ao contrário, desigual e combinado[19]? Ao fim e ao cabo, o fato é que, tendo em vista seu incontornável peso social, o precariado esteve sempre presente na agenda de pesquisas da sociologia do trabalho brasileira. Da análise da formação do operariado no chamado "fordismo periférico" até chegar ao estudo da precarização do trabalho engendrado pelo neoliberalismo, várias foram as gerações de sociólogos que se dedicaram à

investigação dos meandros da relação entre a insegurança social e as relações de produção no país[20].

**QUADRO 1. O fordismo periférico**

Em termos regulacionistas, isto é, inspirados pela *teoria francesa da regulação*, diríamos que o processo de industrialização que acompanhou o segundo pós-guerra em países como Portugal, Espanha, Iugoslávia, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, Hong Kong, Brasil, México e Grécia caracterizou-se pela superação do taylorismo primitivo (ainda que, sobretudo nas indústrias têxtil e eletro-eletrônica desses países, a taylorização primitiva tenha perdurado como estratégia gerencial de controle do trabalho operário), ou seja, um regime de acumulação apoiado em indústrias de baixa produtividade e orientadas para a exportação de bens de consumo não duráveis pelo fordismo periférico[21]. Essa noção designa um processo de mecanização da produção associado à acumulação intensiva de capitais e ao crescimento dos mercados de bens de consumo duráveis que, no caso brasileiro, iniciou-se nos anos 1950, estendendo-se até por volta do início dos anos 1990, com o advento do neoliberalismo e da integração da economia nacional ao processo de mundialização capitalista.

Aqui, trata-se de considerar a existência de um sistema social articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, dominadas pelo mercado mundial. Em poucas palavras, o mercado mundial estrutura-se por meio da combinação de economias e nações capitalisticamente desenvolvidas e capitalisticamente subdesenvolvidas em um sistema multilateral autocondicionante. Nesse sistema social dominado pela mundialização das trocas mercantis, a formação do fordismo periférico representou uma das principais mediações históricas entre os países capitalistas avançados e os países capitalistas subdesenvolvidos.

O caráter “periférico” desse sistema social adviria do fato de que os níveis mais qualificados da fabricação e, sobretudo, dos setores de engenharia permaneciam exteriores a esses países. Além do mais, do ponto de vista dos mercados de consumo de bens duráveis, a dinâmica econômica estaria concentrada na elevação do poder aquisitivo das classes médias locais à custa do declínio na capacidade de consumo dos trabalhadores – inflação, elevação da produtividade do trabalho,

> degradação salarial, rotatividade da força de trabalho... Ou seja, os ganhos de produtividade alcançados pela mecanização não eram repassados aos salários dos operários, contribuindo para reforçar o exército de proletários e semiproletários subempregados por meio da contenção das necessidades dos trabalhadores.
>
> Finalmente, o modelo de desenvolvimento fordista periférico apoiou-se em uma articulação da política de substituição de importações com a mudança do conteúdo das exportações rumo aos bens de consumo duráveis somada a uma retomada das importações de bens de capital dos países centrais. Assim, ao longo do segundo pós-guerra, o fordismo periférico teria se transformado no modelo de desenvolvimento predominante naqueles países[22].

De fato, a análise das *relações sociais de produção* ocupa um espaço privilegiado neste livro: ao interpretarmos a crise do fordismo periférico no país partindo dos desajustes entre o regime de acumulação despótico e o modo de regulação populista, pensamos atualizar a problematização marxista da regulação dos conflitos de classe[23]. Sinteticamente, a sociologia marxista construiu um modelo globalizante do funcionamento do modo de produção capitalista combinando três teses principais: 1) a tese da *reprodução das relações sociais de produção* afirma que, em virtude da natureza exploradora do sistema capitalista, a estrutura de classe é inerentemente instável, exigindo a intervenção de arranjos institucionais para regulá-la; 2) por sua vez, a tese da *natureza contraditória do capitalismo* advoga que as soluções institucionais encontradas para o problema da regulação das relações de produção apresentam a tendência imanente de se tornarem menos funcionais; 3) a tese da *crise e da transformação das instituições* pleiteia que, tendo em vista a combinação das teses 1 e 2, as instituições selecionadas pela manutenção das relações sociais de produção tenderão a ser periodicamente desafiadas e transformadas por meio de crises[24].

Recorremos ao aparato conceitual regulacionista a fim de passar do nível conceitual abstrato para a análise histórica concreta. Esquematicamente, diríamos que tendo em vista a natureza dependente e despótica da industrialização brasileira, um modo de regulação populista desenvolveu-se a partir da década de 1940 visando garantir a reprodução das relações de produção em condições sociais periféricas. À medida que os trabalhadores

brasileiros, em especial o proletariado precarizado, acumularam suas próprias experiências com os limites do modelo de desenvolvimento, a regulação populista perdeu progressivamente capacidade de absorver os conflitos classistas, sendo substituída, a partir de 1964, por uma regulação autoritária.

Não estamos afirmando com isso que o modelo de desenvolvimento fordista periférico não pudesse continuar se reproduzindo por meio do incipiente regime político democrático surgido no país em 1945. Em poucas palavras, o golpe não era uma "necessidade" inerente ao modelo, mas apenas um desdobramento previsível, tendo em vista a natureza em essência dependente e despótica do regime de acumulação. Naturalmente, para compreendermos o golpe, é necessário levar em consideração o contexto da Guerra Fria e da decisão geopolítica do governo estadunidense de, numa conjuntura marcada pela radicalização social que travou a capacidade de regulação populista no Brasil, apoiar a supressão dos conflitos classistas pela força das armas[25].

Apesar de ter alcançado relativo êxito por aproximadamente uma década e meia, a regulação autoritária viu-se enredada em flagrante crise no final dos anos 1970. Com a redemocratização do país, a tentativa de sua substituição por uma regulação neopopulista apoiada no "pacto social" com o "novo sindicalismo" mostrou-se inviável, por razões que vão do aprofundamento da crise econômica, passando pela intensificação do impulso grevista na segunda metade da década de 1980, até chegarmos à possibilidade real de Lula da Silva conquistar a Presidência da República em 1989. Por sua vez, a vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, representou a transição para a regulação neoliberal: a partir de então, o próprio regime de acumulação transformou-se em objeto de sucessivos ajustes estruturais que, ao fim e ao cabo, asseguraram o nascimento do pós-fordismo financeirizado no país. Apesar do aperfeiçoamento do modo de regulação promovido pela burocracia lulista, esse regime de acumulação consolidou-se sem grandes contratempos ao longo dos anos 2000[26].

De uma perspectiva sociológica crítica, não nos parece exagerado afirmar que a mais influente das miradas sobre o pós-fordismo financeirizado brasileiro veio sob a forma de dois ensaios do sociólogo Chico de Oliveira. No primeiro deles, ao revisitar a teorização cepalino-furtadiana a respeito de nosso subdesenvolvimento, Chico aventou sua afamada hipótese acerca do surgimento de uma "nova classe" social no país baseada na articulação da

camada mais elevada de administradores de fundos de previdência complementar com a elite da burocracia sindical participante dos conselhos de administração desses mesmos fundos[27]. Em seguida, por ocasião da vitória de Lula da Silva sobre o tucano Geraldo Alckmin, em 2006, e tendo como pano de fundo o fim do conturbado período do "Escândalo do Mensalão", Chico dedicou-se a formular algumas hipóteses acerca da resiliência da "hegemonia lulista", alertando-nos para os efeitos politicamente regressivos que essa forma de dominação social representava para a cultura política democrática do país[28].

A partir daí, Chico sugeriu sua conjetura: no momento em que a "direção intelectual e moral" da sociedade brasileira parecia deslocar-se no sentido das classes subalternas, tendo no comando do aparato de Estado a burocracia sindical lulista, a ordem burguesa mostrava-se mais robusta do que nunca. A esse curioso fenômeno "transformista" em que parte "dos de baixo" dirige o Estado por intermédio do programa "dos de cima", Chico chamou "hegemonia às avessas": vitórias políticas, intelectuais e morais "dos de baixo" fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício "dos de cima"[29]. No Brasil, décadas de luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista desaguaram na incontestável vitória de Lula da Silva em 2002.

Quase que imediatamente, o governo petista racionalizou, unificou e ampliou o programa de distribuição de renda conhecido como Bolsa Família, transformando a luta social contra a miséria e a desigualdade em um problema de gestão das políticas públicas. Para Chico, o governo de Lula da Silva instrumentalizou a pobreza ao transformá-la em uma questão administrativa. Assim, o programa Bolsa Família teria garantido a maciça adesão dos setores pauperizados das classes subalternas brasileiras ao projeto do governo. Jogando no campo de seu adversário eleitoral, isto é, da instrumentalização da pobreza e da gestão burocrática dos conflitos sociais, o governo Lula soube derrotar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas ao preço da despolitização generalizada das lutas sociais.

Reagindo às provocações gramscianas de Chico de Oliveira, André Singer reelaborou a tese de que o programa Bolsa Família teria garantido a adesão dos setores pauperizados das classes subalternas brasileiras ao projeto petista[30]. Conforme o argumento de Singer, a partir de maio de 2005, durante o período do "Mensalão", o governo de Lula da Silva teria perdido para a oposição tucana importante número de apoiadores conquistados em

2002 entre os setores médios urbanos. No entanto, atraídas pelas políticas públicas federais, as camadas pauperizadas do eleitorado brasileiro, tradicionalmente distantes de Lula da Silva, teriam se aproximado de seu governo e, num movimento conhecido na ciência política como *realinhamento eleitoral*, decidido sufragar o candidato situacionista em 2006[31].

**QUADRO 2. Subproletariado ou precariado?**

A aproximação de Lula da Silva em relação àqueles trabalhadores pauperizados, desqualificados e destituídos de prestígio, o "subproletariado", autorizou André Singer a identificar no Brasil a revivificação de um fenômeno genealogicamente associado à rica história do populismo latino-americano. Vale lembrar que André Singer resgatou o conceito de subproletariado do economista e sociólogo Paul Singer, que, ainda nos anos 1970, associou informações relativas às modificações na repartição da renda nacional com dados sobre a estrutura ocupacional extraídos do Censo. Assim, Paul Singer concluiu que, entre 1960 e 1976, em especial durante o período conhecido como "milagre econômico brasileiro" (1968-1974), importantes contingentes de trabalhadores vindos do exército industrial de reserva haviam sido absorvidos pelo exército industrial ativo, inserindo-se no proletariado "propriamente dito".

No caso da estrutura ocupacional brasileira analisada por Paul Singer nos anos 1970, as ocupações subproletárias urbanas agregavam tipicamente formas não qualificadas, semiqualificadas, inconfessáveis e subalternas de trabalho, tendendo a se concentrar na indústria da construção civil (os "peões") e no setor de serviços pessoais (empregadas domésticas, ascensoristas, porteiros, vigias etc.). Essa definição de subproletariado foi completada por um recorte de renda: "Desta maneira, o mais razoável é supor que, em 1976, constituem o subproletariado as pessoas com renda inferior a 1 salário mínimo e metade das que tinham renda de 1 a 2 salários mínimos"[32]. Nesses termos, Paul Singer argumentou que, diante da precariedade dos vínculos que atam os setores subproletários da classe trabalhadora à produção capitalista, estes não possuiriam condições econômicas e sociais mínimas para se engajar em lutas reivindicatórias, atividade sindical ou partidária: "A suposição aqui é que as camadas menos

qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem tais condições (reivindicação e mobilização coletivas), tanto pelas suas péssimas condições de vida, que não lhes proporcionam tempo material nem recursos para se empenhar em atividades não remuneradas, como pela grande facilidade com que podem ser – e de fato são – substituídas no emprego”[33].

Conceitualmente, Paul Singer enfatizou a dimensão sociocupacional da noção marxiana de “superpopulação relativa”. No entanto, sua conclusão política afastou-se de Marx, para quem: “[...] A estatística oficial vai deixando de registrar a verdadeira extensão do pauperismo à medida que se desenvolve, com a acumulação do capital, a luta de classes e, em consequência, tomam os trabalhadores consciência de sua própria dignidade”[34]. Vale observar que nossa noção de precariado distingue-se da noção de subproletariado por duas razões: em termos sociocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada – assim como o lumpemproletariado, ou seja, as tais ocupações “inconfessáveis” –; em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletivas. (Aos nossos olhos, mesmo a população pauperizada e o lumpemproletariado podem se mobilizar coletivamente.)

Se Paul Singer enfatizou o que Gramsci chamou de momento “realista” – ou seja, o momento da correlação de forças vinculada à estrutura social –, nossa noção de precariado busca levar igualmente em conta o “construtivismo” da formação da consciência política do proletariado precarizado. Por sua vez, a atualização proposta por André Singer inclina-se na direção de apreender o subproletariado como uma fração produzida pelo amálgama da população estagnada com a população pauperizada. Neste trabalho, argumentaremos que tanto o momento realista quanto o construtivista são igualmente necessários para a análise da experiência classista do precariado brasileiro em seu devir histórico.

Conforme André Singer, ao satisfazer os desejos de consumo de milhões de trabalhadores pobres e excluídos por meio das políticas públicas federais, o lulismo contentaria o subproletariado brasileiro, legitimando a conversão

petista à ortodoxia financeira. Assim, um Lula da Silva à frente de uma massa estagnada e pauperizada teria logrado constituir uma nova força social, potencialmente progressista. Onde Chico percebeu os riscos de uma ampla despolitização das classes subalternas promovida pela hegemonia lulista, Singer identificou uma espécie de "ponto de fuga para a luta de classes" operado desde cima por um "nordestino saído das entranhas do subproletariado". Em síntese, o subproletariado brasileiro estaria satisfeito com os graduais alívios em suas condições materiais de existência promovidos pelos dois governos de Lula da Silva. Aliás, como observou Perry Anderson, tampouco Chico teria contestado a caracterização da "psicologia dos pobres" esboçada por Singer[35].

No entanto, se André Singer apontou para a adesão eleitoral da população estagnada e pauperizada ao governo federal, coube a Jessé Souza investigar as disposições sociais supostamente capazes de explicar esse movimento[36]. Para Souza, ao fazer com que amplos setores de trabalhadores e de microempresários incorporassem as necessidades próprias à acumulação financeira, o pós-fordismo teria produzido uma massa disposta a submeter-se a toda sorte de superexploração do trabalho para "ascender a novos patamares de consumo". Somos, então, apresentados a inúmeras trajetórias de vida desses "batalhadores brasileiros": dois teleoperadores, feirantes de Caruaru (PE), um pequeno produtor rural bem-sucedido de Cachoeiro do Sul (RS), comerciantes do mercado Ver-o-Peso de Belém, um vendedor de cocos do centro de Belém, uma costureira e microempresária de Juazeiro do Norte (CE), um microempresário que fabrica bonés, outro que atua no setor de ornamentação, uma liderança quilombola da comunidade de Cambará (RS), uma agricultora de Careiro Castanho (AM)[37]...

A não ser por sua distribuição nacional – que, diga-se de passagem, subestima largamente a região Sudeste do país –, não encontramos no livro de Souza nenhuma justificativa plausível para a seleção dos casos estudados. Na realidade, a relação mais notável que a grande maioria deles mantém entre si não é com o pós-fordismo financeirizado, mas com as políticas públicas do governo federal. Em outras palavras, quem realmente garante a unidade dessa "nova classe trabalhadora" não é a exploração capitalista mundializada, mas, sim, a hegemonia lulista: quando elogios aos programas federais começam a se multiplicar nos relatos, fica fácil entender por que uma população tão amparada pelo governo federal tenha se identificado com o "profeta exemplar", isto é, com Lula da Silva[38]. Ou seja, para Souza, o

lulismo é um processo de “esclarecimento popular” capaz de romper com dois tabus: “[...] o de que as massas são totalmente passivas e alienadas e o de que apenas um movimento organizado segundo os moldes intelectualistas da esfera pública burguesa faz política, e, sobretudo, política de esquerda”[39]. Reunidos em “esferas públicas não burguesas do mundo da vida”, ou seja, os botecos e as feiras livres, os batalhadores “percebem e comentam as realizações do governo”. Em síntese, a prática política do precariado resume-se a sufragar o “profeta exemplar”.

Aos nossos olhos, o principal problema dessa abordagem não é repercutir a opinião positiva do precariado brasileiro em relação às políticas públicas federais, mas aprisioná-lo na participação política eleitoral. Afinal, ao assumir que o capitalismo financeiro reina absoluto e que “a condição de precariedade é algo contra o qual não se pode lutar”[40], que opção o proletariado precarizado teria a não ser aderir ao lulismo na esperança de que este consiga mitigar a desigualdade social? Para Souza, o precariado não seria “totalmente passivo”. Apenas “parcialmente”. O curioso dessa tese é que ela silencia por completo a história dos incontáveis esforços auto-organizativos – sindicatos, associações de bairro, partidos... – das classes subalternas brasileiras. Em consequência, não é possível perceber que foram exatamente esses esforços que transformaram Lula da Silva em uma liderança política nacional. Nem que esses impulsos construíram o partido político que elegeu o “profeta exemplar” presidente da República[41].

Em suma, comparando as diferenças entre essas noções, chegaremos à seguinte tabela:

**TABELA 1. DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE SUBPROLETARIADO, PRECARIADO E BATALHADORES**

| GRUPOS/CARACTERÍSTICAS | SUBPROLETARIADO | PRECARIADO | BATALHADORES |
|---|---|---|---|
| Microempresários | | | X |
| Trabalhadores profissionais | | | X |
| População flutuante | | X | X |
| População latente | X | X | X |
| População estagnada | X | X | X |
| Pauperismo | X | | |
| Lumpemproletariado | X | | |
| Capacidade de mobilização coletiva | | X | |
| Renda entre 1 e 2 SM | X | X | |

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Nas próximas páginas, argumentaremos que a participação eleitoral representa apenas uma – e, muitas vezes, nem mesmo a mais importante – das múltiplas dimensões da prática política do precariado brasileiro. A transformação do "classismo prático" em um reformismo plebeu sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e construído na luta pela efetivação e ampliação dos direitos trabalhistas por meio da crença no poder de decisão das bases é o objeto deste livro[42]. E, a despeito da relativa "satisfação" manifestada nas últimas eleições presidenciais, a reconstrução sociológica da formação e da trajetória dessa fração de classe mostrará que, apesar da atual estabilidade do modo de regulação proporcionada pelo "transformismo" petista, a hegemonia lulista encontra-se assentada em um terreno historicamente movediço.

Temos total ciência de que, mesmo retificado e ressignificado pela teoria marxista das classes e da população excedente, ao utilizarmos o conceito sociológico de precariado a fim de caracterizar a fração do proletariado precarizado em condições sociais capitalistas periféricas, estamos nos expondo à crítica dogmática daqueles que não veem sentido em chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome. Eles preferem simplesmente seguir associando essa parcela da população trabalhadora ao proletariado, evitando, assim, o laborioso esforço de estabelecer segundo critérios científicos a justa mediação entre as partes e o todo. Em consequência, desresponsabilizam-se de investigar a natureza contraditória das relações sociais, especialmente políticas, vinculadas à estrutura social, que constituem o precariado como uma realidade transicional, preferindo adjudicar uma imutável essência à classe operária.

Ao contrário, nossa análise não parte de essências, mas de relações sociais. Por isso, buscamos responder a três questões básicas: 1) Qual a

origem histórica do classismo prático do precariado brasileiro? 2) Que mudanças essa prática política sofreu entre as décadas de 1950 e 1980? 3) Essas mudanças passaram de quantitativas para qualitativas, ou seja, lograram criar uma dominação social estável, conduzida atualmente pela burocracia lulista? Analisando a dinâmica e as contradições inerentes à formação do precariado brasileiro, assim como suas metamorfoses contemporâneas, procuramos responder a essas questões por meio da combinação entre aqueles processos internos pelos quais uma classe ou fração de classe desenvolve práticas sociais capazes de implementar projetos coletivos e as forças externas, normalmente associados à institucionalidade do modo de regulação dos conflitos capital-trabalho que atuam sobre tais processos[43].

Ao fazê-lo, reivindicamos a existência de uma relação necessária entre a política do precariado antes e depois do golpe militar. Uma relação que, aos nossos olhos, deve ser interpretada à luz de um processo de *superação dialética*, e não como uma improvável *ruptura irreconciliável com o passado*[44]. Ao mesmo tempo, identificamos na transição para o pós-fordismo financeirizado o desmanche neoliberal, isto é, a desconstrução histórica do classismo prático no país. Um processo que potencializou a burocratização do sindicalismo nos anos 1990, preparando o terreno para a financeirização da burocracia sindical na década de 2000. No entanto, quando imaginávamos que a pulsão classista havia sido definitivamente recalcada pelo transformismo lulista, eis que nosso estudo de caso ampliado dos teleoperadores da indústria do *call center* detectou o reaparecimento daquela pulsão em uma renovada cadeia de significados que insinua ascender à consciência política.

Este trabalho divide-se em duas partes solidárias na investigação da trajetória do moderno proletariado precarizado brasileiro desde sua formação, durante a vigência do populismo, passando por sua transformação durante o ciclo grevista do final dos anos 1980, até chegarmos à atual regulação lulista. Em termos gerais, destacamos o papel desempenhado pela política do precariado na transição do fordismo periférico ao pós-fordismo financeirizado. Para tanto, organizamos o texto em quatro capítulos: por meio de etnografias, estudos de caso e revisitas etnográficas, o Capítulo 1 ocupou-se do nascimento do classismo prático na transição do taylorismo primitivo para o fordismo periférico. Revisitamos aqueles estudos que assentaram as bases da sociologia profissional do trabalho no país, em

especial os trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes, buscando contextualizá-los ideologicamente a fim de melhor apreender seu conteúdo etnográfico. Assim, inserimos as teorias levadas a campo pelos autores nos debates em torno das perspectivas de superação do subdesenvolvimento, da relação da sociologia com o marxismo e, por fim, entre o precariado fabril e as lideranças políticas populistas, em especial entre 1956 e 1968.

Ao retomarmos os estudos pioneiros da sociologia profissional do trabalho identificamos os rudimentos da insatisfação do precariado metalúrgico na cidade de São Paulo por meio do registro da contenção da produção, do ativismo sindical, do despotismo fabril e da discriminação coletiva baseada na origem regional. Finalmente, contrastamos as pesquisas de Rodrigues e Lopes com duas bem-sucedidas revisitas etnográficas realizadas por Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes. Essas revisitas permitiram-nos retificar e complementar a sociologia profissional do trabalho com novas fontes e dados sobre o nascimento da prática política do jovem precariado migrante no país. Dessa forma, buscamos mostrar como esse grupo, ao ser açambarcado pelo fordismo periférico em franca expansão, rapidamente inaugurou sua auto-organização política, alimentando, entre 1953 e 1964, os dois ciclos das greves gerais operárias em São Paulo.

Vale observar, ainda, que estamos plenamente de acordo com Cardoso quando ele afirma que o processo de migração para as cidades, além de reforçar os baixos salários, favoreceu o desenvolvimento de relações trabalhistas precárias que acabaram cristalizando um mercado de trabalho cuja principal característica é a reprodução da insegurança proletária. Assim, a possibilidade de proteção estatal dos trabalhadores urbanos existente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) converteu-se em uma espécie de “utopia brasileira”, criando nas massas rurais a expectativa de integração social por meio do modelo de desenvolvimento fordista periférico. Dessa forma, a legislação trabalhista do Estado Novo instaurou um “campo legítimo de disputa”, transformando a cidadania salarial no horizonte institucional das lutas de classes. Contra as resistências do regime de acumulação despótico, essa legislação, além de definir uma forte identidade social por meio da imagem da carteira de trabalho, legitimou a luta do trabalhador por seus direitos[45].

Nesses termos, a CLT teria inaugurado um autêntico "processo civilizatório do capital", totalmente ausente quando comparado ao "Estado antissocial", ou seja, ao "Estado construído contra o povo miserável", anterior à revolução de 1930. Argumentaremos neste trabalho que, seja sob a regulação populista ou sob a regulação autoritária, o classismo prático representou a principal via de acesso dos trabalhadores àquele processo. Em outras palavras, o reformismo plebeu materializou a ligação do proletariado precarizado com a "utopia brasileira". No entanto, vale observar que se essa ligação supunha uma consciência de classe fundamentalmente reformista, pois circunscrita ao modo de regulação, em certas ocasiões a luta dos trabalhadores brasileiros pela efetivação e pela ampliação da cidadania salarial colocou em xeque os estreitos limites do regime de acumulação despótico no país, condicionando as sucessivas transições no e do modelo de desenvolvimento[46].

Dedicamos o Capítulo 2 à reconstrução teórica da ciência do classismo prático. A fim de explorar a *interdependência antagonista* existente entre as sociologias aplicada, pública e crítica do trabalho e a sociologia profissional, inserimos os trabalhos de José Albertino Rodrigues, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira e Luiz Pereira em uma matriz disciplinar capaz de expressar analiticamente a multidimensionalidade da inquietação operária. Esse esforço permitiu-nos caracterizar sua dinâmica sob o populismo e, depois, investigar o advento do ciclo grevista do final dos anos 1970. A sociologia da inquietação operária também orientou nossa interpretação sobre a formação do precariado pós-fordista na indústria paulistana do *call center* nos anos 1990 e 2000.

Em larga medida, essa teoria apoia-se na análise da "divisão do trabalho sociológico" cujos parâmetros foram definidos por Michael Burawoy em apoio a sua agenda investigativa por uma sociologia pública[47]. O diagnóstico construído por Burawoy acerca da sociologia contemporânea parte de uma constatação muito próxima daquela presente também em Bourdieu, ou seja, a de que o aumento de interesse por uma sociologia pública deriva, em parte, da reação ao "avanço generalizado da privatização"[48]. Por sociologia pública, Burawoy compreende genericamente um "estilo" reflexivo e engajado de se fazer sociologia, isto é, orientado prioritariamente para audiências extra-acadêmicas, e que não confunde a indispensável busca da objetividade científica – incluindo todas as exigências éticas e compromissos valorativos inerentes a essa busca –

com a adoção ostensiva de uma neutralidade moral ou mesmo política. Ao contrário, um estilo de se fazer sociologia que procura iluminar os elos existentes entre os problemas privados e os desafios públicos a partir da centralidade axiológica dos conhecimentos dos subalternos.

Apoiando-se no "último" Bourdieu e seguido de perto pela "sociologia pragmática da crítica" elaborada por Luc Boltanski, em sua tentativa de contribuir para renovar as práticas da emancipação, Burawoy advoga que, contra a privatização e a degradação do mundo social, a sociologia pública deveria se transformar em um meio de revitalização da própria ideia de "público", tão vilipendiada pela tempestade provocada por várias décadas de ofensiva neoliberal[49]. Além da premissa conjuntural invocada em favor da radicalização política do saber disciplinar sociológico, Burawoy acrescentou uma problematização a respeito da natureza dos compromissos axiológicos inerentes às diferentes práticas sociológicas – profissional, aplicada, crítica e pública – e à própria sociologia pública – tradicional e orgânica[50]. Afinal, "sociologia para quem?" e "sociologia para quê?". Parece-nos que essas questões são significativas para qualquer modalidade de sociologia reflexiva, seja ela "crítica" ou "pública". Burawoy sintetizou da seguinte maneira as principais características dos quatro estilos de sociologia:

**TABELA 2. DIVISÃO DO TRABALHO SOCIOLÓGICO**

| Conhecimento/Audiências | Acadêmica | Extra-acadêmica |
|---|---|---|
| INSTRUMENTAL | SOCIOLOGIA PROFISSIONAL | SOCIOLOGIA APLICADA |
| CONHECIMENTO | TEÓRICO/EMPÍRICO | CONCRETO |
| VERIFICAÇÃO | CORRESPONDÊNCIA | PRAGMÁTICA |
| LEGITIMIDADE | NORMAS CIENTÍFICAS | EFETIVIDADE |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS | AOS PARES | AOS CLIENTES |
| POLÍTICA | INTERESSE PROFISSIONAL | INTERVENÇÃO PÚBLICA |
| PATOLOGIA | AUTORREFERENCIALIDADE | SERVILISMO |
| REFLEXIVO | SOCIOLOGIA CRÍTICA | SOCIOLOGIA PÚBLICA |
| CONHECIMENTO | FUNDACIONAL | COMUNICATIVO |
| VERIFICAÇÃO | NORMATIVA | CONSENSUAL |
| LEGITIMIDADE | VISÃO MORAL | RELEVÂNCIA |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS | A INTELECTUAIS CRÍTICOS | A PÚBLICOS DESIGNADOS |
| POLÍTICA | DEBATE INTERNO | DIÁLOGO PÚBLICO |
| PATOLOGIA | DOGMATISMO | MODISMO PASSAGEIRO |

Fonte: Michael Burawoy, “For public sociology”, *American Sociological Review*, v. 70, fev. 2005, p. 4-28.

Tal proposta produziu um vivo debate na comunidade sociológica, alcançando diferentes plateias internacionais. Nada menos do que sete livros em língua inglesa, além de outros três em português, chinês e russo, foram publicados no intuito de perscrutar os diferentes aspectos teóricos, metodológicos e políticos contidos na proposta de Burawoy[51]. A sociologia pública recebeu apoios de eminentes sociólogos, como Alain Touraine e Frances Fox Piven, e um vívido debate rapidamente se instalou, em primeiro lugar, na comunidade sociológica estadunidense, para em seguida espalhar-se internacionalmente[52].

Do lado das críticas a Burawoy, é possível dizer que alguns consideraram a proximidade da sociologia pública com o marxismo uma fonte de problemas na medida em que serviria para enraizar ainda mais as divisões existentes no interior do campo disciplinar. Por outro lado, muitos reprovaram a sociologia pública argumentando que a sociedade civil não é a única arena e a justiça social não é a única ferramenta para “defender a humanidade”[53]. Outros, ainda, verificaram problemas e ambiguidades relacionados à operacionalização da proposta no que concerne às pesquisas sociológicas[54]. Ulrich Beck, por exemplo, considerou simplesmente que o *mainstream* sociológico não está de fato preparado para esse tipo de “aventura” militante e que antes de garantir uma voz pública para a sociologia deveríamos “reinventá-la para o século XXI”[55].

No tocante ao debate brasileiro, vale mencionar, além da publicação de um dossiê pela revista *Caderno CRH* e da coletânea intitulada *Por uma sociologia pública*, a entusiasmada acolhida que a proposta de Burawoy teve por parte de Chico de Oliveira, assim como a problematização empreendida por Simon Schwartzman[56]. Este último critica a visão de Burawoy a

respeito do vínculo orgânico da sociologia pública com os movimentos sociais alegando que a liberdade de reflexão e o rigor das pesquisas científicas que a academia é capaz de garantir são os verdadeiros pilares da ação dos sociólogos nos vários campos de intervenção da sociologia. Assim, o espaço privilegiado da ação sociológica crítica e reflexiva não seria tanto a arena pública tradicional ou orgânica, mas o universo acadêmico[57].

Para além das muitas polêmicas contidas nesse debate, ou precisamente por conta delas, parece-nos claro que a proposta de Burawoy contém um denso programa de pesquisa sociológica cujo cerne reside na complexificação do vínculo existente entre os diferentes *habitus* sociológicos e os distintos programas de pesquisa inerentes ao campo disciplinar. Antes de rechaçar ou incorporar as críticas a Burawoy, parece-nos mais produtivo explorar o potencial heurístico contido na teoria da divisão do trabalho sociológico, assumindo-a como um ponto de partida para aquilo que nos interessa neste trabalho, ou seja, investigar a formação e a transformação da política do precariado brasileiro por meio da reconstrução teórica da sociologia da inquietação operária.

Municiados com essa problemática, aventamos a seguinte hipótese: considerando os limites impostos ao modo de regulação pela inserção dependente da estrutura econômica do país na divisão internacional do trabalho, o fordismo periférico frustrou as principais expectativas despertadas pela promessa de superação do subdesenvolvimento. A fim de fazer com que essa promessa fosse cumprida, o precariado nacional empreendeu incontáveis esforços auto-organizativos que originaram de forma progressiva uma prática política caracterizada pela capacidade de passar rapidamente da (aparente) acomodação reivindicativa à ação política, esgarçando os limites do modo de regulação. Uma das forças motrizes do desenvolvimento periférico, essa práxis social, amadureceu ao longo do período populista, impulsionando o sindicalismo durante a ditadura militar. Aos nossos olhos, o novo sindicalismo superou dialeticamente o movimento sindical populista, atualizando-a para as décadas posteriores.

O Capítulo 3 concentrou-se nessa superação dialética, ou seja, na transformação do jovem precariado migrante em uma vigorosa força política capaz não apenas de reconfigurar o movimento sindical brasileiro, como também acelerar o colapso da ditadura militar. Para tanto, privilegiamos o período que vai das greves de Contagem e Osasco, em 1968, até as duas greves com tomada de fábrica ocorridas na Ford em 1981. Por meio da

reconstrução etnográfica da relação da burocracia sindical de São Bernardo com a prática política do precariado metalúrgico, procuramos analisar suas metamorfoses até o novo sindicalismo. Ao identificarmos na articulação entre o poder sindical e o ativismo das bases a arqueologia da hegemonia lulista, destacamos a natureza reformista dessa práxis[58]. Uma hegemonia apoiada na combinação da incorporação dos ativistas mais destacados à estrutura sindical (consentimento ativo), ou seja, ao Estado capitalista, com a conquista de pequenas concessões materiais aos trabalhadores (consentimento passivo). Não é demais observar que o adjetivo "passivo" qualifica o substantivo "consentimento", implicando apenas que o precariado metalúrgico, politicamente *ativo*, consentia em seguir, sem um projeto político autônomo, a burocracia sindical de São Bernardo.

No último capítulo, testamos a capacidade da sociologia do precariado de explicar essa hegemonia por meio de um estudo de caso ampliado da indústria paulistana de *call center*. Por várias razões, consideramos o setor de telemarketing um campo privilegiado para a observação das atuais metamorfoses do precariado brasileiro. Para tanto, enfocamos a relação entre o novo regime de acumulação pós-fordista e financeirizado e a formação do grupo brasileiro de teleoperadores. Como veremos, trata-se de um grupo composto por trabalhadores jovens, não qualificados ou semiqualificados, terceirizados, sub-remunerados (recebendo entre um e dois salários mínimos) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva. Ou seja, um verdadeiro retrato do precariado pós-fordista em condições sociais periféricas.

Ademais, esse setor acantona milhares de trabalhadores oriundos da informalidade e sem experiência sindical prévia, garantindo-lhes o acesso aos direitos trabalhistas, além de algum tipo de qualificação profissional. Finalmente, trata-se de um setor que condensa as características mais salientes do atual regime de acumulação pós-fordista periférico: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho. Tudo isso permitiu que investigássemos o renascimento do embrião do classismo prático em condições pós-fordistas, assim como relacionássemos essa prática à representação sindical que se encontra apoiada no sucesso das políticas públicas federais. Dessa forma, pudemos estudar empiricamente a dialética do lulismo, cuja essência consiste em combinar o *consentimento passivo das massas* – que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos

do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo – com o *consentimento ativo das direções sindicais* – seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão. E captar o momento da passagem da (aparente) inatividade política para a ação reivindicativa.

Como não poderia deixar de ser, a política do precariado assumiu diferentes formas desde os tempos do taylorismo primitivo. Reconhecendo-as, procuramos destacar também sua característica comum: a de ser uma prática alimentada por um *classismo em estado prático*, ou seja, uma relação política baseada em interesses materiais enraizados na estrutura de classes, ainda que carente de recursos organizativos, ideológicos e políticos[59]. Tendo em vista os estreitos limites impostos pelo modelo de desenvolvimento periférico às concessões trabalhistas, assim como a existência de condições sempre precárias de reprodução, essa prática vê-se obrigada a politizar rapidamente suas reivindicações, radicalizando suas iniciativas. E, a despeito da escassez de recursos, em certas oportunidades as ondas de choque produzidas por essa pulsão plebeia foram suficientemente fortes para estremecer os alicerces do fordismo periférico: 1953, 1957, 1961, 1963, 1968, 1978...

E, ao contrário daqueles que identificam a hegemonia lulista com a passividade política do precariado promovida pelo atual regime de acumulação financeirizado, argumentaremos na segunda parte deste trabalho que a história dessa relação classista em estado prático permanece, a despeito dos desmedidos esforços da burocracia sindical para encerrá-la nas antessalas dos gabinetes do governo federal, fundamentalmente aberta à autoatividade dos subalternos. Uma história que se atualiza conforme a – ainda débil, porém não desprezível – reorganização dos movimentos populares avança no país. No intuito apenas de indicar alguns instantes desse processo, ao final deste volume o leitor encontrará um pequeno conjunto de doze artigos de intervenção que publiquei – sobretudo no *Blog da Boitempo* e no jornal *Folha de S.Paulo* – ao longo do último ano. Ainda que sob risco de certa repetição, a flagrante convergência temática existente entre os artigos e, especialmente, o último capítulo deste texto estimulou-me a incorporá-los na forma de um anexo.

Como aconteceu com praticamente todas as minhas preocupações investigativas nos últimos oito anos, a ideia deste trabalho surgiu nos seminários do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade

de São Paulo (Cenedic-USP), centro de pesquisa que tive o prazer e a honra de dirigir entre fevereiro de 2008 e julho de 2010. Em novembro de 2008, logo após a realização do seminário internacional "Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira", planejávamos as atividades do ano seguinte, quando Chico de Oliveira chamou nossa atenção para a necessidade de refletirmos sobre a "formação do avesso". Ou seja, o Cenedic deveria interessar-se pelas origens remotas da peculiar forma de hegemonia que se consolidara no país a partir da eleição presidencial de Lula da Silva. Foi quando Leonardo Gomes Mello e Silva decidiu organizar um ciclo de seminários sobre a história social da classe trabalhadora brasileira durante o período populista, convidando antigos e novos colaboradores do Cenedic, dentre os quais Antonio Luigi Negro, Paulo Fontes, Fernando Teixeira e Alexandre Fortes, para juntarem-se à nossa empreitada.

Durante esse ciclo nasceu meu desejo de responder à inquietação de Chico por meio da articulação entre o debate sobre o lulismo que André Singer trouxera (bem antes de se tornar o atual diretor do Cenedic) para o centro de nossa agenda investigativa e uma revisita aos estudos pioneiros da sociologia do trabalho brasileira. Esse desejo evoluiu na direção de somar minha própria pesquisa sobre os teleoperadores – naquele instante revivificada pela inesperada mobilização sindical na indústria paulistana do *call center* – ao debate. Quando decidi colocar no papel o projeto de pós-doutoramento que planejava apresentar à Fapesp, o eixo do trabalho já estava bastante definido e resolvi que seria uma investigação sobre o proletariado precarizado no país, do populismo à hegemonia lulista.

Como o leitor já deve ter percebido, este trabalho apoiou-se largamente em diálogos com Chico de Oliveira e com André Singer. Por um lado, não segui – uma das raras vezes em que isto aconteceu! – a enfática sugestão de Chico de abandonar a sociologia do trabalho para compreender a formação do avesso[60]. Por outro, busquei imprimir uma ênfase mais "etnográfica" à tese de André, cuja prova localiza-se nos números, usualmente frios, das enquetes eleitorais. Entre a "hegemonia às avessas" de Chico e o "lulismo" de André, este trabalho foi tomando forma. Por isso mesmo, não poderia deixar de começar agradecendo aos dois pela inspiração nesta empreitada.

E foi com essas preocupações sobre o populismo e a hegemonia lulista na mala que, acompanhado de minha família, embarquei em julho de 2010 para os Estados Unidos. Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) por ter me concedido a bolsa "Novas Fronteiras", que

viabilizou minha estadia de um ano junto ao Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley. Na universidade, fui recebido pelo Center for Latin American Studies (CLAS). Sou especialmente grato a Beth Perry, Mark Healey e Harley Shaiken pela hospitalidade.

Ainda na cidade do Free Speech Mouvement fui brindado pela inestimável companhia de meus jovens camaradas do Worker's Voice. Além de orientarem meus estudos sobre a história dos trabalhadores negros e latinos nos Estados Unidos, Claire Keating, Blanca Missé, Fábio Bosco e Jevon Cochran introduziram-me ao rico universo do ativismo político e sindical da universidade. Em Berkeley, residimos na University Terrace Community, onde encontramos um ambiente fascinante, tanto por sua diversidade cultural, quanto por sua excepcional hospitalidade. Não podemos deixar de agradecer a Gautam Premnath, Kasturi Ray e a pequena Leela, além de Eduardo Andrade, Júlia Andrade e as pequenas Lívia e Alice, por terem se transformado de imediato em nossa família nos Estados Unidos.

Peter Evans foi uma presença mais do que marcante nesse período. Bem ao estilo de sua mítica generosidade, Peter não apenas acolheu entusiasmadamente o projeto, presenteando-me com livros e brindando-me com inestimáveis conversas – isso sem mencionar seus deliciosos jantares –, como também colocou-me em contato com vários de seus orientandos. Foi realmente um prazer poder contar com seu apoio, além de uma honra estar presente em seu último semestre na universidade, antes de sua merecida, apesar de muito lamentada, aposentadoria.

Na história deste trabalho, Michael Burawoy é um capítulo à parte. Bússola teórico-metodológica da investigação, sua irrestrita solidariedade, suas valiosas sugestões de leitura, seu estímulo em todos os momentos e sua incondicional amizade saturaram minha estadia em Berkeley com momentos felizes. Naturalmente, aprendi muito sobre teoria sociológica participando de seus concorridos seminários. No entanto, aprendi muito mais sobre o significado de ser um sociólogo no momento da crise da mundialização capitalista. Minha gratidão para com Michael é verdadeiramente muito maior do que consigo verbalizar.

De volta ao Brasil, não é nenhum segredo que Alvaro Bianchi é meu melhor amigo e principal cúmplice político há quase vinte anos. Este trabalho deve muito a nossas preocupações com o destino da esquerda brasileira. Além de dar continuidade, por outro meio, ao nosso projeto intelectual – surgido naquela difícil conjuntura de reorganização da política

socialista de meados dos anos 1990 – de “explicar Gramsci para trotskistas e Trotski para gramscianos”, materializado na criação da revista *Outubro*. A Marco Aurélio Santana agradeço pelo companheirismo e por todos os nossos interesses, mais do que convergentes, na área dos estudos do trabalho. À jovem equipe de estudiosos da indústria paulistana do *call center*, especialmente David Flores, Vitor Vaneti, Fábio Pimentel e Mariana Riscali, sou grato pelo auxílio na pesquisa de campo. A Deni Rubbo agradeço por sua ajuda em meus cursos e pela pesquisa das imagens. Nadya Araújo Guimarães (presidente), Jacob Carlos Lima, José Ricardo Ramalho, Ricardo Antunes e Chico de Oliveira integraram a banca do concurso de livre-docência que, em agosto de 2012, examinou este trabalho. A todos sou muito agradecido pela condescendência das observações, além da alta qualidade das críticas que, na medida do possível, foram incorporadas ao livro. Cada um ao seu modo, Sedi Hirano, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Cibele Rizek, Ricardo Musse, Marcelo Ridenti, Carlos Belo, Maria Elisa Cevasco, Isabel Loureiro, Ana Amélia da Silva, Henrique Carneiro, Sílvia Miskulin, Rodrigo Ricúpero, Valério Arcary e Waldo Mermelstein estimularam-me a finalizar esta etapa.

Primeiro como o grande amigo de sempre e depois como um atuante chefe de departamento, Flávio Pierucci conspirou a favor da boa consecução deste trabalho desde o primeiro momento. Além disso, devo a Flávio algumas preciosas intuições sobre “pragmatismo dos pobres” que apenas alguém com sua perspicácia teórica e sua experiência de análise do voto popular poderia inspirar. Gostaria de ter tido mais tempo para poder retribuir ao menos uma parte da inesgotável benevolência que Flávio reservava aos amigos.

Entre maio de 2011 e fevereiro de 2012, debati alguns dos temas contidos neste volume com Chris Tilly (no Instituto de Pesquisa sobre o Trabalho e o Emprego da Universidade da Califórnia, em Los Angeles), Edward Webster (no Instituto de Desenvolvimento, Trabalho e Sociedade da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo), Adalberto Moreira Cardoso (no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Elísio Estanque (no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra) e Raquel Varela (no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa). Nessas ocasiões, eles apontaram generosamente as inúmeras deficiências desta investigação.

Ainda no momento da elaboração do projeto de pesquisa, realizei entrevistas – que pretendo disponibilizar em breve em um site – com

Leôncio Martins Rodrigues, Chico de Oliveira, Helena Hirata, Vera da Silva Telles e Heloísa de Souza Martins. A todos sou imensamente grato pelas indicações acerca das origens e das metamorfoses da sociologia do trabalho no país. Além de municiar-me com uma indispensável carga bibliográfica, suas opiniões foram decisivas para moldar o texto que sustentou minhas primeiras especulações a respeito do comportamento político do precariado brasileiro.

Aos queridos funcionários do Departamento de Sociologia, em especial Leci, José Antônio, Raphael, Simonia, Néia e Ângela, agradeço pela solidariedade cotidiana.

Desde sempre, minha família mostrou-se uma inesgotável fonte de alegrias. Agradeço, em especial, a minha mãe, Nádia, aos meus irmãos, Rodrigo, Juliana e Daniela, aos meus cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, além, naturalmente, de minha querida sogra, Maria José, pelo estímulo recebido. Não poderia encerrar estes agradecimentos sem uma palavra especial a Aline. Com paixão, amor e amizade, há quinze anos é ela quem renova minhas forças, alegra meus dias e pacifica minhas angústias.

# PARTE I
# A FORMAÇÃO DO AVESSO

*Diante da lei está um porteiro. Um homem do campo chega a esse porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde:*
*– É possível – diz o porteiro. – Mas agora não*.

Franz Kafka, *Diante da lei*, 1914

# 1

# O ESPECTRO DO POVO

Até que ponto a hegemonia lulista pode ser considerada um fenômeno politicamente “novo”? Ao contrário, não deveríamos acompanhar Fernando Henrique Cardoso, para quem o lulismo não passaria de uma versão atualizada da conhecida história do populismo latino-americano, uma espécie de “subperonismo” financeirizado[61]? No entanto, se assim o fosse, não precisaríamos admitir que este regime é menos estável do que parece supor o próprio Fernando Henrique Cardoso[62]? Afinal, quais as diferenças entre o populismo e o lulismo? Essas perguntas nos levam ao ponto cego da análise do ex-presidente: a relação das classes subalternas com os sindicatos. Se não formos capazes de estabelecer uma relação precisa entre esses atores, resta como explicação para o consentimento dos “de baixo” apenas o envelhecido argumento da “manipulação” das massas pelo líder carismático.

Para muito além do recurso ao carisma de Lula da Silva, a hipótese que norteará este trabalho pode ser resumida assim: do ponto de vista do relacionamento do precariado com as lideranças sindicais e do relacionamento destas com o aparelho de Estado, argumentaremos que a hegemonia lulista, ao mesmo tempo, *nega*, *conserva* e *eleva* a regulação populista. Ou seja, em vez de uma exterioridade formal, percebemos entre os distintos regimes uma relação histórica de superação dialética: chamaremos esse processo de “dialética do lulismo”. Conforme nosso argumento, o momento *negativo* deve ser buscado no amadurecimento da experiência operária ao longo do ciclo grevista de 1978-1980, o *conservador*, na reconciliação da burocracia de São Bernardo com a estrutura sindical oficial e, consequentemente, com o Estado capitalista – coroada pela transformação, ao longo dos anos 1990, do PT em uma notável máquina eleitoral –, e a *elevação*, na conquista do governo federal em 2002, que possibilitou àquela burocracia sindical converter-se, definitivamente, em gestora da poupança dos trabalhadores[63].

Nos próximos capítulos, testaremos essa hipótese privilegiando a formação e as transformações do moderno precariado brasileiro, assim como a relação deste com o Estado e com o movimento sindical. Passaremos, então, da análise sociológica do populismo ao novo sindicalismo, até chegarmos à sociologia do lulismo. Para tanto, nos apoiaremos em etnografias operárias e estudos de caso que, ao registrarem a formação da "nova classe operária", especialmente sua fração mais jovem e precarizada, entre os anos 1950 e 1970, inauguraram e revisitaram a sociologia do trabalho no país. Sabemos, no entanto, que as interpretações nunca são politicamente inocentes: devemos ser capazes de um reconhecimento reflexivo do tipo de teoria que o sociólogo leva a campo para melhor apreciar os limites e os alcances de suas observações. Daí a preocupação de, em primeiro lugar, reconstituirmos os fundamentos históricos e heurísticos do conhecimento do objeto para, então, melhor estimar as metamorfoses do objeto do conhecimento que este pode proporcionar[64].

## A sociologia da modernização encontra a classe operária

Sumariamente, podemos dizer que, no caso da sociologia do trabalho das décadas de 1950 e de 1960, esses fundamentos ideológicos gravitaram em torno do desafio da *modernização da periferia capitalista*. Nesse sentido, a problematização do "atraso" brasileiro forjou as bases político-gnoseológicas da relação entre a sociologia e a classe operária ao longo dos anos 1950 e 1960. O Estado desenvolvimentista do pós-guerra não apenas apoiou-se em um ambíguo "compromisso social" com o jovem precariado migrante, como igualmente estimulou a imaginação sociológica, atraindo-a para fora da academia. Por meio da elaboração de uma agenda de pesquisas cujo eixo localizava-se na compreensão das bases do subdesenvolvimento brasileiro, a sociologia profissional praticada na Universidade de São Paulo recebeu, em 1962, um importante impulso com a criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit)[65]. Esse centro redundou da soma dos esforços de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, que, por meio de contatos pessoais com o mundo empresarial, empenhou-se em conseguir os recursos financeiros necessários ao projeto[66].

**QUADRO 3. O Cesit e o reformismo**

Apoiado por Carvalho Pinto, então governador de São Paulo, o Cesit iniciou suas atividades em torno de três grandes eixos de pesquisa: a mentalidade do empresário, o papel do Estado no desenvolvimento e, finalmente, as características da mobilização da força de trabalho no processo de modernização capitalista. Além de destacar a importância da força de trabalho para a racionalização das empresas, este último tema apontava para os desequilíbrios econômicos e demográficos decorrentes da consolidação da estrutura econômica industrial em um contexto capitalista marcado pelo subdesenvolvimento:

> De certo modo, o projeto centra-se numa questão de referência: o que a sociologia poderia fazer pelo capitalismo difícil de um país subdesenvolvido, a partir do conhecimento sociológico acumulado quanto à transição das sociedades tradicionais para a sociedade moderna, um tema forte da sociologia latino-americana daquela época e, em particular, da sociologia da USP. O problema era saber quais as deficiências de compreensão do empresariado industrial em relação às possibilidades de expansão e afirmação do capitalismo no Brasil. Mas também as resistências do operariado à modernização tecnológica da indústria. E, por fim, o déficit de competência política do Estado para atuar como Estado demiurgo em relação às possibilidades que se abriam ao desenvolvimento capitalista do país[67].

Contando com o apoio de recursos extrauniversitários, o centro contratou uma equipe de jovens pesquisadores, originalmente formada por Leôncio Martins Rodrigues, Lourdes Sola, Celso Beisiguel, Gabriel Bolaffi e José Carlos Pereira. O início das atividades do Cesit foi marcado por um *survey* acerca da estrutura da empresa industrial em São Paulo. De certa maneira, é possível dizer que a preocupação com o desenvolvimento socioeconômico do "Brasil moderno" aproximou a sociologia profissional uspiana do Plano de Ação do governo de Carvalho Pinto. A boa relação, mediada por Plínio de Arruda Sampaio, então coordenador do Plano de Ação, entre a universidade e o governo estadual significava um importante ganho político em um contexto histórico de relativo prestígio das ciências sociais:

> Pretendia-se que os governos fossem orientados por técnicos, portadores de conhecimento científico – e por isso 'neutro', longe das motivações políticas –, que tomariam as decisões necessárias para a realização do desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade brasileira. Essa era a ideia do planejamento técnico-científico das atividades governamentais, sobre o qual calcava-se parte da legitimidade política do governo Carvalho Pinto. O projeto não foi contemplado pelo Plano de Ação do governo estadual, embora o financiamento da pesquisa tenha sido possibilitado, em parte, pela recém-criada Fapesp[68].

Estimulada pela expansão do ciclo nacional-desenvolvimentista da década de 1950, a nascente sociologia profissional uspiana propôs-se a analisar o modelo de desenvolvimento fordista periférico a fim de potencializar aquelas reformas sociais capazes de romper com a reprodução do "atraso" do país. Ao fim e ao cabo, pretendia-se "anular a distância histórico-cultural" existente entre as sociedades subdesenvolvidas e o capitalismo avançado. Apoiando-se em uma leitura antieconomicista do desenvolvimento econômico segundo a qual, em sociedades periféricas, a cultura "enclausuraria" a economia, anulando as precondições do progresso social, Florestan Fernandes defendeu a necessidade de combater o subdesenvolvimento por meio da "transplantação rápida e intensiva das técnicas modernas do pensamento e da ação". Nos marcos dessa agenda, a indústria adquiriu um papel de destaque, estimulando a sociologia profissional, especialmente a sociologia do trabalho, a frequentar a periferia da cidade de São Paulo.

Diferenciando-se das abordagens nacionalistas acerca do subdesenvolvimento brasileiro, o Cesit pensou ter encontrado na sociologia profissional um ferramental teórico capaz de "renovar e alargar o horizonte cultural herdado", apontando para o grau de "adequação ou inadequação" das estratégias a serem seguidas pela transição do taylorismo primitivo ao fordismo periférico. Assim, o centro teria representado, nas palavras de Arruda: "[...] a entrada definitiva dos sociólogos paulistas no debate sobre o desenvolvimento do país"[69]. Contudo, a sociologia profissional resistiu a se alinhar às ideologias oficiais. Recusando-se a acompanhar a trajetória do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), o centro paulista assumiu uma atitude que, apesar de apresentar engajamento sociológico em um projeto de reforma social, mantinha distância política do populismo hegemônico[70]. Para Fernandes:

Os sociólogos podem cooperar ativamente, como e enquanto cientistas, com o debate e esclarecimento das grandes questões que ameaçam a segurança, desafiam a coragem e encobrem o futuro da própria coletividade.[71]

A "sociologia aplicada" deveria saber avaliar os efeitos socialmente degradantes do modelo de desenvolvimento fordista periférico a fim de ajudar a fortalecer a "ordem social democrática"[72].

O golpe militar de 1964 anunciou não apenas o colapso do populismo, como também o fim do projeto democrático de modernização social imaginado por essa sociologia aplicada. Fernandes procurou, então, redefinir

a problemática do desenvolvimento brasileiro identificando no “apego sociopático” das elites brasileiras ao passado a chave explicativa da derrocada do projeto reformista. Conciliado com a análise relacional e dialética das lutas de classes, essa reproblematização conduziu Fernandes para longe da sociologia da modernização[73]. Com o golpe militar, o Cesit foi reduzido a uma espécie de extensão da Cadeira de Sociologia I, tendo por principal função abrigar e treinar seus futuros docentes, e muitos trabalhos previstos originalmente no projeto *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do sudesenvolvimento* foram finalizados em ritmo acelerado, tendo em vista a expectativa da cassação dos pesquisadores pela ditadura. O impacto do golpe sobre as atividades do centro foi devastador e, com a derrocada do apoio político do governo do Estado de São Paulo, seguido pelo declínio dos recursos financeiros externos à universidade, o projeto original do Cesit tornou-se obsoleto[74].

Os três estudos de Leôncio Martins Rodrigues enfeixados no volume *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (1966) fizeram parte daquele conjunto de trabalhos finalizados durante esse conturbado período. Perseguindo um dos objetivos originalmente definidos pelo Cesit de investigar a relação da mobilização da força de trabalho com a modernização industrial brasileira, Rodrigues ocupou-se do movimento sindical durante a consolidação do fordismo periférico. Por meio do estudo das greves operárias ocorridas em São Paulo, a emergente sociologia profissional do trabalho identificou algumas das principais características da industrialização periférica, contrastando-as com as observadas nos países capitalistas avançados. Para tanto, Rodrigues ocupou-se da formação de uma massa precarizada recém-chegada do campo e decidida a progredir na metrópole. Moldado por intensos fluxos migratórios e atraídos pelos direitos sociais, esse jovem precariado industrial parecia estar completamente desinteressado pela vida política nacional, além de um tanto indiferente aos próprios conflitos industriais.

Conforme Rodrigues, esse precariado acantonado na periferia paulistana deparou-se com um sindicalista populista à frente de um piquete paradista. A ideia é que *durante a vigência do populismo, o jovem precariado industrial brasileiro teria agido como massa de manobra dos setores trabalhistas e comunistas*. Assim, os movimentos grevistas em São Paulo resultariam de uma ação deflagrada de fora para dentro das indústrias: apenas por meio da violência dos piquetes é que a massa precarizada responderia aos

sindicatos[75]. Em seus estudos da década de 1960, Rodrigues enfatizou a natureza politicamente passiva desse encontro entre sindicalistas e trabalhadores. Os operários acompanhariam decisões alheias, assistindo indiferentes ao conflito entre os sindicatos e as indústrias. A natureza tardia da indústria combinada à relativa desimportância social do operariado teria produzido uma classe social incapaz de modernizar o país. Isso explicaria, também, o atraso dos estudos sobre o operariado brasileiro.

Aqui, o principal contraponto teórico seria com a sociologia estadunidense das relações industriais que, liderada por Elton Mayo, já nos anos 1920, promoveu uma agenda sociológica aplicada de pesquisas interessada em elevar a produtividade do trabalho industrial por meio da identificação e satisfação das "necessidades individuais" dos trabalhadores. Esses estudos foram sucedidos por etnografias do chão de fábrica, também em Chicago, que adotaram o ponto de vista dos trabalhadores em relação ao problema da restrição da produção. Assim, Everett Hugues concluiu que a restrição seria, na realidade, uma reação dos operários às falhas das gerências em prover-lhes condições adequadas de trabalho[76]. Contudo, a despeito de reconhecer a importância metodológica desses estudos, Rodrigues reprovou a pouca atenção dispensada por Mayo e Hughes ao movimento sindical. Para Rodrigues, a compreensão da prática política do operariado não deveria ficar limitada ao chão de fábrica. Daí a necessidade de investigar objetivamente a solidariedade operária advinda do sentimento de pertencimento de classe social.

Problematizando uma das maiores preocupações da sociologia aplicada de Fernandes, o engajamento político dos estudiosos com o objeto estudado surgiu para Rodrigues tanto como um elemento indispensável para a compreensão antirreducionista do fenômeno operário quanto como um obstáculo a ser superado pelo aperfeiçoamento do método sociológico. (Ou seja, como mais uma das fontes do atraso dos estudos sociológicos a respeito do sindicalismo e do movimento operário no Brasil.) A sociologia profissional voltou-se, então, para os Estados Unidos em uma tentativa de compreender as bases históricas e teóricas do atraso dos estudos operários no país. Contemporânea de seus pares no norte, a jovem sociologia profissional brasileira passou pelos temas da institucionalização dos conflitos trabalhistas em sociedades avançadas e a consequente "diminuição da importância dos aspectos ideológicos que envolviam o movimento operário".

Em busca de uma matriz isenta de “deformações ideológicas” e acompanhando a problematização original do Cesit, Rodrigues decidiu interpretar o modelo de desenvolvimento fordista periférico como uma realidade histórica condicionada pelo atraso da cultura política do país. Daí a necessidade de comparar trajetórias históricas de diferentes classes operárias nacionais, distanciando-se das formulações “abstratas” e dos “esquematismos” que o autor associou, sobretudo, ao marxismo. Dessa forma, Rodrigues evitou o suposto insulamento do conhecimento a respeito do mundo operário, assim como o determinismo econômico. Vale observar que o principal contraponto de Rodrigues, tanto em relação aos movimentos grevistas, quanto em relação ao marxismo, foi o livro de Jorge Miglioli, *Como são feitas as greves no Brasil?*[77].

## Os sindicatos no fordismo periférico

Se Rodrigues julgou que as greves na indústria paulistana resultavam da pressão de sindicalistas populistas sobre uma massa inerme de operários, Miglioli, ao contrário, interpretou essas greves como um “procedimento racionalizado” derivado da experiência acumulada pelos trabalhadores com a “aliança empresarial-policial”. Distantes do espontaneísmo das primeiras décadas do século XX, as greves populistas não dependeriam mais da “pura revolta”. Na verdade, os trabalhadores podiam agora contar com uma direção disciplinada e metódica capaz de planejar e executar a ação grevista com um mínimo de violência. Daí seu sucesso na década de 1950 e no início dos anos 1960. Apoiado em entrevistas com líderes sindicais populistas, o estudo de Miglioli permite averiguar a representação que as direções comunistas faziam de sua relação com as bases operárias. Dispensável dizer que essa interpretação do papel dos trabalhadores difere substancialmente da elaborada por Rodrigues: os operários dialogam com as direções sindicais, surgindo como autênticos protagonistas dos movimentos grevistas[78].

Atento aos procedimentos racionais e dialógicos capazes de garantir o sucesso da parede, Miglioli ocupou-se de questões relacionadas ao reconhecimento por parte da massa de trabalhadores da justeza das reivindicações, ao ânimo dos trabalhadores, à necessidade de as palavras de ordem chegarem rapidamente aos operários, à formação dos comandos e à organização dos fundos financeiros, entre outras. Além do papel das bases nos conflitos industriais, o comando grevista, ou piquete, dividiu igualmente as interpretações da sociologia marxista e da sociologia profissional do

trabalho no país. Na opinião de Miglioli, como a adesão dos operários às greves havia aumentado ao longo da década de 1950 e início dos anos 1960, a necessidade de os comandos utilizarem meios violentos contra os fura-greves tornara-se algo um tanto residual. Por outro lado, contudo, a reação orquestrada pela aliança empresarial-policial teria transformado o piquete policial em ação corriqueira, forçando os comandos grevistas a defenderem os trabalhadores da violência policial:

No dizer de diversos dirigentes operários que entrevistamos, os furadores quase não constituem problema nas greves atuais. O que constitui problema é a ação patronal – direta ou através da polícia – que procura forçar os trabalhadores a voltar às atividades. Assim, por exemplo, foi fundamental a ação dos piquetes na greve dos ferroviários da Companhia Paulista das Estradas de Ferro, em abril de 1959, protegendo os trabalhadores e se opondo às tentativas da diretoria da Empresa, que procurava fazer circular os trens, usando a polícia contra os grevistas, caçando os maquinistas em suas residências etc. [...] Portanto, os piquetes passam a ter o papel de protetores dos trabalhadores, contra a pressão patronal e policial – pressão essa que muitas vezes se traduz em atos de violência.[79]

A comparação do caso brasileiro com o capitalismo avançado também está presente na análise de Miglioli. A internacionalização do capital e o desenvolvimento da empresa fordista no país acrescentariam um novo desafio para o movimento sindical: como defender os operários da manipulação ideológica promovida pelas técnicas gerenciais estadunidenses? Vale observar que, se Rodrigues comparou o padrão dos conflitos industriais brasileiros com o capitalismo avançado no intuito de realçar as particularidades do "atraso" da cultura política periférica, Miglioli preocupou-se com o efeito politicamente dissolvente sobre o ânimo grevista trazido pela consolidação do modelo de desenvolvimento fordista.

A despeito de possuírem posicionamentos políticos divergentes, Rodrigues e Miglioli concordam em um ponto. Para eles, a transição para o fordismo significou um progresso significativo para as relações industriais no país. Miglioli chega mesmo a afirmar que:

> As greves por condições de trabalho são exemplos de um velho tipo, que diminui em importância e em número. [...] Atualmente, poucas são as greves causadas pelas condições de trabalho, e mesmo estas têm pequena expressão no movimento paredista. Porque, em nossos dias, as condições de trabalho são bem melhores. Essa melhoria se deveu não só à luta operária, mas também à racionalização do trabalho.[80]

Apesar disso, o compromisso de Miglioli com o sindicalismo populista representava o tipo de engajamento que a sociologia profissional de

Rodrigues recusava. Ainda que a proposta da sociologia aplicada do Cesit previsse o envolvimento do sociólogo com audiências extra-acadêmicas, a mediação deveria ser estabelecida por critérios de validação definidos pela própria ciência. Além disso, o objetivo desse compromisso seria a superação do atraso capitalista e não a transição ao socialismo. Tendo em vista o desejo de submeter o estudo do operariado periférico aos padrões da objetividade acadêmica, Rodrigues denunciou o marxismo de Miglioli por, supostamente, abordar o operariado desde um ponto de vista teleológico. Aos olhos da sociologia profissional, a sociologia marxista representava um obstáculo para o avanço do conhecimento científico[81].

Na tentativa de comparar diferentes trajetórias nacionais da classe trabalhadora a fim de apurar a especificidade do operariado nacional, Rodrigues acabou estabelecendo um avivado diálogo com uma teoria tão teleológica quanto o stalinismo, ou seja, o pós-industrialismo. Antípoda político daquele, o pós-industrialismo afirmava que as sociedades transitariam da agricultura para a indústria, até chegar à liberal e democrática sociedade de serviço estadunidense. Ao serem equacionados pelo planejamento burocrático, os conflitos nas sociedades industriais maduras tornavam-se residuais. A ampliação das oportunidades educacionais, o consumo regulado das massas e a participação política democrática teriam implicado os sindicatos operários na negociação coletiva, sedimentando o consentimento da classe trabalhadora ao capitalismo[82].

Incapazes de contar com o apoio dos operários nas empresas, os sindicatos brasileiros teriam se voltado para os problemas políticos gerais do país. Assim, o movimento sindical abdicaria de desempenhar um papel relevante no interior do regime de acumulação despótico, preferindo o caminho da negociação com os políticos populistas que pilotavam o modelo de desenvolvimento periférico. Aqui residiria uma das principais contradições entre o sindicalismo nacional e aquele encontrado nos países capitalistas avançados: tendo por base a barganha dos ganhos de produtividade por aumentos salariais, as várias experiências vindas do Norte apontavam para o enraizamento dos sindicatos nas empresas[83]. Aqui, ao contrário, a industrialização acelerada apoiada no grande capital internacional somada à fragilidade do movimento sindical teria produzido outro efeito: o modelo de desenvolvimento fordista periférico, ao estimular os impulsos individualistas do jovem precariado migrante, teria bloqueado o aparecimento de uma autêntica consciência de classe operária. No norte desenvolvido, o

reconhecimento dos sindicatos e a rotinização da negociação coletiva teriam institucionalizado a luta de classes, garantindo a pacificação da consciência operária; no sul subdesenvolvido, a soma das características da empresa fordista com a fragilidade do sindicalismo bloquearia o florescimento da consciência operária:

> As características da Empresa Automobilística são tais que concorrem eficazmente para estimular formas de comportamento e atitudes já existentes no proletariado de modo a constituir poderoso obstáculo para a integração sindical e para a emergência de "condutas classitas". Empregar-se na Empresa Automobilística, no caso, significa precisamente a realização das ambições que animam o proletariado: salário mais elevado, melhores condições de trabalho, possibilidades de promoção e de aquisição de uma profissão. Neste contexto, fica clara a pequena importância atribuída ao sindicato enquanto instrumento de pressão. [...] Nota-se aqui o flagrante contraste entre as conquistas sociais, sindicais e econômicas do proletariado norte-americano, inglês, francês etc., em que cada vantagem obtida – do reconhecimento da organização sindical aos aumentos salariais – esteve estreitamente vinculada à capacidade de pressão e de barganha dos grupos operários.[84]

Sustentaremos neste trabalho uma hipótese alternativa: ao contrário do fordismo estadunidense, no qual, devido à institucionalização de um regime fabril hegemônico, as gerências simplesmente não podiam contratar e demitir à vontade, obrigando as chefias, ao menos nos setores monopolistas, a persuadir os operários a lhes entregar o excedente produtivo, a combinação de promessas não cumpridas pelo modelo de desenvolvimento com o despotismo do regime de acumulação fez com que o fordismo periférico promovesse, em vez de consentimento, a *inquietação operária*. A precária inserção no mundo urbano associada à transparência da exploração econômica estimulou comportamentos críticos por parte dos operários fordistas, em especial os setores não qualificados e semiqualificados na cidade de São Paulo, que rapidamente engajaram-se em um ciclo de greves gerais. Em outras palavras, a regulação populista assentou-se sobre uma *hegemonia precária* sob a constante ameaça da substituição de eleições pela repressão mais desavergonhada. O suicídio de Getúlio Vargas e o golpe militar de 1964 fortalecem essa hipótese.

Por um lado, concordamos com Rodrigues quanto ao reconhecimento da capacidade dos países capitalistas avançados em rotinizar conflitos laborais após a Segunda Guerra Mundial. De fato, tanto os sindicatos estadunidenses quanto os europeus, a despeito das diferenças nacionais dos regimes hegemônicos, adotaram, sobretudo nos setores econômicos monopolistas, a negociação tripartite como via privilegiada de ação coletiva em um momento de expansão econômica do capitalismo. Por outro lado, discordamos de Rodrigues quanto às razões capazes de explicar o afastamento do

sindicalismo brasileiro desse padrão. A fim de apreender as especificidades do comportamento do movimento operário no país, Rodrigues construiu um argumento "dependentista" apoiado em uma peculiar interpretação da *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* de Leon Trotski:

> O caso brasileiro apresenta a especificidade – como o de outros países subdesenvolvidos – que tem origens no desenvolvimento combinado, isto é, desenvolvimento que reúne formas semicoloniais ou pré-capitalistas de organização social e de produção ao lado das formas mais avançadas e representativas do moderno capitalismo industrial, tendendo em algumas áreas urbanas a assemelhar-se a uma sociedade aberta. É nessas áreas, obviamente, que o conflito industrial tem lugar nas formas universais de oposição Capital-Trabalho.[85]

Quer por ser um fato ainda pouco conhecido da história das ciências sociais brasileiras, quer por sua importância para a formação da sociologia do trabalho no país, a influência do pensamento de Leon Trotski sobre Leôncio Martins Rodrigues – além de Francisco Weffort e Chico de Oliveira, entre outros – merece ser destacada. Rodrigues foi uma figura-chave da história do trotskismo brasileiro durante os anos 1940 e 1950, tendo sido um dos poucos a participar da dissolução do Partido Socialista Revolucionário (PSR) e da fundação do Partido Operário Revolucionário (POR), as duas principais organizações políticas trotskistas do período.

**QUADRO 4. Origens do trotskismo no Brasil**

Sinteticamente, a história do trotskismo brasileiro remonta à criação, em 1930, do Grupo Comunista Lenin e, em janeiro de 1931, do Secretariado Internacional da Oposição Internacional de Esquerda em Paris, que incentivou, em 1931, a fundação, na cidade de São Paulo, de uma organização conhecida por Liga Comunista Internacionalista. A Comissão Executiva da Liga Comunista contava com a presença de Aristides Lobo, Lívio Xavier, Plínio Gomes de Melo, João Mateus, Benjamin Péret, Mário Pedrosa, Victor Azevedo Pinheiro e João da Costa Pimenta. Conforme José Castilho Marques Neto, o grupo, até 1933, teve aproximadamente 32 membros, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e contou com a militância de outra figura-chave da origem da sociologia do trabalho no país: Aziz Simão.

Tanto Murilo Leal quanto José Castilho Marques Neto afirmam que Simão participou ativamente das atividades da Liga Comunista, atuando nas campanhas para a Constituinte Estadual e para a Câmara Federal, além da construção da Frente Única Antifascista que, em 7 de outubro de 1934, enfrentou os integralistas na Praça da Sé. Por sua vez,

> Mario Pedrosa ajudou a fundar a IV Internacional em 1938 e, logo no ano seguinte, o dirigente do PCB, Hermínio Sacchetta, rompeu com o partido, unindo-se ao grupo de Pedrosa para formar o PSR (Partido Socialista Revolucionário), reconhecido como seção da IV Internacional em 1940[86].

Vale observar que o POR nasceu influenciado pelo dirigente político argentino J. Posadas, então responsável pelo Birô Latino-Americano da IV Internacional. Politicamente, o assim chamado "posadismo" notabilizou-se por apostar na via das alianças com agrupamentos políticos nacionalistas. Intelectualmente, essa corrente interpretou o apoio popular aos regimes populistas latino-americanos, com destaque para o peronismo, na Argentina, e o varguismo, no Brasil, como parte de uma experiência política na qual a classe operária, ainda que limitada por "distorções pequeno-burguesas", logrou afirmar sua consciência classista. Trata-se de um fato a ser destacado, afinal, naquele momento, a interpretação sociológica de inspiração dualista, bem representada nos trabalhos de Juarez Brandão Lopes, por exemplo, inclinava-se na direção da tese de um operariado destituído de consciência de classe, pois ainda atado ao mundo rural. Ao contrário, o posadismo destacou o papel ativo do operariado industrial na regulação populista dos conflitos trabalhistas latino-americanos.

As raízes conceituais dessa análise devem ser buscadas nos escritos de Leon Trotski sobre a América Latina[87]. Debruçando-se especialmente sobre o caso mexicano, mas considerando da mesma forma os casos argentino, boliviano e brasileiro, o revolucionário russo concluiu que os governos de países industrialmente retardatários costumavam apoiar-se no movimento operário a fim de barganhar com o capital internacional margens dilatadas de independência nacional. Segundo esse raciocínio, a soma do domínio do capital forâneo sobre as economias nacionais com o crescimento do proletariado urbano decorrente da industrialização acelerada debilitou a hegemonia da burguesia nacional e abriu caminho tanto para soluções populistas quanto para regimes filofascistas:

> Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isso confere ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Este se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem se convertendo em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura

> policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política (do governo mexicano) se liga à segunda alternativa; suas maiores conquistas são as expropriações das linhas férreas e das companhias petrolíferas.[88]

Não seria despropositado inferir que a interpretação do POR a respeito do varguismo tenha acompanhado tais reflexões. Sinteticamente, podemos dizer que Getúlio Vargas apareceu representando um pacto de grupos pecuaristas do Sul, comprometidos com o desenvolvimento de um mercado interno de consumo para seus produtos, com setores industriais nacionais que se distanciavam da economia cafeeira. Ameaçados pelo conflito não resolvido de interesses entre as classes proprietárias, assim como acossados pela pressão imperialista, os apoiadores do varguismo voltaram-se para as classes populares no intuito de legitimar o regime político. A legislação trabalhista corresponderia à primeira referência da formação da consciência de classe do novo operariado das décadas de 1930 e 1940.

Como argumentaram tanto Leal quanto Demier, muito provavelmente as análises empreendidas pelo trotskismo brasileiro durante esse período foram incorporadas ao meio ambiente intelectual de uma esquerda antistalinista crítica do atrelamento dos sindicatos populistas ao Estado e das visões etapistas do desenvolvimento capitalista[89]. Assim, parece-nos razoável afirmar que a crítica ao "cupulismo" sindical e a ideia de que sob o populismo a classe operária encontrava-se desorganizada na base, ainda que politicamente ressignificadas, acompanharam Rodrigues em seu estudo sobre as greves e atitudes operárias. Na verdade, a preocupação com a organização operária no local de trabalho reaparecerá sob a forma do amadurecimento das relações industriais capitalistas tendo como base a experiência estadunidense[90].

## O populismo e o precariado migrante

Em termos estritamente conceituais, é possível dizer que Rodrigues inverteu a compreensão de Leon Trotski a respeito do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo latino-americano: no tocante ao conflito industrial brasileiro, serão *os aspectos pré-capitalistas* das relações industriais que *dominarão largamente os elementos modernos*. Além disso, resultado da incorporação da ênfase antieconomicista de Fernandes que advogava a proeminência da cultura brasileira sobre a economia, a luta do moderno contra o arcaico passava a se desenvolver em um plano fundamentalmente *nacional*. O sindicalismo deveria, pois, considerar a adoção de uma

*ideologia modernizante* capaz de ampliar a participação dos trabalhadores nas decisões produtivas a fim de combater a ideologia empresarial que associava a participação política do operariado à contestação da propriedade dos meios de produção.

Para Rodrigues, o sentimento de inépcia política trazido pelo jovem precariado migrante das áreas rurais o teria aproximado das lideranças carismáticas populistas. Incapazes de se auto-organizar, os trabalhadores buscariam progredir individualmente, amparando-se para isso na proteção trabalhista. Ao contrário dos operários profissionais, identificados com a democracia, o precariado metalúrgico preferiria regimes autoritários[91]. Ou seja, o populismo emergiria aos olhos das massas precarizadas, desorganizadas e carentes de tradições associativas como a única forma possível de participação – ainda que marcadamente passiva e realizada por intermédio de um sucedâneo do sindicato, isto é, o líder carismático – na vida política nacional. E isso porque, antes de construir seus próprios sindicatos, aquele jovem precariado migrante já teria adquirido as condições formais da participação política. Rodrigues chega mesmo a, paradoxalmente, observar que os jovens migrantes inclinavam-se com mais frequência do que os operários profissionais na direção de "posições políticas esquerdizantes", apenas para, logo em seguida, retomar a linha de raciocínio sobre o autoritarismo dessa fração de classe:

São os setores operários de menor qualificação profissional, menos integrados na sociedade industrial e possuindo menores possibilidades de pressão sobre as empresas os que se inclinam mais acentuadamente a apoiar posições políticas esquerdizantes. [...] Seu descontentamento os leva a optar por soluções radicais como meio de defesa no meio urbano e industrial. Mas essas opções não se traduzem em atos. [...] A preferência por soluções políticas aparentemente mais radicais ou esquerdizantes está acompanhada de um sentimento de insegurança e impotência, de incapacidade de agir e de modificar, ainda que seja em pequena escala, uma teia de determinações sociais e econômicas, cujos mecanismos não chegam a discernir de modo coerente. A preferência por regimes autoritários vem daí: pensam numa ditadura paternalista que proteja os pobres contra os poderosos e ricos.[92]

As alianças políticas desse jovem precariado seriam preferencialmente construídas com os setores desenvolvimentistas da alta administração estatal. Para Rodrigues, o Estado populista apareceria como uma espécie de centro de equilíbrio entre os diversos grupos de pressão, pacificando e

reproduzindo os conflitos classistas. Daí a ampliação da abrangência da intervenção da ação sindical na vida política nacional: do chão de fábrica para o Estado. O nacionalismo e o trabalhismo ocuparam o espaço das doutrinas socialistas. A integração do operariado ao aparelho de Estado, por meio da estrutura sindical e da proteção social, garantiria a adoção do "pacto trabalhista" pelo movimento operário no país. Além disso, a integração do precariado à indústria representaria fundamento econômico da política populista: o desejo das massas precarizadas de progredir materialmente teria proporcionado à administração estatal a oportunidade de contrariar os interesses econômicos tradicionais por meio de um programa de governo desenvolvimentista.

A relação dos sindicatos com as eleições corroboraria esse juízo: ao aproximar líderes políticos oriundos das "classes médias e altas" dos representantes sindicais, a participação eleitoral teria deixado de ser um campo exclusivo das classes médias, passando a incorporar alguns setores populares. O apoio operário aos políticos populistas nas eleições passou a ser decisivo para o sucesso de qualquer agrupamento político. Chegamos à tese da *manipulação* do precariado destituído de consciência de classe pela liderança sindical politicamente interessada no jogo eleitoral[93]. Essa fração do operariado brasileiro apareceu aos olhos da sociologia profissional como uma massa incapaz de se auto-organizar e inclinada a consentir passivamente com a superexploração imposta pelo modelo de desenvolvimento fordista periférico. Uma aceitação que logo iria se transformar em satisfação alimentada pelos altos salários e pelas oportunidades de progresso funcional. Conforme esse enredo, não é difícil intuir que a militância sindical representaria um papel coadjuvante na grande indústria fordista[94]. Afinal, tendo que enfrentar o capital internacional e sem poder contar com tradições operárias organizativas, restaria ao jovem precariado migrante apelar diretamente para a proteção estatal a fim obter alguma margem de concessões materiais.

Para Rodrigues, o subdesenvolvimento capitalista não estaria circunscrito às relações do precariado com o Estado, estendendo-se por meio do paternalismo para o interior da fábrica. Ou seja, ao domínio do populismo no plano da grande política veio se somar as reminescências de um paternalismo tardio no âmbito das relações na produção. Assim, mesmo um eventual processo de radicalização operária capaz de revivificar o

movimento sindical em termos políticos e organizativos não poderia trazer consigo transformações sociais mais profundas:

> Com relação ao conjunto do proletariado brasileiro, não acreditamos que, salvo na hipótese de um estímulo vindo de cima, os próximos anos assistam à sua participação mais intensa e constante nas atividades associativas. A massa proletária, parece-nos mais provável, no caso de uma conjuntura política e econômica que lhe seja particularmente desfavorável, expressará o seu descontentamento e seu protesto em manifestações espontâneas, em rebeliões violentas, fora das vias institucionalizadas, o que não implicará necessariamente que resultem numa militância organizada. [...] Não julgamos que o proletariado nos anos vindouros possa erigir-se no centro impulsionador de um processo político de mudança social.[95]

Independentemente do juízo que possamos fazer a respeito dos alcances e limites teóricos que levaram Rodrigues a considerar o sindicato redundante para o jovem precariado metalúrgico, consideramos que a qualidade de sua enquete sociológica é capaz de trazer à baila alguns momentos-chave da formação da consciência operária em São Bernardo. Ou seja, por meio dos dados contidos em seu estudo de caso é possível reconstruir parte da história da relação entre os sindicatos e os operários da Willys-Overland do Brasil[96]. Por exemplo, ao argumentar que essa relação seria de natureza "assistencialista", corroborando suas hipóteses a respeito do bloqueio da consciência de classe e do atraso da ação sindical, Rodrigues apresentou o seguinte resultado para a pergunta: "Por que o senhor é sócio do sindicato?": "Pelos serviços médicos e dentários" – 33%; "Pela assistência jurídica" – 31%; "Porque o sindicato defende os nossos interesses" – 19%; "Porque o sindicato consegue aumentos de salários" – 10%; "Porque o sindicato consegue indenização" – 2%; "Não frequenta, não soube responder" – 5%. A esses dados, acrescentou:

> O sindicato é, para a grande maioria dos entrevistados, precipuamente uma entidade assistencial destinada a prover os associados de recursos médicos e orientação jurídica. A afirmação é válida tanto para os ferramenteiros como para os operários comuns, tanto para os trabalhadores nascidos em São Paulo como para os migrantes de áreas tradicionais. Ocorre, contudo, que para uns [operários semiqualificados e de origem rural], o sindicato é exclusivamente uma entidade assistencial enquanto, para outros [ferramenteiros], é também entidade de defesa de interesses socioeconômicos mais amplos e, pelo menos potencialmente, um instrumento de pressão. [...] Os números acima falam por si e não caberia estender-se na explicitação da tabela. Ressaltemos unicamente que se pode registrar, entre a minoria sindicalizada, 29% de "respostas classistas", ou seja, respostas que mencionam o sindicato não como entidade assistencial [assistência médica ou jurídica], mas como organização de defesa do proletariado.[97]

Na verdade, os números nunca falam por si e a noção de passividade operária acabou produzindo uma espécie de "inversão" nas informações recolhidas pelo autor. Uma interpretação alternativa diria simplesmente que a "assistência jurídica" não deve ser agregada aos "serviços médicos e dentários". Afinal, os trabalhadores recorrem à assistência jurídica sindical

quando vivenciam situações de conflito laboral, pois trata-se de um meio de defesa dos direitos trabalhistas. Mesmo Rodrigues reconhece isso quando, comentando a interpretação que os operários apresentam em relação ao serviços jurídicos prestados pelo sindicato, afirma: “O sindicato apresenta-se como um instrumento a ser utilizado na perspectiva das ambições de melhoria de vida ou de ascensão social. O trabalhador ‘conhece seus direitos’ assegurados pela legislação trabalhista e dela se vale contra a empresa”[98]. Caso agregássemos as respostas relacionadas à “assistência jurídica” àquelas relativas ao papel do sindicato como instrumento de defesa dos direitos trabalhistas, teríamos um quadro distinto: 62% das respostas apontariam para uma posição “classista”, contra 33% de respostas “assistencialistas”[99].

O caráter latente do conflito operário manifesta-se igualmente no “paradoxal” ativismo sindical do jovem precariado migrante. Trata-se de uma “anomalia”, afinal: pelo fato de não possuírem experiência industrial prévia, esses operários deveriam se sentir satisfeitos com o progresso material proporcionado pelo modelo de desenvolvimento fordista periférico, além de contentes com o acesso aos direitos trabalhistas, até então inexistentes no mundo rural. Hipoteticamente, isso os conduziria para longe do sindicato. Então, como explicar que os jovens operários migrantes, mesmo quando comparados aos ferramenteiros, estivessem entre os mais ativos militantes do sindicato de São Bernardo? Como interpretar o descontentamento salarial, as opiniões favoráveis em relação às greves e a inclinação para a sindicalização[100]? Em relação aos salários, Rodrigues destacou que, apesar de a maioria de seus entrevistados entender que a Ford pagava um salário adequado:

> Os grupos com menos tempo de trabalho fabril, com passagem pela lavoura e chegados recentemente a São Paulo [...] acusaram as porcentagens mais baixas de indivíduos que disseram receber uma remuneração adequada. Pode-se dizer que são, relativamente, os mais descontentes com o salário embora à primeira vista, tendo-se em conta suas origens, fosse de se esperar o contrário. De um modo geral, [...] temos a seguinte tendência: os trabalhadores vindos de áreas tradicionais [...], os sindicalizados e os operários de origem agrícola [...].[101]

Essa irregularidade entre o comportamento operário esperado e o aferido foi interpretada em termos instrumentais. Como os trabalhadores migrantes seriam mais dependentes do amparo do sindicato, tenderiam a recorrer a seus serviços com mais frequência. O mesmo tipo de comportamento poderia ser observado em relação à empresa fordista: o jovem precariado migrante acreditava: “[...] Utilizar-se mais dela [Ford] do que era utilizado”[102]. Trata-se de uma explicação convincente, a não ser por dois problemas: em

primeiro lugar, a suposta predileção pelo assistencialismo manifestado nas respostas à enquete operária apoiava-se na interpretação duvidosa do significado atribuído à expressão “assistência jurídica”; além disso, se os operários preferiam o assistencialismo, como explicar a maior simpatia pela greve, claramente assinalada pelo jovem precariado migrante?

Se a explicação instrumental carece de estofo, talvez a interpretação dualista do operariado metalúrgico tenha melhor sorte. A hipótese de que os trabalhadores da indústria automobilística estariam cindidos em duas frações antagônicas, uma delas qualificada e satisfeita com seus salários e com suas condições de trabalho, além de orgulhosa de seu *status* profissional, e outra desqualificada, dependente dos sindicatos e dos aumentos gerais do salário mínimo, além de incapaz de se integrar ao ambiente fabril, talvez explicasse a instrumentalidade do comportamento do precariado migrante. Tendo em vista suas origens rurais, assim como a falta de qualificação técnica, o vínculo desses trabalhadores com o modo de vida urbano-industrial seria intermitente, tornando compreensível seu suposto comportamento oportunista.

Aqui, talvez valha uma lembrança: ao comentar o livro de Frederick Taylor, *Princípios da administração científica*, Harry Braverman notou que o “senhor Smith”, também um jovem imigrante (holandês), considerado afásico e despojado de qualificações profissionais, construía sozinho sua própria casa nas horas vagas[103]. Uma certa equivalência pode ser verificada no caso brasileiro. Aqui a casa própria tornou-se uma preocupação permanente dos operários habituados às vicissitudes do mercado de trabalho. Conforme Rodrigues: “Entre os ferramenteiros, 68% declararam ser proprietários de suas moradias, entre os operários, a porcentagem foi de 46%. Frequentemente, a casa é construída pelo próprio operário nos seus momentos de folga ou em sistema de mutirão”[104]. Seriam os operários migrantes destituídos de aptidões industriais? O próprio Rodrigues nos permite aventar a hipótese contrária: desde muito cedo, os grupos recém-chegados do campo mostraram certo domínio de habilidades profissionais necessárias à construção civil, isto é, conhecimentos de cálculo, marcenaria, carpintaria, hidráulica, elétrica etc. Dispensável dizer que esse conjunto de conhecimentos é perfeitamente compatível com o mundo fabril[105].

Tudo somado, o paradoxo ainda persiste: se a “massa proletária” está “satisfeita” com a empresa e distante do sindicato, por que seus setores mais

precarizados mostram-se tão inquietos? De fato, alguns críticos de Rodrigues perceberam as ambiguidades dessa interpretação. No entanto, eles limitaram-se a refutar suas conclusões com base em dados colhidos anos depois nos respectivos trabalhos de campo[106]. Em nossa opinião, os principais riscos desse tipo de *revisita refutacional sem reconstrução teórica* são: 1) ignorar a importância da enquete operária de Rodrigues durante o período de formação da moderna indústria fordista no país; e 2) comparar dois momentos muito distintos do desenvolvimento da consciência da classe operária brasileira, ou seja, antes e depois do golpe militar. Para evitar esses riscos, parece-nos necessário distinguir o *construtivismo do conhecimento do objeto* do *realismo do objeto do conhecimento* e aplicar o princípio reflexivo da revisita etnográfica a fim explorar a pesquisa de campo de Rodrigues, reinterpretando suas conclusões.

Mas, afinal, o que estamos chamando de *revisita etnográfica*? A despeito de muito frequentes na antropologia, as revisitas etnográficas, em especial de grupos operários, não são tão usuais no universo sociológico[107]. De acordo com Michael Burawoy, uma revisita etnográfica ocorreria quando: "[...] Um etnógrafo compromete-se com a observação participante, ou seja, em estudar outros em seu espaço e tempo tendo em vista a comparação de seu campo com o mesmo estudado em algum ponto no passado"[108]. A *etnografia reflexiva* permitiria lançar luz sobre: 1) os dilemas da participação dos sociólogos no mundo estudado; e 2) as teorias levadas a campo a fim de explicar as transformações do objeto[109]. Àquelas revisitas que enfatizam a modificação do *conhecimento do objeto*, Burawoy chamou "construtivistas". Por outro lado, às revisitas focadas nas transformações do *objeto do conhecimento*, o sociólogo britânico chamou de "realistas".

Ou seja, problematizar as modificações do *conhecimento do objeto* ou do *objeto do conhecimento* implica, antes de mais nada, assumir a natureza reflexiva da sociologia, isto é, reconhecer que os sociólogos, de uma maneira geral, e os estudiosos do trabalho, especialmente, são parte integrante do mundo por eles estudado. Nesse sentido, o primeiro tipo de revisita definido pelo autor, aquela que enfatiza as relações entre o observador e o participante, tenderia a ser de natureza "refutacional", ou seja, o sucessor utilizaria a revisita para refutar as afirmações de seu predecessor. As discrepâncias entre os estudos seriam apreendidas tendo em vista a pressuposição de que o campo estudado em dois pontos diferentes no tempo não teria mudado, mas sim a relação do etnógrafo com o campo. Por outro

lado, as revisitas realistas movimentam-se no terreno da mudança histórica. Quer se concentrem na descrição do processo interno de mudança, quer admitam forças externas de transformação social, ambas tendem a enredar-se nas tramas da indeterminação histórica.

Tendo em vista essas balizas, diríamos que a sociologia profissional do trabalho no Brasil surgiu influenciada pelo projeto de modernização das relações capitalistas de produção: o reformismo político presente na sociologia aplicada de Florestan Fernandes filtrou as teorias levadas ao cinturão industrial da metrópole paulistana. Apoiado pelo governo do Estado de São Paulo, assim como por empresários reformistas, o Cesit representou a tentativa da sociologia profissional uspiana de superar o refúgio universitário e dialogar com audiências extra-acadêmicas sobre os dilemas do desenvolvimento do país. No entanto, esse projeto foi abortado pelo golpe militar de 1964, obrigando a sociologia aplicada a um retorno forçado para a academia. Ao mesmo tempo, Rodrigues acrescentou sua própria experiência teórica e política ao projeto, propondo uma reinterpretação dualista da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Daí a ênfase na resistência do atraso rural como explicação para a reprodução do subdesenvolvimento do país.

Assim, a sociologia profissional mostrou-se afinada com o grande desafio imposto ao projeto desenvolvimentista brasileiro: reconciliar as duas sociedades que teriam evoluído em ritmos discordantes. De acordo com o raciocínio dualista, enquanto o atraso rural condenaria uma parte da sociedade brasileira à reprodução dos costumes coloniais, o modelo de desenvolvimento fordista periférico pressionaria a outra parte na direção da modernidade capitalista. No entanto, as forças do atraso seriam tão poderosas e tão refratárias às mudanças trazidas por esse modelo que, apesar de abaladas pelo ciclo desenvolvimentista, ainda condenariam o país a décadas de subdesenvolvimento. Na luta entre o atraso e o progresso, o precariado rural estaria perfilado do lado oposto às fileiras vanguardistas.

**QUADRO 5. O dualismo operário**

Para Rodrigues, as origens históricas do dualismo operário remontam à década de 1920: com o colapso do modelo de desenvolvimento agroexportador, a relativa diminuição da importância dos setores de produção de bens de consumo não duráveis somada ao aumento dos investimentos nos setores de bens de capital e de bens de consumo

durável, ou seja, a chamada transição do *taylorismo primitivo* ao *fordismo periférico*, ampliara subitamente a demanda da indústria por força de trabalho barata, deslocando o eixo gravitacional da reprodução da condição operária das regiões centrais da cidade de São Paulo para as áreas periféricas da metrópole. Se, por um lado, seria exagero falar em um "colapso" dos velhos grupos operários – na realidade, muitos desses antigos operários passaram a ocupar postos qualificados no novo parque industrial paulistano –, por outro, é notório que as modernas indústrias fordistas preferiram se afastar dos bairros operários tradicionais, tais como o Brás e a Mooca, concentrando-se ao longo das principais rodovias da cidade de São Paulo.

Assim, formou-se um cinturão industrial que recebeu uma onda de trabalhadores migrantes originários das chamadas áreas "tradicionais" do país, isto é, da agricultura e das pequenas cidades do interior, especialmente dos estados nordestinos e de Minas Gerais. Estilizando a abordagem dualista, teríamos duas classes operárias no Brasil: uma primeira formada por imigrantes europeus atraídos pelo primeiro ciclo de industrialização do país (1920), concentrada em bairros proletários e capazes de conservar as tradições culturais e políticas dos países de origem, e uma segunda formada a partir dos anos 1930 por meio de intensos fluxos migratórios, sem experiência industrial e que foi rapidamente incorporada ao regime de acumulação baseado na mecanização, simplificação e intensificação do trabalho. O operário nacional seria responsável por tarefas que exigiriam baixa qualificação e os estrangeiros possuiriam funções profissionais[110].

Apresentando um baixo nível cultural e um estilo de vida arcaico, esse jovem precariado rural perderia suas referências tradicionais ao chegar às cidades, sem, contudo, substituí-las por valores fordistas. Ou seja, ele viveria uma transição caracterizada pela anomia social. Contudo, ainda que existisse uma situação de inadaptação desorganizando a massa migrante, seu progresso material seria inequívoco. Ao fim e ao cabo, esse grupo, mesmo que isolado no mundo urbano, ver-se-ia precariamente integrado, ainda que precariamente, tanto ao mercado de trabalho quanto ao regime salarial[111].

Por outro lado, temos o problema da *posicionalidade* da pesquisa de campo de Rodrigues, com a opinião dos operários profissionais predominando largamente sobre a dos jovens trabalhadores

nordestinos[112]. Coerente com sua teoria, o autor orientou-se pela bússola do dualismo: o precariado formado pelos fluxos migratórios seria desqualificado e inexperiente. Ao contrário dos grupos profissionais, a fração precarizada teria pouca coisa a dizer a respeito das tradições culturais e políticas do operariado fabril. Além disso, até o golpe militar, existia uma notável concentração salarial (60%) na faixa entre dois e cinco salários mínimos na indústria metalúrgica paulistana. Isso seria capaz de garantir uma relativa "satisfação" salarial entre as fileiras mais qualificadas. A faixa de até dois salários mínimos somava 30% do operariado: apesar de ser grande o suficiente para alimentar o ativismo sindical, ainda assim era minoritária. Vale lembrar que, após o golpe, essa relação inverteu-se. Ou seja, de fato existia certa base material capaz de corroborar parte das conclusões de Rodrigues sobre o "ânimo" manifestado pelos operários da Ford de São Bernardo[113].

## Entre o arcaico e o moderno: uma etnografia do precariado

Somando a reconstrução construtivista do conhecimento do objeto com a contextualização realista do objeto do conhecimento, é possível dizer que a enquete operária de Rodrigues apreendeu um momento central da formação da classe trabalhadora brasileira. Ao fazê-lo, legou às gerações futuras de sociólogos e historiadores do trabalho uma inestimável fonte de pesquisa. Entretanto, a teoria dualista, levada a campo pelo autor, a um só tempo registrou e bloqueou o reconhecimento de um tipo alternativo de relação dos operários, especialmente os grupos mais precarizados, com o sindicato: uma relação estruturada pela *auto-organização política* do jovem precariado migrante. Buscaremos explorar essa relação enfocando: 1) as etnografias operárias de Juarez Rubens Brandão Lopes empreendidas entre 1956 e 1958[114]; e 2) as revisitas arqueológicas aos trabalhos de Rodrigues e de Lopes realizadas por Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes[115].

O recurso a essas etnografias operárias irá nos proporcionar a oportunidade de revisitar o período de expansão do fordismo periférico no país. Assim, poderemos testar a hipótese segundo a qual *o precariado migrante, ao ser incorporado ao regime de acumulação despótico, teria rapidamente iniciado sua auto-organização sindical*, alimentando, entre a segunda metade dos anos 1950 e o golpe militar de 1964, o afamado ciclo das greves gerais operárias da cidade de São Paulo. Em vez de um comportamento passivo e permeável à manipulação política,

argumentaremos que a hegemonia populista caracterizou-se por um *estado permanente de inquietação social* entre os operários, especialmente sua fração precarizada, e que se expressou em seguidos desencontros entre o ativismo nas bases metalúrgicas e a moderação das cúpulas sindicais. Trata-se de um tipo de relação distinto da manipulação populista identificada pela sociologia profissional do trabalho como traço definidor da consolidação da estrutura sindical oficial.

Aparentemente, recorrer às etnografias operárias de Lopes em apoio à hipótese da auto-organização sindical pode parecer uma tentativa um tanto ou quanto despropositada. Afinal, ao explorar o problema do ajustamento do trabalhador à indústria, seja na fábrica paulistana da Metal Leve[116], seja em estudos comparativos entre empresas do setor têxtil em duas pequenas cidades industriais localizadas na região da Zona da Mata mineira, Lopes notabilizou-se pela hipótese contrária: conforme a conhecida expressão criada pelo autor, o trabalhador migrante não perceberia "o sindicato como algo feito por eles, mas por outros para eles". Daí a importância de distinguir, a exemplo do que fizemos no estudo de caso de Rodrigues, o *conhecimento do objeto* do *objeto do conhecimento* e reconstruir a teoria levada a campo a fim de reinterpretar a descrição proporcionada por ela.

Em primeiro lugar, cabe dizer que o sentido da empreitada de Lopes consistiu em estabelecer um programa profissional de pesquisa para a sociologia do trabalho brasileira capaz de apreender as especificidades da formação do grupo operário no país[117]. A exemplo de Rodrigues, Lopes também destacou o papel que o contraste entre as distintas realidades sociais capitalista avançada e subdesenvolvida desempenhava para a pesquisa sociológica brasileira. Na realidade, tanto Rodrigues quanto Lopes buscaram relacionar o caráter da administração, os modos de recrutamento do pessoal, as formas de sindicalismo e de conflito industrial ao contexto global da modernização das sociedades industrialmente tardias. Assim, a principal preocupação da sociologia profissional do trabalho foi conseguir articular teoricamente o regime de acumulação despótico ao modo de regulação populista.

Para tanto, Lopes concentrou-se nos efeitos da transformação de lavradores rurais nordestinos em trabalhadores fordistas não qualificados. O desejo do lavrador nordestino de retornar ao campo foi interpretado como a prova de que o precariado rural simplesmente não se identificava com a condição operária. Outro indício da inadaptação do trabalhador nordestino

seria o desejo de trabalhar por conta própria. Como resultado desse individualismo, os operários tenderiam a se afastar de esforços coletivos, como, por exemplo, a ação sindical. Conforme a descrição de Lopes, o bloqueio da consciência de classe, seguido do previsível enfraquecimento das formas da ação coletiva, seriam as marcas distintivas daquele jovem precariado em formação na indústria:

> É observação corrente entre mestres, contramestres etc. – pessoas próximas dos operadores – que estes "não têm união". Com isso querem dizer que não há ação conjunta, mesmo referente a coisas sobre as quais seus interesses coincidem e que, presumivelmente, seriam mais facilmente alcançadas pela ação coletiva. Notam mesmo que não é raro prejudicarem-se mutuamente no afã de obter vantagens pessoais. [...] Esta situação decorre do tipo de solidariedade que existe entre os operários. A base dessa solidariedade é apenas o seu conflito latente e vago com os patrões. No caso de desacordo entre um operário e a firma, os seus companheiros operários de nível de qualificação equivalente ficam do seu lado. Isto não significa, entretanto, que façam alguma coisa para ajudá-lo. [...] O sindicato não penetra suficientemente fundo nas oficinas das fábricas de modo a poder influenciar o comportamento cotidiano do empregado. O sindicato é para esses operários, quase sempre, um meio de que se utilizam para fins econômicos individuais (aumento de salário, indenização, aviso prévio etc.), cuja consecução vem justamente, muitas vezes, possibilitar o abandono da condição de operário. [...] O sindicato não é visto como algo feito por eles, mas por outros para eles. Quando mencionam o sindicato, os operários não usam o pronome "nós", mas sim "eles".[118]

A observação acima indica que, apesar de inorgânica, a solidariedade operária estava presente entre os trabalhadores da Metal Leve. Além disso, eles buscavam vantagens pessoais dentro da empresa, denotando familiaridade com a racionalidade instrumental e com a concorrência inerente ao trabalho fabril. Se somarmos o uso que faziam da legislação trabalhista ou mesmo sua relação com o sindicato, é possível concluir se tratar de um grupo operário em ruptura com o universo simbólico tradicional que começava a alimentar formas rudimentares de consciência de classe. O relato etnográfico de Lopes provê algumas imagens do florescimento dessas formas de consciência: partindo da "organização informal" das linhas de montagem por intermédio de relações de amizade baseadas em laços de conterraneidade ou de consanguinidade, passando pela criação de vínculos de mútua dependência decorrentes da experiência coletiva do trabalho fabril, até chegarmos à consolidação de pequenos grupos operários, "nem todos da mesma seção", observará Lopes, a formação da consciência de classe vai se revelando lentamente. Ainda que mediados por uma interpretação que enfatizou os efeitos deletérios sobre a solidariedade operária da animosidade contra nordestinos, não é difícil perceber no registro de Lopes indícios de seu contrário. Se, por um lado, o preconceito contra os "baianos" serviu para ampliar certas divisões no interior da classe, aumentando a distância

existente entre os operários profissionais de origem europeia e o precariado nacional, por outro, reforçou a identidade coletiva desse grupo, garantindo certa unidade em situações de conflito com a empresa.

**QUADRO 6. Os "baianos"**

"A origem social diversa do operário qualificado e do que não o é, assim como a diferença fundamental no valor social atribuído à ocupação de um e de outro, criam a grande distância social que existe entre eles. [...] Acrescentou [um ajustador mecânico] que nas linhas havia um tal de D., que era 'o agitador daquele pessoalzinho lá': 'Os do norte, sabe como é, loucos por uma briguinha!'. Esta maneira de os trabalhadores oficiais se referirem aos operários 'da produção' é característica. Todos lá tendem a ser englobados como 'nortistas', 'paus de arara' ou 'baianos', embora apenas um quarto do total provenha do nordeste e da Bahia. [...] Os aumentos obtidos através da ação sindical, como já foi constatado, quase nada significam para os operários oficiais, por isso acham, é claro, que não precisam do sindicato, a não ser para resolver problemas individuais. Os movimentos de reivindicação coletiva (salário mínimo, aumento salarial, congelamento de preços) são considerados por eles como de interesse apenas 'dos da produção'. Em suma, o sindicato é identificado com o operariado não qualificado e semiqualificado."[119]

Na realidade, a ênfase de Lopes na influência dos valores rurais sobre o comportamento operário produz interpretações contraditórias. Por exemplo, ao identificar a presença na Metal Leve de um fenômeno de característica operária, a *restrição da produção*, Lopes afirmou se tratar de um processo eminentemente individual, apoiado na percepção subjetiva daquilo que o operário considerava o esforço "justo" para seu salário. Nessa situação, os trabalhadores seriam obrigados a:

> [...] usar critérios pessoais do que é justo (e então, no dizer do operário há pouco citado, quando julgam "que ganham pouco, já diminuem a produção") ou a controlar o seu comportamento por normas racionais, agindo não segundo preceitos substantivos tradicionais, mas da maneira mais vantajosa para seus interesses.[120]

E, concluindo:

> Não se encontrou na Companhia organização informal do grupo operário capaz de exercer controle sobre a produção individual. Também não há participação em ação conjunta coordenada pelo sindicato e que tenha essa função de controle. Desta sorte a pesquisa realizada

> corrobora o ponto de vista de Friedmann de que a restrição da produção exercida pelo grupo operário é um fenômeno que só pode ser compreendido à luz do desenvolvimento da consciência de classe, das crenças e tradições do operariado, resultantes da experiência coletiva por que passa no meio industrial. Em uma região onde é recente a industrialização, como São Paulo, onde os trabalhadores de origem rural alternam o emprego na indústria com outras ocupações, não houve tempo nem condições para o aparecimento daqueles fenômenos. Foi o que se procurou aqui documentar.[121]

A despeito dessa conclusão do autor, o relato etnográfico documentou o contrário do individualismo: Lopes descreveu a força coletiva progressivamente impondo-se sobre as individualidades e regulando o montante do excedente fabricado. Na fala dos operários, percebemos a natureza coletiva da ação: “A gente não deve se matar”[122]. Aquilo que é considerado “justo” refere-se ao valor do salário recebido pelo grupo: “quando julgam ‘que ganham pouco, já diminuem a produção’”. Os operários envolvidos no processo de contenção da produção agem da “maneira mais vantajosa para seus interesses”. Se a limitação produtiva associa-se com certa frequência à presença do sindicato na fábrica, sua existência é relativamente independente da ação deste[123]. Fato surpreendente, Lopes acaba negando a existência de um fenômeno que ele próprio documentou de forma pioneira. Malgrado sua recente experiência operária, os trabalhadores da Metal Leve construíram um “sistema coletivo de ajustes” caracteristicamente fabril. A ênfase na influência dos valores tradicionais sobre o comportamento operário, contudo, não permitiu que Lopes reconhecesse o rudimento da consciência classista desenvolvendo-se entre os operários entrevistados.

Também a chamada “instabilidade” do novo *status* operário, consubstanciada nas elevadas taxas de rotatividade do trabalho, é interpretada como resultado exclusivo da presença dos valores tradicionais no mundo industrial. Raras vezes o sistema despótico fabril, a intensificação taylorista das cadências produtivas, as precárias condições de trabalho ou os baixos salários foram seriamente considerados a fim de explicar a elevada rotatividade na Metal Leve. Na realidade, o despotismo fabril foi registrado por Lopes não nas falas operárias, mas no estudo dos “atrasos” da racionalização administrativa. A crítica do autor concentrou-se sobre a resistência gerencial em adotar padrões impessoais para regular os conflitos industriais. A ausência de um sistema de fixação de salários, de promoções, de dispensas, de transferências ou de treinamento determinado pela seção de pessoal da empresa amplificaria as queixas dos operários, reforçando estereótipos do tipo: “[...] ‘brasileiro aqui não tem vez’, em casos em que um

empregado estrangeiro vem de fora para exercer uma função para a qual não havia, internamente, ninguém qualificado para exercê-la”[124].

Quando o conflito industrial aflora, a despotismo fabril manifesta-se mais claramente, sendo captado pela narrativa etnográfica: “Pressionados pela gerência técnica para realizar a produção prevista, os mestres ficam angustiados e descarregam nos operários, criando, por parte destes, comportamentos agressivos: a frustação leva à agressão”[125]. Nesse sentido, a etnografia de Lopes, ainda que limitada por um conhecimento estático do objeto, foi capaz de registrar o surgimento das bases da insatisfação do precariado metalúrgico na cidade de São Paulo: contenção da produção, despotismo fabril e discriminação coletiva baseada na origem regional.

O estudo subsequente de Lopes, comparando duas fábricas têxteis localizadas em pequenas cidades (metaforicamente chamadas de “Sobrado” e “Mundo Novo”) da Zona da Mata mineira, realizado no segundo semestre de 1958, amplia as preocupações do autor com o processo geral de crise e transformação da chamada “ordem tradicional” brasileira[126]. Inspirado em Max Weber e empregando conceitos extraídos das pesquisas realizadas por Clark Kerr, Frederick H. Harbison, John T. Dunlop e Charles A. Myers[127] a respeito da chamada “lógica do industrialismo”, Lopes buscará *estender seu estudo comparativo de caso*, inserindo-o na transição brasileira do taylorismo primitivo ao fordismo periférico. Apreendido por intermédio das metamorfoses do sistema patrimonialista de relações de trabalho, o autor investigou as relações sociais industriais sob a dominância do vínculo tradicional do operário com a empresa. Nesse sentido, as resistências “arcaicas” ao aparecimento de “modernas” relações de trabalho derivadas da organização sindical, da expansão dos direitos trabalhistas ou da introdução de novas tecnologias no chão de fábrica foram igualmente priorizadas.

O sistema tradicional de relações industriais foi analisado em sua globalidade: por um lado, quadros administrativos subsumidos às normas tradicionais reproduziriam a “tradicionalização” em detrimento da “racionalização”; por outro, a proximidade do empregador com o operário serviria para reforçar o atraso político no interior da comunidade: “[...] o empregado da fábrica, como o é o colono da fazenda, é um eleitor. [...] Em dia de eleição [em Sobrado], os operários, como os trabalhadores agrícolas, são levados para os ‘currais’ onde recebem as cédulas para daí serem conduzidos às seções eleitorais”[128]. Daí a importância dos laços pessoais

na relação da gerência com o precariado fabril. Além disso, o autor ocupou-se do rudimentar sistema de “bem-estar” social criado e reproduzido pelas empresas, associando-o ao bloqueio político da ação coletiva.

Enfatizando a influência das relações de trabalho e da organização patrimonialista provenientes do campo, além da importância da grande propriedade fundiária para a economia regional, Lopes concluiu que as principais características da força de trabalho industrial resultavam da resistência de relações patrimonialistas rurais no contexto industrial. Assim, o patrimonialismo surgiu como o eixo do sistema fabril nas proximidades do universo rural brasileiro. Além de servir para apreender a natureza tradicional das formas de solidariedade operária sobre a qual se desenvolve a ação sindical em Sobrado e Mundo Novo, o peso da tradição e a natureza “pessoal” das relações industriais seriam aspectos decisivos para assinalar o tipo de hierarquia existente nas fábricas. Nesse sentido, dirá o autor, a relação tradicional do operário com o industrial seria “total”, e isso também ocorreria com o padrão do conflito industrial.

A análise das relações industriais nas duas comunidades procurou desnudar os antagonismos decorrentes do processo de modificação dessas mesmas relações. Conforme Lopes, a transformação do patriarcalismo fabril encontrava-se inserida no contexto mais geral de degradação econômica do setor têxtil somada às transformações políticas decorrentes da atribuição de direitos aos trabalhadores pelo Estado populista. As medidas administrativas adotadas pelas empresas no sentido de fazer frente às novas condições econômicas, políticas, sindicais, tais como a intensificação dos ritmos de trabalho, o recurso às demissões, a adoção de contratos por tempo determinado etc. teriam, então, alimentado atritos entre mestres e operários, enfraquecendo as relações de trabalho tradicionais e estimulando a revivificação dos sindicatos.

Contudo, destacou Lopes, mesmo essa iniciativa teria sido moldada por relações de subserviência:

> O simples fato de os operários [de Sobrado, mas ocorreu o mesmo em Mundo Novo] procurarem transformar a associação em sindicato, por iniciativa própria, foi considerado pelos patrões como ato de rebeldia, e, embora alguns operários declarassem que o que estavam fazendo não era “ir contra o patrão”, cada um dos atos dos principais participantes mostrava a consciência de que estavam possuídos, de participarem de um desafio sem precedente em Sobrado. Que ousassem fazê-lo, somente podia ser explicado pelo apoio político de pessoas da classe alta (através, por exemplo, de um operário de Mundo Novo, cuja ligação com o chefe político da oposição de lá, sem dúvida, era conhecida) e pela existência da legislação trabalhista.[129]

Em relação às conquistas trabalhistas, foram os obstáculos interpostos pela reprodução do envelhecido padrão rural na indústria que mereceram destaque. Mesmo a percepção dos operários de Sobrado e Mundo Novo acerca de seus direitos seria "fluida" e tendente à associação destes com os velhos direitos "costumeiros": "[...] Quanto à legislação nem tomam conhecimento, pois ela se acha fora de seu mundo mental"[130]. Retirada do continente do *pensável*, a dinâmica da afirmação de direitos associada à ação sindical foi esvaziada de seu conteúdo classista. E mesmo uma importante vitória, relatada pelo autor, da chapa operária sobre a chapa patrocinada pelos patrões (308 a 107 votos), vitória expressiva se considerarmos as circunstâncias da eleição, isto é, em meio a uma flagrante campanha intimidatória promovida pela empresa, será interpretada como algo quase acidental. Na verdade, a eleição sindical estaria igualmente "fora do mundo mental" dos operários pesquisados:

> Aqueles, dentre os operários, que tiveram papel ativo na luta por um sindicato próprio possuíam um grau de compreensão da situação muito acima da dos trabalhadores comuns. Para a maioria dos empregados da fábrica de Sobrado, a eleição sindical estava praticamente fora de seu mundo mental e as vagas ameaças dos mestres – de que se a chapa deles não ganhasse "não ia ser bom", bem como a presença dos homens de confiança dos diretores, "com lápis e papel na mão" – eram motivos suficientes para intimidá-los. Possivelmente, como disse Penteado, se não fossem os fiscais da Delegacia, teriam perdido.[131]

Mesmo o processo de transformação de associação em sindicato no contexto da decretação do salário mínimo, em 1952, serviu apenas para reafirmar a ideia de que os laços tradicionais, e não os impulsos classistas, prevaleciam no interior do país. Afinal, segundo Lopes, não haveria dúvidas de que a ativa participação das lideranças sindicais no tocante à revivificação da entidade e a aproximação de vários operários em relação ao sindicato sobradense, tanto participando das reuniões quanto por meio da expressiva votação na chapa vitoriosa, resultariam do "sentimento de comunidade" de pessoas ligadas por laços de parentesco e vizinhança que "viveram e trabalharam juntas durante muito tempo". Ou seja, a solidariedade existente entre esses trabalhadores seria de natureza "comunal" e não de classe. Esse mesmo "sentimento de comunidade" faria com que os operários, se antes recorriam aos patrões para obter proteção e assistência, agora estivessem se voltando para o sindicato a fim de recompor algumas das vantagens perdidas com a transição do taylorismo primitivo ao fordismo periférico. Ou seja, os sindicatos estariam sendo obrigados a assumir a função paternalista outrora ocupada pelo empregador:

> O presidente do sindicato de Mundo Novo considera os “benefícios” auferidos pelos operários e oferecidos pela organização sindical (assistência médica e remédios mais baratos) como o motivo principal pelo qual os operários tornam-se associados. [...] Em Sobrado, onde o sindicato sofre maior pressão dos industriais, é ainda maior a preocupação em compensar os “direitos” perdidos pelos operários na fábrica.[132]

Por meio dessas modificações do sistema de relações industriais, o autor concluiu que, apesar da resistência dos antigos padrões de dependência pessoal rural, a relação entre patrões e operários estaria se modernizando à custa da intensificação e racionalização do trabalho, além de uma maior penetração da legislação trabalhista nas empresas. Isso estimularia uma presença cada vez mais rotineira do sindicato nas relações industriais.

Em suma, podemos dizer que, quer se trate de uma metalúrgica paulistana ou de duas empresas têxteis no interior de Minas Gerais, estamos diante de um mesmo problema sociológico: o bloqueio da ação política classista devido à influência de padrões, valores e relações patrimonialistas de poder sobre o comportamento do precariado fabril. A resiliência do passado rural brasileiro interporia obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento da consciência operária. E mesmo descrevendo vivamente a emergência das formas primitivas dessa consciência, Lopes as retira da análise para retornar à tese da preservação da organização e das normas tradicionais nas várias indústrias consideradas. Afinal, a transformação da associação em sindicato teria sido bem-sucedida devido ao apoio da oposição política aos proprietários da empresa, a vitória da chapa operária contra a chapa promovida pelos patrões deveu-se à ação de uma minoria esclarecida somada à participação de fiscais da delegacia do trabalho, o apoio dos trabalhadores ao sindicato dar-se-ia por conta da presença do sentimento de comunidade e não por causa da existência de aspectos da consciência de classe, a participação dos trabalhadores na vida do sindicato testemunharia uma espécie recriação do paternalismo fabril... Os operários estariam, de certa maneira, condenados a reproduzir o mundo rural nas cidades, recriando continuamente as relações sociais e as expectativas subjetivas de natureza tradicional.

Apesar dessa interpretação, o registro etnográfico permite entrever uma outra realidade: a emergência de formas de consciência operária em um contexto marcado pela conquista de direitos sociais durante a transição para o fordismo periférico. Afinal, mesmo se aceitássemos a interpretação de Lopes, restaria explicar tanto o surgimento das vanguardas sindicais quanto o apoio relatado dos trabalhadores às posições políticas operárias, em oposição aos interesses patronais. Além disso, não deixa de ser notável que a

revivificação da luta sindical tenha se manifestado em pequenas cidades do interior de Minas Gerais onde a presença do coronelismo ainda se fazia sentir[133]. Ou seja, se o estudo de Lopes buscava ampliar a tese da resiliência do atraso rural, sua etnografia inadvertidamente registrou o contrário: o nascimento da consciência política do precariado fabril.

## Arqueologia operária: o avesso do populismo

A partir do início dos anos 1970, começam a surgir as primeiras refutações aos estudos de Rodrigues e de Lopes[134]. Enfatizando as mudanças no *conhecimento do objeto* ou as transformações no *objeto do conhecimento*, tais refutações, *grosso modo*, tenderam a se concentrar em dois eixos: em primeiro lugar, a suposta incapacidade do operariado brasileiro de se auto-organizar de forma independente do Estado; chamarei esse eixo de *problema da consciência de classe*. O segundo consiste em explicar o comportamento operário por intermédio dos fatores estruturais, notadamente a origem rural do precariado fabril. Chamarei esse eixo de *problema do subdesenvolvimento capitalista*[135].

Argumentando que a dificuldade de se superar os limites "de uma problemática definida pela historiografia das classes dominantes" era sobretudo "de ordem intelectual", Paulo Sérgio Pinheiro, por exemplo, propôs em meados dos anos 1970 "alargar o campo da análise da classe operária além dos limites da própria classe e de sua participação política restrita"[136]. Apontando para novas direções de pesquisa acerca da classe operária brasileira, Pinheiro destacou o estudo das condições de exploração dos operários no processo de industrialização do Brasil por meio da "[...] descrição da classe operária a partir da configuração dada à população trabalhadora pelo processo de acumulação do capital"[137]. E, finalmente, após citar os trabalhos de Azis Simão, Leôncio M. Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes, lembrou-se de afirmar:

> Os ensaios que se conhecem nessa perspectiva aparentemente pecaram por uma leitura por demais sociologizante: preocupou-se mais com a estrutura e a composição da classe operária. [...] Enfim, o que parece ter-se perdido de vista foi o fato de que as características relativas à composição tendem a ser redefinidas pelas relações sociais a que está submetido o operário no processo de industrialização.[138]

Argumentos semelhantes emergiram nas décadas posteriores à eclosão do ciclo grevista de 1978-1980 destacando este mesmo ponto: *a inabilidade da sociologia profissional em lidar tanto com o problema da consciência de classe quanto com o problema do subdesenvolvimento capitalista*[139]. Ao

verdadeiro *boom* de estudos sobre o novo sindicalismo brasileiro, expressão de uma guinada rumo à classe trabalhadora – John D. French chega mesmo a dizer que os 200 mil metalúrgicos que participaram daquele ciclo grevista transformaram-se subitamente no "grupo de trabalhadores mais estudado da história mundial"[140] –, seguiu-se um período de relativo declínio, constatado tanto por Batalha quanto por Marson, do interesse, sobretudo dos historiadores sociais do trabalho, nos operários[141]. Durante os anos 1990, se a profusão de estudos a respeito da reestruturação produtiva manteve a classe operária em foco, ao menos para a sociologia, os operários já não mais atraíam a imaginação acadêmica como antes.

No entanto, o interesse pela classe operária brasileira, em especial durante o período populista, foi recentemente revivificado naquela direção apontada por Paulo Sérgio Pinheiro[142]. Dessa lavra, destacaremos os livros de Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes por duas razões: 1) são estudos que se ocuparam tanto do *problema da consciência de classe* quanto do *problema do subdesenvolvimento capitalista;* e 2) são autênticas revisitas etnográficas arqueológicas aos trabalhos de Rodrigues e Lopes, o que permite a comparação e o acúmulo de conhecimento a respeito dos mesmos grupos operários. Se no caso do livro de Negro a ideia de uma revisita arqueológica soa mais natural por se tratar do estudo da mesma planta fabril investigada por Rodrigues quarenta anos antes, entendemos que o trabalho de Fontes configura igualmente uma revisita arqueológica dos estudos de Lopes pois, ainda que não dedicado à fábrica da Metal Leve, trata-se do mesmo grupo industrial migrante recém-chegado à metrópole paulistana[143].

Fontes inclinou-se na direção de tema idêntico pesquisado por Lopes cinquenta anos antes, ou seja, as migrações rurais e sua relação com o nascimento da consciência política do jovem precariado fabril. Nesse sentido, a revisita arqueológica de Fontes supõe a retomada do mesmo conjunto de preocupações que originalmente motivaram as pesquisas de campo de Lopes, tanto no tocante ao moderno desenvolvimento industrial brasileiro quanto ao processo de migração dos trabalhadores rurais na transição de sociedades tradicionais para o universo urbano[144]. E, apesar das diferentes trajetórias existentes entre Santo Amaro, bairro onde Lopes realizou sua pesquisa de campo, e São Miguel, sede da Nitroquímica, é possível dizer que ambos os bairros compartilham uma herança operária comum que remonta à industrialização dos anos 1930.

No caso de Negro, é importante observar que, mesmo enfatizando a relação entre o Estado populista e a formação da "nova" classe operária brasileira, a refutação às teses de Rodrigues orientou-se por uma *reinterpretação global do período que se estende entre a Revolução de 1930 e o golpe militar de 1964*. Seguindo as trilhas abertas pela sociologia profissional quarenta anos antes, ou seja, problematizando o tipo de consciência que teria se formado naquele jovem precariado fabril, Negro reagirá à tese de Rodrigues segundo a qual esse precariado estaria disposto a apoiar regimes autoritários que se mostrassem capazes de impor os direitos trabalhistas às empresas. Ao contrário, dirá Negro, se por um lado Vargas fixou os marcos gerais para a emergência do sindicalismo populista no país, por outro os operários tiveram de se organizar nas décadas de 1940 e 1950 contra a resistência das empresas aos direitos trabalhistas.

Como vimos, conforme a sociologia profissional, o sindicalismo do ABCD paulista nas décadas de 1940 e 1950 seria frágil devido ao confinamento das lideranças nos gabinetes, ao descaso com a organização de base e à tutela estatal. Entretanto, a revisita arqueológica de Negro produziu um quadro diferente, onde as bases operárias insurgem-se contra as lideranças sindicais, estas procuram se realinhar com aquelas a fim de conservar seu poder burocrático, o ativismo sindical esbarra o tempo todo na ausência de liberdades democráticas e as empresas esmeram-se em esmagar qualquer esboço de ação coletiva dos trabalhadores. A relação do movimento sindical com o PCB altera-se quando a luta dos operários por seus direitos desafia permanentemente as decisões partidárias[145].

Se o piquete grevista apareceu aos olhos de Rodrigues como uma prova da fragilidade do movimento sindical brasileiro, a revisita arqueológica enfatizou a presença de outro piquete, o policial: "Reflexo dessa política, na véspera do Primeiro de Maio de 1949, o patrulhamento em São Caetano foi feito com 'piquete de cavalaria', guardas noturnos e com uma perua 'gentilmente cedida pela fábrica de elevadores Atlas"[146]. Retomando o argumento construído por Miglioli[147], Negro destacou o papel da "aliança empresarial-policial" para revelar o avesso do populismo: um regime que buscava controlar os operários apoiado em delatores, agentes secretos, capatazes e vigias, além da violência policial pura e simples. Na revisita de Negro encontramos inúmeros episódios em que sindicalistas paravam empresas com o apoio de operários que aderiam ao movimento, não sem antes simular certo constrangimento.

**QUADRO 7. O dualismo operário revisitado**

> “Tese ainda comum sobre o movimento operário [o dualismo], seria de se esperar que Martins [trabalhador baiano sem qualificação] e Martin [trabalhador qualificado de origem italiana] ocupassem lugares trocados. O migrante seria fiel como um cão, e o ‘italiano’, um ‘rebelde’. O resultado aqui é diverso, dado o interesse de conhecer o sindicalismo dos não qualificados, a insinuante maioria da força de trabalho na indústria automobilística. O baiano Martins não ignorava nem se iludia com o trabalho, a fábrica, o sindicato. Se vindo do campo, podia ser desprovido de uma cultura fabril, mas não necessariamente de uma cultura de ofício, ou de práticas de socorro mútuo. Para grevistas como Martins, era importante não ser amigo urso, sendo então impelido à adesão. Martins, em poucas palavras, não sentia a vergonha [da greve] de Martin. Era uma questão moral e de companheirismo com colegas que arriscavam seus empregos em prol de reivindicações amplas e gerais. Aqueles que ficavam do outro lado, ou, como Martin, que agiam como integrantes do outro piquete [o policial], pagariam na volta ao trabalho o custo de suas escolhas. Nesse sentido, as lutas do período de 1945-1964, bem como as conquistas sociais, são afirmadas e defendidas no chão das fábricas, e não graças a favores concedidos por políticos instalados no governo.”[148]

E, naquelas situações em que a empresa se apresentasse dividida em relação à greve, os sindicalistas isolavam a minoria fura-greve por meio do convencimento ou da violência. Tanto em um caso quanto no outro, a participação dos operários, franca ou dissimuladamente, configurava uma precondição para o sucesso grevista[149]. Por vezes, a simples presença dos piquetes grevistas já representava motivo suficiente para a paralisação da produção, fato revelador do ânimo dos operários em aderir ao movimento. Colunas grevistas organizadas em assembleias sindicais com frequência angariavam apoio massivo, como foi o caso da “Greve dos 400 mil”, acumulando aliados e superando a resistência daquelas fábricas dispostas a não parar. Os patrões sustentavam que os trabalhadores compareciam habitualmente ao local de trabalho e aderiam à greve apenas sob a coerção do piquete. Em consequência, exigiam a presença da polícia e do Deops para garantir o retorno dos operários ao trabalho[150].

Por um lado, a política do precariado combateu a ditadura de Getúlio Vargas e a Lei do Esforço de Guerra que, na prática, havia revogado a CLT, além de enfrentar os gerentes e os policiais antes, durante e após a intensa repressão promovida pelo governo de Dutra. Por outro, essa disposição militante atormentava a burocracia sindical populista que se via com frequência acuada pela pressão das bases. Além disso, os operários não responderam docilmente às súbitas mudanças de rumo das direções partidárias, em especial comunistas: as bases permaneciam silentes quando as lideranças optavam pelo protesto ruidoso e paravam fábricas quando as direções resolviam apoiar o governo[151].

Na realidade, os sindicalistas comunistas precisavam se desdobrar entre o stalinismo e a angústia do precariado a fim de encontrar uma ligação entre as bases e os dirigentes. Negro mostra como, após o declínio causado pelo clima da Guerra Fria e as seguidas perseguições promovidas pelo governo Dutra, a militância sindical comunista ao longo dos anos 1950 e do início dos anos 1960 voltou a se envolver com a organização de comitês de fábrica e greves. Essa análise revela as "fraturas no esqueleto do sindicalismo corporativo" que, em grande medida, foram deixadas de lado pela sociologia profissional do trabalho: a combatividade operária erodia as barreiras erguidas pelo trabalhismo para impedir a luta de classes nas fábricas[152].

Por meio da investigação das experiências auto-organizativas da Rayon, da Rhodia, da Cobrasma, da Ford, da Studebaker, da GM, da Vemag, da Mercedez-Benz e da Willys-Overland, Negro sepultou o mito da passividade política do jovem precariado migrante. Para ele, o grande obstáculo para o avanço da consciência sindical entre os grupos operários foi a aliança empresarial-policial especializada em destruir qualquer indício de militantismo nas bases. A suposta incapacidade do precariado em organizar sindicatos independentes do Estado ganha novos contornos plasmados não mais pela resiliência do atraso rural, mas pela contemporaneidade do fordismo periférico. Nesse sentido, a "Greve dos 400 mil" em 1957 irá servir para reapresentar o debate sobre o direito de greve, além da restabelecer as bases da polêmica a respeito da inexistência de negociação coletiva e representação sindical no local de trabalho. Assim, o movimento grevista nas décadas de 1950 e 1960 demonstrou em termos práticos que a resistência à modernização das relações trabalhistas no país não vinha do Brasil "arcaico", mas da "moderna" superexploração do trabalho na grande empresa fordista[153].

Dependentes do despotismo fabril, tanto executivos estrangeiros quanto empresários brasileiros não podiam admitir a auto-organização operária em suas fábricas. O foco desloca-se, então, da manipulação da burocracia sindical para as condições de trabalho características do fordismo periférico. Por meio da revisita de Negro, somos apresentados às reclamações operárias quanto a qualidade da água e da comida, as queixas contra os maus-tratos dos supervisores e a falta de assistência médica, os protestos relativos aos atrasos nos pagamentos e às demissões injustificadas. Em suma, um regime fabril despótico que, apoiado na moderação salarial e na rejeição da negociação coletiva, proporcionou inumeráveis demonstrações do descaso patronal com a legislação trabalhista. Esse regime alimentou a solidariedade operária e os dois ciclos das greves gerais do período populista, isto é, de 1953 a 1957 e de 1961 a 1964.

Produto do militantismo sindical comunista e trabalhista "de esquerda", esses ciclos mostraram a força de um movimento operário que se expandia tanto de "fora para dentro", isto é, dos sindicatos para as fábricas – como afirmaram Lopes e Rodrigues –, quanto de "dentro para fora", pela adesão de várias empresas e pela transformação das comissões de salários em comissões de fábrica[154]. Essa prática política alimentou-se de um estado permanente de inquietação social: os jovens trabalhadores migrantes logo perceberam que a promessa varguista de inclusão social por meio da superação do subdesenvolvimento muito dificilmente seria cumprida pelo regime de acumulação intensivo[155]. As oportunidades para escapar da realidade degradante da linha de montagem – ritmos intensos, longas jornadas, *turn-over* elevado... – por meio da ascensão ocupacional tornavam-se cada dia mais raras.

Na realidade, essa inquietação cresceu com a crise do projeto nacional-desenvolvimentista após o fim do governo de Juscelino Kubitschek. Os governos Jânio Quadros e João Goulart não conseguiram deter a inflação dos preços dos meios de subsistência, o que conduziu o operariado a aumentar a pressão sobre os partidos e os parlamentos. E, a despeito das inúmeras diferenças políticas conjunturais, da variabilidade de suas formas e dos atores responsáveis por levar adiante as reivindicações, é possível identificar alguns traços estruturais comuns aos dois ciclos.

Em primeiro lugar, as reivindicações dos anos 1950 destacaram-se por suas pautas defensivas focadas em aumentos salariais, pelo congelamento de preços dos meios de subsistência, por medidas contra a carestia e o

desemprego. Ao mesmo tempo, uma marcante presença da ação das “bases” dos sindicatos fez-se sentir, tanto na organização quanto na sustentação dos movimentos grevistas. Começando com a “Greve dos 300 mil”, de 26 de março de 1953, passando pela greve geral de 2 de setembro de 1954, até chegarmos à “Greve dos 400 mil”, entre os dias 15 e 24 de outubro de 1957, uma combinação entre luta contra a carestia e flagrante mobilização operária nas bases paralisou as fábricas, levando milhares de trabalhadores aos comícios e às passeatas em defesa dos “direitos democráticos e sindicais”, aumento geral dos salários, aplicação do salário mínimo e congelamento de preços[156].

No caso dos movimentos do segundo ciclo das greves gerais, de 1961 a 1964, é possível perceber uma progressiva politização das pautas, com a passagem para reivindicações mais ofensivas que demandavam a institucionalização de direitos, caso da greve geral de 14 de dezembro de 1961, pela aprovação do projeto de lei do décimo terceiro salário, e da “Greve dos 700 mil”, de 29 de outubro a 3 de novembro de 1963, para unificar a campanha salarial de inúmeras categorias, além de exigir reajuste salarial de 100%, revisão quadrimestral de salários, adicional de 5% por quinquênio de serviço na empresa, férias em dobro etc.[157] De acordo com Leal, comparativamente aos movimentos dos anos 1950, esse segundo ciclo de greves gerais foi mais amplo e bem organizado, porém menos popular e menos mobilizador. De qualquer maneira, é possível perceber uma superação das reivindicações defensivas acompanhando a politização do movimento e as metamorfoses políticas do período, particularmente com o aprofundamento da crise econômica e o deslocamento do governo João Goulart rumo ao apoio dos sindicatos.

No entanto, com o golpe militar, os empresários sentiram-se livres para aprofundar o despotismo fabril por meio do incremento dos ritmos produtivos, das perseguições aos sindicalistas e do controle sobre os trabalhadores[158]. Ou seja, aos poucos, vai se tornando cada vez mais claro que aquele sindicalismo identificado com o Comando Nacional de Greve (CNG), logo transformado em Comando Geral de Greve (CGG) e, por fim, em 1962, em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), muito dificilmente poderia ser reduzido à imagem da “manipulação” dos trabalhadores pelas autoridades políticas[159]. Na realidade, a imagem de líderes sindicais subservientes às autoridades acomoda-se melhor aos interventores que assumiram os sindicatos após o golpe militar. Ao suceder esses

interventores, a burocracia sindical dos “autênticos” herdou uma contradição explosiva: satisfazer as expectativas de uma base operária sufocada pelo mesmo regime político autoritário que a havia alavancado à direção dos sindicatos. Como veremos com mais detalhes nos próximos capítulos, essa burocracia sindical precisou cooptar jovens lideranças nas fábricas, entre as quais Lula da Silva, a fim de responder aos desafios impostos pelas bases, além da concorrência da esquerda cristã e dos comunistas. Para tanto, criou o bordão: “Fazer do sindicato o verdadeiro representante dos interesses da categoria”[160].

## Da miragem fordista à política do precariado

Em suma, a *flexibilidade* demonstrada pelo precariado fabril ao passar da construção civil para a indústria automobilística[161] e a *criatividade* em improvisar soluções durante a jornada de trabalho, além do *militantismo* sindical, apontam para certos limites da interpretação dualista dos problemas da consciência de classe e do subdesenvolvimento capitalista. Isso não quer dizer que subestimamos a importância dos desencontros motivados por preconceitos regionais entre a *velha* classe operária e o *novo* precariado fabril. Durante a vigência do taylorismo primitivo no país, entre os anos 1920 e 1940, os operários aquartelados na indústria têxtil, nas empresas gráficas ou nas metalúrgicas tradicionais formavam de fato a base do sindicalismo nacional. No entanto, o rápido crescimento da indústria automobilística desestabilizou essa base, deslocando vários desses setores industriais para um plano economicamente secundário. A antiga base *taylorista primitiva*, assim como seus representantes sindicais, lançou um olhar preconceituoso sobre a nova maioria *fordista periférica*: a crescente presença nordestina e mineira em São Paulo ficou associada ao aumento dos problemas de violência e de infraestrutura urbanas decorrentes da aceleração da industrialização.

De fato, entre 1930 e 1960, o desenvolvimento do fordismo brasileiro foi exuberante: concentrada em especial na região metropolitana de São Paulo, a população operária expandiu-se vigorosamente, alimentando-se de um afluente precariado migrante atraído por direitos trabalhistas inexistentes no campo[162].

**TABELA 3. Estabelecimentos industriais e população operária – Estado de São Paulo (1907-1960)**

| Ano | Número de estabelecimentos | Base 1907 – 100 | Base móvel | Número de operários | Base 1907 – 100 | Base móvel |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1907 | 324 | 100 | 100 | 22.355 | 100 | 100 |
| 1920 | 4.145 | 1.279 | 1.279 | 83.998 | 376 | 376 |
| 1930 | 5.388 | 1.662 | 130 | 119.296 | 534 | 142 |
| 1940 | 14.225 | 4.390 | 264 | 272.865 | 1.221 | 229 |
| 1950 | 24.519 | 7.568 | 172 | 484.844 | 2.169 | 178 |
| 1960 | 56.383 | 17.402 | 230 | 969.112 | 4.335 | 200 |

Fonte: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro, Centro Industrial do Brasil, 1908; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Recenseamento Geral do Brasil, 1920, Rio de Janeiro, 1927; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930; IBGE, Censos Industriais, 1940, 1950; Relatório do Senai, 1960[163].

Ao mesmo tempo, um novo padrão de periferização aprofundou ainda mais a segregação social e urbana. Como resultado, uma série de novas inseguranças sociais – dentre as quais destacavam-se a insegurança salarial, a insegurança no ambiente de trabalho e a insegurança habitacional – redefiniu a reprodução dessa precária cidadania fordista. O acentuado crescimento urbano deu-se por meio da autoconstrução de moradias em lotes adquiridos à prestação e sem nenhuma infraestrutura urbana[164]. Ao contrário das promessas dos planejadores urbanos, a experiência da classe operária paulistana no pós-guerra ficou marcada por um ciclo caótico de urbanização periférica.

Tal ciclo contrastava com o planejamento minucioso da viagem para São Paulo que, para acontecer, dependia da existência de elaboradas redes nas comunidades de origem. Tais redes mostravam-se tão importantes para a migração quanto para a fixação do trabalhador no bairro e na fábrica. Não raro, um acentuado sentimento de solidariedade fortalecia-se com essa experiência. Empreitada de considerável risco, a viagem para a metrópole supunha estratégias para minimizar os efeitos de um eventual fracasso, como, por exemplo, a frequente ida dos filhos mais velhos solteiros que, passado o período de adaptação, atraíam os demais parentes. Refúgio seguro para o caso de um eventual fracasso na cidade, a propriedade rural deixada na comunidade de origem raramente era vendida de pronto.

Como vimos, a sociologia profissional do trabalho interpretou esse comportamento como indício do desajuste do trabalhador rural à indústria. Um outro olhar, contudo, diria que:

> Interpretado por muitos como sinal de inadaptação dos migrantes nordestinos ao meio “urbano e moderno”, esse acentuado deslocamento espacial pode ser entendido como parte de uma estratégia racional de sobrevivência e minimização dos riscos e dificuldades da migração levada

a cabo pelos trabalhadores e suas famílias. A coesão familiar e o apoio à casa na terra natal eram elementos importantes dessa estratégia.[165]

Além da origem comum e da centralidade das relações familiares trazidas do Nordeste, inúmeros outros fatores contribuíram para a formação de uma identidade classista em torno do trabalho industrial: acantonados nos bairros operários e inseridos em redes sociais que açambarcavam as comunidades de origem, os migrantes eram com frequência contratados pelas empresas de familares e de conterrâneos, o que significava usualmente o aprofundamento de lealdades antes existentes. Outra reconhecida fonte de solidariedade pode ser encontrada na qualificação no posto de trabalho. Se o aprendizado prático favorecia promoções, seguidas por melhores salários ou condições de trabalho, alimentava igualmente a solidariedade classista na medida em que, além de permitir certo controle sobre os ritmos produtivos, favorecia a reprodução de conhecimentos necessários à resistência ao despotismo fabril.

A conjugação das formas despóticas absoluta e relativa de extração do excedente, característica do fordismo periférico, manifestou-se no chão de fábrica por meio, principalmente, de condições de trabalho degradantes, do elevado *turn-over* e da brutalidade dos supervisores[166]. Enquanto chefes e gerentes decidiam autocraticamente quem seria promovido, demitido ou transferido, a usura precoce da força de trabalho causada principalmente pelo elevado número de acidentes e pela alta taxa de adoecimentos revelava o trabalho degradado. Coroando o encontro do poder gerencial autocrático com fábricas insalubres, encontraremos o frequente abandono do emprego por grande parte dos operários contratados[167].

**QUADRO 8. A usura precoce do trabalhador**

"As péssimas condições de trabalho e a periculosidade da empresa são outros fortes elementos presentes na memória dos trabalhadores e moradores da região. 'Quando eu cheguei aqui em 1949', recorda-se Benedita de Souza, 'já existia essa Nitroquímica e ela era muito falada por causa das mortes. Uns nos tanques de ácido, outros morriam intoxicados. Tinha muita morte.' [...] Um relatório de um investigador policial enviado à empresa para saber as razões de uma paralisação parcial dos trabalhadores solicitando abono de Natal em dezembro de 1948 comentava que 'As condições de trabalho dos operários das seções acima [fiação e rolos] são as mais difíceis possíveis, desde que

> trabalham com ácido a noite toda [...] São operários jovens, a maioria nortistas, que nunca chegam a se tornar estáveis, desde que a natureza do serviço implica perda progressiva de saúde'. [...] O número de acidentes era, de fato, muito elevado. Uma ata da reunião mensal da Cipa da Nitro em julho de 1958, por exemplo, computava a ocorrênca de 320 acidentes daquele ano, sendo que 52 destes obrigaram o afastamento do operário acidentado. [...] A imagem da Nitroquímica foi recorrentemente associada a acidentes e altos índices de insalubridade. Protestos e luta contra tal ambiente de trabalho foram constantes desde a fundação da empresa."[168]

Em suma, a experiência coletiva do precariado nordestino alimentou-se das provações do processo migratório, do preconceito contra a origem regional, da resistência ao despotismo fabril e da importância dos laços familiares. Os migrantes nordestinos encontraram em São Paulo uma realidade muito diferente da desejada "vida mais fácil do que o sertão". Angustiados, eles logo perceberam a distância entre as promessas desenvolvimentistas e a realidade do fordismo periférico. Para aproximarem-se das condições de vida almejadas, os grupos de trabalhadores precisavam se mobilizar por seus direitos trabalhistas. E, como argumenta Fontes, a participação dos operários mineiros e nordestinos nas greves dos anos 1950 não foi nada inferior à de outros grupos de trabalhadores. Ao contrário, com muita frequência os jovens mineiros e nortistas destacavam-se ao paralisar empresas de grande porte e assumir tarefas militantes no sindicato[169].

O fim da ditadura do Estado Novo e a restauração do processo eleitoral estimularam a imaginação política desse grupo migrante que começava a formar suas próprias lideranças sindicais. Como destaca Fontes, trazidos para o cotidiano dos trabalhadores, os debates eleitorais incentivaram muitos operários que perceberam aí um espaço de participação no jogo político do país e logo transformaram o PCB no grande depositário das esperanças do grupo operário em São Miguel Paulista. Sem mencionar que mesmo durante o curto período de legalidade do PCB, de 1945 a 1947, os militantes comunistas foram severamente perseguidos pela aliança empresarial-policial nas fábricas onde atuavam. A repressão política intensificou-se com o início da Guerra Fria e a proscrição, em 1947, do PCB. A partir de então, a relação com a polícia política tornou-se algo rotineiro nas fábricas paulistanas e

listas com os nomes dos candidatos a emprego passaram a ser regularmente enviadas ao Dops[170].

E, ainda assim, a repressão política não foi capaz de evitar que o ativismo sindical aumentasse entre as fileiras operárias, atraindo a atenção dos políticos populistas em busca de apoio eleitoral. Na realidade, a relação dos moradores dos bairros operários com esses políticos, mediada, em grande medida, pelos sindicatos, apoiava-se não na manipulação carismática ou no clientelismo, mas no atendimento das demandas populares, especialmente aquelas relativas ao transporte público, iluminação e saneamento. Construídas nas fábricas e nos bairros, as relações sociais de identidade classista, reforçadas pela aproximação dos sindicatos com as associações de bairro e por referênciais culturais comuns, mostraram-se decisivas para consolidar as relações entre moradores e políticos[171].

Finalmente, três foram as principais objeções de Fontes aos estudos de Lopes. Em primeiro lugar, argumentou que as experiências acumuladas pelos trabalhadores mineiros e nortistas durante o processo migratório, assim como os valores trazidos das áreas rurais, em vez de obstaculizar, potencializaram a formação da identidade do *trabalhador nordestino*. Por sua vez, essa identidade forjada no encontro da experiência coletiva da exploração econômica característica do fordismo periférico com a centralidade das relações pessoais, familiares e de origem regional, entre os grupos operários, teria, ao invés de dificultado, facilitado a incorporação dos trabalhadores aos sindicatos como *sujeitos políticos conscientes*. E, por fim, ao contrário da tese segundo a qual a resiliência do atraso rural nas cidades promoveria a manipulação populista, a pesquisa de Fontes apontou para outra direção: na verdade, a relação dos operários com seus representantes, quer fossem dirigentes sindicais, quer fossem lideranças políticas, seria *ativa*, pois baseada na conquista de direitos sociais e na melhoria das condições de vida dos bairros populares.

## Considerações finais

Em suma, diríamos que a *formação do operariado fordista brasileiro*, particularmente sua fração mais jovem e precarizada, foi interpretada por Negro e por Fontes como o resultado da resistência ao despotismo fabril, da organização política dos trabalhadores nos bairros, do ativismo sindical das bases e do seu interesse em participar da política eleitoral[172]. Ao contrário da *passividade política* advogada pela sociologia profissional, uma relação

*ativa* dos operários com os sindicatos e com os partidos populares emergiu dessas revisitas arqueológicas[173]. Ao refutar os estudos pioneiros, a bússula thompsoniana foi de enorme valia para revelar o "fazer-se" da classe. Da mesma maneira, a ênfase na experiência coletiva dos trabalhadores foi decisiva para apontar as limitações da interpretação excessivamente estruturalista do fenômeno da consciência de classe. Resistindo nas fábricas, organizando greves, mobilizando-se nos bairros, pressionando suas lideranças sindicais, participando das eleições etc., o operariado fordista brasileiro veio à luz municiado com seus próprios projetos políticos.

Contudo, o que dizer da *ciência dessa experiência*? Se os detalhes a respeito da formação da classe proporcionados pelas revisitas de Negro e Fontes conformam um verdadeiro "giro copernicano" no objeto do conhecimento, o mesmo não pode ser dito sobre o conhecimento desse objeto. Em poucas palavras: em termos interpretativos, as revisitas de Negro e de Fontes pouco acrescentaram à sociologia do precariado no país. Se esses trabalhos encerram o ciclo de estudos sobre o populismo inaugurado pela sociologia profissional, isso se deu à custa de um esvaziamento da problemática sociológica. Além de subestimar os trabalhos de Weffort e Miglioli, as revisitas de Negro e Fontes desconsideraram a riqueza dos dados e informações etnográficos contidos nos estudos de Lopes e Rodrigues[174]. Da mesma forma, é possível perceber uma secundarização das sociologias aplicada (José Albertino Rodrigues) e crítica (Luiz Pereira) do trabalho[175]. Evidentemente, Negro e Fontes não estavam preocupados em produzir um estudo sobre a *ciência* da experiência operária.

No entanto, se pretendemos nos aproximar de uma compreensão mais precisa sobre as metamorfoses do precariado em condições sociais periféricas, é imprescindível que nos apoiemos em uma teoria capaz de iluminar as peculiaridades desse processo. No próximo capítulo, argumentaremos que essa teoria pode ser encontrada nas sociologias aplicada, pública e crítica do trabalho elaboradas nos anos 1960 para investigar a regulação populista. Dialogando com públicos extra-acadêmicos, essa teoria substituiu as noções de "manipulação", "satisfação" e "passividade" pela de "inquietação social" como eixo da análise. Somando os proveitos para a reflexão sociológica crítica, essa sociologia mostrou-se dinâmica o suficiente para iluminar exatamente aquilo que a sociologia profissional do trabalho havia subestimado: a autoatividade política das

massas trabalhadoras periféricas, em especial sua fração mais jovem e precarizada. Resgatar do “cárcere do esquecimento” essa teoria a fim de mostrar sua utilidade para a compreensão da arqueologia e das metamorfoses da hegemonia lulista é o nosso próximo desafio.



1º de maio de 1979. São Bernardo do Campo. Dia do Trabalho em meio à greve geral metalúrgica. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.



1º de maio de 1979. São Bernardo do Campo. Almir Pazzianotto Pinto, então advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, acompanhado por Fernando Henrique Cardoso na comemoração do Dia do Trabalho. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.



Ruy Braga

# A POLÍTICA DO PRECARIADO

## do populismo à hegemonia lulista

FFLCH - USP
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

CAPES

BOITEMPO EDITORIAL




1º de maio de 1979. São Bernardo do Campo. Manifestação em apoio à greve geral metalúrgica. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.

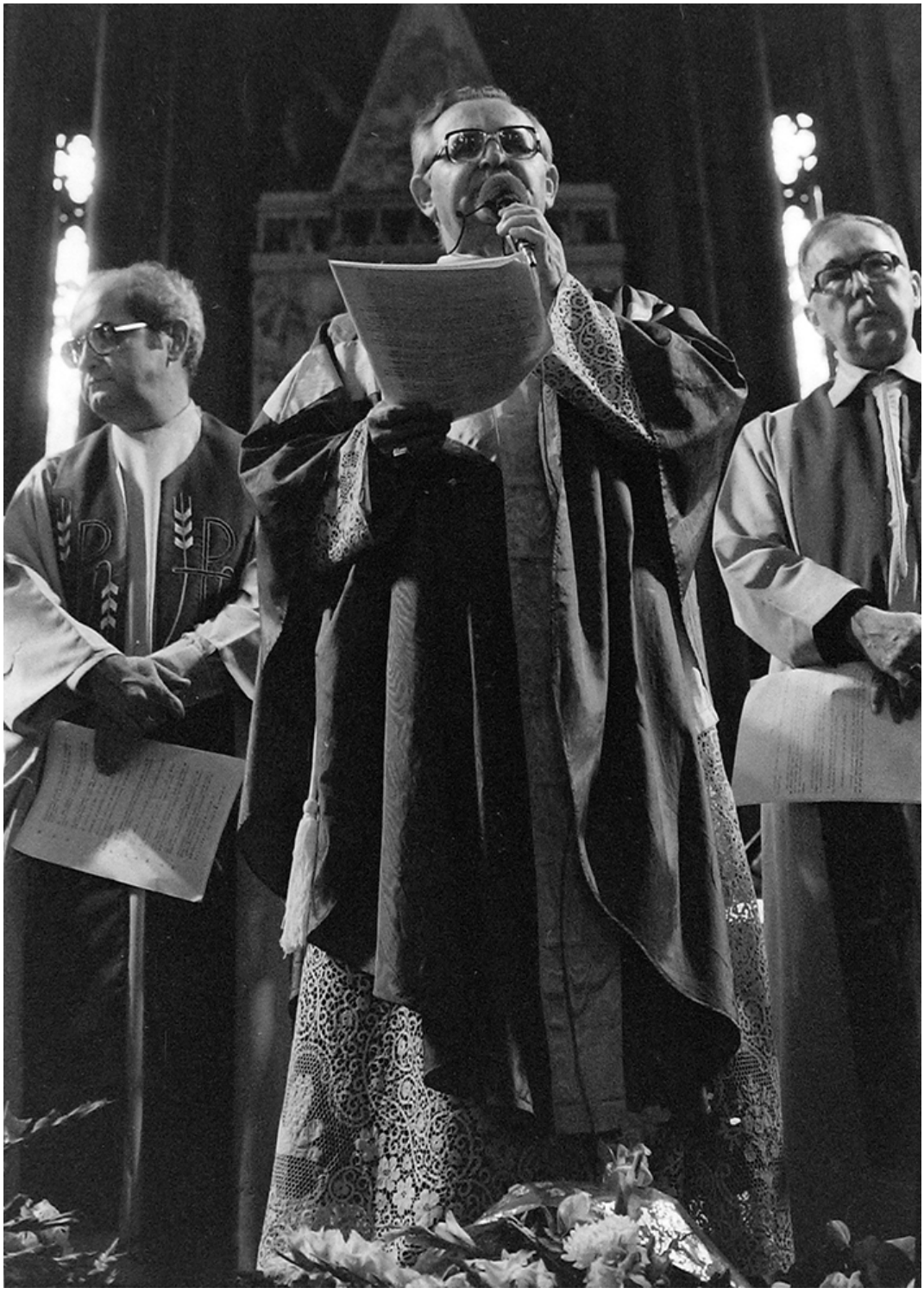








1º de maio de 1979. São Bernardo do Campo. Gonzaguinha, Beth Carvalho, Elis Regina e João Bosco apresentam -se em um show em solidariedade à greve. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.






GREVE CONTRA A DITADURA
A DITADURA!




31 de outubro de 1979. Catedral e Praça da Sé, São Paulo. Cerimônia de encomendação do corpo do líder sindical metalúrgico da cidade de São Paulo, Santo Dias da Silva, assassinado pela Polícia Militar paulista quando dirigia um piquete de greve no dia 30 de outubro de 1979, em frente à fábrica Silvânia, em Santo Amaro, bairro da região sul da cidade. Realizado no dia seguinte ao assassinato, o protesto em frente à Catedral da Sé reuniu mais de 10 mil pessoas. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.






2 de maio de 1979. Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Protesto contra a Lei de Segurança Nacional. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.



Maio de 1979. São Bernardo do Campo. Lula participa da assembleia operária na porta da fábrica da Volkswagen Caminhões. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.





Maio de 1979. Assembleia geral metalúrgica. Estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.

*Vitória da unidade da classe operária:*

# Potente Demonstração Contra a Carestia em São Paulo

**Realizou-se, em São Paulo, a 19 do corrente, uma vigorosa manifestação popular contra a carestia, da qual participaram dezenas de milhares de operários e donas de casa. A imensa passeata, de mais de 100.000 pessoas, tem uma significação enorme para a luta que vem travando nosso povo contra a política de fome de Getúlio e de seus agentes, dos quais Garcez, o governador de São Paulo, é uma das figuras mais em evidência.**

## O PROLETARIADO A FRENTE DO POVO

Ao contrário de outros movimentos que se têm desenvolvido em diversos Estados brasileiros, a gigantesca demonstração do povo de S. Paulo não foi fruto de uma explosão acidental do descontentamento popular. Ela se deve ao aumento da consciência e da organização da classe operária, e significa que o proletariado, dia a dia, assume com maior vigor o papel de vanguarda que lhe cabe nas lutas pela liquidação do estado de coisas imposto a nosso povo pelos imperialistas norte-americanos e seus lacaios nacionais.

Assim que a Comissão Estadual de Estudos e Combate à Carestia de vida convocou a passeata, a cla começaram a aderir as principais organizações operárias e os comitês populares dos bairros. Desde logo, manifestaram seu apoio estudantis os texteis, os metalúrgicos, os marceneiros e outras corporações proletárias.

No dia 18, entre outras, paralisaram seu trabalho mais de setenta emprêsas, entre elas as seguintes fábricas: Moinho Santista, Minerva, Cristais Prado (parte), Ernst, Guilherme Giorgi, Nóbia, Textília, Matarazzo, Belenzinho, Labor Mussali, Klabin (parcial), Estrela (parcial), Anglo, São Leopoldo, Filepo, Moinho Santista, Varam Paulista, Santa Adélia, Aço Paulista, Alpargatas e Metalúrgica Matarazzo.

Os operários dessas emprêsas dirigiram-se para a concentração da Praça da Sé, organizadamente, conduzindo suas faixas e cartazes e tendo à frente as bandeiras de seus sindicatos. Entre os dirigentes sindicais que se puseram à frente da massa, destacaram-se o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o presidente em exercício do Sindicato dos Textéis, o vice-presidente do Sindicato dos Bancários, a secretária da União Geral dos Trabalhadores e o presidente do Sindicato dos Marceneiros.

## DEMONSTRAÇÃO DE UNIDADE

Dêsse modo, a manifestação do dia 18 foi o fruto da unidade da classe operária. Dela participaram operários de tôdas as tendências políticas, lado a lado com homens que não têm qualquer filiação política, entidades proletárias que se têm distinguido pelo vigor nas lutas, e entidades que agora despertam e tomam posição na luta pelas reivindicações operárias. A passeata demonstrou, portanto, que quando se aplica uma política justa é sempre possível unir e pôr em movimento a classe operária, que está sempre disposta a lutar quando encontra orientação segura.

## REIVINDICAÇÕES OBJETIVAS

O memorial que foi entregue ao governador Garcez e que serviu de centro para a agitação em prol da passeata é um memorial objetivo, que apresenta reivindicações concretas e fàcilmente compreensíveis para as pessoas mais simples. Ele reclama:

1) A volta dos preços do arroz e do feijão a Cr$ 8,00 a Cr$ 7,00, respectivamente; a venda desses gêneros pela Prefeitura diretamente aos pequenos comerciantes, feirantes e ambulantes; fiscalização direta dos Sindicatos e Organizações populares nos preços e na distribuição dos gêneros;

2) Providências imediatas para que não se efetue nenhum aumento sôbre os gêneros de primeira necessidade.

3) Medidas imediatas para impedir o aumento das passagens de ônibus, bondes ou desdobramento em seção.

4) Medidas da Prefeitura para que a Light cumpra seu contrato e suspenda o racionamento de energia elétrica que vem causando enormes prejuízos à indústria e ao comércio e sacrificando diretamente milhares de trabalhadores que são atirados à miséria e ao desemprêgo.




O clichê apresenta-nos um detalhe da multidão que participou da grande passeata contra a carestia

## A VAIA DO POVO E A FUGA DO GOVERNADOR

Pressionado pelo povo que êle mesmo ajuda a oprimir, Garcez, o boneco de engonço de Getúlio e de Adhemar, aguardou no Palácio a manifestação pública. Visivelmente atemorizado, o governador, após conhecer o memorial, disse que o povo devia manter-se calmo, manter a ordem, respeitar os chefes e que êle... iria estudar a questão do abastecimento e da rebaixa de preços.

Foi quando, aos gritos de «Já devia ter estudado!» a massa prorrompeu em formidável vaia que teve como resposta a fuga do governador para dentro do Palácio.

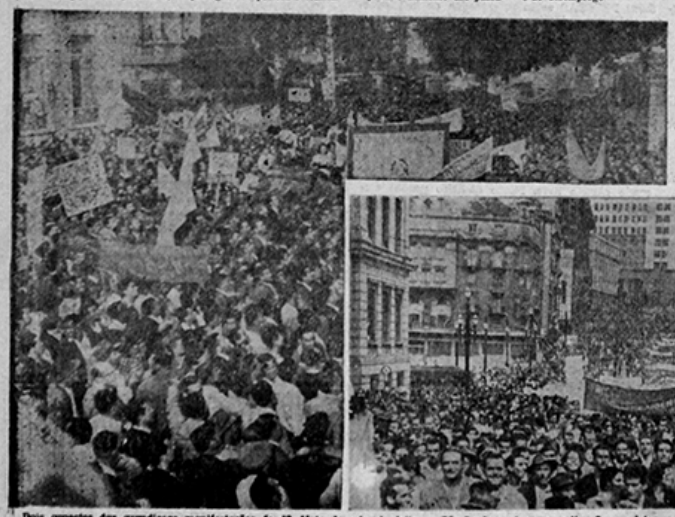
Tendo cumprido sua missão nos Campos Elísios, o povo retirou-se organizadamente, conduzindo seus dísticos e cartazes e improvisando comícios.

## UM EXEMPLO A SEGUIR

A manifestação de São Paulo e o abalo que ela produziu no maior centro industrial do país tem uma importância que não pode ser ocultada nem mesmo pelos mais terrenhos líderes da reação.

Essa demonstração apresentou, no quadro paulista, o mesmo descontentamento e a mesma disposição de conquistar melhores dias que existem em outros pontos do país e que permitem, portanto, demonstrações semelhantes, como ponto de partida para ações de maior envergadura.

No dia 28, finda o prazo concedido pelo povo paulista ao para a resposta do governador. De posse desta, a Comissão Estadual de Estudos e Combate à Carestia de Vida, que patrocinou a passeata do dia 18, deverá indicar ao povo quais as novas medidas a tomar para o cumprimento, pelo Governador e pelo prefeito recém-eleito, das exigências justas e inadiáveis da classe trabalhadora e de todo o povo da capital industrial do Brasil.






Dois aspectos das grandiosas manifestações de 18 último, levadas a efeito em São Paulo contra a carestia. Os operários, em luta por aumento de salários — notadamente têxteis, metalúrgicos, marceneiros — ocuparam largo espaço da demonstração de fôrça gigantesca. Hoje, as manifestações de São Paulo encontram-se em grave por aumento de salários. — Mais de 100 mil têxteis e metalúrgicos entraram em greve por aumento de salários.

ARCHIVO HISTÓRICO DEL MOVIMIENTO OBRERO BRASILEÑO
1890-1965

4 de abril de 1953. Jornal Voz Operária, notícias sobre a Greve dos 300 mil em São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.




4 de abril de 1953. Jornal Voz Operária. Manchete de capa sobre a Greve dos 300 mil em São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.

# A Causa dos Operários de São Paulo É a Justa Causa de Todo o Nosso Povo

## Manifesto do Comitê Nacional do P.C.B. aos trabalhadores e ao povo

★ Sobem os preços, não há hospitais, escolas, nem transportes, mas Getúlio emprega biliões de cruzeiros na compra de aviões a jato, navios de guerra e armamentos

★ Reforçai as comissões de empresa, fortalecei vossa unidade e organização! A vitória exige mais ação e combatividade! Defendei nas praças e nas ruas as liberdades!

★ Exigi a fixação imediata dos preços dos gêneros de primeira necessidade e organizai comissões de fiscalização dos preços nos sindicatos e comitês populares!

☆ Paralisai o trabalho em solidariedade com os grevistas de S. Paulo! Enviai auxílio financeiro, mensagens e telegramas de apoio aos bravos operários!

☆ «Pela paz, contra o «Acôrdo Militar» com os Estados Unidos! Pela unidade da classe operária! Cerrai fileiras em vossos sindicatos!»

☆ «Viva a união de todos os brasileiros para a luta pela paz, as liberdades e a independência nacional! Por um govêrno democrático-popular!»

## TODO APOIO E SOLIDARIEDADE AOS GREVISTAS DE SÃO PAULO!

**A TODOS OS OPERÁRIOS! AO POVO BRASILEIRO! CAMARADAS E CONCIDADAOS!**

Assistimos calorosamente o heroico proletariado de São Paulo que se levanta neste momento contra a miséria e a fome e sustenta com coragem e decisão a polícia armada de Getúlio e Garcez. Uma onda de indignação popular varre o país inteiro, do Norte a Sul, contra a política de guerra, de traição nacional, de miséria crescente e de terror policial de Vargas e demais politiqueiros que o apoiam. Após as memoráveis lutas do povo gaúcho, as grandes greves dos têxteis de Pernambuco e do Distrito Federal, quando os nossos irmãos do Nordeste são obrigados a invadir fábricas e povoados para tentar matar a fome de seus filhos, reguem-se no maior centro industrial do país a classe operária que, utilizando a arma da greve reivindica melhores salários, exige um paradeiro à atual crescente do custo da vida, protesta contra o racionamento da energia elétrica, que determinou o desemprego de milhares de trabalhadores, e reclama o respeito aos direitos e conquistas democráticos de nosso povo.

O vasto movimento grevista do proletariado de São Paulo, que abrange centenas de milhares de operários têxteis, metalúrgicos, marceneiros, e de outros ramos importantes da produção, abala o país inteiro, leva o desespêro e o pânico às fileiras dos reacionários e dos agentes do imperialismo, e indica a todos os trabalhadores brasileiros, a todo o nosso povo, qual o caminho a seguir para pôr um fim à miséria crescente que a todos atinge e ameaça a vida de nossos filhos.

Há muito o Partido Comunista do Brasil vem dizendo que não há outro caminho. Só a luta, só a ação unida e organizada das grandes massas trabalhadoras pode enfrentar e derrotar a política de guerra, de miséria e fome do atual govêrno de latifundiários e grandes capitalistas servicais do imperialismo. Getúlio e Garcez e todos os politiqueiros que os apoiam poderam subir ao poder e ganhar com promessas aos trabalhadores esfomeados, mas quando os operários de São Paulo exigem concretamente arroz a 7 cruzeiros o feijão a 5, o governador de São Paulo responde com o chanfalho dos cavalarianos, com as bombas e metralhadoras do banditismo. A classe operária consciente de sua própria força, não teme porém os arreganhos da reação e com o apoio de todo o povo enfrenta com heroísmo e destemor êsse govêrno de traição nacional e sua política de banditismo e assassinatos.

O sr. Vargas, com a sua política de preparação do país para a guerra e de total submissão aos imperialistas americanos, a quem vende o Brasil e promete o sangue de nossa juventude, levou o país ao abismo, à situação de catástrofe a que chegamos com milhões de trabalhadores reduzidos à mais extrema miséria, com a fome a matar homens e mulheres, crianças, jovens e velhos, desde as estradas do Nordeste até os mocambos do Recife, as favelas do Rio de Janeiro, ou as ruas e praças dos grandes centros industriais do país. A custa da mais desenfreada exploração, os patrões com o apoio do govêrno e de sua polícia, arrancam das costas dos trabalhadores lucros fabulosos e crescentes, jamais conhecidos.

O govêrno reduz ostensivamente o valor aquisitivo do cruzeiro, sabem os preços dos artigos de primeira necessidade, não tem limite a ganância dos açambarcadores, campeiam os mais escandalosos negociatas. Não há hospitais, nem escolas, nem transporte para o povo, mas o sr. Vargas sonha da desgraça dos trabalhadores e emprega bilhões de cruzeiros na compra de aviões a jato, de navios de guerra e armamentos, prossegue friamente em sua política de preparação do país para a guerra, fornando, assim, cada vez maior o perigo que ameaça o nosso povo de ser envolvido numa nova guerra imperialista.

É contra essa política de guerra, de fome e reação policial que se levanta agora o heróico proletariado de S. Paulo. Sua luta é, pois, a nossa própria luta, é a luta de todos os trabalhadores, de todos os patriotas e democratas, de todos os que não estão dispostos a se deixar matar de fome, que não querem ser arrastados como carne de canhão a uma nova matança imperialista.

A luta de todos os que desejam uma pátria livre e próspera. A causa dos operários de S. Paulo é a justa causa de todo o povo brasileiro contra um punhado de traidores da pátria, é uma causa invencível, portanto. Derrotar a política de guerra e de traição nacional de Vargas é avançar no caminho da unificação das amplas fôrças patrióticas e democráticas, é lutar por um novo govêrno, efetivamente popular, que entregue a terra aos camponêses, que confisque as empresas americanas, que garanta a paz e assegure bem-estar e a cultura para o povo.

Queridos e valentes camaradas de São Paulo.

Convosco estão todos os brasileiros honestos e patriotas. Podeis vencer a ganância dos ricaços e a brutalidade dos policiais de Getúlio e Garcez. Está em vossas mãos quebrar e fazer em frangalhos a política de guerra, da miséria e fome, a política de traição nacional de Vargas e seus associados. Mas, a vitória depende de vossa persistência na luta, da unidade e organização de vossas fileiras. Reforçai as comissões de empresa! Cerrai fileiras em vossos sindicatos! A vitória exige da vossa parte mais ação e combatividade. Não cruzeis os braços como desejam vossos inimigos e todos os demagogos, porque a vitória exige atividade de todos e de cada um, a vitória exige luta. Intensificai a ação de vossos piquetes de greve! As ruas e as praças são do povo — lutai pelo direito da livre manifestação! Prossegui em vossos comícios, passeatas e demonstrações! Exigi a fixação imediata dos preços dos produtos de primeira necessidade e organizai vossas próprias comissões de fiscalização dos preços nos sindicatos e nos comitês populares!

Trabalhadores do Brasil! Apoiai os companheiros de São Paulo! Seguí o seu exemplo. Lutai pelas vossas reivindicações, contra a carestia da vida, pela paz, pelas liberdades! Paralisai o trabalho em solidariedade com os grevistas de S. Paulo! Enviai auxílio financeiro, mensagens e telegramas de apoio! Levantai em vossos sindicatos a necessidade dêsse apoio prático e efetivo ao proletariado paulista! Protestai contra as violências e arbitrariedades policiais! Salve a heróica luta do proletariado de S. Paulo! Todo pela vitória! Contra a carestia da vida, pela reforma imediata dos preços de todos os artigos de consumo popular!

Pela paz, contra o «Acôrdo Militar» com os Estados Unidos! Pela unidade da classe operária! Cerrai fileiras em vossos sindicatos!

Viva a união de todos os brasileiros para a luta pela paz, as liberdades e a independência nacional! Por um govêrno democrático-popular!

O COMITE NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Rio, 4 de abril de 1953.



Um trabalhador agredido pela polícia nas ruas de S. Paulo



Cavalarianos em fúria lançados sôbre o povo de S. Paulo chegam a invadir estabelecimentos comerciais como se vê no círculo acima

ARQUIVO HISTÓRICO DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO
1890-1965

18 de abril de 1953. Jornal Voz Operária. Notícias sobre a Greve dos 300 mil em São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.

# Quanto Mais Fábrica Paralisada Mais Rápida a Vitória da Greve

**OS QUARTEIS-GENERAIS DA GRANDIOSA GREVE DO PROLETARIADO PAULISTA**

Reportagem de ISAAC AKCELRUD



Só do Q. G. dos têxteis partem diariamente de 28 a 30 piquetes

**Quando o taxi-letação que vinha para a cidade che-gou à Praça Teodoro de Carvalho, onde fica a estação de bondes, o motorista puxou conversa:**

**— Aquele carro verde ia entrar contra a mão. Mas quando viu a radio-patrulha desistiu...**

**— A radio-patrulha não está aí por causa do trafe-go, comentei.**

**— E'u sei. E' por causa da greve. E' para obrigar os trabalhadores a passarem fome calados.**

**Depois o motorista contou que é militar, é sargento. Mas para poder manter o lar, com mulher e quatro filhos, tem que exercer também atividade civil. Quase não dorme, dividindo-se entre a caserna e o volante. Um homem honrado não pode viver com um único emprego. Por isso está com os grevistas.**

**E' assim que São Paulo nos recebe, respirando a gréve por todos os poros, denunciando a política de fome e terror policial do govêrno, o caloroso apoio popular ao proletariado em greve circulando pelas ruas e praças. A idéia da greve geral está na cabeça de tôda a população.**

## Na Assembléia Permanente

### SÃO PAULO GIRA EM TÔRNO DA GREVE

Dois terços do proletariado paulistano, 300.000 trabalhadores unidos como um só homem estão em greve. Com suas famílias êles representam diretamente mais de um milhão de pessoas, a metade da população da capital paulistas que vive a greve dia a dia, hora a hora. Uma força gigantesca galvanisa e imenso e profundo apoio popular contra a carestia e suas causas, põe tôda a cidade em movimento, mobilisa os centros operários do interior e irradia-se por todo o país.

Por isso São Paulo gira em tôrno da greve. E todas as ruas levam aos quarteis-generais, aos pedes o centros de comando da força nova que surgiu — os dos tecelões, o dos metalúrgicos, o dos vidreiros e agora o dos gráficos. Lá estão as assembléias permanentes, ruidosas, agitadas, num fervilhar constante.

Ali, quem decide são os trabalhadores. E êles estão com a iniciativa.

Em poucos minutos o retem-chegado pode perceber que o vaivem, o rumor de mil vozes, as exclamações, tôda a aparente balbúrdia é apenas o aspecto exterior dum trabalho organizado, que aperfeiçoa e enriquece a sua estrutura permanentemente. Ali atrás daquele grupo compacto está a comissão de piquetes, mais adiante a comissão de solidariedade, naquela outra mesa atarefam-se homens e mulheres escrevendo bonus e pesando contas à comissão de finanças. Dois metros adiante está girando o mimeografo que imprime mais uma edição do boletim da greve. Uma assembléia de emprêsa discute e toma resoluções com a ajuda da experiência dum membro do Comitê da Greve. O amplo salão do Clube Paratinga, na rua da Mooca, é um mundo, um mundo é o quartel-general dos metalúrgicos no Hipodromo, assim são todos os Q.G. dos grevistas.

### NASCE UMA COMISSÃO DE FINANÇAS

— Companheiro Chamorro, um minutinho. Estou precisando de recurso, para não ser despejado, estou com três meses de aluguel atrasado...

Num abrir e fechar de olhos um grupo compacto cerca o dirigente. Todos querem ver como é que êle vai resolver o problema. Estão solidários com o companheiro, mas compreendem que êle não pode ser atendido na sua exigência.

— Desde quando você está na greve?

— Desde terça-feira da semana passada.

— Tem vindo ao sindicato, companheiro?

— Sim, estou aqui todos os dias. Não arredo o pé da assembléia.

— Quantos bonus já passou?

— Nenhum...

— Aí está a causa de não termos dinheiro. É preciso vir aqui diariamente. Mas para se informar sôbre a marcha da greve, para receber instruções, para ajudar com uma opinião, para ter o que fazer na rua porque a greve se ganha é na rua. Eu podia dizer que êste pedido é uma falta de consideração. Mas você vai descobrir isso. Então aqui muitos companheiros do sua fábrica? Muitos? Então reuna-se ali naquele canto. Mostre para êles que precisa de sua ajuda. Dê a palavra a todos para que contem suas necessidades. Vejam o melhor meio de distribuir bonus para todos, escolham o bairro em que vão passar os bonus, organizem uma comissão de finanças. Reunam ali que eu já vou lá ajudar você.

Quinze minutos depois a nova comissão de finanças da fábrica discutia.

### DE QUEM É O RÁDIO? É DO BURGUÊS, NÃO É?

Uma jovem operária pergunta:

— Vim saber se já existe uma decisão. Ouvi no rádio que meu patrão está de acôrdo em pagar o que for resolvido, seja o que for, e que por isso não é preciso continuar a greve na fábrica.

— Assim é que se faz, diz o líder que a atende. Nada de acreditar no que êles dizem. De quem é o rádio? É do burguês, não é? Pois então, você não vê logo que o rádio só dá notícias contra nós? E' claro que nós queremos uma solução para a greve. Greve não é brincadeira. Os patrões usam dessas truques para dividir os trabalhadores. Se vamos nessa conversa, nossa força diminui, aumenta a força dos patrões e nós perdemos. Mas se nos mantemos firmes, se a greve aumenta com novas fábricas que param, então a solução vem mais rápida e nós vencemos. É por isso que fizemos o pacto intersindical. E' por isso que não aceitamos acôrdo em separado. O aumento tem que vir para todos ao mesmo tempo. Traga os companheiros aqui para a gente fazer mais um piquete, para aumentar a greve e ganhar mais rapidamente.

### ASSEMBLÉIA DA CIA. BRASILEIRA DO METAIS

No Hipodromo, no Q. G. dos metalúrgicos, está reunida a assembléia dos trabalhadores da Cia. Brasileira de Metais, a fábrica do grande capitalista Pignatari.

A fábrica está retendo salários vencidos antes da greve. Os operários exigem o pagamento. Como obtê-lo? Para resolver estão reunidos mais de 50 operários, a comissão da fábrica. Cerca de trinta são mulheres, jovens de 16 a 20 anos. José Pinto dirige os trabalhos. Surgem diversas opiniões. Nasce o debate. E a democracia sindical, viva e trepidante.

— Eu acho que é preciso ir lá, exigir o pagamento, com o advogado do sindicato.

— Não, nada de advogado. Ele já fez conchavo com o patrão outras vezes.

— Então, vamos a Câmara falar com os vereadores.

— Mas nós estamos sem dinheiro e êste negócio de ficar reclamando leva tôda a vida.

Cada uma dessas opiniões provoca um intenso debate. Sôbre os advogados, sôbre os deveres dos vereadores. José Pinto intervem:

— Vou dar uma experiência para vocês. Os patrões da Miltek também não queriam pagar. Fomos a porta da fábrica e começamos a reclamar. Tanto insistimos que o patrão não teve outro remédio e teve que pagar.

— Mas se nós vamos para a porta da fábrica, a polícia nos ataca.

— Pela vontade da polícia e dos patrões não estaríamos em greve.

Discute-se acaloradamente como enfrentar a polícia, como organizar a fila. Por fim surge a decisão: os operários vão mesmo, em massa, para a porta da fábrica. Irá também uma comissão à Câmara e aos jornais denunciar o patrão. Uma operária lembra que Pignatari nunca está na fábrica. Então iremos até à Laminação em Utinga e se êle não estiver vamos na casa dêle. Pignatari não escapará. Terá de pagar.

As assembléias da emprêsa realizaram-se diariamente, às dezenas.



Está rodando mais um boletim da greve.

## Incessante atividade dos piquetes

### PIQUETES PARADORES, PIQUETES DE VIGILÂNCIA

Não é exagero dizer que o coração da greve está na comissão de piquetes de cada Q. G. proletário. Piquetes que partem, piquetes que chegam e prestam contas sucedem-se sem cessar. A mesa está sempre apinhada. As notícias chegam aos borbotões:

— Parou a elevadores Otis.

Parou a Cristaleria de Lorenzo em Cangalha com 350 jovens operários

— Teremos que voltar amanhã para aquela fábrica da rua Oratório.

— Na Tecelagem Castro foi assim.

As notas que todo se tumultuam. Pela milésima vez abro um parenteses nas anotações da experiência que me transmite um dos responsáveis pela comissão de piquetes. Os piquetes são paradores ou de vigilância, explica como um mestre que ensina um leigo. Em geral os piquetes são de elementos do mesmo bairro ou da mesma fábrica, gente que se conhece. Nem sempre se faz comício. Na hora da entrada da fábrica que deve parar, o piquete se subdivide e aborda os grupos de operários que vão chegando. E' um trabalho de persuasão. Explica-se que a luta é de todos, porque estamos em greve, quando mais fábricas paradas, mais rápido se ganha a greve. Muitos aderem ao piquete e ajudam a parar a fábrica. Com o meu piquete na Tecelagem Labor foi assim: Eramos 200. O gerente não deixou entrar. Mas lá dentro os operários elegeram uma comissão para se entender com o piquete. Duas horas depois a fábrica estava inteiramente parada.

Os piquetes de vigilância são para defender o direito de greve contra os fura-greves, os caranguejos, contra a polícia. As vêzes o piquete de vigilância tem que se defender da agressão da polícia. E faz o que se viu em Osasco onde dois policiais foram desarmados e... baixaram ao hospital.

### COM LICENÇA, QUE VOU NOIVAR

**Chega uma nova edição do boletim de greve para o exame dos piquetes. Amanhã talvez já tenhamos o primeiro boletim contra da greve, explica alguém.**

**Um aviso pelo microfone elétrico o ambiente: os grêvistas dirigem-se para o salão da rua da Mooca 1.060 para decidir sôbre a greve. E' preciso que as tâteis se afastem para o fundo do salão, deixando espaço livre para êles. Todos se movem. Mas a mesa da comissão dos piquetes não pode interromper sua atividade. Estão chegando avisos de fábricas que apenas esperam o piquete.**

**Um jovem abre caminho com os ombros.**

**— Com licença, que está chegando a minha hora de noivar. Toma nota, companheiro. Chegamos na fábrica na hora da saída. Assim está errado porque a gente não tem certeza se ela parou mesmo. Precisamos voltar amanhã de madrugada.**

**— Que cruz é essa que você tem no peito?**

**— Não está vendo? Sou congregado mariano. Somos contra o capitalismo e contra o comunismo, explica logo.**

**— E se houver um comunista no seu piquete, você é contra êle?**

**— Deus me livre de tamanha asneira. Claro que marcho com os comunistas. Sabe duma coisa? Conheço muitos, são meus amigos. Estamos unidos para conquistar o aumento de salário. E lhe digo que prefiro que me cortem em pedaços a delatar um comunista à polícia.**

**O jovem estende a mão cordial, fraterna:**

**— Marchamos juntos, sim. Quando quiser conversar espero, que volte o piquete do Zé Caçula. E com licença que agora vou noivar.**

**Zé Caçula se mistura na multidão, gamba a peria. Ele vai contar à noiva como trabalhou o piquete, vai contar como conversou sôbre o ambos com os comunistas.**

ARCHIVO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO

ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO 1890-1945

11 de abril de 1953. Jornal Voz Operária. Manifesto do Comitê Nacional do Partido Comunista Brasileiro em apoio à Greve dos 300 mil em São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.




25 de abril de 1953. Jornal Voz Operária. Manchete de capa sobre a Greve dos 300 mil em São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.



# A Classe Operária Empunha a Bandeira de Luta e Vitória

## As lutas dos sapateiros e têxteis cariocas, dos têxteis de Pernambuco, dos trabalhadores gaúchos e a grandiosa greve de São Paulo formam a constelação de estrelas de primeira gradeza entre centenas de outras

Grandiosas manifestações de milhares e milhares de metalúrgicos, vitoriá e numerosíssimas forças reali- zadas em seus quartéis-generais nos dias da vitoriosa greve dos trabalhadores de São Paulo.

O combativo proletariado brasileiro com suas duras e grandiosas lutas adquiriu o direito e a honra de dizer a seus irmãos e companheiros do mundo inteiro neste Primeiro de Maio de 1953:

— Avançamos, camaradas. Aqui estamos com nossa experiência de luta enriquecida, com mais organização do que há um ano atrás. Sentimo-nos fortes por termos podido contribuir para o progresso da nossa causa sagrada, a causa da emancipação da classe operária. Festejamos nesta data gloriosa a vitória que já se dirisa, que todos juntos conquistaremos.

Sim, o proletariado brasileiro avançou. Grandes batalhas de classe assinalam êste ano transcorrido entre um e outro Primeiro de Maio como um ano de evidente enfraquecimento da organização e de amadurecimento político da classe operária em nosso país.

Mais importantes ainda do que as reivindicações imediatas conquistadas em memoráveis combates são os resultados permanentes dessa luta. Deixa a classe operária mais unida e organizada. A primeira característica que salta à vista é que as demonstrações e as greves mais destacadas e que foram a nota dominante se fizeram sob a bandeira dos sindicatos. Passo a passo, embora muito ainda reste a fazer, os sindicatos vão sendo arrebatados às mãos dos pelegos, vão sendo libertados do gigante policial do Ministério do Trabalho.

A classe operária vem fazendo de suas lutas a brigada de choque da luta das massas populares contra a carestia da vida, essa consequência direta da política de guerra do fovêrno. E demonstra praticamente que os interêsses da classe operária se fundem com os interêsses da maioria esmagadora do povo, que os interêsses de classe da grande burguesia são contrários aos interêsses do povo. E' o que caracterizou, por exemplo, as gran des lutas do Rio G. do Sul e de S. Paulo.

Na luta por seus direitos, contra a miséria e os salários de fome unem-se os sindicatos numa frente comum. 16 sindicatos unidos formaram a espinha dorsal do movimento de massas contra a carestia em Pôrto Alegre. O pacto intersindical, unificando as reivindicações e baixando no compromisso de não se fazer acôrdo em separado, fundiu numa só grève geral as greves dos têxteis, metalúrgicos, marceneiros e vidreiros de São Paulo. Esta característica da maior greve de nossa história previa o amadurecimento político do proletariado.

As lutas dos sapateiros e têxteis cariocas, dos têxteis de Pernambuco, dos trabalhadores gaúchos e a grandiosa gre ve de São Paulo formam a constelação de estrelas de primeira grandeza entre centenas e centenas de outras.

### GREVES GERAIS CONTRA A CARESTIA NO RIO G. DO SUL

As brevas ações do povo e do proletariado gaúcho, em agôsto de 1952, despertaram simpatia e entusiasmo em todo o país. A União Estadual Pró Paz e Contra a Carestia programou manifestações populares enquanto trabalhava e mantinha-se, mais de 10.000 trabalhadores, exigiram aumento de salário e se preparavam para a greve. O bando de grandes latifundiários chefiados por Getúlio e seus lacaios, desafiou a luta do povo com um novo e escorchante aumento do preço da carne. Uma grande demonstração em frente à Câmara Municipal bateu as denominações de rua. 16 Sindicatos tomam-se na luta contra a carestia e por aumento de salários. A União Estadual Pró Paz e Contra a Carestia manifesta-se por todo o Estado.

As greves operárias transformam-se em greve geral de cidades inteiras — Santa Maria, Rio Grande, Novo Hamburgo, Passo Fundo... Em Santa Maria o povo agitadona o governo da Prefeitura, levando Getúlio Murlo Zanotti, aos repudiados pela polícia do ministro de Prestes, Jorge Mathews, N' a própria armadamente da guarnição militar quem devolve o veredito comunista ao povo em cinco de outubro governista, na praça principal da cidade. Em Passo Fundo as multidões assaltam guarda nos aeroportos. Impedindo que os chefe possam fugir à greve. Em São Grande, a polícia seria surpre se manifestantes, matando um operário e um estudante. Mas a greve continua e arranca a semana geral de 36 h em todos os ramos. Na cidade industrial de São Leopoldo, o povo chama nas ruas: «Viva a Paz, Abaixo a carestia». As faixas que desfilam em Porto Alegre trazem: «Não queremos promessas, queremos a redução da carestia, abaixo o Acôrdo Militar, também pedindo brasileiro para a Coréia». A chama da luta se propaga entre os mineiros de São Jerônimo, onde a assembléia do Sindicato é atacada a bala.

Os principais centros do Estado estão em movimento sob a direção da classe operária. A luta tem a marca de uma grande vitória alcançada.

### GREVE GERAL TEXTIL EM PERNAMBUCO

Numerosas lutas parciais sanguinárias, sindicais e de empresa e poderosas demonstrações preparavam a grande greve geral dos têxteis pernambucanos em novembro de 1952. Esse greve realizada sob a bandeira do sindicato uniu todo o operário e foi a primeira em todo país.

Essa greve representa um ativo passo à frente não só na luta contra a carestia. O governo é obrigado a ceder. Em Santa Maria, por exemplo, o carne baixa de 10.00 para 5.50. O aumento foi anulado.

Nas lutas pela redução da jornada de trabalho e pagamento com a vida dos que se seus líderes, o jovem operário Alfaiate da Fábrica Rosa, o tributo da sangue imposto pelo governo ao assassino de Vargas. A greve dos têxteis demonstra um extenso movimento de solidariedade em todo o país. Eleva a um nível mais alto a unidade operária. Repetidas metalúrgicos, alfaiates, portuários, gerentes, bancários, trabalhadores da Light acompanham ativamente a luta dos têxteis. Assembléias abolição resolvem-se para assistências. Delegações de São Paulo vieram ao encontro dos têxteis em greve.

### SAPATEIROS E TEXTEIS CARIOCAS

Em fins de novembro de 1952, 30.000 trabalhadores em calçados e artefatos de couro entraram em greve por aumento de salário. A resposta unânime aos apelos à Lei determinada. O aumento foi conquistado. A luta levada à vitória sob a bandeira do sindicato de classe e organização unitária entre as diversas correntes políticas. A unidade operária dos sindicatos da cação dêstes se alia às oficinas. A solidariedade demonstrou que os trabalhadores são organizados à luta, mesmo quando unidades vida fôrça do sindicalismo. Em muitas fábricas conseguiram 30 salários de empresa. Quando a greve estourou as empresas dirigiram ao governo para ver, ou lavar as mãos, não o trabalho, «Lhão» e «Lacerda».

Grandes experiências e uma clara perspectiva para o desenvolvimento ulterior da luta da classe operária. Iniciou a greve dos têxteis metade, apesar de ela não ter alcançado a vitória imediata da reivindicação dos 40% de aumento. A 4 de dezembro de 1952 quinze mil têxteis abandonaram as fábricas para exigir a revogação do T.A.T. pois é qual tinham recurso de os patrões. Estes queriam reduzir o aumento de 40% que já tinham conquistado no T.A.T. O aumento foi reduzido para 25% e não 40% como exigiam os têxteis. Mas a greve mostrou a sua força. Em 1951 os têxteis haviam conseguido 30% de aumento. Em 1952 só conseguiram 25%. Mas a luta não terminou. Ela continua. Os têxteis não se conformam com a redução. Em 1953 exigem 40% de aumento. Os têxteis de Pernambuco também não se conformam com a redução. Em 1953 exigem 40% de aumento. Os têxteis de Pernambuco também não se conformam com a redução. Em 1953 exigem 40% de aumento.

A luta atingiu um novo nível de organização. 1.250 homens fiscalizam os trabalhos de agitação, nas pequenas fábricas. Os operários são mobilizados para lutar pela unidade. Os vigias da fábrica da Torre se levantam ao chamado para greve. Em Moreno se prendem barricadas a estrada e entram à força e a luz fria casa de greve da fábrica. Um impede, simplesmente metralhando os soldados. Ninguém aparece à greve, desde as demais sindicatos até a Liga Camponesa de Igarassu.

Após a ameaça de greve geral com a adesão de portuários metalúrgicos e bancários os patrões cederam. A nação não pôde mais tirar o sindicato dos mãos dos trabalhadores. Getúlio teve intervir no sindicato dos têxteis e depor a diretoria pouco mais tarde. Wilson de Barros Leal, participou do Congresso da CTAL como delegado dos trabalhadores pernambucanos. A resposta dos operários foi a intervenção nos e nisal para a greve Getúlio recua. Foi derrotado. O sindicato é dos trabalhadores. Permanece a direção da solidariedade proletária internacional.

— Rita Justiça está vendida aos patrões!

Um grande desfile operário empolgou a capital da país. Uma delegação de mil têxteis foi à Câmara entregar um memorial contra o acôrdo militar. Ao atendida a assembléia decretou a greve que seria a maior greve no Distrito Federal nos últimos tempos.

Esta dura luta já anunciava a magnífica experiência dos quatrocentos dias gloriosos de São Paulo. A assembléia permanente do sindicato era a sede dos têxteis e constante trabalho. A vigília, em primeira instância e inicial aos policiais mudou dos quais foram encarregados. Os piquetes realizaram um grande trabalho e pagaram com a vida dos que se seus líderes, o jovem operário Alfaiate da Fábrica Rosa, o tributo da sangue imposto pelo governo ao assassino de Vargas. A greve dos têxteis demonstra um extenso movimento de solidariedade em todo o país. Eleva a um nível mais alto a unidade operária. Repetidas metalúrgicos, alfaiates, portuários, gerentes, bancários, trabalhadores da Light acompanham ativamente a luta dos têxteis. Assembléias abolição resolvem-se para assistências. Delegações de São Paulo vieram ao encontro dos têxteis em greve.




Os Comitês de piquetes funcionaram ininterruptamente durante os vitoriosos greves que abalaram S. Paulo.



A grandiosa passeata dos têxteis vitoriosa que paralisou a greve de 48 mil operários que empolgou o povo de Outubro — Federal durante 31 dias.

As greves de São Paulo, greves absolutamente e unificadas de extrema energia da polícia, chocaram-se imediatamente com a atitude intransigente dos patrões e foram asseguradas por comissões e resolvidas luta de rua em que governistas e pequenos entusiastas duramente-se a polícia do bandidos de Getúlio e Carvalho. Não rusga vezes os piquetes heróicos levavam a bordos, conseguiram paralisar dezenas de fábricas, enquanto se pedreiro se armando-se e armando-se como assaltantes em Osasco. Os patrões foram cedendo passo a passo, primeiro 15% de aumento e, depois, em seguida 25% e por fim 32. Cada um destes vezes patronais era consequência quase imediata de vigorosa ação de rua — Praça da Sé, portaria da Minas, Lapa, Osasco...

A fôrmula dos grevistas derrotou politicamente o governo, demonstrando sua justiça. A greve continuou mesmo depois da conquista das 32%, pela propaganda em que greves e pequenos entusiastas duramente-se a polícia do bandidos de Getúlio e Carvalho. Não rusga vezes os piquetes heróicos levavam a bordos, conseguiram paralisar dezenas de fábricas, enquanto se pedreiro se armando-se e armando-se como assaltantes em Osasco. Os patrões foram cedendo passo a passo, primeiro 15% de aumento e, depois, em seguida 25% e por fim 32. Cada um destes vezes patronais era consequência quase imediata de vigorosa ação de rua — em seguida do outro. E' que luta a pedir intransigência ... de salário e aumento ... greve, demonstrou sua justiça. A greve continuou mesmo depois da conquista das 32%, pela propaganda em que greves e pequenos entusiastas duramente-se a polícia do bandidos de Getúlio e Carvalho. Não rusga vezes os piquetes heróicos levavam a bordos, conseguiram paralisar dezenas de fábricas, enquanto se pedreiro se armando-se e armando-se como assaltantes em Osasco. Os patrões foram cedendo passo a passo, primeiro 15% de aumento e, depois, em seguida 25% e por fim 32. Cada um destes vezes patronais era consequência quase imediata de vigorosa ação de rua — em seguida do outro. E' que luta a pedir intransigência ... de salário e aumento ... greve, demonstrou sua justiça. A greve continuou mesmo depois da conquista das 32%, pela propaganda em que greves e pequenos entusiastas duramente-se a polícia do bandidos de Getúlio e Carvalho. Não rusga vezes os piquetes heróicos levavam a bordos, conseguiram paralisar dezenas de fábricas, enquanto se pedreiro se armando-se e armando-se como assaltantes em Osasco. Os patrões foram cedendo passo a passo, primeiro 15% de aumento e, depois, em seguida 25% e por fim 32. Cada um destes vezes patronais era consequência quase imediata de vigorosa ação de rua — em seguida do outro. E' que

### SALÁRIO É COM O PATRÃO! CARESTIA É COM O GOVÊRNO!

«As grandes greves de São Paulo que mobilizaram centenas de milhares de operários, de diversos e importantes setores da produção — têxteis, metalúrgicos, gumeiros, gráficos, etc. — provocaram o justo entusiasmo da classe operária em todo o país, elevaram os bonos do atual Estado Proletariado, diz o Manifesto do Primeiro de Maio do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil.

Mais adiante diz o importante documento do C. N. do P. C. B.: «As grandes greves de São Paulo revelaram o papel dirigente da classe operária, o seu imenso fôrça mobilizadora, colocaram definitivo e grotesco a classe operária na sua justa posição de dirigente de todo o povo brasileiro na sua luta histórica pela paz, as liberdades e a independência nacional. Esta posição ninguém ... Hoje e poderá mais ser menosprezada.

Estas palavras simples, justas e claríssimas caracterizam a grande greve geral de milhões latinos da produção no maior centro industrial da América Latina e dão a Medida exata do seu enorme importância. Ao mesmo tempo apontam para o futuro do movimento operário e de luta o povo brasileiro.

Abrindo diretamente crise de um sistema e meio de pressão, as greves de São Paulo foram uma grande escola de direção da luta de grandes massas. Fizeram surgir Numerosos líderes novos, elevaram o nível Política dos trabalhadores. «Salário é com o Patrão! Carestia é com o governo!» — diziam ... No operários.




O heróis popular Antônio Brochão, um dos subscritores do manifesto do Primeiro de Maio de 1930 em São Grande, grosso ... dizendo um discurso em que declarou: «Só um Governo Democrático Popular atenderá os interêsses do povo».

1º de maio de 1953. Jornal Voz Operária. A repercussão da Greve dos 300 mil em todo o país. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.



# OPERÁRIOS E CAMPONESES SE ERGUEM NA LUTA PELOS SEUS DIREITOS

En Luta Por 45% de Aumento e Contra a Carestia:

## Lançam-se à Greve os Trabalhadores Paulistas

Quase meio milhão de trabalhadores cruzam os braços, exigindo melhores salários e medidas enérgicas contra a carestia — Metalúrgicos, têxteis, gráficos, trabalhadores em curtumes, em papel e papelão, mestres e contramestres, unem-se em poderosa Aliança Intersindical

Surge a aliança intersindical

Apoio do Governador e da Câmara Municipal

GREVE ATE A VITORIA FINAL

## Continuam em Armas os Posseiros

Os Posseiros Instituem o seu Governo com dois Municípios

Ferido o delegado do DOPS e detido o Chefe de Polícia

Lopes teria ameaçado os Companheiros

Nova onda de violências









19 de outubro de 1957. Jornal Voz Operária. Início da Greve dos 400 mil em São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.



# FÔRÇA PROLETÁRIA DE MEIO MILHÃO DE GREVISTAS

**Os operários paulistas derrotam a intransigência patronal, a violência da polícia de Jânio Quadros e a ação dos provocadores — Ampla solidariedade ao movimento grevista — A atuação poderosa, mas pacífica, dos piquetes — Veio o piquete e a (Alpargatas) parou — A classe operária na vanguarda da luta contra a carestia**

## AS BANDEIRAS DA GREVE:

## AUMENTO DE SALÁRIOS E CONTENÇÃO DA CARESTIA

ANTECEDENTES DO GRANDE MOVIMENTO DOS OPERÁRIOS PAULISTAS — JUSCELENO E PARSIFAL BARROSO NÃO CUMPRIRAM AS PROMESSAS DE TOMAR MEDIDAS CONTRA OS ALTOS PREÇOS — O PAUTO DE UNIDADE E A ALIANÇA INTERSINDICAL — OS PIQUETES, UMA NOTÁVEL EXPERIÊNCIA

26 de outubro de 1957. Jornal Voz Operária. Reportagem narra o sucesso da Greve dos 400 mil em São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp.



2 de março de 2011. Teleoperadores recusam proposta do sindicato patronal (Sintelmark) e assembleia decide pela paralisação em São Paulo. Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo – Sintetel-SP.




Cerca de 15 de agosto de 2005. Avenida Paulista. Manifestação em apoio à greve dos teleoperadores da empresa Atento, de São

Bernardo do Campo. Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado de São Paulo – Sintratel-SP.




14 de junho de 2009.
campanha de filiação sindical do Sintratel, 13a Parada do Orgulho Gay de São Paulo.
Sindicalistas de base desfilam sobre o carro de som do sindicato.
Fábio Pimentel e
Vitor Vaneti

# 2

# O FATALISMO DOS FRACOS

Em meados dos anos 1960, enquanto Leôncio Martins Rodrigues terminava seu trabalho de campo na Ford de São Bernardo, John H. Goldthorpe, auxiliado por seus colaboradores, preparava-se para enviar ao Departamento de Economia Aplicada da Universidade de Cambridge um relatório com os resultados de dois anos de entrevistas com operários da fábrica da Vauxhall de Luton[176]. Após algumas décadas de crescimento econômico, Goldthorpe decidira que era hora de testar a teoria. De acordo com ela, quando os trabalhadores atingiam certo nível de renda, tendiam a assumir um estilo de vida de classe média, integrando-se aos estratos mais elevados da sociedade. A fim de examinar o comportamento político do operariado, a equipe liderada por Goldthorpe entrevistou a maioria dos trabalhadores da Vauxhall, enfocando as atitudes dos operários em relação ao emprego, aos colegas de trabalho, ao sindicato e ao futuro econômico. Conforme o esperado, Goldthorpe concluiu que os trabalhadores estavam satisfeitos com sua condição material, conformados com a situação política e reticentes em relação aos partidos operários.

Entre 1965 e 1967, contudo, período em que a monografia estava sendo finalizada, vários conflitos operários começaram a eclodir na planta de Luton, pondo fim a um longo período de inatividade. O primeiro desses conflitos aconteceu quando o relatório de Goldthorpe estava para ser impresso: militantes sindicais fizeram cópias mimeografadas dos resultados da pesquisa, distribuindo-as aos operários. Uma semana depois, o *Daily Mail* publicou matéria sobre a expatriação dos lucros obtidos pela Vauxhall para sua sede nos Estados Unidos. No dia seguinte, violentos distúrbios ocorreram na fábrica, com milhares de operários abandonando seus postos e obrigando os gerentes a saírem de suas salas cantando “Bandeira Vermelha”. Alguns grupos de trabalhadores resolveram então atacar os escritórios da empresa, enfrentando a repressão policial em diversas escaramuças ocorridas nos dias seguintes[177].

Goldthorpe alegou que os conflitos da Vauxhall eram motivados exclusivamente por demandas salariais e que, portanto, não invalidavam as conclusões de seu estudo. Na realidade, esses conflitos provariam que os trabalhadores eram individualistas e queriam se integrar ainda mais na sociedade de consumo etc.[178] No entanto, o argumento do sociólogo britânico deixava inexplicado o essencial: por que razão operários supostamente satisfeitos e acomodados – dois meses antes de a explosão começar, 79% dos entrevistados haviam escolhido a resposta do "mesmo lado" para a analogia das relações industriais com um time de futebol! – passaram subitamente da inatividade à ação coletiva?

Goldthorpe imaginou que a adição de diferentes opiniões individuais poderia revelar a realidade coletiva de uma classe social. No entanto, a soma das resignações individuais não resultou em uma apatia coletiva. Ao contrário, debatendo as cópias mimeografadas do relatório que circularam pela fábrica, aqueles operários, que pareciam resignados com sua condição de classe, descobriram-se insatisfeitos. Uma sensação que provinha de sua própria impotência em solucionar individualmente seus desafios coletivos. Ao discutirem a raiz de suas angústias, os operários de Luton foram deixando de se sentir impotentes, revigorando sua autoconfiança e, por fim, mobilizando-se quando perceberam que seus interesses de classe estavam sendo contrariados pelas decisões gerenciais.

Como observamos no primeiro capítulo, a sociologia brasileira profissional do trabalho compartilhou com Goldthorpe algumas dessas preocupações em relação às atitudes operárias: o individualismo dos trabalhadores, a satisfação com a mobilidade social, o comportamento politicamente passivo, o desejo de integrar-se à sociedade de consumo... Guiados por teorias modernizantes, Lopes e Rodrigues subestimaram inúmeros indícios da insatisfação operária que eles próprios registraram. Assim como aconteceu com o sociólogo inglês, a sociologia profissional brasileira não identificou a germinação da inquietação social que eclodiu após o golpe militar. Essas referências conduzem-nos a algumas questões: afinal, como ir além dos limites impostos pela enquete sociológica? Como reconhecer as forças internas que moldam a transformação da consciência operária, articulando-as às relações antagônicas exteriores ao grupo operário, de modo a apreender as possibilidades da mobilização classista ainda em sua quietude?

Antes de mais nada, é necessário uma *teoria* que nos permita analisar, nas palavras de Gramsci, a transformação do subalterno de "irresponsável" em "protagonista". Ou seja, se desejamos compreender a "atividade empreendedora da massa", devemos começar sublinhando que "[...] o fatalismo é apenas a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real"[179]. Neste capítulo, argumentaremos que, originalmente, essa *teoria* encontra-se presente nas sociologias aplicada, pública e crítica do trabalho, ou seja, nas abordagens alternativas à sociologia profissional do trabalho brasileira, desenvolvidas durante a década de 1960 e o início dos anos 1970. Assim, consideramos que uma abordagem mais afinada com o modelo de desenvolvimento fordista periférico pode ser extraída das qualidades complementares desses diferentes estilos sociológicos, cada um dos quais ocupado em investigar certa dimensão-chave do "fatalismo dos fracos".

## Sociologia do trabalho aplicada: os limites do sindicalismo burocrático

Para tanto, devemos distinguir, a exemplo do capítulo anterior, a *posicionalidade* do sociólogo da teoria levada a campo a fim de reflexivamente apreendermos os alcances e os limites do conhecimento do objeto com o qual lidamos. Em primeiro lugar, vale lembrar que, de uma perspectiva construtivista, a história da sociologia do trabalho no Brasil é também a história do engajamento de sociólogos e sindicalistas em um projeto comum: alguns anos antes de a sociologia profissional do trabalho iniciar seu flerte com o reformismo fordista por meio do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho da Universidade de São Paulo, alguns sindicatos, sentindo-se pressionados pela necessidade de produzir, em um contexto de aceleração inflacionária, dados capazes de orientar suas campanhas, decidiram criar, em 1955, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)[180]. Parte integrante daquele esforço do movimento sindical brasileiro nos anos 1950 de garantir uma dimensão técnica para suas iniciativas, racionalizando a relação dos sindicatos com o Estado e com as empresas, o Dieese originou-se dos debates sobre o cálculo do custo de vida em São Paulo, contando, desde o início, com o apoio de sociólogos interessados nas questões do trabalho, tais como Aziz Simão e Florestan Fernandes.

Após uma malsucedida experiência com um contador que ficara responsável por elaborar o questionário da pesquisa do custo de vida, o

sociólogo José Albertino Rodrigues foi contratado pelo então presidente do Dieese, o sindicalista bancário Salvador Romano Losacco, para assumir a primeira diretoria técnica da entidade[181]. Além de um curto período entre 1968 e 1969, Albertino Rodrigues atuou como diretor técnico do Dieese em outras duas oportunidades: entre 1956 e 1962 e entre 1965 e 1966. Assim, podemos afirmar que *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, livro publicado em 1968, representa a síntese de suas principais conquistas intelectuais, preocupações políticas e experiências técnicas à frente desse departamento[182]. Preocupado com o cálculo do custo de vida em São Paulo, com as características do mercado de trabalho no país e com os limites impostos pela estrutura oficial sobre a ação sindical, Albertino Rodrigues antecipou um estilo sociológico que iria florescer no país apenas nos anos 1990 e 2000 com o desenvolvimento da sociologia aplicada às políticas públicas. Alimentando-se do contato com sindicalistas e aproximando-se de audiências extra-acadêmicas, Albertino Rodrigues soube dialogar com a sociologia profissional do trabalho sem, contudo, sacrificar sua independência analítica.

Por exemplo: o balanço da relação entre as lutas operárias anteriores aos anos 1930 e a legislação trabalhista varguista condensa uma marcante diferença em relação à sociologia profissional. Ao contrário de Leôncio Martins Rodrigues, para quem a fragilidade do movimento sindical das primeiras décadas do século XX teria permitido ao Estado Novo tutelar a classe operária por meio da CLT, Albertino Rodrigues entendia que a combatividade operária antes de 1930 havia influenciado a promulgação das leis trabalhistas: “Assim, não foi inovadora a legislação getuliana nem tampouco foi ofertada generosamente às classes trabalhadoras, sem que a estivessem desejando ou sem que tivessem lutado por ela”[183]. No entanto, por força do sucesso da política estadonovista, a autonomia operária e o militantismo sindical anteriores à era Vargas teriam progressivamente cedido espaço à incorporação das lideranças sindicais ao Ministério do Trabalho. Como bem observou o autor, a *burocratização sindical* não se deu sem a ocorrência de inúmeros conflitos com as bases operárias.

A estrutura do poder estadonovista teria conseguido canalizar por meio da burocratização sindical a inquietação das bases antes de ela florescer plenamente, transformando as massas operárias em fontes de apoio ao regime varguista. Daí a transformação verificada por Albertino Rodrigues na estrutura da participação política dos grupos operários após a década de

1930: de rebeldes e combativos, os trabalhadores foram sendo progressivamente conduzidos pelo sindicalismo oficial na direção das políticas assistencialistas: “O espírito de conquista foi substituído pelo apego ao existente – na realidade, as disponibilidades formais de proteção chegaram a ser maiores do que o nível de consciência dos trabalhadores”[184]. Assim, ao destacar unilateralmente a supressão da autonomia operária promovida pela nova legislação trabalhista, associada à incorporação das lideranças sindicais pelo aparelho de Estado, Albertino Rodrigues aproximou-se da noção de que os trabalhadores recém-chegados das áreas rurais “tornavam-se elementos propícios a incorporar uma ideologia sindical de características paternalistas”[185].

No entanto, essa aproximação não nublou sua crítica ao sindicalismo oficial. A burocracia sindical apareceu aos olhos da sociologia aplicada do trabalho como uma nova camada social satisfeita com suas atribuições legais, cuja atuação, em vez de privilegiar os interesses dos trabalhadores, favoreceria a intervenção das empresas e do Estado. O “pelego” era uma espécie de subclasse do funcionalismo público cuja tarefa consistia em levar as políticas do Ministério do Trabalho até as fileiras operárias. Ao limitar sua atuação à esfera das vantagens legais, esse tipo de dirigente tenderia a reproduzir a dominação paternalista, transformando-se em uma barreira para a modernização do mercado de trabalho no país.

**QUADRO 9. O pelego sindical**

> “Sua ascensão [do ‘pelego’] e atuação foram grandemente facilitadas pelas autoridades ministeriais a quem serviam fielmente, sobretudo na medida em que se dava um pouco de importância e uma falsa consideração às aspirações e reivindicações da classe trabalhadora, mas sem de fato cumprir as expectativas criadas. [...] Daí sua caracterização corrente de adulador dos poderosos e corrupto, que o torna exemplo típico de traidor de sua classe. [...] A solução que encontra para os conflitos do trabalho baseia-se quase sempre nos entendimentos e arranjos pessoais e jamais na arregimentação e agitação de massa. É por isso que o ‘pelego’ nunca faz ou organiza uma greve, pois nela só é capaz de enxergar prejuízos econômicos, sendo incapaz de ver conquistas táticas. Prega o fatalismo e o conformismo e a sua grande tarefa consiste em refrear a revolta e conter a luta de classes, o que

> serviu tão bem à implantação da nova ordem sindical no período moderno. A partir de 1950, os ‘pelegos’ vinham sendo desalojados das posições sindicais, sobretudo nos órgãos representativos das maiores categorias profissionais. [...] Recentemente, graças à política de combate à chamada ‘subversão’, muitos ‘pelegos’ que haviam sido derrotados nas eleições sindicais foram reconduzidos aos postos diretivos graças às intervenções ministeriais.”[186]

Tendo em vista o papel deletério cumprido pelo pelego sindical, Albertino Rodrigues realçou a importância do delegado de fábrica para a educação política do operariado. Espécie de contraponto ao processo de burocratização sindical, os delegados escolhidos pelas bases proporcionariam aos trabalhadores uma oportunidade ímpar de desenvolvimento de sua consciência de classe. Por meio do delegado de fábrica, as bases poderiam pressionar o sindicato a rever suas posições, obrigando-o a dialogar com os trabalhadores. Conforme o autor, o delegado de fábrica, ainda que negligenciado por parte significativa do sindicalismo brasileiro e limitado àquelas organizações classistas com bons níveis de sindicalização, constituiria a “espinha dorsal do movimento sindical”. (De fato, o delegado de fábrica foi decisivo para a revitalização do sindicalismo brasileiro durante as greves de 1968 em Guarulhos e Contagem, e durante o ciclo das greves do ABCD paulista entre 1978 e 1980.)

A sociologia aplicada de Albertino Rodrigues revela-se por meio da preocupação com a moderação das reivindicações salariais advinda do controle da burocacia sindical pelo Ministério do Trabalho. A política trabalhista de Vargas teria fornecido à burguesia industrial a oportunidade de impedir, aproveitando-se do regime inflacionário, os reajustes salariais em conformidade com a majoração dos preços dos meios de subsistência. Assim, seria óbvio que uma “[...] legislação trabalhista que limite fundamentalmente a atividade sindical não pode ser simplesmente classificada de avançada”[187]. Para o autor, o balanço do trabalhismo deveria considerar ao menos dois aspectos da relação do sindicalismo com o Estado: por um lado, se a CLT garantiu direitos aos trabalhadores urbanos, por outro, a estrutura sindical tutelou a atividade sindical.

A análise crítica da legislação trabalhista brasileira empreendida pelo autor coaduna-se com sua preocupação quanto ao papel do sindicalismo em “organizar eficientemente a força de trabalho no intuito de fortalecer e

estabilizar o mercado de trabalho". Na realidade, a natureza deletéria da tutela estatal radicaria exatamente em desviar o sindicato de suas "verdadeiras funções", contribuindo, ao seu modo, para a deterioração das condições de acesso ao emprego industrial. Um exemplo dessa situação poderia ser encontrado na própria ineficácia de uma política salarial reduzida ao reajuste do mínimo de acordo com a variação do custo de vida.

Além disso, apoiando-se na distinção estabelecida por Azis Simão[188] entre o "sindicalismo de minorias militantes", característico da "velha" classe operária paulistana formada por imigrantes estrangeiros, e o "sindicalismo burocrático de massas" do segundo pós-guerra, Albertino Rodrigues destacou a importância dos operários nordestinos na direção de sindicatos da construção civil, enfatizando igualmente sua liderança entre trabalhadores metalúrgicos e têxteis. Assim, sua análise capturou o momento em que o precariado migrante, em especial aquele de origem nordestina, começava a formar suas próprias lideranças. No entanto, essas lideranças tendiam a ser incompreendidas pelas bases, pois, além das funções de organização da categoria, necessitavam dirigir uma máquina assistencial atada ao Estado[189].

A participação dos sindicatos na vida política nacional e a subsunção da burocracia sindical ao Estado revelam-se preocupações constantes de Albertino Rodrigues: apesar da proscrição do Partido Comunista do Brasil (PCB) em abril de 1947, a redemocratização vivida pelo país no pós-guerra fez com que o sucesso eleitoral dos candidatos populistas dependesse do engajamento das lideranças sindicais, em especial as nordestinas. (Naturalmente, a vitória de candidatos apoiados pelos sindicalistas aumentava o prestígio destes junto às autoridades estatais.) Esse padrão de ação sindical, que motivou ásperas críticas da sociologia profissional do trabalho, também encontrou em Albertino Rodrigues um opositor. Porém, ao contrário de Leôncio Martins Rodrigues, que advogou a "despolitização" dos sindicatos por meio da contratação coletiva do trabalho, Albertino inclinou-se na direção oposta: para reconciliar as bases com suas direções era cada vez mais urgente "politizar" o jovem precariado fabril.

Devido aos avanços da mobilização operária proporcionados pela substituição dos pelegos sindicais por lideranças comunistas e trabalhistas "de esquerda", Albertino Rodrigues considerou a década de 1950 a "fase áurea" do sindicalismo brasileiro: enquanto Martins Rodrigues afirmou que as greves de 1953, 1954 e 1957 demonstravam a incapacidade dos sindicatos

de se enraizarem no precariado migrante, Albertino Rodrigues entendia que esse ciclo grevista, além de garantir resultados práticos em termos de conquistas salariais, fortaleceu o sindicalismo no país. Assim, concluiu que a tutela dos sindicatos pelo Estado não significava, necessariamente, a eliminação de sua função combativa. Plasmado por uma dinâmica que somava a capacidade de luta do precariado fabril à revivificação de sua função organizativa, os sindicatos emergiram nos anos 1950 como autênticos protagonistas da hegemonia populista: representavam a principal mediação entre o Estado e os trabalhadores nordestinos[190].

Em sua análise da relação da burocracia sindical com o precariado fabril, o autor identificou os traços principais da inquietação social: por um lado, revelou um sindicalismo investido de poder burocrático pelo Estado; por outro, apontou para sindicatos pressionados por bases dispostas a lutar por seus direitos. Ou, conforme sua conhecida síntese: "O sindicalismo brasileiro tem sido fator de mudança e de imobilismo ao mesmo tempo"[191]. Ou seja, apesar das dificuldades trazidas pela legislação trabalhista para a auto-organização operária, a mobilização sindical dos anos 1950 foi capaz de obter inúmeras conquistas salariais e trabalhistas. E a pressão das bases operárias parecia escapar ao controle da estrutura sindical oficial com o surgimento de:

> [...] Um *sindicato agressivo*, rebelde àquelas imposições legais, que não se contém no balizamento das funções atribuídas pelo Estado e se propõe a desempenhar todos os papéis necessários e possíveis para atender aos objetivos de representação e de luta da sua categoria. Além do mais, seu campo de ação não se limita à categoria profissional e se estende a toda a classe de trabalhadores assalariados, numa concepção totalizadora e não atomizadora da situação de classe.[192]

## Sociologia pública do trabalho: rumo à independência operária

A mais destacada interpretação desse "novo sindicalismo" anunciado por Albertino Rodrigues foi produzida por Francisco Weffort no início dos anos 1970. Por meio de sua tentativa de problematizar a relação entre lideranças sindicais e trabalhadores no pós-guerra[193], é possível identificar o surgimento de uma sociologia do trabalho crítica, reflexiva e orientada para audiências extra-acadêmicas que irá desaguar alguns anos mais tarde na fundação do PT e da CUT[194]. Os rudimentos dessa sociologia pública já haviam se manifestado em seus ensaios sobre o populismo, desenvolvendo-se em sua análise das greves de Osasco e de Contagem, em 1968[195]. Nessa ocasião, Weffort destacou a importância de apreender o movimento operário como o sujeito político de sua própria história. Ou seja, ele se

afastou da interpretação “estruturalista” que apreendia o movimento operário sobretudo por meio da ação de forças externas ao grupo.

De fato, aos olhos do autor, as greves de Contagem e Osasco interpelaram noções sedimentadas sobre a passividade e a incapacidade política de auto-organização do precariado fabril. A dinâmica e o destino desses movimentos foram decididos em função da independência classista praticada pelos trabalhadores. Corroborando a previsão de Albertino Rodrigues, além dos móbiles imediatos das greves, os trabalhadores em Contagem e Osasco rebelaram-se também contra as restrições organizativas previstas na legislação trabalhista:

> A greve de 1953 constitui um marco na história do sindicalismo, como também na história do país, menos por sua amplitude que por assinalar as tendências então dominantes no movimento sindical para a solução de alguns problemas de seu desenvolvimento, em especial os referentes à sua orientação em face do Estado e das empresas e às formas de organização adequadas à conquista de seus objetivos. De maneira similar, os casos de 1968 são relevantes, não obstante sua extensão limitada, por colocarem uma séria dúvida sobre as soluções encontradas naquela época e por sugerirem esboços de *formas alternativas de orientação e organização*. De fato, essas greves contrastam fortemente com as características gerais exibidas até aqui pelo movimento operário brasileiro, seja o da fase de ascenso que transcorre entre 1950 e 1964, seja o da fase posterior marcada pela desarticulação e pela perplexidade. Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de *independência* em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista. Segundo me parece, é precisamente esta posição de independência que oferece seu interesse para um exame das possibilidades atuais do sindicalismo no país.[196]

Partindo da formação desses grupos operários, com destaque para a importância da indústria pesada nos municípios, Weffort passou rapidamente para a análise conjuntural das greves. Se, no caso de Osasco, a política municipal teria desempenhado um papel destacado, tendo em vista a relativa conservação da estrutura populista em um município predominantemente operário, a greve em Contagem teria sido um caso típico da ação “espontânea” de proletários precarizados. Preparado por uma combinação explosiva de crise econômica, pressões do Ministério do Trabalho e ativismo político, o movimento grevista mineiro sobrepôs-se ao poder sindical.

Na realidade, esse impulso revelou o surgimento de um rudimento de consciência operária, forte o suficiente para garantir uma “[...] atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa”[197]. Para Weffort, esse movimento, cujo ponto de partida foi a eleição sindical do ano anterior, alimentou-se da insatisfação operária com demissões e da presença da oposição metalúrgica, além da súbita revivificação nacional do movimento estudantil. E, como voltaria a

acontecer dez anos mais tarde no ABCD paulista, a greve de abril foi apoiada por associações de bairro, além de contar com a multiplicação das assembleias paroquiais.

A natureza intempestiva dessa greve deveu-se igualmente ao fato de que a diretoria do sindicato dos metalúrgicos do município estava mais preocupada com a política salarial do Ministério do Trabalho do que com a agitação dos trabalhadores da região. Após um primeiro momento de rápido progresso – a greve começara no dia 16 de abril na seção de trefilaria da Belgo-Mineira, chegando a envolver quase que imediatamente 1.200 operários –, o movimento grevista, apesar de ter criado algumas comissões de fábricas, não foi capaz de manter-se por muito tempo: parcialmente vitorioso por sua combatividade, foi derrotado pela desorganização. Após seis dias de greve, os trabalhadores retornaram ao trabalho.

O movimento grevista de julho de 1968, em Osasco, também revelou tensões na estrutura sindical oficial. Nutrindo-se da relação de um autêntico "sindicato agressivo" (Albertino) com a subversidade inorgânica da fração mais jovem e precarizada do operariado, o movimento de Osasco caracterizou-se pela criação de comissões de fábrica apoiadas por uma direção sindical em rota de colisão com a estrutura oficial. Naquele momento, o sindicato transformou-se em um meio de manifestação política da consciência de classe operária:

> Ela [a greve de Osasco] foi menos uma resposta espontânea da massa operária a qualquer situação de privação aguda que o resultado da formação de um determinado tipo de consciência *política*, na massa como entre seus líderes, sobre a condição de privação crônica em que se encontram.[198]

Para além das reivindicações econômicas, a greve conjugou a formação da Frente Nacional do Trabalho, o fortalecimento do movimento estudantil na região, a radicalização das bases metalúrgicas e a criação da comissão de fábrica da Cobrasma. Esta proporcionou ampla participação dos operários nas eleições sindicais, revivificando os laços destes com o sindicalismo. Além disso, a comissão da Cobrasma pressionou o sindicato a apoiar a multiplicação dessa experiência em outras empresas da região. Em 1967, a chapa oposicionista liderada por José Ibrahim soube galvanizar essa demanda, garantindo-lhe uma posição privilegiada no programa vitorioso. O *slogan* utilizado durante a campanha, "Fazer o que a massa quer", indica a concepção política que balizou a nova direção sindical[199].

A greve de julho de 1968 começou com a ocupação da Cobrasma por cerca de mil operários que mantiveram cativos quinze engenheiros e trinta

supervisores. Prevendo a reação do Ministério do Trabalho, o sindicato dissimulou sua participação no movimento, deixando de assinar os boletins distribuídos nas fábricas. Estes, além das reivindicações salariais, traziam críticas ao arrocho, à lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à lei antigreve e àquilo que chamavam de "ditadura dos patrões". O conflito promovido pela greve colocou à prova aquela concepção espontaneísta da luta política abraçada pelo sindicato[200].

Afinal, como romper com a estrutura sindical oficial e construir um "novo sindicalismo" apoiado exclusivamente na mobilização operária[201]? Aqui, as preocupações do estudioso da classe operária confundem-se com as do futuro secretário-geral do PT: as conclusões de Weffort sobre Contagem e Osasco devem ser interpretadas à luz do encontro da imaginação sociológica crítica e reflexiva com sua precoce inclinação extra-acadêmica. Weffort destacou a ruptura parcial com o sindicalismo populista como um dos traços comuns às duas greves: ainda que influenciados por essa tradição, os movimentos de Contagem e Osasco revelaram um impulso "autonomista" incompatível com o "envelhecido" populismo sindical. Nesse sentido, observa Weffort, a *espontaneidade da base operária*, verificada em Contagem, e a *centralidade das comissões de fábrica*, característica de Osasco, não apenas afastaram essas greves do sindicalismo populista, como também revelaram a nova estrutura das lutas de classes no país[202].

Além de perscrutar aquilo que existia de "novo" nas greves analisadas, Weffort também apontou os riscos contidos na reminiscência de "velhos hábitos ideológicos e organizatórios do sindicalismo populista". Ainda que os movimentos de Contagem e Osasco reivindicassem a autonomia operária como principal força motriz das mobilizações, suas inovações organizacionais, em especial as comissões de fábricas de Osasco, não teriam sido capazes de superar os limites impostos à auto-organização operária pelo sindicalismo de Estado. Ou seja, se o sistema político populista definhava de maneira inexorável, o mesmo não podia ser dito sobre a estrutura sindical oficial: na tentativa de enquadrar os sindicatos nos limites do assistencialismo, a ditadura militar restabeleceu sua natureza repressiva.

As preocupações de Weffort com o destino do sindicalismo brasileiro após 1964 alimentaram-se fundamentalmente de suas tentativas de compreender uma situação na qual alguns setores das classes dominantes estariam dispostos a promover a participação política das classes dominadas no intuito de reproduzir uma hegemonia que as teria por objeto: eis a razão de

seu interesse pelo sindicalismo populista[203], que surgiu como um produto do subdesenvolvimento social. No entanto, diferentemente da interpretação da sociologia profissional, a formação tardia da classe operária brasileira foi interpretada como parte de um processo em que todas as classes estavam igualmente inseridas. Portanto, somente por meio da análise das relações de forças seria possível conhecer a trajetória e o destino histórico dos diferentes sujeitos sociais[204].

## A hegemonia precária no fordismo periférico

Esse estilo de análise rompeu com as abordagens dualistas que superestimavam a presença dos resíduos tradicionais no processo de formação da classe operária brasileira. Além disso, o dualismo teria dificuldades de compreender o modelo de desenvolvimento nacional como parte do mercado mundial. Em suma, uma nova teoria sobre a reprodução contraditória do capitalismo na periferia surgiu: combinada à experiência do golpe militar de 1964, a evolução intelectual de alguns sociólogos marxistas rumo ao debate sobre a particularidade do modelo de desenvolvimento fordista periférico produziu uma visão alternativa sobre a expansão do capitalismo no país. Temperado pela difusão e recepção dos escritos carcerários de Antonio Gramsci, além da presença das teses de Leon Trotski no meio intelectual paulistano, o coroamento da crítica ao dualismo veio sob a forma do afamado ensaio de Chico de Oliveira[205].

A tese desse ensaio partiu de uma afirmação bastante inusual a respeito da resiliência da economia de subsistência nas cidades: ao comprimir os custos de reprodução da força de trabalho, os vestígios rurais no contexto urbano potencializariam a acumulação de capitais. Resultado da combinação de nossa herança rural com a superexploração do trabalho, a precariedade é inerente ao modelo de desenvolvimento fordista periférico[206]. Retornando ao capítulo XXIV de *O capital*, o modelo agrícola brasileiro foi reavaliado à luz da acumulação primitiva, ou seja, como apropriação de excedentes não mercantis. Conciliando o crescimento industrial com a agricultura de subsistência, Chico de Oliveira atribuiu ao modelo agrícola brasileiro um papel de destaque na regulação dos custos de reprodução da força de trabalho urbana.

Em vez de uma *dualidade aparente*, encontramos uma *unidade dialética*: fornecendo meios de subsistência e um numeroso precariado rural migrante, a agricultura brasileira teria favorecido a rápida transição para o fordismo

periférico[207]. Por sua vez, a aceleração do investimento capitalista exigiu um acentuado aumento na taxa e na massa de exploração da força de trabalho[208]. Além de prover uma convincente explicação global para as características assumidas pela transição fordista no país, esse paradigma teórico também foi capaz de antever tensões ligadas à compatibilização da superexploração do trabalho com o nível salarial praticado pela indústria que eclodiu alguns anos mais tarde nas greves do ABCD paulista.

O modo de regulação identificou na incorporação das classes trabalhadoras ao compromisso populista uma oportunidade de mitigar a resistência dos proprietários rurais à expansão da indústria. No entanto, estes não foram afastados, nem da estrutura do poder, nem dos benefícios trazidos pela industrialização[209]. Conforme Chico de Oliveira, ao contrário do capitalismo avançado, o fordismo periférico brasileiro não "destruiu completamente o antigo modo de acumulação". Se bem é verdade que o desenvolvimento capitalista em países avançados e periféricos é desigual, ao menos em um ponto as vias americanista estadunidense e populista brasileira para o fordismo coincidiram: ambas buscaram evitar a intervenção ativa dos subalternos na história. Isso nos aproxima da interpretação gramsciana do fordismo como uma "revolução passiva"[210].

Seguindo a sugestão do comunista sardo, diremos que a regulação populista submeteu-se a uma dinâmica política na qual as lutas sociais aconteceram em um terreno movediço, permitindo à burguesia industrial consolidar seu poder "[...] sem rupturas espetaculares, sem o aparelho terrorista francês"[211]. Esse tipo de regulação nutriu-se da crise de legitimidade dos grupos dominantes após a Revolução de 1930: nem os decadentes setores cafeeiros, nem as frágeis classes médias, nem os incipientes grupos industriais, lograram construir uma hegemonia capaz de totalizar seus interesses classistas. Conforme Weffort, nesse contexto surgiu a "única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro", ou seja, as massas urbanas. Da necessidade de superar a crise de legitimidade do Estado adveio a principal característica da regulação populista: incorporar em parte, frustrando, progressivamente, as expectativas populares despertadas pela modernização social.

A *hegemonia precária* desse modo de regulação trouxe para o centro da cena política do país o espectro do povo: Chico não apenas concordou com Weffort quanto às características da solução de compromisso, como complementou o argumento afirmando que o colapso desse regime teve por

motivo a “assimetria da distribuição dos ganhos de produtividade e da expansão do sistema”. Na medida em que o Estado teria perdido a capacidade de reproduzir o nível de participação popular na renda nacional, adveio uma crise social capitaneada pela pressão das classes subalternas sobre o compromisso político, provisoriamente equacionada pelo golpe militar de 1964. Para Chico, essa reviravolta reacionária revelou os limites do fordismo periférico: qualquer reivindicação operária pelo acesso aos ganhos de produtividade transformava-se em uma contestação à ditadura militar[212].

Eis outro importante ponto de contato entre os trabalhos de Chico de Oliveira e de Francisco Weffort: críticos dos efeitos ideológicos derivados da sociologia dualista da modernização social, ambos procuraram problematizar a relação entre a particularidade do capitalismo brasileiro e a universalidade do mercado mundial. Amparados no marxismo crítico, eles problematizaram os impasses da condição proletária periférica, destacando sua natureza desigual e combinada. Afinal, por que o desenvolvimento da classe operária no país deveria acompanhar a trajetória pan-europeia? Por um lado, se os países latino-americanos não poderiam ser compreendidos sem levar em conta as leis fundamentais do capitalismo, por outro, o conhecimento dessas leis não substituiria a necessidade da análise das relações de forças na periferia.

O problema da investigação sociológica crítica e reflexiva estaria exatamente em saber o modo mais adequado de apreender a particularidade brasileira no interior da totalidade capitalista. A exemplo de Chico, Weffort interpretou a relação do moderno com o arcaico não como uma *exterioridade conflitiva*, mas como uma *unidade contraditória*. Assim, se desejarmos compreender a natureza do movimento sindical populista, deveríamos:

> [...] ir além da ideia do atraso da classe operária brasileira. Em realidade, o que parece ser peculiar no movimento operário brasileiro é menos a ausência de “tradição de classe” (qualquer que seja o sentido que se dê a essa expressão) que a profunda ruptura que caracteriza a sua história posterior a 1930.[213]

Assim, Weffort considerou que a aceitação da estrutura sindical oficial pelo PCB, decorrência da política comunista de promover, em nome da reconstrução da democracia, uma aliança com o regime varguista, significava não apenas a incapacidade do partido de organizar autonomamente a classe operária, mas, ao mesmo tempo, sua inépcia em competir com o prestígio do caudilho junto às massas. Detendo-se no terreno

econômico-corporativo, confundindo os movimentos permanentes com os elementos imediatos e acidentais, apostando na via institucional aberta pela Constituinte e dispondo-se a transformar os sindicatos em correias de transmissão de sua linha programática, o PCB teria assegurado a formação do sindicalismo populista no Brasil[214].

Conforme a consagrada elaboração de Weffort, esse sindicalismo fortaleceu um processo no qual grupos politicamente dominantes promoviam a participação das massas operárias, em especial o precariado fabril, no jogo dos direitos políticos e trabalhistas, a fim de implicá-las na reprodução das condições de sua própria dominação. O autor destacou a importância das massas populares numa fase da história brasileira em que predominava um modo de regulação formalmente democrático. Daí a função de intermediação da estrutura sindical entre o poder político e a classe operária. Ao representar certas reivindicações econômicas desta junto ao poder político e, ao mesmo tempo, representar o poder político junto ao operariado, as lideranças sindicais populistas teriam sacrificado a autonomia dos sindicatos, consagrando a dependência política das organizações populares ao Estado.

E, apesar de sublinhar essa dependência política dos sindicatos como um traço constitutivo do período, o autor não deixou de observar que, por força da "pressão" dos subalternos sobre o Estado, a democracia brasileira estava deixando de ser uma simples formalidade, como o fora durante a República Velha, para se tornar algo novo: uma "revolução democrática"; por certo que "pobre" quando comparada ao modelo europeu, mas em nada desprezível considerando as limitações de um modelo de desenvolvimento que se reproduz e se amplia na periferia[215]. Essa tese deve ser interpretada a partir da compreensão da democracia brasileira como resultado da incorporação parcial da pressão política do proletariado precarizado ao modo de regulação.

Se o populismo resultou das pressões dos trabalhadores sobre o Estado, ele seria, igualmente, o produto da "traição das massas populares" por esse mesmo Estado incapaz, tendo em vista as limitações do fordismo periférico de cumprir suas promessas reformistas. Por sua vez, essa "traição" alimentaria novas pressões e assim sucessivamente. Trata-se de uma abordagem que procurou desnudar a natureza classista por trás das manifestações políticas populares e, ao mesmo tempo, transcender, sem menosprezar, a importância do carisma do líder popular. Esse estado de inquietação social permanente seria responsável, em última análise, pelo

processo de “personalização do poder” que, por sua vez, reforçaria a imagem ideológica da soberania estatal em relação aos interesses classistas. O chefe de Estado poderia, assim, avocar para si a função de *primus inter pares*, assentando uma base, ainda que instável, para seu comando pessoal.

Síntese provisória entre pressão e traição das massas operárias, essa hegemonia precária poderia se reproduzir apenas se o desenvolvimento econômico acomodasse parte dos interesses em conflito: quando a crescente participação popular coincidiu com a recessão econômica de 1962, ameaçando o modelo de desenvolvimento, as classes dominantes optaram pela solução da força. Na opinião de Weffort, muito provavelmente esse desfecho não teria ocorrido se comunistas e trabalhistas “de esquerda” não tivessem se deixado levar pelo canto da sereia do Estado, afogando-se no “cupulismo” político-sindical. Ou seja, se os sindicalistas não tivessem se imobilizado, buscando representar os trabalhadores sem, no entanto, estabelecer com eles laços organizativos.

Recentemente, essa formulação recebeu inúmeras críticas. No tocante à participação dos sindicalistas comunistas, é necessário dizer que concordamos com a interpretação de Santana quando afirma que:

> [...] A noção de *cupulismo* pode atrapalhar na compreensão das complexas relações estabelecidas pelos militantes comunistas e as bases operárias, e na prática desse setor na liderança dos órgãos sindicais. [...] Ao mesmo tempo em que participavam dos arranjos de cúpula, os comunistas também organizavam os trabalhadores na base. Porém, havia um fosso de contato entre eles, o qual só será preenchido quando, dando prioridade à perspectiva da política geral, o PCB acionava suas organizações a partir das lideranças.[216]

Para Weffort, a “manipulação” varguista não eliminou a incorporação real de parte da pressão popular pelo “Estado de compromisso”. Não poderia ser diferente, tendo em vista que os grupos dominantes precisavam conservar e ampliar as bases de seu poder e, para tanto, deveriam ser capazes de articular concretamente suas necessidades às pressões das massas. No entanto, conforme observou Weffort, apenas uma fração dos migrantes recém-chegados das áreas rurais às cidades, em especial a São Paulo, puderam se integrar de pronto à indústria, ocupando posições relativamente privilegiadas se comparadas ao conjunto das massas urbanas.

## Do populismo à inquietação social (e vice-versa)

Eis a base para a *inquietação e a politização da classe operária após a década de 1930*: “A passagem do campo à cidade, ou do interior à grande cidade, significa o primeiro passo para a conversão do indivíduo em cidadão

politicamente ativo e para a dissolução dos padrões tradicionais de submissão aos potentados rurais”[217]. Em vez de enclaves atrasados no mundo urbano, um caldeirão de novas experiências políticas. Em outras palavras, a urbanização caótica e a industrialização acelerada teriam colocado amplos setores das massas operárias em uma situação de “disponibilidade política”: a instrumentalização populista das massas somou-se à sobreposição de temporalidades promovida pela transição fordista para transformar o operariado em sujeito-objeto de sua própria dominação. Assim, a legislação do trabalho representou a base da *cidadania fordista periférica*. Não se tratava de um sistema concedido pelos dominantes aos dominados. Ao contrário, ele fora conquistado pela pressão sobre o *status quo* oligárquico. Em vez de enfatizar a passividade do precariado brasileiro, Weffort buscou compreender o caráter inorgânico dessa pressão.

**QUADRO 10. A cidadania fordista periférica**

“As massas de imigrantes rurais que conquistam a grande cidade, e que atingem os novos empregos criados pelo desenvolvimento urbano-industrial, dão o primeiro passo para a conquista de sua cidadania social e política. O ingresso do migrante na vida urbana é o primeiro passo para sua conversão em cidadão social e politicamente ativo para a dissolução dos vínculos tradicionais de lealdade e de submissão aos potentados rurais ou aos chefes políticos dos pequenos municípios. Essas novas massas que migram em busca de novas oportunidades de trabalho são, evidentemente, massas que pressionam no sentido de sua própria ascensão social. [...] No simples movimento do indivíduo de uma situação ecológica para outra está a possibilidade da ampliação de seu consumo, através da conquista de um emprego urbano, a possibilidade da conquista de sua cidadania social e política. Temos aí esboçados três dos elementos básicos para compreendermos o sentido do comportamento político-popular durante o regime populista: a pressão para ter acesso aos empregos urbanos, que exercem as massas migrantes, a pressão no sentido da ampliação das possibilidades de consumo (realizada pelas novas massas urbanas e também pelas antigas) e a pressão que se orienta no sentido da participação política dentro dos quadros institucionais [...]”[218]

> *"As classes populares em ascenso servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica do sistema*, mas neste mesmo processo de incorporação *elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes* e, deste modo, *tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do status quo*. Assim, toda a política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação. Ela deve assumir no plano político responsabilidades com a democratização do Estado e no plano econômico um compromisso com a expansão das possibilidades de consumo, o que impõe no mínimo uma política do crescimento do emprego. Em outras palavras, ela deve ser capaz pelo menos de garantir a preservação e a intensificação do ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciaram o surgimento das classes populares e que agora mantêm a vigência das alianças populistas. Haverá que convir que esta não é uma tarefa simples. Exatamente porque a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, ela impõe um sério desafio: *compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento democrático*."[219]

Aqui, vale observar que nossa interpretação dos estudos de Weffort sobre o populismo difere daquelas que, nas trilhas abertas por Angela de Castro Gomes, perceberam aí a centralidade da "cooptação dos trabalhadores" pelo Estado. Parece-nos medianamente claro que Weffort enfatizou não a manipulação dos trabalhadores, mas *a centralidade da ação inorgânica das massas populares sobre o "Estado de compromisso"*. Na realidade, a particularidade brasileira estaria em reproduzir relações sociais "ambíguas", ou seja, permeáveis à presença de diferentes interesses classistas. A legislação trabalhista ilustraria essa ambivalência.

Mesmo a reivindicação por participação política em condições igualitárias, isto é, a luta pela cidadania, um dos principais componentes da pressão popular sobre o poder discricionário do Estado brasileiro, deveria ser analisada tendo em vista essa característica do processo de formação histórica das classes populares no país. Além disso, longe de se sentir "satisfeito" com as condições materiais de existência decorrentes da industrialização acelerada do pós-guerra, o precariado brasileiro viveu uma

experiência contraditória: por um lado, os trabalhadores percebiam o relativo progresso material resultante da transição do campo para a cidade; por outro, experimentavam a angústia decorrente da reprodução de sua subalternidade classista:

> Nas condições de um país como o Brasil, a "satisfação" que se associa ao ascenso social de amplos setores populares urbanos tende a acompanhar-se da "insatisfação" característica das posições sociais conquistadas. [...] Se bem é verdade que a formação das classes populares vai acompanhada de uma ampliação das possibilidades de consumo como resultado do desenvolvimento da economia urbana, também é certo que essas classes se encontram em situação desvantajosa quando nos referimos ao problema da "distribuição dos frutos do progresso tecnológico". Além de que o crescimento do capital industrial se faz com uma participação relativamente decrescente do fator trabalho, o crescimento dos salários encontra-se sempre abaixo dos aumentos da produtividade. E no caso do Brasil, durante muitos anos, os aumentos salariais estiveram em realidade abaixo dos acréscimos do custo de vida, o que indica uma tendência geral à baixa de salário real.[220]

Considerando esses aspectos do modelo de desenvolvimento fordista periférico, seria equivocado interpretar o consentimento popular ao projeto hegemônico populista como uma forma de identificação com o Estado. Na realidade, esse consentimento carregava os germes da reviravolta: em vez de ganhos de produtividade repassados aos salários, como durante décadas ocorrera na Europa ocidental e nos Estados Unidos, aqui o fordismo organizou-se sobre a moderação (regulação populista) e a compressão (regulação ditatorial) dos salários. Em suma, se a conquista da igualdade formal não significou a superação da desigualdade real, tampouco a mobilidade social significou uma autêntica ascensão social. Como observou Weffort: "a vitória individual traz em germe a frustração social". Ao fim e ao cabo, as modestas conquistas políticas e econômicas alimentaram um estado permanente de inquietação que esgarçou os limites do compromisso populista.

Mesmo diante de tantas evidências de que a análise de Weffort diferenciou-se das análises que interpretavam o populismo como um regime baseado na cooptação clientelista do trabalhadores, por que tantos críticos, alguns deles com estudos que poderiam perfeitamente corroborar a tese de Weffort, insistem ainda hoje nesse ponto? Paulo Fontes nos apresenta uma boa pista sobre a raiz dessa dificuldade. Revolvendo documentos do Centro de Documentação e História da Universidade Estadual Paulista para seu notável estudo sobre a formação da classe operária em São Miguel Paulista, Fontes resgatou parte das entrevistas realizadas por Weffort com líderes sindicais no final dos anos 1960 e início dos anos 1970[221]. Em uma dessas entrevistas, questionado sobre se haveria "alguma diferença observável"

entre os operários vindos do Nordeste e os paulistas, um dirigente sindical de Santos respondeu:

> [...] Os operários nordestinos, de um modo geral, [...] não eram assalariados agrícolas [...], mas camponeses mesmo. Então têm surgido muitas discussões [se] o operariado paulista tem muitas deformações em virtude do grande afluxo de operários nordestinos chegados aqui. [...] Eu tenho divergido em alguns pontos, não por ser nordestino, mas porque as coisas muitas vezes não são como a gente imagina ou gostaria que fossem, nem muitas vezes são como alguns sociólogos e até psicólogos entendem. Então me parece que as coisas ocorrem derivadas de algumas concentrações mais intensas. [...] Os defeitos do operariado paulista advêm desse fluxo de migrantes, ou nordestinos, ou mineiros, enfim do interior do Estado de São Paulo? Isso não é bem verdade. Porque eu conheci indústrias, mesmo as maiores, onde a concentração de operários nordestinos era bastante grande, [e] em pouco tempo eles adquiriram um espírito de luta extraordinário. [Além disso], a maioria das lideranças sindicais de São Paulo [...] na década de 1960, até 1964, eram nordestinos. A maioria esmagadora dos líderes que mais se destacaram eram nordestinos.[222]

Por trás da pergunta, Fontes percebeu a presença da "explicação de ordem estrutural mais difundida sobre a fraqueza do operariado em São Paulo"[223]. No entanto, parece-nos meridianamente claro que Weffort se empenhou não apenas em criticar as visões estruturalistas da formação da nova classe operária paulistana, como também combater as posições políticas a ela associadas. Aliás, tendo em vista sua teoria sobre o populismo, não é difícil imaginar que ele concordasse com a opinião do operário cearense sobre a rapidez com que o precariado migrante adquiriu seu ânimo combativo.

Contudo, se do ponto de vista do *conhecimento do objeto* a teoria de Weffort nos parece mais complexa do que parte de seus críticos está disposta a reconhecer, do ponto de vista do *objeto do conhecimento*, as censuras aproximam-se de um problema real: a *posicionalidade* do autor[224]. Indiretamente, essa questão já havia sido percebida por Santana (2001) em seu estudo da relação dos sindicalistas comunistas com suas bases entre 1945 e 1964. Conforme esse autor, durante a hegemonia populista, o PCB teria atravessado um momento "moderado", um "esquerdizante" e outro "reformista radical". As idas e vindas na orientação política dos comunistas permitiram destacar as tensões criadas entre a direção comunista e a base sindical responsável pela aplicação das deliberações partidárias[225]. Daí a contradição identificada por Santana entre uma direção que buscava a todo momento ser confiável ao regime político, evitando greves e mobilizações, e ativistas que, repercutindo o ânimo das bases, mostravam-se muito mais belicosos do que as direções podiam aceitar. Em síntese, diríamos que Weffort enfatizou a fragilidade do sindicalismo populista, sem destacar a

importância dessa complexa relação entre os ativistas sindicais e as bases. Por quê?

Weffort serviu-se de entrevistas com lideranças sindicais. Mesmo se pensarmos em seu estudo sobre as greves em Contagem e Osasco, encontraremos, além de inúmeras fontes secundárias, apenas depoimentos das lideranças sindicais. Durante a pesquisa, o contato com os operários, mesmo os chamados "operários politicamente avançados", parecia ser bastante inusual. A *posicionalidade* do autor, somada às teorias que levou a campo em suas entrevistas, permitiram a Weffort perceber as ambiguidades da relação entre as lideranças sindicais e o Estado populista. Contudo, a ênfase estabelecida entre o observador participante e o objeto do conhecimento não lhe permitiu aprofundar o estudo da relação entre as bases operárias e as lideranças sindicais. Ou seja: faltava o ponto de vista das bases.

Assim, ao descrever as greves em Contagem e Osasco, Weffort concentrou-se na ação das lideranças, apontando para a fragilidade organizativa (Contagem), assim como para o espontaneísmo das direções (Osasco), sem oferecer um balanço daquilo que ele próprio entendia como sendo o mais importante acontecimento desses movimentos grevistas, ou seja, a *formação da consciência política sobre a condição precária de vida em que se encontravam as classes subalternas*. A "explosão de consciência" verificada nesse momento, motivo último da rápida expansão de ambos os movimentos, foi interpretada como o resultado do medo das demissões, atrasos nos pagamentos etc. Se, no caso de Osasco, a massa operária reunida em assembleias controlava a direção do sindicato, como explicar a disposição dessa massa para se reunir? Na realidade, a relação da insatisfação operária com a auto-organização das bases recebeu pouca luz: o processo de formação das comissões de fábrica em Contagem não foi explorado, assim como praticamente nada ficamos sabendo sobre o regime fabril vigente nas duas cidades.

## Sociologia crítica do trabalho: a inquietude como desalienação

Com isso, não queremos dizer que Weffort tenha subestimado a inquietação popular. Ao contrário, argumentamos acima que essa noção recebeu grande destaque em seus ensaios sobre o populismo. Assim como esteve igualmente presente na análise das greves de Contagem e Osasco. No entanto, enfatizando a ação das lideranças sindicais na cena política, ele registrou

apenas indiretamente a inquietação dos subalternos. Sem recorrer à etnografia operária, o autor descreveu a ação das forças externas – a relação do sindicalismo com o Estado, o contexto da crise econômica, o aumento da carestia... – sobre o objeto, sem esmiuçar suas determinações internas – o desenvolvimento da insatisfação nas bases, a relação dos operários profissionais com o jovem precariado metalúrgico, a auto-organização sindical, a relação dos trabalhadores com os diferentes agrupamentos políticos[226]... Aos nossos olhos, essa brecha pode ser preenchida pela sociologia crítica do trabalho desenvolvida por Luiz Pereira na primeira metade da década de 1960[227].

Não se trata de uma operação formal. Além de taquigrafar os dilemas do reformismo desenvolvimentista no momento de seu colapso, veremos que Luiz Pereira e Francisco Weffort compartilhavam uma *abordagem desigual e combinada da relação entre as trajetórias fordistas nacionais e a reprodução internacional do capitalismo* que os conduziu a uma mesma *relação entre a sociologia e as lutas sociais*. Para esclarecer esse ponto, faremos uma breve incursão no contexto institucional do trabalho de Pereira.

Como no caso da sociologia profissional, também a sociologia crítica do trabalho surgiu no contexto da criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit). Convidado por Florestan Fernandes no final de 1962 para participar das atividades desse centro, Pereira elaborou um projeto a respeito da qualificação da força de trabalho pela indústria paulistana. Graduado em Pedagogia, ele trouxe sua experiência em estudos educacionais para a sociologia a fim de investigar a fábrica como uma "escola profissional". No entanto, cada vez mais preocupado com a radicalização política que culminou no golpe militar, Pereira afastou-se da sociologia aplicada de Fernandes para concentrar-se na natureza periférica do capitalismo brasileiro.

Apoiando-se em Sartre, Goldman e Lefebvre, ele criticou igualmente as abordagens dualistas incapazes de perceber o modelo de desenvolvimento nacional como parte de um regime de acumulação global. Assim, Pereira acabou rompendo com a ideia corrente da sociologia da modernização de que a observação das "nações desenvolvidas" prefiguraria a trajetória das "nações subdesenvolvidas". Esse "internacionalismo metodológico" foi coroado pela problematização acerca da posicionalidade do sociólogo-como-um-etnógrafo. De fato, diferenciando-se do reformismo político subjacente ao projeto intelectual que balizou a criação do Cesit, Pereira interpretou a

sociologia da modernização como um obstáculo ao reconhecimento de que as contradições capitalistas são insuperáveis[228]. Assim, localizou o conhecimento disciplinar como parte determinada do conjunto das lutas sociais, promovendo uma abordagem reflexiva e inovadora acerca da qualificação da força de trabalho fordista e periférica:

> Um estudo da qualificação do trabalho no Brasil, ainda quando modesta contribuição à consciência da situação, há de estar esclarecido pelo conhecimento das formas dessa consciência (da inserção do sociólogo no processo histórico) e o que elas representam como momento do processo histórico e como dimensão da *práxis* coletiva. Em outras palavras, de início há de se saber que, como *projeto de pesquisa*, esse estudo exprime em sua singularidade uma particularização mediatizada de um *projeto social*, que a *situação do objeto* de sua pesquisa começa, tal como o fizemos, pela *situação do problema* em investigação, e que afinal ao situar *seu* objeto como um *seu* problema, o pesquisador também se *situa*.[229]

Ao explorar o ponto de vista da totalidade como meio de conhecer os diferentes modelos de desenvolvimento, Pereira buscou iluminar as *ambivalências* da regulação populista, inserindo a urbanização e a industrialização em um movimento dialético que desembocou na crise capitalista. A exemplo de Weffort, Pereira também associou os limites do modelo à incapacidade do modo de regulação de satisfazer as necessidades materiais e simbólicas despertadas pela modernização capitalista. Assim, associou a inquietação social promovida e ampliada pela transição fordista não à resiliência do atraso rural, mas à possibilidade de superação do subdesenvolvimento. Aqui, a inquietação social transforma os subalternos em sujeitos potenciais da transição pós-capitalista:

> O *momento negador* do "grande despertar", ao lançar na cena histórica mundial o homem "comum" da "periferia" do sistema capitalista internacional, faz deste a *personagem ativa* na etapa de desencadeamento do movimento social consistente no processo subdesenvolvimento-desenvolvimento.[230]

Além de delimitar o alcance de sua crítica à alienação do trabalho no fordismo periférico, a centralidade do reformismo da ação do "homem comum" balizou a investigação de Luiz Pereira sobre a formação sociotécnica da classe operária brasileira. Na condição de negadora do *status quo*, essa ação aparece como o "motor primeiro dos planos de desenvolvimento". Autoproduzindo-se como sujeito político, o precariado foi envolvido em projetos reformistas que objetivavam implicá-lo na reprodução de sua própria dominação. No entanto, o crescente choque entre o modo de regulação e o regime de acumulação amplificava o desentendimento no compromisso populista:

> Ainda em fins de 1962 o *Plano Trienal* arquitetado para fazer frente a essa situação, incorporava a ambiguidade do capitalismo brasileiro, longamente acumulada: apelando por uma participação maciça do capital estrangeiro, não abdicava inteiramente ao que ainda persistia ou

> resistia do projeto de constituição de um sistema capitalista “autônomo”. Frustrada a execução do *Plano*, assistimos ao Governo se identificar, embora vacilantemente mas de modo progressivo, com o possível capitalismo “autônomo”, manipulando nessa direção as pressões das “massas trabalhadoras”. Essa manipulação encerrava uma ameaça crescente de negação das determinações essenciais da formação econômico-social capitalista, porquanto a intensa estimulação das reivindicações “populares” se fazia num processo político em que as “massas trabalhadoras” poderiam ultrapassar a condição de “massas de manobra populista”, passando a determinar-se como “revolucionárias” e não mais como “pré-revolucionárias”, escapando à liderança “populista”.[231]

Indiretamente, a urbanização alimentaria esse ciclo: a aceleração do fluxo migratório somada à concentração populacional nas cidades reforçariam a contestação do modelo de desenvolvimento. A crise promovida pela urbanização acelerada permitiu a Pereira esboçar uma interpretação alternativa da encruzilhada da regulação populista. Onde a sociologia profissional percebeu o suposto arrivismo do jovem precariado migrante – isto é, a pressão por uma maior participação na renda nacional, o desejo por mobilidade social etc. –, a sociologia crítica percebeu as possibilidades “larvais e embrionárias” de superação da alienação proletária:

> O caráter sociopático da urbanização advém da inadequação dos meios fornecidos pelo estado do sistema de produção de bens e serviços à afirmação pelos agentes de trabalho de um *maior valor de sua força de trabalho*. De fato, as “novas” necessidades promovidas pela urbanização, por implicarem um consumo de um *quantum* maior de valor, levam os agentes de trabalho a negarem o *status quo* e as condições que não possibilitam a realização desse consumo de um *quantum* maior de valor, isto é, a realização do *novo* valor de sua força de trabalho. [...] Em tal sociedade, a alienação nuclear do trabalho típica da formação econômico-social capitalista, e que constitui o fundamento de seu ajustamento a essa configuração de vida, aparece portanto como resultante de um longo e generalizado processo espontâneo de socialização pelo qual se laboram e continuamente se reatualizam os requisitos psicossociais básicos à eunomia relativa da sociedade capitalista. [...] A urbanização, ao acarretar a reatualização “superior” do “elemento moral e histórico” da força de trabalho enquanto mercadoria (por implantar novas necessidades “materiais” e “não materiais” nos agentes de trabalho) determina-se por esse prisma como processo de reatualização “superior” da alienação capitalista nuclear do trabalhador e não como processo de constituição desta. [...] Fundamentalmente, consiste essa busca numa pressão por maior participação na renda [...] isto significando mobilidade social (o trabalhador rural “autônomo” se assalariando como operário na cidade, o colono agrícola tornando-se faxineiro na indústria, o servente de pedreiro transformando-se em chofer de caminhão etc.).[232]

Para Luiz Pereira, as lutas de classes na periferia tendiam a conjugar as lutas salariais com aquelas pelos direitos da cidadania. Assim, Pereira inseriu o precariado migrante no jogo das relações capitalistas de produção. Por um lado, os operários sentem-se “superiores” aos trabalhadores rurais, mas essa “superioridade” está condicionada por sua “inferioridade” em relação ao capitalista. Dessa experiência resultariam formas embrionárias de consciência de classe apoiadas na valorização de sua posição relativa.

Assim, *o operário autodetermina-se como uma forma hierárquica relativamente privilegiada e em transição*.

Em termos globais, essa transição resultaria da soma da incapacidade de a agricultura capitalista reter o precariado no campo com a atração exercida sobre ele pelo fordismo periférico. Ao contrário do advogado pela sociologia da modernização, fazer parte da condição operária não supunha o começo de uma trajetória ocupacional, mas apenas a transição no interior de uma mesma condição social (do precariado rural para o fabril)[233]. Da mesma forma, Pereira afirmou que a percepção empírica dos trabalhadores acerca da melhoria nas condições de vida na indústria deveria ser relativizada à luz da alienação capitalista do trabalho. E mesmo o registro do desejo generalizado do operário de trabalhar por conta própria assume outras colorações, indicando não um desajuste em relação ao mundo fabril, mas uma insatisfação em relação à sua condição de classe. Ou seja, ele interpretou as aspirações por mobilidade social do jovem precariado migrante como o cerne da renovação da condição proletária no fordismo periférico:

> Objetiva e subjetivamente, de um lado a participação no "baixo" operariado determina-se como meio para a participação em modalidades "superiores" da situação de classe operária, cujo núcleo está na participação no setor "superior" do operariado, e esta segunda participação, por sua vez, determina-se como meio para a participação na situação de classe dos "trabalhadores não manuais", de outro lado, tanto a participação no "baixo" operariado como a participação no setor "superior" deste determinam-se como meios para a participação na situação de classe dos pequenos proprietários ou trabalhadores-proprietários urbanos. [...] Assim, o processo de constituição do operariado é um processo contínuo de reconstituição, pois que objetiva e subjetivamente o operário se determina como ser em transição.[234]

Alimentando um estado permanente de inquietação social, esse jovem precariado migrante revelou-se uma força social inovadora determinada a reinventar sua própria condição de classe. No entanto, se a promessa de mobilidade social representou a resposta capitalista para as angústias despertadas pela industrialização, nem por isso os subalternos conformaram-se com seu novo estilo de vida: a inquietação social retratada nas entrevistas por Pereira revelou um operariado dividido entre a aceitação e a recusa do modelo de desenvolvimento. Ainda assim, pronto para esgarçar seus limites.

Essa pressão podia ser encontrada inclusive no aumento da qualificação dos operários. Por um lado, se o desejo de ascensão social do operário conduziu-o na direção da busca por qualificação técnica, reforçando o consentimento ao capitalismo, por outro o nível de qualificação correspondia à necessidade da indústria em renovar sua base técnica, elevando a produtividade do trabalho. Ou seja, foi somente à custa da intensificação dos ritmos produtivos que a indústria incorporou a aspiração operária por mais

qualificação profissional. Diferentemente da sociologia profissional que percebeu apenas o arrivismo do precariado migrante, a sociologia crítica interpretou o processo de qualificação dos contingentes operários experimentado nos anos 1950 e 1960 como resultante da combinação da pressão operária por mobilidade social com a pressão empresarial por maior produtividade.

Finalmente, Pereira anteviu na busca por qualificação técnica, assim como no desejo de mobilidade social das famílias operárias, dois momentos de um mesmo processo que convergiu no ativismo sindical. Afinal, a inclinação do "homem comum" para a mudança social teria como motores tanto a negação do *status quo* do trabalhador quanto a recusa da alienação do trabalho. E o atrito causado pelo choque das expectativas de progresso individual com os limites do modelo de desenvolvimento alimentou um impulso sindical refratário à tutela do modo de regulação. Assim, a sociologia crítica de Pereira revelou aquilo que a sociologia pública de Weffort não foi capaz, ou seja, a íntima ligação da inquietação operária com a auto-organização sindical na base.

**Por uma sociologia da inquietação operária**

As inúmeras lições deixadas por Albertino Rodrigues, Francisco Weffort e Luiz Pereira para o estudo da inquietação operária na periferia capitalista, infelizmente, não reverberam mais. Foram lançadas, segundo a expressão de Martins, no "cárcere do esquecimento"[235]. Afinal, como observou Perry Anderson, tanto as interpretações críticas quanto aquelas mais favoráveis à hegemonia lulista estão de acordo em considerar o proletariado precarizado satisfeito com os modestos alívios em suas condições de existência proporcionados pelo atual modelo de desenvolvimento[236]. Conjugando o recuo nos níveis de mobilização política no país ao longo da última década com os recentes resultados eleitorais favoráveis ao PT, o atual debate sobre o lulismo repousa, em grande medida, sobre *a quietude do precariado*. Ou, conforme a recente formulação de Souza: incapazes de resistir à globalização financeira, essa massa de "batalhadores" encontraria um refúgio seguro nas políticas públicas do governo federal, referendando o projeto de governo representado pelo "profeta exemplar" – e sua herdeira política[237].

Conclusão equivalente aproxima algumas interpretações do lulismo das teses originais da sociologia profissional do trabalho no país. De fato, a

afirmação segundo a qual os contingentes mais precarizados e mal remunerados dos trabalhadores, por várias razões, não conseguiriam se auto-organizar a fim de desafiar os limites do modelo de desenvolvimento, necessitando, para tanto, do amparo do Estado, não é de modo algum alheia à história da sociologia do trabalho brasileira. Por intermédio das revisitas arqueológicas de Negro e de Fontes, além do recurso aos trabalhos de Albertino Rodrigues, Francisco Weffort e Luiz Pereira, alegamos que essa conjectura mostrou-se incapaz de apreender a complexidade da transição do taylorismo primitivo ao fordismo periférico no país.

Da mesma forma, argumentaremos que o atual debate sobre o lulismo encontra-se prisioneiro de uma noção de *satisfação* proletária que obnubila a percepção do que Gramsci chamou de "fatalismo dos fracos", isto é, aquele estado de inquietação social que antecede a transformação dos subalternos em protagonistas de sua própria história. Daí a atualidade da teoria que buscamos, neste capítulo, resgatar do cárcere do esquecimento. Afinal, sabemos que sem reflexividade nossas relações com o conhecimento do objeto, assim como com o objeto do conhecimento, tendem a empobrecer. Para diminuir esse risco, vejamos quais dimensões das sociologias aplicada, pública e crítica podem ser resgatadas em um eventual estudo de caso do atual precariado brasileiro[238].

De volta à história da transição fordista no país, diríamos que, atraído pela promessa dos direitos sociais e expulso do campo pelo colapso da economia agrícola, o trabalhador rural brasileiro inaugurou um histórico ciclo migratório rumo aos centros urbanos que, em poucas décadas, reconfigurou por completo a estrutura social brasileira. Ao chegar às cidades, deparou-se com precárias condições de existência nos bairros, além de condições de trabalho degradantes nas fábricas. Encurralado entre a insegurança salarial, a insegurança no ambiente de trabalho e a insegurança habitacional, o precariado migrante apoiou-se em laços de solidariedade tradicionais para inserir-se na metrópole redesenhada pelo novo modelo de desenvolvimento: construiu suas próprias moradias em regime de mutirão e, diante da negligência do Estado, pressionou os poderes públicos para estender os serviços urbanos na direção das regiões limítrofes da cidade. Nas fábricas, a experiência da discriminação pela origem social somada ao cotidiano do despotismo fabril e ao aumento da carestia alimentou um estado de inquietação social permanente, registrado pela sociologia profissional do trabalho.

Na década de 1950, pesquisando trabalhadores de origem rural recém-chegados à fábrica da Metal Leve, Lopes etnografou a restrição da produção. Além disso, realçando a importância das relações de amizade baseadas em laços de conterraneidade ou de consanguinidade, passando pelos vínculos de dependência criados pela experiência coletiva do trabalho na fábrica até chegar à consolidação de pequenos grupos operários, o relato etnográfico revelou o florescimento das primeiras formas de consciência de classe entre o precariado migrante. Ele também identificou no interior de Minas Gerais uma bem-sucedida experiência de auto-organização operária durante a decretação do salário mínimo pelo governo federal (1952 e 1954): mesmo sob intensa campanha intimidatória por parte dos patrões, os operários de uma indústria têxtil de Sobrado, cujos salários eram tão baixos que sequer alcançavam o mínimo previsto pela nova lei, transformaram a associação controlada pelos patrões em um sindicato, impondo uma expressiva derrota à chapa patrocinada pelos industriais.

Em seu estudo de caso da fábrica da Ford em São Bernardo, Leôncio Martins Rodrigues também assinalou instantes-chave da formação da insatisfação operária: além de destacar a aproximação dos trabalhadores ao sindicato, o autor mostrou que o jovem precariado fabril, com passagem pela lavoura e recém-chegado a São Paulo, era mais sensível ao ativismo sindical do que o operariado profissional. Se não concordamos com a teoria levada a campo por Lopes e Rodrigues, vale observar que suas etnografias e estudos de caso registraram pioneiramente a formação da consciência de classe do precariado brasileiro. Além disso, os autores elevaram o padrão metodológico dos estudos sobre a classe operária no país, afastando-se dos relatos memorialistas e contribuindo para apurar as técnicas de pesquisa levadas a campo.

Por outro lado, Negro e Fontes mostraram os estratagemas criados pelo precariado migrante para escapar à perseguição ao sindicato, destacando a dependência do regime de acumulação em relação ao despotismo fabril. Na periferia do capitalismo, onde a taxa de poupança é baixa e o problema do investimento foi equacionado pela aliança do Estado com o capital forâneo, a margem para concessões aos trabalhadores é pequena e a exploração do excedente mais transparente. Consequentemente, o regime fabril despótico promoveu um consentimento operário cuja reprodução alimentou a política do precariado: um reformismo plebeu instintivamente anticapitalista, sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e politicamente

orientado pela crença no poder de decisão das bases. As revisitas focadas de Negro e de Fontes demostraram que esse classismo prático plasmou uma parcela não desprezível da relação das bases operárias com o sindicalismo, ajudando a reproduzir a hegemonia precária da regulação populista.

Em vez da manipulação operária pelo Estado, percebemos conflitos decorrentes da pressão das bases sobre as lideranças sindicais que, por sua vez, reverberavam nas autoridades políticas. O precariado migrante que aportou aos milhares na indústria da construção civil – para tentar a sorte nos setores metalúrgico e químico –, rapidamente desafiou, por meio de um notável apetite grevista, as bases da hegemonia populista. Esse argumento havia sido antecipado por Albertino Rodrigues em sua análise do sindicalismo de Estado: ao investigar como a legislação varguista conteve a combatividade operária por meio da regulação burocrática dos conflitos trabalhistas, o autor revelou em que medida a inquietação das bases operárias pressionou os "pelegos" sindicais ao ponto de substituí-los por lideranças comunistas e trabalhistas "de esquerda". Além do protagonismo nordestino na direção dos sindicatos metalúrgico e têxtil de São Paulo, Albertino Rodrigues destacou a importância dos delegados de base no exato momento em que o precariado migrante já insinuava abraçar formas rebeldes de organização sindical.

Mesmo após a restauração das bases despóticas do fordismo periférico pelo golpe de 1964, o vigor da independência operária não refluiu de todo, ressurgindo momentaneamente nas greves de Contagem e Osasco. Francisco Weffort interpretou o ciclo grevista de 1968 como o ponto de mutação entre o colapso do sindicalismo populista e o surgimento de um "novo sindicalismo" enraizado nas bases. Na verdade, as greves de Contagem e Osasco corroboraram dimensões-chave da teoria populista elaborada por Weffort durante os anos 1960. Para este, o movimento sindical populista havia ajudado a consolidar um modo de regulação em que os setores dominantes promoviam a participação dos subalternos – especialmente o precariado urbano – no jogo dos direitos sociais apenas para fortalecer o modelo de desenvolvimento.

No entanto, destacando a centralidade dessas massas populares para a legitimação do regime político, Weffort sublinhou, ao mesmo tempo, a dependência dos sindicatos e a "pressão" exercida pelos trabalhadores sobre o Estado. Por um lado, se o sindicalismo integrava a dominação populista, por outro, tal dominação necessitava incorporar parte da pressão exercida

pelos “de baixo”. A regulação populista deixou de ser interpretada como produto da manipulação de massas atrasadas por lideranças carismáticas para ser apreendida dialeticamente como manifestação da pressão inorgânica do operariado sobre o Estado de compromisso. Da mesma forma, uma hegemonia precária implicaria a “traição das massas populares” por um regime incapaz de cumprir sua própria promessa integradora dos direitos sociais, revivificando a pressão dos “de baixo”[239].

Conforme Weffort, as massas trabalhadoras teriam atravessado um momento de acentuada politização durante os anos 1950 e 1960, marcado pela incorporação da insatisfação popular somada à traição das expectativas operárias por ascensão social. Essa politização teria resultado em impulsos “autonomistas” que eclodiram no final da década de 1960. Longe de se sentir “satisfeito” com as condições materiais de existência decorrentes da industrialização acelerada do pós-guerra, o precariado brasileiro viveu uma experiência contraditória: a percepção do relativo progresso material resultante da transição do campo para a cidade foi acompanhada pela angústia inerente à reprodução de sua própria subalternidade econômica e política.

Aos nossos olhos, essa teoria foi empiricamente comprovada pela pesquisa sobre a qualificação profissional do operariado conduzida por Luiz Pereira nas indústrias metalúrgica e têxtil paulistanas. Compartilhando os mesmos pressupostos teóricos de Weffort a respeito dos limites do modelo de desenvolvimento capitalista periférico, Pereira também identificou na inquietação social alimentada pelo desenvolvimento desigual e combinado da periferia do sistema a chave para compreender o comportamento operário: em sua busca por autodeterminação, os trabalhadores fabris depararam-se com um regime despótico que buscou controlar suas reivindicações por meio da burocracia sindical e da repressão policial. Como o Estado de compromisso foi incapaz de satisfazer suas aspirações por ascensão social, o precariado fabril inclinou-se na direção do aumento das qualificações, cuja consequência foi a elevação da produtividade do trabalho industrial.

Os trabalhadores rurais transformaram-se em “peões” da construção civil para ocupar posições não qualificadas nas modernas indústrias química e metalúrgica, e eventualmente ascender ao operariado profissional. No entanto, as aspirações operárias, mesmo quando em parte satisfeitas, redundavam na elevação dos ritmos produtivos e na degradação das

condições de trabalho que, por sua vez, retroalimentavam a angústia dos trabalhadores, amplificando a inquietação social[240]. Defrontando-se com os limites do modelo, o precariado brasileiro decidiu se arriscar na política. Quando as debilidades do reformismo fordista periférico pareciam se transformar em senso comum, adveio o golpe militar.

No entanto, a repressão ao operariado logo conheceria resistências: após o ciclo grevista com ocupações de fábricas de 1968, os ferramenteiros das indústrias do ABCD paulista lideraram paralisações em 1973 e 1974, apurando os estratagemas que foram transmitidos aos "peões" e largamente utilizados a partir de 1978[241]. Alimentada por uma generalizada insatisfação com salários e condições de trabalho, e apoiada pela ação clandestina de grupos de fábrica e militantes sindicais de base, a massa operária metalúrgica, logo seguida pelo precariado da construção civil, promoveu o maior ciclo grevista da história brasileira. Pressionada pelo ativismo das bases e incapaz de negociar com as empresas e com o governo, a burocracia sindical de São Bernardo rompeu provisoriamente com a estrutura sindical oficial, liderando aquele movimento como uma autêntica vanguarda operária. Contudo, após a derrota da greve de 1980, essa burocracia reassumiu progressivamente seu lugar na estrutura sindical oficial, sem deixar de afiançar algumas concessões reais aos trabalhadores. Assim, uma nova forma de dominação social apoiada sobre a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial dos ativistas mais destacados começou a se insinuar no país.

Do ponto de vista do *objeto do conhecimento*, diríamos que o tipo de dominação social que a direção do novo sindicalismo aperfeiçoou ao longo das décadas de 1980 e 1990 traduziu burocraticamente a linguagem política do precariado. As revisitas etnográficas aos estudos pioneiros da sociologia do trabalho que analisaremos a seguir demonstraram isso. Além do mais, foram, em certa medida, precedidas pelas sociologias aplicada, pública e crítica do trabalho, que, cada uma ao seu modo, apontaram para a mesma direção. Lutando contra a carestia e o desinteresse das empresas em negociar melhores condições de trabalho, enfrentando permanentemente a repressão antissindical promovida pela aliança empresarial-policial e, mais tarde, pela aliança empresarial-militar, encarando as precárias condições de vida da periferia das metrópoles; em permanente litígio com o modelo de desenvolvimento, o precariado brasileiro amadureceu uma prática política que se mostrou estratégica para a fundação do PT e da CUT.

Do ponto de vista do *conhecimento do objeto*, argumentamos que a ciência da experiência operária emergiu entre a última metade da década de 1950 e o início dos anos 1970 combinando várias abordagens sociológicas. Entre os anos de 1956 e 1968, diferentes programas de pesquisa foram levados a cabo por uma notável geração de sociólogos do trabalho. Combinando múltiplas posicionalidades com teorias por vezes antagônicas, a sociologia brasileira promoveu uma abordagem multidimensional da relação entre trabalhadores, sindicatos e Estado cuja síntese encontra-se abaixo:

**TABELA 4. DIVISÃO DO TRABALHO SOCIOLÓGICO (SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL, 1956-1968)**

| Públicos/Tipos de conhecimento | Audiências acadêmicas | Audiências extra-acadêmicas |
|---|---|---|
| Conhecimento instrumental | Sociologia profissional do trabalho | Sociologia do trabalho aplicada |
| Posicionalidade | Operários profissionais e gerentes | Sindicalistas comunistas e trabalhistas “de esquerda” |
| Teoria levada a campo | Sociologia da modernização | Sociologia política e do desenvolvimento |
| Forças externas | Manipulação estatal | Estrutura sindical |
| Processos internos | Passividade operária | “Peleguismo” sindical |
| Conhecimento reflexivo | Sociologia crítica do trabalho | Sociologia pública do trabalho |
| Posicionalidade | Operários não qualificados e operários profissionais | Massas trabalhadoras e lideranças sindicais “rebeldes” |
| Teoria levada a campo | Marxismo ocidental<br>(Sartre, Lebfevre, Goldmann) | Marxismo clássico<br>(Lenin, Trotski, Gramsci) |
| Forças externas | Industrialização e urbanização | Estado de compromisso |
| Processos internos | Mobilidade ocupacional e inquietação operária | Inquietação popular e independência operária |

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Burawoy, 2005).

Naturalmente, trata-se de uma visão esquemática da divisão do trabalho sociológico. Esses diferentes quadrantes não são capazes de captar com precisão as nuances de cada um dos diferentes estilos sociológicos... Por exemplo, Albertino Rodrigues, apesar de privilegiar o conhecimento instrumental, combinando estudos historiográficos com a análise positivista da legislação trabalhista a fim de reconstituir a história da estrutura sindical e descrever o funcionamento dos sindicatos no país, mostrou-se um mordaz crítico do sindicalismo de Estado. Além disso, influenciado pela política comunista e trabalhista “de esquerda”, Albertino Rodrigues foi também um admirável opositor do “peleguismo” sindical varguista. Da mesma forma, essa tipificação é incapaz de registrar as diferenças entre as teorias levadas a campo por Rodrigues e por Lopes. Ou as inúmeras tensões existentes entre o marxismo ocidental que inspirou Luiz Pereira e o marxismo clássico que orientou a investigação de Francisco Weffort.

## Considerações finais

Ainda assim, esse quadro parece-nos útil por dois motivos. Em primeiro lugar, ele é capaz de revelar a multidimensionalidade do conhecimento sociológico que emergiu entre as décadas de 1950 e 1970 no país. Aos nossos olhos, a maior parte das revisitas e refutações aos estudos pioneiros do trabalho concentraram-se em apenas uma dessas dimensões, negligenciando a *complementaridade conflitiva* das demais abordagens. Combinando esses quadrantes é possível recuperar momentos-chave da trajetória e do destino histórico do classismo prático no país: o processo migratório, a discriminação por origem social, a formação da solidariedade classista, a aproximação do jovem precariado migrante em relação aos

sindicatos, o controle estatal destes, a reação ao peleguismo sindical, o advento do militantismo de base, a relação com os agrupamentos políticos, a busca por qualificações, a insatisfação operária com salários e condições de trabalho, o crescimento da inquietação social...

Em síntese: partindo da complementaridade das sociologias profissional, aplicada, pública e crítica do trabalho no país acompanhamos a formação de uma relação política que, especialmente após 1968, amadureceu, arremessando a insatisfação operária no centro da cena política nacional na segunda metade da década de 1970. Nesses termos, a reação autoritária ao aumento da pressão das massas trabalhadoras sobre os limites do modelo de desenvolvimento fordista periférico catalisou, eis a nossa hipótese para o próximo capítulo, a transformação do precariado metalúrgico em um poderoso sujeito político que, ao encontrar-se com a burocracia sindical de São Bernardo, originou em 1978 a forma primitiva da hegemonia lulista: a articulação do consentimento ativo das cúpulas com o consentimento passivo das bases alicerçado sobre a negociação com as empresas de pequenas concessões para os trabalhadores.

Aqui, é importante destacar que, do ponto de vista do modo de regulação, o golpe de 1964 representou a derrota política do regime populista. No entanto, vista da perspectiva da globalidade do modelo de desenvolvimento fordista periférico, a reação autoritária significou apenas a reconciliação da regulação política com a natureza essencialmente despótica do regime de acumulação. Aos nossos olhos, a passagem de demandas defensivas verificadas no ciclo das greves gerais operárias da cidade de São Paulo entre 1953 e 1957 para um ciclo mais ofensivo de demandas entre 1961 e 1964 pressionou os limites do regime de acumulação que, por sua vez, pela força das armas, promoveu a substituição da regulação populista pela autoritária. Em hipótese alguma estamos dizendo com isso que a luta dos trabalhadores pela efetivação e ampliação da cidadania salarial na primeira metade da década de 1960 tenha sido a responsável pelo golpe militar. Argumentamos, simplesmente, que, no tocante às concessões trabalhistas, os limites do modelo de desenvolvimento fordista periférico eram tão estreitos que mesmo demandas reformistas, motivadas em grande medida pela politização do classismo prático, eram capazes de problematizar a reprodução do modo de regulação em seu conjunto.

Como fizemos nos capítulos anteriores, pretendemos perscrutar a trajetória e o destino histórico do classismo prático por meio de etnografias e

estudos de caso que enfocaram o amadurecimento político do precariado metalúrgico, agora sob a regulação autoritária. Além disso, tentaremos identificar a transformação do sindicalismo do ABCD ao longo da década de 1970 em um autêntico instrumento da mobilização operária capaz de, novamente, desafiar os limites do modelo de desenvolvimento fordista periférico. Assim, poderemos não apenas compreender a arqueologia da hegemonia lulista (Capítulo 3), como também investigar sua metamorfose mais importante, isto é, a que redundou no que Chico de Oliveira chamou de "hegemonia às avessas" (Capítulo 4). Esses são os principais desafios da segunda parte deste trabalho.

# PARTE II

# A TRANSFORMAÇÃO DO AVESSO

*Olho na pressão, tá fervendo/*
*Olho na panela/*
*Dinamite é o feijão cozinhando/*
*Dentro do molho dela.*
Lenine, *Na pressão*, 2000

# 3

# O SORRISO DOS EXPLORADOS

Em 2003, ao mesmo tempo em que Chico de Oliveira adiantava sua afamada tese sobre as bases sociais da conversão petista ao rentismo, Alvaro Bianchi e eu levantamos a hipótese de que o vínculo orgânico "transformista" da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma "nova classe", mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do novo sindicalismo rumo ao regime de acumulação financeiro globalizado. Chamamos esse processo de "financeirização da burocracia sindical"[242].

Um dos principais desafios enfrentados pelas análises do governo do PT era identificar as origens históricas do lulismo. Chico voltou-se para o final da década de 1990, quando os sindicalistas cutistas começaram a influenciar o controle dos fundos de pensão das empresas estatais. André Singer acompanhou os que entendiam que a "Carta ao Povo Brasileiro", na qual Lula da Silva garantia a segurança dos operadores financeiros, teria modificado o curso radical seguido pelo PT até então. Naturalmente, análises com foco unilateral no carisma de Lula da Silva, como a de Jessé Souza, por exemplo, nem mesmo cogitaram considerar esse tipo de problema.

Ao contrário, nossa hipótese identificou a arqueologia da hegemonia lulista na relação da burocracia sindical com o operariado do ABCD, especialmente sua fração precarizada, na segunda metade da década de 1970. O objetivo deste capítulo é investigar as metamorfoses dessa relação política à luz de revisitas etnográficas e estudos de caso do grupo operário metalúrgico, entre 1968 e 1981. Para tanto, selecionamos os trabalhos de Celso Frederico, John Humphrey e Luís Flávio Rainho, entre outros, no intuito de reconstituir os principais momentos por meio dos quais *a transformação do objeto do conhecimento*, isto é, a relação do grupo operário metalúrgico com a burocracia sindical de São Bernardo, realizou-se.

Não há pretensão de originalidade aqui. Antes de mais nada, trata-se da reconstrução *arqueológica* dessa relação, apoiada em pesquisas de flagrante inspiração marxista, que recorreram largamente a técnicas etnográficas a fim de perscrutar o grupo metalúrgico do cinturão industrial paulistano. Não pretendemos utilizar novas fontes, tampouco realizaremos pesquisa de campo privilegiando a memória de trabalhadores aposentados ou líderes sindicais dos anos 1970. (Naturalmente, consideramos esse tipo de desafio mais do que urgente.) Nosso objetivo, contudo, consiste em revisitar essas etnografias a fim de apreender a evolução da relação entre a inquietação operária e a burocracia sindical, especialmente durante o período compreendido entre as greves de Contagem e Osasco, em 1968, até as duas greves com a tomada da fábrica da Ford, ocorridas em 1981.

A exemplo do capítulo anterior, privilegiaremos as *revisitas focadas* nos estudos pioneiros da sociologia profissional do trabalho no país, a fim de contrastar *a relação do grupo operário com a burocracia sindical antes e depois do golpe militar, que colocou um ponto final na experiência da "república populista"*. O colapso do populismo brasileiro precipitou também a crise das teorias da modernização social que tanto haviam influenciado o início da sociologia do trabalho no país, abrindo caminho para a revivificação de uma sociologia do trabalho afinada com compromissos políticos socialistas. Senão, vejamos.

Já no final dos anos 1960, quando Celso Frederico iniciou sua pesquisa de campo sobre o operariado metalúrgico na cidade de Santo André, um estilo de análise largamente permeável à habilidade política da classe operária de transformar suas relações com as empresas e com os sindicatos começava a substituir as preocupações, características da geração anterior, com o atraso do processo de desenvolvimento brasileiro. Assim, uma verdadeira *transformação no conhecimento do objeto* começava a se insinuar. Posteriormente, a década de 1970 também conheceu a recepção de teorias renovadas, em especial aquelas associadas ao debate anglófono sobre o processo de trabalho, inspirado pela publicação, em 1974, do livro de Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*. Nesse sentido, as preocupações com a origem rural da massa operária, bastante frequentes nos trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues e de Juarez Rubens Brandão Lopes, viram-se desprestigiadas em benefício de questões mais afins ao universo fabril, como, por exemplo, o regime fabril, a relação salarial, o sistema de controle

da força de trabalho, o problema da rotatividade e intensidade do trabalho[243].

**Trabalho e política em São Bernardo**

Não seria exagero observar aí uma certa guinada na direção do processo de trabalho compreendido como um terreno moldado por aparelhos de produção que reproduzem os conflitos classistas. Enquanto a concatenação mais ou menos coerente desses aparelhos formaria um tipo historicamente determinado de regime fabril (*despótico*, *hegemônico*, *despótico hegemônico*...), a regulação dos conflitos a ele relacionados configuraria a *política da produção*. Como é possível imaginar, trata-se de um estilo sociológico crítico e reflexivo que privilegia o chão de fábrica, articulando-o a um amálgama multidimensional de instituições e práticas sociais. Nesse tipo de sociologia, o padrão de proletarização, as estratégias salariais, os mercados de trabalho (externo e interno), o sistema predominante de negociação, o estilo de sindicalismo praticado e o tipo de intervenção do aparelho de Estado na reprodução dos conflitos trabalhistas tendem a ser igualmente considerados pelo "sociólogo-como-um-etnógrafo"[244].

De fato, quando comparada aos estudos sobre a trajetória histórica dos sindicatos ou a análise de movimentos grevistas, essa pauta investigativa é menos comum no Brasil. Podemos dizer que, ainda hoje, o peso do Estado na determinação da estrutura sindical, somado às dificuldades próprias às pesquisas em empresas, além do protagonismo político sindical desde o final dos anos 1970, redundaram em um acúmulo maior de trabalhos tendentes a privilegiar o desenvolvimento histórico das formas organizativas da classe trabalhadora no país em detrimento das pesquisas do chão de fábrica[245]. Estas, a despeito de sua importância para as origens da sociologia profissional do trabalho no país, ocorrem em menor número, concentrando-se em estudos de caso. As etnografias operárias são inusuais no ambiente sociológico profissional ou crítico brasileiro e, quando ocorrem, afastam-se do ambiente fabril, concentrando-se, com grande êxito, vale observar, na relação entre a dinâmica da recomposição urbana na globalização e a realidade do trabalho precário nas periferias das grandes cidades[246].

Desse modo, a revisita focada de Humphrey constitui uma das poucas exceções à regra. Destacando a indústria automobilística, o autor soube transformar a realidade do chão de fábrica em um terreno investigativo capaz de iluminar as consequências políticas da reprodução do regime de

acumulação despótico durante a regulação autoritária. Ao enfeixar essas dimensões em um estudo de caso de duas plantas industriais automotivas, o autor apreendeu, ainda em meados da década de 1970, certos padrões do comportamento operário e da ação sindical metalúrgica, inexplorados pela sociologia profissional do trabalho brasileira. Essa empreitada se fez acompanhar pela recolocação dos limites do sindicalismo populista, apoiada sobretudo nos trabalhos de Francisco Weffort. Ou seja, Humphrey incorporou a ideia segundo a qual a orientação da cúpula sindical em direção ao, na expressão de Weffort, "Estado de compromisso social" representava o eixo em torno do qual o sindicalismo populista estava organizado:

> Na situação política de desenvolvimento acelerado do início dos anos 60, o sistema corporativo de organização do trabalho conservou sua estrutura formal, mas sua ação foi transformada pelo uso que se fez dele. Com relação a isso, as forças nacionalistas de esquerda no movimento sindical alteraram fundamentalmente o equilíbrio político do poder, fazendo dos sindicatos uma força política independente, embora apenas através da mobilização de cima para baixo.[247]

Como vimos nos capítulos anteriores, a noção segundo a qual o sindicalismo populista mobilizava os trabalhadores exclusivamente "de cima para baixo" parece-nos problemática à luz dos estudos recentes empreendidos por sociólogos e por historiadores sociais do trabalho sobre o populismo[248]. Na verdade, esses estudos demonstraram que o movimento sindical estava subsumido a uma complexa relação que partia das cúpulas rumo às bases, mas igualmente enfrentava-se com a pressão das bases sobre as cúpulas. Ou seja, encontramos vários indícios da existência de uma pressão social suficientemente robusta para colocar os militantes sindicais de base em rota de colisão com as cúpulas sindicais. Nesse sentido, tanto os operários mobilizados tensionavam as cúpulas "de baixo para cima" como estas buscavam fazer com que, em determinados momentos, os trabalhadores respondessem às suas iniciativas, isto é, "de cima para baixo".

Evidentemente, isso não diminui em nada a importância do trabalho de Humphrey. Na realidade, o eixo de sua interpretação não está localizado no período populista. Como afirma o autor, se a ditadura militar não podia ser pressionada pelos mesmos canais institucionais utilizados durante a república populista, restava ao movimento sindical, em especial o de São Bernardo, superar o dilema: acomodar-se ao assistencialismo ou orientar-se na direção das bases no intuito de fortalecer sua representatividade. Como veremos adiante, a trajetória da burocracia sindical de São Bernardo entre 1964 e 1977 deslocou-se das inúmeras tentativas de barganhar com a ditadura para a mobilização dos trabalhadores metalúrgicos.

Weffort e Humphrey foram pioneiros em argumentar que a responsabilidade pela ausência de mobilização operária verificada logo após o golpe militar deveu-se não à composição rural da força de trabalho, mas à incapacidade do sindicalismo populista de mobilizar os operários dos setores dinâmicos da economia[249]. A nova combinação entre o regime de acumulação despótico e a regulação autoritária tornou obsoleto esse movimento, alimentando uma crescente insatisfação entre as fileiras operárias do ABCD e de Osasco. O golpe militar também debilitou a resistência operária ao processo de reprodução das desigualdades de renda, fortalecendo o controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. No tocante às relações trabalhistas, o objetivo principal do golpe militar foi acabar com a mobilização sindical, subordinando o operariado à superexploração do trabalho. Assim, a negociação dos trabalhadores com as empresas foi praticamente eliminada.

Além disso, a ditadura militar introduziu políticas que institucionalizaram a rotatividade da força de trabalho. Ao eliminar o ônus patronal sobre as demissões imotivadas, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) reforçou tanto a degradação das condições de trabalho quanto a política de compressão salarial. Humphrey foi o primeiro a perceber a natureza sistêmica da política de rotatividade do trabalho praticada pelas empresas da região: quando alcançavam as escalas mais elevadas de ocupação, os operários eram sumariamente demitidos a fim de reduzir a folha de pagamentos da empresa.

Antunes mostrou o aumento da exploração do trabalho operário por meio da concentração dos metalúrgicos nas faixas salariais mais baixas:

**TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS POR SETORES**

| Indústria | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Metalúrgicos | | | | | |
| Faixa de salários* | 1956 | 1961 | 1966 | 1971 | 1976 |
| Menos de 1 SM | 6,5 | 6,0 | 5,5 | 7,7 | 6,6 |
| De 1 a 2 SM | 25,6 | 21,7 | 48,9 | 46,3 | 42,3 |
| Até 2 SM | 32,1 | 27,7 | 54,4 | 54,0 | 48,9 |
| De 2 a 3 SM | 34,6 | 41,5 | 23,0 | 20,3 | 18,9 |
| De 2 a 5 SM | 61,3 | 64,5 | 39,9 | 36,9 | 37,3 |
| De 3 a 5 SM | 26,7 | 23,0 | 16,3 | 16,3 | 18,3 |
| De 5 a 10 SM | 5,9 | 6,7 | 5,2 | 6,6 | 10,6 |
| De 10 ou + SM | 0,7 | 1,0 | 1,0 | 2,5 | 3,2 |
| De 30 ou + SM | _ | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| De 5 ou + SM | 6,6 | 7,7 | 6,2 | 9,1 | 13,8 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptado de Distribuição Salarial..., Dieese, cit., p. 16.
* Em Cr$ de 1971250.

Evidentemente, essa progressiva degradação salarial alimentou a insatisfação operária: “A maioria dus operário é revoltado pur isso, purque ele trabalha, sacrifica... chega nu dia vinte em diante ele tá duro. Uns pur falta de cabeça e a maioria purque num dá mesmo”[251]. Por isso, o controle do movimento sindical pelo Estado representou uma incontestável derrota para os trabalhadores: a ditadura militar bloqueou a pressão dos sindicatos sobre o governo, característica do modo de regulação anterior, cristalizando o modelo despótico de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a perseguição de dirigentes sindicais pelo novo regime, associada à intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, revivificou as disputas pelo controle do aparelho sindical entre velhos pelegos sindicais, comunistas, trabalhistas “de esquerda” e a corrente dos chamados sindicalistas “autênticos”. Naturalmente, a politização do conflito classista não interessava à aliança empresarial-militar. Assim, após a promulgação do AI-5, as direções das empresas sentiram-se à vontade para, ao menor sinal de conflito, empregar a força policial. E o controle sobre os trabalhadores foi restabelecido à custa do aumento da repressão política e da brutalidade das chefias.

Tendo em vista essas características da regulação autoritária, não causa espanto que ela tenha aproximado a burocracia sindical das bases operárias, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970. Já em 1973, cinco anos após a promulgação do AI-5, a convergência entre a escassez de força de trabalho e a degradação dos níveis salariais fez com que o operariado das indústrias química e automobilística retomasse a mobilização nos locais de

trabalho. O sindicalismo desses setores passou, então, a exigir a volta do direito de greve como precondição para a realização de negociações coletivas livres:

> Nóis queríamos que fosse discutido umas leis básicas e o restante fosse discutido entre empregado e empregador. Que realmente o Sindicato pudesse ser representante dus trabalhadores e, juntamente com a Diretoria dessas indústrias, encontrar a solução para o problema dos trabalhadores dessas indústrias. Que o contrato de trabalho fosse coletivo e não individual. Mais o governo entende que não e num permite. Até na época dos acordos salariais, quando devia empregado e empregador discutir, vem o governo e decreta o aumento salarial não importando se uma empresa, durante o ano, teve prejuízo ou se uma outra teve noventa por cento de lucro. O decreto é igual pras duas. O que o governo devia, isso sim, era decretar o mínimo e deixar o restante para que o Sindicato discutisse. Mais, o Sindicato só pode discutir com autonomia... o Sindicato só pode discutir com direito de greve, purque é, na minha opinião, a única coisa que o empregado tem pra barganhá com o patrão. E isso, infelizmente, não é possível porque a greve é regulamentada. [...] Hoje a autonomia é muito restrita, hoje nós somos proibidos por lei de fazê greve.[252]

Essa aproximação entre operários e sindicalistas não ocorreu sem desencontros. O "burocratismo" sindical predominante em São Bernardo durante a primeira metade da década de 1970 afastava os operários politicamente mais ativos[253]. A despeito da maior eficiência alcançada pela burocracia sindical no tocante aos serviços assistenciais e à orientação jurídica, além da construção da nova sede e outras iniciativas semelhantes, a ênfase na solução jurídica para os conflitos trabalhistas criava obstáculos para a aproximação das bases operárias:

> Ocê vai lá nu Sindicato... ocê vai pedi alguma coisa... ele num si organiza pra fazê aquilo. Eu sô sócio, mais quando ocê vai pedi alguma coisa... eles qué ti envolvê pur meio di lei. É muito bão, assim, pr'ocê chegá lá abri processo, aí é na hora... num sei purque, mais parece qui eles acham bão é abri processo, aí é na hora. Eles gostam de mexê é com Justiça do Trabalho.[254]

O "burocratismo" manifestava-se, igualmente, na fala dos dirigentes:

> A minha frustração [como dirigente sindical], além dessas coisas, é que tem muito a fazê pela classe trabalhadora e nóis podemos fazê pouquíssimo. [...] Era preciso fazê mais. E fazê mais de qui jeito, se, em firmas de vinte, trinta mil empregados, nóis temos trêis dirigentes sindicais? [...] Aqui a gente vive mais na base de pedi. [...] A gente usa muito a palavra conscientizar o trabalhador, mais é duro conscientizar o trabalhador, quando ele sabe que na porta da fábrica tem cem esperando que ele seja mandado embora pra entrá nu lugar dele... [...] E u Sindicato só tem pra oferecer pra ele luta; e jamais ele vai querê lutar, pelo menos enquanto ele não tomar consciência das condições que ele está submetido, e, quando ele tomar essa consciência, ele é despedido e começa a vida dele outra veiz. [...] "Agora, a gente observa, que o trabalhador, realmente, de um jeito ou di otro, ele num vai lá, seja purque num si interessa pelo Sindicato, seja purque ele num qué nada mesmo, espera que u negócio venha de cima mesmo, espera que o governo resolva tudo. Então, ele acha que aquilo não resolve nada... que não resolve nada, e fica pur isso mesmo".[255]

Um dos efeitos mais notórios do burocratismo, convenientemente racionalizado acima pelo sindicalista, consiste em justificar a fragilidade do sindicato pela inoperância das bases. No entanto, o burocratismo não deve

ser confundido com a acomodação dos dirigentes à estrutura sindical. De fato, o bloqueio estrutural da mobilização existia, expressando correlações de forças desfavoráveis à ação coletiva. A etnografia de Luís Flávio Rainho revelou a existência de distintos momentos, coetâneos porém dissonantes, do amadurecimento da experiência sindical da base metalúrgica de São Bernardo. Em certa medida, trata-se da trajetória que vai da reticência à mobilização ao maior ciclo grevista da história do país:

> "Eu não gosto desses movimentos. O Sindicato antigamente fazia política e o Sindicato não era social. Era movimento de agitação, fazia greve, quebrava vidros e eu não gostava." "Us Sindicato jogava a gente no fogo e depois saía fora. Uma veiz, antes de sessenta e quatro, fora lá e insuflaro a greve. Depois u Presidente du Sindicato chegou num acordo lá com a firma, e nóis ficamo na pior." [...] "As greves eram disorganizadas. Mais elas contribuíro como uma tentativa pra resolvê nossos problemas coletivamente." [...] "E eles falam: Olha, pra í pra lá pra escutá bestera, papo-furado... u qui eles apresentam é u qui sai todo ano, e, realmente, é sempre aquilo que a Diretoria traiz... purque a Diretoria tem um corpo jurídico: é aquilo tudo ali mastigado, então eles leva aquilo lá na Assembleia, tudo mastigado e apresenta... enquanto o peão só tem tempo de batê u cartão e poca discussão." [...] "Já fui na sede do Sindicato em São Bernardo e assisti à reunião. Eles falavam dos problemas da firma e de aumento. Eu acho que o Sindicato tem muita força, mas poucos sócios. O Sindicato tem também médico, dentista, barbero. O Sindicato dá boa orientação pra conhecê os direito, mais pra mim num serviu. Se todo mundo fosse sócio do Sindicato como é do INPS, o Sindicato ia pra frente." [...]"Com o Sindicato o operário tem mais direito. O Sindicato apoia e defende quem foi mandado embora. O futuro é com o Sindicato." [...] "Agora, u pessoal quando gosta du assunto aplaude. Teve um orador lá [na assembleia do sindicato] que falô muito... ele até falô sobre u custo de vida que tá lá em cima, mais u salário tá rastejando... foi muito aplaudido, mais aplaudido assim, u pessoal aplaude, mais parece que u negócio é momentâneo." [...] "Eu já ouvi falar no Sindicato, mais nunca fiz parte. Mais penso em entrar de sócio no Sindicato. Um colega levou o papel do Sindicato pra mim e era muito bão. Mas tem que pagar mensalidade, aí eu num entrei."[256]

## O regime fabril despótico e o precariado metalúrgico

Durante a primeira metade dos anos 1970, as iniciativas da burocracia sindical de São Bernardo concentraram-se em negociações por melhores salários e condições de trabalho nas fábricas. Isso levou John Humphrey a propor duas questões-chave:

> Que relação existe entre os movimentos nos locais de trabalho e o "novo sindicalismo" na cúpula? [...] Se as novas formas de organização se baseiam predominantemente nas indústrias dinâmicas, haverá perigo de que os trabalhadores desses setores possam constituir uma aristocracia operária?.[257]

No intuito de buscar respostas para essas questões, Humphrey revisitou o problema da consciência de classe e do subdesenvolvimento capitalista.

Concentrando-se em empresas automobilísticas de São Bernardo – uma delas, a mesma pesquisada por Rodrigues cerca de uma década antes –, Humphrey refutou a ideia de que o precariado metalúrgico seria formado

majoritariamente por operários jovens e sem tradição de trabalho industrial. Nas duas fábricas automobilísticas estudadas, cerca de 61% dos operários eram classificados pela companhia como operários não qualificados (20%) ou semiqualificados (41%), a maioria já contando com algum grau de experiência urbana e industrial. A despeito dessa proporção ser mais elevada do que as encontradas nos setores tradicionais, esse percentual não diferenciava a indústria automobilística dos demais ramos metalúrgicos.

A abundante oferta de força de trabalho não qualificada no pós-guerra, somada aos progressos da automação e do controle gerencial, estimularam as montadoras a recrutar no mercado externo de trabalho. Na medida em que a experiência operária era menos importante para a elevação da produtividade do trabalho, o interesse das empresas em estabilizar os trabalhadores declinou. Como bem demonstrou Humphrey, a política da rotatividade da força de trabalho ajudava a estruturar um sistema industrial que não apenas servia para garantir a obtenção da disciplina operária devido ao medo do desemprego, como também favorecia os aumentos de produtividade.

A subordinação da folha salarial ao departamento financeiro das empresas também permite perceber por que a progressão funcional levava à demissão. Ao progredirem na carreira, os operários semiqualificados que alcançavam as posições mais altas eram demitidos e substituídos por jovens não qualificados, que recomeçavam o ciclo. Este supunha a existência de uma complexa hierarquia salarial que anunciava aumentos atribuídos em parcelas e por períodos conforme o parecer das chefias. O operário buscava, então, trabalhar disciplinadamente para ascender a uma faixa salarial mais elevada. Quando o operário por fim conseguia alcançar essa faixa, era demitido e substituído por outro que recomeçava com um impulso renovado o mesmo ciclo desde as faixas salariais mais baixas:

> A gente vê assim o problema du ritmo de trabalho... cada anu aumenta as coisas que já foi feita... uma pesquisa através du órgão du Dieese que saiu nu jornalzinho do Sindicato... então já foi comprovado que cada veiz qui aumenta u salário du peão... ela aumentô u salário pur aumentar u salário, mais que a mão de obra ela qué mais. Existe uma... uma... cronometrista. Aquele que mede u tempo. Através du cronômetro, então ele fica ali nu pé da máquina. E dali eles fazem aquele cálculo... nu dia seguinte eles já procuram tirá u elemento. Que dizê: eliminá a mão de obra de um.[258]

Assim, não é difícil compreender o desinteresse da indústria em negociar com os sindicatos. Para Humphrey, esse sistema industrial conduziu os operários da indústria automobilística na direção dos mesmos interesses do restante da classe trabalhadora brasileira. Além disso, após 1964, o precariado metalúrgico – diferentemente dos operários qualificados que

ainda percebiam certos reajustes salariais – sofreu mais agudamente com a carestia. Durante o período do "milagre econômico" (1968-1975), a inquietação operária motivada pela deterioração salarial, assim como pela intensificação da produtividade do trabalho, fomentou formas passivas de resistência entre as fileiras operárias:

> "Cada um tem uma mentalidade. Tem pessoas que zela pela sua máquina, cuida. Otras vê a máquina cum raiva. Qué distruí. Cabá cum aquilo. Isso acontece dimais numa seção. E se alguém fala cum eles... ele fala: Num é meu não, rapaiz... Deixa isso cabá. [...] Quando recebe uma órdi... a maioria das pessoa vai quétinho fazê aquilo mais pur dentru ele tá remuendo."[259] Ou ainda: "Então, eu cunversei cum ele e falei: escuta u senhor não passa pelo nosso problema. U senhor não tem que enfrentá aquela fila de torneira. U senhor num tem que pegá u ônibus. U senhor tem u seu carro. U senhor não suja as mãos. U senhor é mestre. U senhor lida cum papel. U senhor teria que passar pelo nosso problema pra entendê u qui é isso. Mas ele fala não, que a norma da firma é essa e que nóis temo que... vivê assim. Então, a gente combinô, sabe? Isso foi uma reação da turma... ele qué nos proibi saí cinco e vinte e cinco da seção, falamo: Não, nóis temo que saí todo mundo junto cinco e vinte e cinco, até ele desisti. Ele vai ameaçá, dá carta de advertência... fazê u diabo. Mas a gente num deve desisti, sabe? Cinco e vinte e cinco sai todo mundo junto. E, nóis tamo saindo. E ele fica doido, sabe? Então, a gente sai cinco e vinte cinco, depois volta pra seção pra marcá u cartão".[260]

Isso sem mencionar o descontentamento com o trabalho noturno e com o interminável número de horas extras que, tendo em vista a pressão das empresas, o operariado como um todo era obrigado a aceitar. Na realidade, os longos períodos de horas extras em um setor que normalmente exige acentuado esforço físico, ocasionando fadiga intensa e acidentes de trabalho, consolidaram-se como uma prática comum na indústria automobilística brasileira:

> Esse problema de extra... isso aí é um troço antigo... ninguém conserta. A firma interessa e às veiz u peão exige... inclusive nu meu setor eles tão na maior briga lá. Uns elemento querem emprestado pra outro setor pra fazê hora extra... esse otro setor u pessoal num fazia hora extra... num querem fazê hora extra, reivindicando melhó salário. Então eles deixam de pagá... u salário... um pouquinho mais pr'aqueles que eles mantém aquilo lá... e eles às veiz vão pagá o dobro mais... elementos que ali em baixo tá ganhando quatro... eles vão pagá oito pru peão í fazê aquela hora extra. E u peão vai. Vai matando. Porque ele ganha um pouquinho mais. Aquilo pra ele fazendo hora extra é um negócio. Sem sabê que ele tá prejudicando u companheiro e ele... aí então quando foi agora, esses dias... é... devido u pessoal tê entrado cum u processo de pedido de integração de hora extra, férias, décimo tercero, essas coisa. [...] Ocê tem que sabê que si ocê num vivê cum oito hora, ocê num vive nem cum vinte. Depois ocê tem que sabê que se ocê fô fazê hora extra só a firma é que tem a ganhá: ocê perde a saúde, energia, prejudica aquele seu companheiro, tira o emprego de dois ou treis que tá lá fora precisando de trabaiá.[261]

Facilmente substituídos e recebendo salários menores, o precariado metalúrgico experimentava sérias limitações na resistência à imposição das longas jornadas e ao aumento dos ritmos do trabalho. Na vívida descrição de Rainho, podemos compreender os expedientes utilizados por esses

trabalhadores para aumentar a produção, assim como apreender a multiplicidade de fontes de pressão pela intensificação dos ritmos de trabalho que os submetiam:

> Mas, como apesar do estado permanente de cansaço os operários não podem deixar de produzir, fazem, então, o que chamam de "apelar" para conseguirem "vencer" o dia de trabalho. [...] Durante um certo tempo, mesmo o corpo não querendo, abstraem-se de tudo e voltam-se inteira e obcecadamente para o trabalho que, realizado com afinco e rapidez, lhes possibilita "esquentar o sangue" e ir até o final do expediente. Mas tendo acostumado o corpo ao ritmo, ele não pode ser esfriado. No entanto, invariavelmente, isso acontece com as interrupções para refeições. É então, na oportunidade, que recorrem à bebida como estimulante, em bares existentes nas proximidades das fábricas... [...] Pode também ser atribuído [o ritmo intenso de trabalho] a outros fatores, tais como: a) competição e rivalidade entre as turmas, que "já faz parte da personalidade das empresas", embora não seja assim percebida pelos próprios operários; b) pessoas em experiência que, no afã de serem aprovadas para admissão definitiva, "dão tudo o que têm"; c) outros, desejosos de obter aumento ou promoção, trabalham intensamente para mostrar aos chefes que são "bons"; d) os que não possuindo "vícios" não dosam suas energias; e, finalmente, e) o receio de serem demitidos por não dar produção como os demais.[262]

Os efeitos do aumento do esforço físico eram visíveis não apenas no permanente estado de esgotamento do operário, mas, sobretudo, no aumento da produção. Entre 1970 e 1978, por exemplo, a produção na empresa revisitada por Humphrey havia dobrado, sem qualquer modernização saliente da base técnica. Não é de espantar que, a certa altura, a gerência tivesse simplesmente abandonado a cronometragem das tarefas, passando a exigir das diferentes seções metas arbitrárias:

> Antes a gente tinha cronometragem. Aí estava certo. Mas agora já não. [...] Se tem dez pessoas fazendo um serviço, eles já estão pensando que é demais e que devem tirar mais dois. Às vezes não dá. Todo mundo sai nervoso daqui.[263]

Evidentemente, os problemas relacionados com as condições de saúde e de segurança dos trabalhadores aumentavam. Tendo em vista as características gerais desse sistema industrial, o que a indústria automobilística deveria fazer para atrair novos operários, renovar os ritmos e garantir a elevação da produtividade no setor? A solução inspirou-se no próprio Ford, ou seja, nos chamados "altos salários"[264].

E o ciclo se completa: quando o precariado metalúrgico não conseguia mais acompanhar o ritmo e "dar a produção", seja por conta de fadiga, acidente ou adoecimento, era facilmente substituído por uma nova onda de jovens trabalhadores atraídos pelos altos salários praticados no setor. Além disso, produto da política de rotatividade do trabalho, as maciças flutuações do emprego no setor atingiam predominantemente o jovem precariado metalúrgico[265]. A intensa rotação da força de trabalho, além de servir como meio de disciplinarização dos trabalhadores, correspondia à estratégia

das montadoras de descarregar sobre o precariado o ônus das flutuações cíclicas das vendas de veículos, garantindo o aumento das margens de lucro: caso houvesse uma queda da demanda, os custos relativos ao pessoal deveriam ser adequados ao montante dessa queda e o volume do emprego ficava atrelado à flutuação das vendas.

Se fora da empresa os trabalhadores enfrentavam a ditadura militar, dentro das fábricas encontravam-se submetidos à autocracia dos departamentos financeiros: precariedade do emprego, instabilidade dos salários, condições inadequadas de segurança, cadências produtivas "infernais", arbitrariedade gerencial... Um ex-operário da Ford sintetizou da seguinte maneira os efeitos da combinação entre o controle e a rotatividade do operariado de São Bernardo:

> Na maioria das vezes o peão, antes de ser admitido, pensa que vai trabalhar num lugar agradável, limpo, que lhe proporcionará bem-estar, segurança e bom relacionamento. Pode pensar que vai realizar aí sua vida como profissional e pessoa humana. Logo, porém, vem a realidade. Tudo isso apenas encobre algo que lembra um campo de concentração. [...] Tudo dentro da fábrica está organizado para tirar o máximo do operário às custas de um desgaste físico insuportável, poluição, barulho e ritmo incansável de trabalho que deixa a pessoa humana despossuída de todas as reservas físicas, mentais e morais. [...] Quando o físico e a mente estão esgotados; quando o operário já adquiriu o suficiente número de doenças industriais incuráveis; quando vai ficando só o bagaço, então vem a substituição por um operário novo que entregará suas melhores energias que ficarão cristalizadas nos carros bonitos, produtos de seu suor, que percorrem e engarrafam as ruas das cidades, num ritmo louco de produção e consumismo muitas vezes inútil. [...] Existe a divisão artificial entre especializados e não especializados, diferenças de categorias e em cada categoria escalas, todas divisões, A.B.C.D., artificiais, com pequenas diferenças de salários, a fim de promover a concorrência entre os próprios operários e criar a ilusão de uma luta individual para subir de escalão; o que age contra o espírito coletivo de luta, e cria a disputa para aumentar e melhorar a produção.[266]

Percebendo a fragilidade do sindicato em negociar salários e melhores condições de trabalho, a situação encontrada por Humphrey em 1975 pode ser descrita como de relativa inatividade. Mesmo assim, o autor reconheceu nos protestos "espontâneos" por melhores salários liderados pelos operários qualificados das montadoras em 1973 e 1974 consistentes indícios da existência de focos de resistência operária[267]. Combinando repressão com aumentos diferenciais de salários, a reação das empresas foi suficiente para controlar a situação, restabelecendo a "normalidade" do processo de trabalho. No entanto, logo após o fim das paralisações, o precariado metalúrgico experimentou um acentuado aumento da carga de trabalho.

Temendo a demissão, os trabalhadores submeteram-se aos ritmos impostos pelas gerências. Apesar disso, os protestos de 1973-1974 revelaram a existência de uma inquietação na base suficientemente forte para alimentar

a retomada das reivindicações no setor. Humphrey chegou mesmo a comparar as respostas ao questionário de Rodrigues relativas às atitudes sindicais com outras obtidas a partir da tabulação de seu próprio questionário. Ele argumentou, então, que seus dados, apesar de não serem suficientes para afirmar que as fábricas de automóveis no Brasil estariam povoadas de operários com consciência de classe, permitiam ao menos afastar o ceticismo em relação à auto-organização sindical.[268]

**Peões 1: Da consciência contingente à consciência necessária**

Entendimento próximo já podia ser observado na pesquisa de campo realizada, no final dos anos 1960, por Celso Frederico em uma empresa do setor competitivo da indústria de autopeças[269]. Entrevistando operários de uma metalúrgica de Santo André, Frederico soube anunciar pioneiramente a transformação do conhecimento do objeto rumo à análise do regime fabril. Mobilizando um amplo cabedal de autores marxistas clássicos e contemporâneos – de Lukács a Lenin, passando por Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel –, o autor construiu uma interpretação relativamente inédita entre nós a respeito da consciência operária, cujo eixo gravitava em torno da teoria lukacsiana da *reificação*[270]. Assim, buscou compreender a consciência do grupo operário como uma processualidade na qual coexistiam, contraditoriamente, tanto a "falsa consciência" – isto é, as formas contingentes, fragmentadas e imediatas da consciência psicológica dos operários subsumidos ao processo de coisificação das relações capitalistas de produção – quanto vestígios de "consciência necessária", ou seja, a consciência capaz de reconhecer no operariado um sujeito político[271].

A fim de investigar a consciência operária em Santo André, Frederico: 1) posicionou a consciência operária na história de sua prática imediata, apontando, ao mesmo tempo, para a existência de indícios de uma prática política transformadora; 2) refutou as análises sociológicas profissionais cujo método (auto)limitava-se exclusivamente ao terreno da prática política imediata dos metalúrgicos; e 3) destacou as mediações entre as formas da consciência contingente e necessária, especialmente a insatisfação operária espontânea, as greves, a política do chão de fábrica e a relação dos operários com os sindicatos. Para isso, foi necessário revisitar a interpretação da sociologia profissional tanto do problema da consciência de classe quanto do problema do subdesenvolvimento capitalista.

Para Frederico, a principal inconsistência da sociologia profissional foi ter reduzido os diferentes momentos da consciência operária à combinação da regulação populista com o regime de acumulação despótico. Diante disso, o autor propôs partir de outra relação da teoria com o objeto, considerando o operariado como o "sujeito de sua própria história": ainda que subsumidos ao processo de reificação, os operários seriam capazes de elaborar seu inconformismo latente e reagir politicamente à sua própria coisificação. As formas "espontâneas" da consciência de classe serão, então, valorizadas, ainda que a relação entre as demandas econômicas e as reivindicações políticas apareça turva no discurso dos operários entrevistados. Na realidade, Frederico enfatizou a necessidade de a sociologia do trabalho crítica apoiar-se em uma abordagem dialética da prática social capaz de combinar a investigação conjunta da *massa operária*, dos *operários avançados* e de seu *núcleo revolucionário*.

Amparado por suas entrevistas, ele concluiu que os operários mais qualificados e experientes atuavam como o grupo mais avançado e reivindicativo dentro da fábrica e que os ajudantes – pelo fato de serem jovens, solteiros, não qualificados ou semiqualificados – representavam uma massa politicamente inorgânica. Ainda assim, Frederico identificou formas elementares da consciência de classe que, em determinadas condições históricas, poderiam evoluir para formas politicamente ativas. Por constituírem o setor mais dominado e explorado do grupo operário, o precariado metalúrgico do setor competitivo da indústria automobilística, mesmo interpretando sua situação em termos mais vantajosos do que a do precariado rural, percebia claramente as dificuldades para progredir no interior da empresa. Por um lado, se a expectativa de progresso ocupacional reforçava certo *conformismo*, por outro, essa esperança chocava-se cotidianamente com o medo da demissão, a realidade da carestia e a intensificação do trabalho. Em certos momentos, essa *tensão latente* conseguia erodir as barreiras do conformismo, vocalizando uma inquietação capaz de fustigar até mesmo o sindicato:

> Pedro: "O sindicato tinha mais força antigamente. Agora ele caiu muito com a mudança de governo. O Castelo Branco entrou aí e acabou com tudo. O sindicato não pega mais força. Antes do Castelo os sindicatos tinham força, depois mudou. O Castelo disse que sindicato não resolvia nada, era tudo com ele que se resolvia. O sindicato perdeu a força que tinha. Naquela época, se o cara queria aumento, arrumava 5 pessoas, ia lá e resolvia. Até greve podia fazer que o sindicato garantia. Agora aumento é só de ano em ano por lei, e se os trabalhadores fazem greve o patrão chama a cavalaria sobre a gente. O Presidente da República ajudava o sindicato, qualquer coisa o sindicato falava com o presidente e conseguia. Agora o sindicato tem uma desculpa: diz que os trabalhadores caíram muito, que eles estão com medo". Ciro: "O sindicato

> não vale mais nada. Antigamente ele tinha mais força, mandava parar, parava. Depois que entrou o governo militar, eles cassaram e prenderam os dirigentes sindicais. Hoje é tudo mandado pelo governo. Antigamente tinha greve, eles tinham força para fazer greve e pedir aumento. Eles tinham força porque o governo apoiava eles também. Não é que apoiava, é que tinha liberdade de fazer. Com esse governo acabou. Os operários não fazem mais greve porque não podem. Agora não pode nem falar, o governo prende".[272]

A valorização da insatisfação do jovem precariado metalúrgico, especialmente os ajudantes, levou Frederico a relativizar duas observações centrais nos estudos de Rodrigues sobre as greves operárias: por um lado, a ênfase atribuída por este à orientação salarial do governo não seria suficiente para compreender o sentido imanente das greves; por outro, a despeito de Frederico reconhecer que, em alguns casos, os piquetes apareciam como uma ameaça aos operários, nem todos os entrevistados manifestavam medo dos piqueteiros. A consciência operária aparecerá aos olhos do autor como uma realidade histórica e relacional formada por diferentes temporalidades que usualmente não costumam se coadunar. Daí a importância atribuída pelo autor aos setores aptos a estabelecer a ligação entre a massa proletária e os líderes sindicais, isto é, aqueles operários politicamente "avançados" capazes de elaborar as frustrações dos ajudantes. No entanto, em uma conjuntura marcadamente desfavorável à mobilização coletiva, os operários avançados tendiam a conter seu impulso militante.

Nem por isso o conformismo instalou-se entre os metalúrgicos. Incerta, a inquietação operária assumiu a forma da contenção da produção. Objetivando pressionar a empresa por aumentos salariais, a conhecida técnica de diminuir o ritmo de trabalho surgiu como um estratagema dos grupos profissionais para pressionar a gerência. Em certa medida, a limitação produtiva substituiu o recurso à greve. Tendo em vista a fragilidade do movimento sindical, os operários se viam cada dia mais dependentes da utilização de enfrentamentos "espontâneos" no chão de fábrica para defender seus salários. Nesse sentido, a contenção identificada por Celso Frederico entre os anos de 1970 e 1971 prefigurou a resistência operária em 1978:

> Orlando: "O engenheiro chegou pedindo aumento de produção, mas não falou em aumento de salário. No primeiro dia nós demos a produção que ele queria e pedimos aumento. Ele negou. Todo mundo amarrou a produção! Foi impressionante! Não foi um nem dois, foi todo mundo. Aí entramos em entendimento e deram aumento. Antes disso houve ameaças de despedir os operários, mas como era todo mundo que amarrava eles não podiam mandar todos embora". [273]

Naturalmente, trata-se de um estilo de análise da consciência operária que procura superar o excessivo enfoque "sincrônico" da enquete profissional.

Daí a insistência de Frederico, em vez de destacar as inclinações psicológicas associadas aos desejos de consumo dos operários, em concentrar-se nos conflitos entre os operários e as gerências. Em termos práticos, a deterioração das condições de vida na indústria refutou a ideologia do progresso individual ao alcance de todos, e não é acidental que, entre os ajudantes, o projeto de progredir dentro da fábrica tenha se deslocado para o "futuro dos filhos".

Além disso, se a condição operária, em especial no setor competitivo da indústria automotiva, foi capaz de promover uma espécie de *consciência prática crítica* do sistema de relações industriais fordista, não devemos negligenciar o papel que a *crítica prática*, isto é, aquelas "orientações políticas assumidas pelas organizações sindicais e partidárias", cumpriu no amadurecimento da experiência operária. Herdados do período populista e intensamente perseguidos pelos militares, os agrupamentos políticos ressurgiram nas oposições sindicais. Estas empenharam-se em organizar "comitês de fábrica", passando a disputar com o aparato burocrático a influência sobre o operariado. Se durante o "milagre" econômico a influência das oposições sindicais nas fábricas tendeu a declinar tendo em vista a combinação da repressão militar com a delação dos militantes pelos "pelegos sindicais", já em meados dos anos 1970 a revivificação do ativismo na base referendou o trabalho das oposições.

Vale observar, ainda, que a pesquisa de campo de Frederico autorizou-o a revisitar criticamente a teoria do populismo, reconstruindo-a com base na ampliação de seu estudo de caso. Para tanto, o autor concentrou-se no amadurecimento da consciência operária sob o fordismo periférico. Longe de uma deformação a ser eliminada pela modernização das relações políticas e econômicas, o populismo surgiu aos olhos do autor como um processo necessário, histórico e relacional, de desenvolvimento das lutas sociais no Brasil.

O golpe de 1964 redefiniu o peso da classe trabalhadora no interior do modelo de desenvolvimento. As altas taxas de crescimento econômico entre 1968 e 1975, somadas à repressão operária, deslocaram as tensões classistas para o interior das fábricas, ocultando a deterioração de salários e condições de trabalho por meio de uma mobilidade ascendente acessível a uma minoria. De fato, imediatamente após o golpe, a destruição do sindicalismo populista e o recuo dos sindicatos para uma função de mero apoio assistencial fez com que o poder de barganha da classe operária fosse

erodido. Além disso, a implantação do FGTS, ao facilitar as demissões, estimulou a concorrência entre os próprios trabalhadores, pressionando os salários para baixo. Para completar esse quadro, os operários temiam que uma eventual participação no sindicato redundasse em prisões e inquéritos na Justiça Militar.

Além disso, como bem observou Frederico, a passagem da barganha salarial coletiva para a barganha individual serviu para aumentar ainda mais a fratura no interior da própria classe. O jovem precariado metalúrgico viu a distância entre seus salários e os dos grupos profissionais aumentar. Enquanto estes procuravam se defender do arrocho por meios "corporativistas", o precariado viu-se abandonado à própria sorte. Sua reação variou:

> Do inconformismo latente a algumas manifestações "instintivas": a restrição esporádica da produção, as brigas com os representantes do patrão nas seções, os ensaios de greves parciais etc. Quando a demanda da força de trabalho não qualificada aumentou, esses operários aproveitaram para procurar individualmente melhores empregos ou, quando as condições permitiram, participaram de protestos semiorganizados como as "operações-tartaruga", as greves de seção etc.[274]

## Peões 2: Da burocracia sindical à vanguarda metalúrgica

Em meados da década de 1970, esse grupo operário insatisfeito com a rotatividade, a intensidade do trabalho e o aumento da carestia encontrou-se com uma burocracia sindical herdeira do colapso do populismo em busca de sua própria identidade: a pauta reivindicativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo acantonava demandas que iam da liberalização do controle sobre os sindicatos à negociação coletiva livre com o restabelecimento do direito de greve. Contudo, a mesma pauta nada dizia sobre o fim da unicidade sindical. Outro importante ponto da reivindicação metalúrgica era a demanda por comissões de fábricas mistas no interior das empresas, com garantias de estabilidade para os delegados sindicais.

Carente de canais de comunicação com o governo e com as empresas, pressionada pelas condições de vida das bases e pela presença da oposição sindical, essa burocracia liderada por um conhecido "pelego", Paulo Vidal, foi apurando sua prática "apolítica": facilitar a filiação dos trabalhadores ao sindicato, promover o aperfeiçoamento do serviço de assistência médica e social[275], construir uma nova sede, além de manter permanentemente o foco sobre o poder de compra dos salários. E no momento em que a ditadura militar começava a emitir os primeiros sinais de fadiga, essa burocracia mostrou-se permeável à inquietação operária, especialmente em relação à

insatisfação com as horas extras e com a rotatividade do trabalho. Em grande medida, essa sensibilidade decorria do fato de que uma parte importante dessa burocracia originara-se no setor automobilístico.

**QUADRO 11. A burocracia operária**

Desde o início, a despeito das expressões “pelego” e “burocrata” praticamente coincidirem no léxico dos dirigentes do novo sindicalismo, tratam-se de fenômenos distintos. Aqui faz-se necessário afastar qualquer resíduo de juízo de valor ou prédica político-moral. Antes de tudo, compreendemos a burocracia sindical como parte de uma relação social mais ampla. O “pelego” refere-se àquele burocrata sindical acomodado à estrutura oficial cujas práticas raras vezes transcendem os estreitos limites do assistencialismo social. Por sua vez, a burocracia sindical debruça suas raízes em um fenômeno a um só tempo econômico, institucional e político: o desenvolvimento de uma camada social que se apropria de funções organizativas previamente exercidas pelos próprios trabalhadores, ou seja, a *burocracia operária*.

Produto da introdução no seio do movimento operário da divisão social do trabalho, podemos dizer que a gênese da burocracia operária ocorre quando sindicalistas de tempo integral e intelectuais de classe média ocupam funções dirigentes no aparato sindical. Com o desenvolvimento da organização de massas, o aparato em tempo integral converte-se em uma burocracia permanente que cristaliza a divisão social do trabalho entre atividades intelectuais e manuais no próprio movimento operário. Não devemos nos esquecer de que as organizações coletivas da classe trabalhadora também são meios de progresso material individual. Daí a natureza socialmente conservadora do aparato burocrático – que se torna patente na usual recusa dos dirigentes sindicais em apoiar, quando emergem, lutas operárias mais avançadas. Isso porque existe algo a ser arriscado na luta de classes pelos sindicalistas: o próprio controle do aparato. O partido e o sindicato convertem-se em objetivos *em si mesmos*, devendo ser conservados a todo o custo.

As bases operárias tendem então a ser submetidas a um grupo de indivíduos oriundos de suas próprias fileiras. Os operários transformam-se em objetos de uma forma de dominação exercida e reproduzida por seus próprios funcionários. A natureza socialmente ambivalente da burocracia operária, e que a diferencia das demais

burocracias capitalistas, advém do fato de que, por um lado, seu poder não é exercido por meio da propriedade do dinheiro, mas do *controle político do aparelho administrativo*. Por outro, a burocracia operária é incapaz de reproduzir seu poder administrativo sem o recurso à riqueza monetária. A necessidade do controle político do aparato somada à incapacidade de se libertar da influência do dinheiro faz com que o poder burocrático apoie-se, mormente, na pacificação, ou mesmo na supressão, da atividade independente das classes subalternas.

Por seu turno, a ascensão ao poder administrativo é mediada por uma *seleção natural* de quadros que favorece, na esfera valorativa, a consolidação de uma ideologia autojustificadora estruturada em torno da crença de que "a burocracia é superior em conhecimento". Isso implica dizer que a burocracia operária não tem uma ideologia própria: ao contrário, ela se apoia na reificação do Estado capitalista e em sua suposta eficiência administrativa. Em termos valorativos, o burocrata é partidário de um fatalismo essencialmente conservador que, acompanhando Mandel, poderíamos chamar de *materialismo da obediência passiva*. Grande parte dessa ideologia nutre-se da função social "paraestatal" que o burocrata sindical exerce. Dispensável dizer que este é levado a identificar no Estado capitalista o instrumento *por excelência* da solução dos conflitos trabalhistas.

Curiosamente, foram as vitórias parciais das classes trabalhadoras que permitiram o surgimento das burocracias operárias. Na medida em que essas vitórias mantiveram-se parciais, como o ciclo de lutas operárias no país entre 1917 e 1935, por exemplo, elas conduziram o operariado a derrotas parciais – a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) e uma estrutura sindical autoritária[276]. Ou seja, a burocratização é um fenômeno social ambivalente apoiado em um equilíbrio transitório de forças cujo resultado é conservador, apesar de circunstancialmente poder assumir formas politicamente reformistas ou mesmo radicais. Em síntese, o poder burocrático sindical limita-se a construir e defender uma hegemonia precária sobre as bases operárias cujo horizonte insuperável é o próprio Estado capitalista[277].

A revivificação do sindicalismo em São Bernardo gerou certa controvérsia entre estudiosos: alguns perceberam a chance de superação da tutela do Estado sobre o sindicato e outros identificaram uma divisão no interior da

classe que produziria uma “aristocracia operária”[278]. Afinal, se os “peões” do ABCD recebiam altos salários, exigindo inclusive negociação diferencial em relação à produtividade, possivelmente eles se inclinariam na direção de uma política prejudicial aos demais trabalhadores do país. Humphrey argumentou que, por diferentes motivos, essa interpretação carecia de fundamento. Em primeiro lugar, não estaríamos diante de um grupo operário estável e nem ao menos, em sua maioria, qualificado. Além disso, apesar de os salários praticados pelas montadoras serem relativamente altos se comparados aos dos setores tradicionais, a diferença entre eles havia diminuído e não aumentado. Por fim:

> Outro aspecto da definição da aristocracia operária diz respeito à estabilidade da força de trabalho. [...] Muitos empregos na indústria requerem trabalho não qualificado e semiqualificado, exigindo pouco ou nenhum treino, e pode-se conseguir mão de obra em qualquer indústria. [...] Vimos que poucos operários na FA2 vinham de outras empresas da indústria automobilística, e não se tem muita base para esperar que tal não ocorresse. [...] Já foram anteriormente mencionados os problemas decorrentes da rotatividade da mão de obra, e não há sinal de que a força de trabalho na indústria automobilística constitua um grupo estável e separado de operários. Ao contrário, para muitos operários dessa indústria, o emprego é extremamente instável: trabalham o tempo todo temendo ser demitidos.[279]

Em vez de ser um fator politicamente regressivo, as demandas de São Bernardo mostraram-se afinadas com a limitação do controle do Estado sobre os sindicatos e com o restabelecimento dos direitos democráticos aos trabalhadores. Foram as principais características do fordismo periférico, tais como o despotismo fabril, a alta rotatividade e as longas jornadas, somadas à repressão política e ao arrocho salarial, que alimentaram a inquietação operária, conduzindo a burocracia sindical ao confronto com as empresas e os governos. Buscando soluções para os problemas imediatos do operariado metalúrgico, essa burocracia – particularmente após a entronização de Lula da Silva na presidência do sindicato, em 1975 – inspirou a mobilização de outros grupos de trabalhadores pelo direito de greve, por conquistas salariais, por formas de negociação coletiva e pela redemocratização do país.

A recessão econômica experimentada pelo capitalismo avançado, entre 1973-1979, atingiu a economia brasileira, deteriorando a capacidade do país de pagar encargos da dívida externa. Assim, em meados da década de 1970, o regime começou a emitir os primeiros sinais de distensão política, com a escolha de Ernesto Geisel para a Presidência da República. Além disso, a denúncia de manipulação dos índices inflacionários de 1973 a 1975 somou-se à insatisfação com a carestia, incentivando a campanha pela reposição salarial de 1977 e a eclosão do grande ciclo grevista do ABCD paulista[280]. A inquietação que catalisou esse ciclo grevista apoiou-se na convergência de

um pequeno grupo qualificado e relativamente estável de trabalhadores com o jovem precariado metalúrgico, concentrado e permeável à ação dos agrupamentos políticos clandestinos nas fábricas. Os primeiros não desejavam mudar de emprego, pois sabiam que dificilmente iriam conseguir melhores salários. Por isso, buscavam pressionar as gerências por meio da contenção da produção. O jovem precariado, por sua vez, recorria à sabotagem operária, recusando-se a comer no "bandejão" ou provocando pequenos acidentes dentro da empresa[281].

Mesmo reconhecendo o protagonismo dos operários qualificados durante as paralisações de 1973 e 1974, não devemos nos esquecer da determinação demonstrada pelo precariado metalúrgico nas greves de maio de 1968. (Na verdade, essas greves, assim como as paralisações de meados da década de 1970, prefiguraram em muitos aspectos, a começar pela centralidade política do chão de fábrica, a eclosão do ciclo grevista de 1978-1980.) O "milagre econômico", contudo, adiara o enfraquecimento político da ditadura militar. De toda maneira, já na primeira metade da década de 1970, as empresas encontravam dificuldades para conter os conflitos trabalhistas, especialmente quando havia escassez de força de trabalho qualificada. Na medida em que o "milagre econômico" findava, certo espaço para a agitação dos grupos operários clandestinos e para o ativismo sindical na base ia lentamente consolidando-se em São Bernardo.

Tendo em vista, sobretudo, o incremento do número de sindicalizados e o militantismo demonstrado por seus novos quadros, a burocracia sindical de São Bernardo viveu uma revivificação que culminou, em 1975, na eleição de Lula da Silva para a presidência da entidade. O sindicato passou então a ser reconhecido como um interlocutor confiável por algumas empresas-chave do setor, dentre as quais a própria Ford[282]. Mas a grande reviravolta na conjuntura adveio do encontro da crise econômica com um renovado criticismo da sociedade civil. Cresce, então, a oposição nas ruas – protestos estudantis – e na imprensa – por meio de periódicos alternativos etc. –, além de vitórias eleitorais significativas da oposição parlamentar. Um esboço de distensão do regime começou a ser ventilado por lideranças militares e as direções sindicais sentiram-se mais livres para retomar uma atividade militante mais combativa. Em São Bernardo, a burocracia sindical decidiu lançar uma campanha salarial apoiada em um notável esforço de panfletagem e em assembleias com ampla participação dos trabalhadores.

**Peões 3: Da rebeldia das bases ao ciclo das greves**

Em 1977, a euforia com o “milagre econômico” já havia passado. Ao contrário, atingidos pela carestia e submetidos a duras condições de trabalho, os metalúrgicos experimentavam o aumento da desigualdade promovido pelo modelo de desenvolvimento: “Uns dizem que o Brasil tá melhorando muito. Outros dizem: Olha, é como uma abobra podre... [...] O Brasil tá melhorando para os ricos e piorando para os pobres. [...] Os aumentos do salário não resolve a situação”[283]. Além disso, a experiência com as eleições parlamentares de 1974, quando o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) inesperadamente venceu a Aliança Renovadora Nacional (Arena) por ampla margem de votos, deixou claro que mesmo uma vitória da oposição parlamentar não seria suficiente para alterar a situação dos operários. O desinteresse dos metalúrgicos pela eleição de 1978 mostrou que eles distanciavam-se de uma solução parlamentar para os impasses do regime:

> As eleições, pur exemplo, são daí a quinze dias, mais u pessoal num tem nem comentado. Mesmo sendo pessoal de fábrica, é a primeira eleição qui eu vejo uma frieza total da classe. [...] Ninguém fala que vai votá nesse ou naquele. Cumo política, eu nunca vi uma pulítica tão fria desse jeito. Parece qui u operário tá dando u maior desprezo em pulítica. [...] Na última eleição eu votei no Quércia e MDB e esse ano vou votá novamente no MDB que vai entortar a Arena. Agora pra mim nem um dos dois partidos fazem diferença.[284]

A essa decepção somou-se a indignação com a manipulação dos índices inflacionários. Liderada pelo sindicato de São Bernardo, a campanha salarial de 1977 enfatizou a necessidade de recuperar tais perdas. A mobilização produzida pela campanha salarial revivificou o sindicalismo do ABCD, fortalecendo, ao mesmo tempo, o movimento nas bases, que exigiram a reestruturação da comunicação com as direções. Nesse momento, o sindicato de São Bernardo inovou ao reformular seus jornais e boletins, tornando-os mais atraentes e simples de serem lidos pelo jovem precariado metalúrgico. O material de comunicação do sindicato incorporou, então, a ilustração na forma de charges, de cartuns e de histórias em quadrinhos em suas mensagens[285].

Como resultado da mobilização, as assembleias operárias tornaram-se muito concorridas, levando a direção sindical a usar campos de futebol para abrigar a imensa quantidade de trabalhadores que queria participar das reuniões. A agitação operária, naturalmente, repercutiu no interior das fábricas, onde os operários usavam qualquer horário disponível para debater a campanha. Comissões de fábrica foram criadas nas empresas onde não existiam e as já existentes foram renovadas pela mobilização das bases.

Diante desse quadro, Lula da Silva declarou em seu discurso de posse à frente do sindicato, em 21 de abril de 1978, que a paciência em negociar com as empresas e com o governo já havia se esgotado:

> Depois de sete meses, cheguei lamentavelmente à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física, até a última gota de suor. Por isso está na hora de deixar o diálogo de lado e partir para a exigência. Sem medo de nada.[286]

A campanha salarial de 1978 representou para a burocracia sindical uma oportunidade ímpar, não apenas de consolidar o nível de mobilização conquistado no ano anterior, mas também de atrair os operários mais ativos na base.

A campanha enfatizou a inutilidade da negociação com o governo, afirmando que para reaver as perdas salariais os metalúrgicos deviam paralisar a produção:

> Foi uma campanha de praticamente cinco meses, mostrando ao operário que ele só recuperaria esse dinheiro se partisse pro pau. E quando nós trabalhadores usamos esse linguajar de partir pro pau, não é brigar não, é simplesmente parar as máquinas.[287]

As reivindicações espalharam-se de forma rápida pelas empresas, evidenciando a existência de um avançado processo de auto-organização das bases[288]. Apesar da disposição demonstrada pela burocracia sindical de São Bernardo de estreitar os vínculos com o jovem precariado metalúrgico, a eclosão de um forte movimento grevista enraizado no chão de fábrica apanhou até mesmo a diretoria recém-eleita de surpresa[289]. Nesse momento, o papel do sindicato limitou-se a intermediar os conflitos entre os operários grevistas e as empresas. Nas palavras de Lula da Silva:

> A ação da direção sindical foi mais no sentido de representação do movimento grevista nas fábricas, quando solicitada pelos trabalhadores (e em alguns casos pelo próprio patronato, com o objetivo de buscar canais de negociação). No momento inicial, quando da eclosão das primeiras greves, o Sindicato atuou inclusive mais como intermediação entre o operariado e a direção fabril.[290]

No entanto, isso não quer dizer que as primeiras paralisações fossem de todo inesperadas. Dando mostras de sagacidade política, o sindicato já havia integrado na chapa de 1978 a parte mais ativa das jovens lideranças surgidas na região. Nesse momento, também a burocracia sindical amadureceu politicamente. Refletindo alguns meses antes do início das greves de 1978 sobre os limites do modelo de desenvolvimento, Lula da Silva afirmou:

> “Mas vocês não podem parar as fábricas.” “Não podem em termos. Vamos dar mais um tempo que vamos ver se podemos ou não podemos. Não vejo outra forma, pô. Conversar com patrão? Já conversamos. Conversar com autoridade? Já conversamos. Ninguém tá preocupado com o trabalhador...” [...].[291]

Assim, não causa espanto que uma paralisação em maio na Saab-Scania tenha rapidamente se espalhado pelas plantas da Mercedez, Ford, Volkswagen e Chrysler, envolvendo 45 mil grevistas nas primeiras semanas. A greve da Scania revelou, igualmente, outra característica do ciclo grevista: a convergência entre os operários profissionais e o jovem precariado metalúrgico. A greve iniciou-se pela ferramentaria, onde os operários apresentavam mais familiaridade com a ação sindical, conquistando rapidamente a adesão dos demais setores. Por um lado, a tradição sindical dos profissionais assegurou o início da greve, por outro, a adesão da massa precarizada garantiu seu sucesso. Ao contrário das paralisações de 1973 e 1974, limitadas à ferramentaria, a greve de 1978 apoiou-se em ambos grupos:

> A ferramentaria já estava garantida. E as outras seções? Falar para todo mundo não era bom negócio, porque ia ter alguém que ia furar o bloqueio e falar para os mestres. Mas também eles tinham que saber antes de parar. Então, pensamos nos ônibus da saída, mas não da entrada, do dia 12. Com os que sabiam, combinamos: vamos fazer um tipo de sanfona. Vamos conversar só com as pessoas de confiança de todas as seções. Esse trabalho foi feito dia 10, de meio-dia em diante, e dia 11. Não foi feito mais que isso... No dia 12 a gente conversou nos ônibus que a ferramentaria ia parar e que era importante que as outras seções acompanhassem. [...] Quando chegou na sexta-feira, dia 12 de manhã, o esquema da ferramentaria estava pronto. O pessoal da noite, poucos sabiam. Esse pessoal saía e já deixava o do dia trabalhando. E aquele pessoal ia saindo e ninguém que entrava começava a trabalhar... a ferramentaria não ligou as máquinas. Nas outras seções no pavilhão A ninguém ligou as máquinas. Só umas 3 ou 4 seções ligaram uma ou outra máquina. Eu sei que a ferramentaria parou e o pessoal de outras seções viam que ela estava parada. Aí foi indo, parou a fábrica toda.[292]

Enraizando-se no chão de fábrica por meio do crescimento dos associados e apoiado em uma pequena, porém sólida, base de ativistas formada por operários profissionais espalhados pelas principais empresas da região, o sindicato de São Bernardo aproximou-se do jovem precariado metalúrgico a fim de fortalecer a campanha salarial[293]. Por um lado, se as paralisações ocorridas em 1973 e 1974 haviam evidenciado que os ferramenteiros sozinhos não seriam capazes de prevalecer sobre as gerências, por outro, a convergência destes com a massa precarizada mostrou-se alvissareira. Demonstrando um considerável poder de resistência à pressão patronal, os “peões”, a exemplo do que havia acontecido durante o ciclo grevista de 1968, mas em uma escala muito maior, criaram e revivificaram comissões de fábrica que se transformaram nos principais meios de mobilização do movimento. Por sua vez, a burocracia sindical de São Bernardo concluiu, pressionada pelo descontentamento operário na base e pela ameaça da intervenção do Ministério do Trabalho na cúpula, que modificações na

estrutura sindical não poderiam ser alcançadas sem o confronto aberto com a ditadura:

> Pretendemos levar ao povo algumas alternativas para a estrutura sindical brasileira. Precisamos também levar à estrutura política existente, porque é muito difícil modificar tudo de uma vez, enquanto a conjuntura política vigente permanecer. As duas coisas estão muito interligadas. Só vamos conseguir a estrutura sindical perfeita quando tivermos o modelo político perfeito. Uma democratização, espera-se, abrirá a possibilidade de reformas, porque um governo democrático é mais sensível às exigências dos operários, e as condições gerais de uma situação democrática permitem aos sindicatos e operários um grau muito maior de liberdade para se organizar e agir. [294]

Surpreendidas pelo movimento, as gerências imediatamente pressionaram os trabalhadores a voltar ao trabalho antes de acenar com qualquer negociação, ameaçando demitir os grevistas e chamar a polícia. No entanto, diante da resiliência operária, muitas empresas – caso da própria Ford, um dos bastiões do sindicato – foram obrigadas a abrir negociações ainda com as máquinas paradas. Sem a necessidade de recorrer ao piquete, a tática de "picar o cartão" e "cruzar os braços", muito utilizada a partir de 1978 em São Bernardo, dependia basicamente da coordenação política entre os operários profissionais e o precariado metalúrgico. Aplicada na Volks, uma fábrica conhecida por sua resistência ao sindicato, o resultado foi a abertura de negociação com as máquinas ainda paradas.

Nesse momento, a burocracia sindical de São Bernardo apoiou as reivindicações das bases, ao mesmo tempo em que se esforçava para construir uma imagem confiável perante as empresas[295]. Um estilo sindical que, em muitos aspectos, flertava com o *business unionism model* estadunidense, não fossem por duas diferenças: a resistência do patronato brasileiro em negociar e a influência exercida por organizações marxistas. Certa proximidade com o modelo estadunidense, aliás, faz parte das origens do sindicalismo "autêntico" do ABCD. Não nos esqueçamos que Paulo Vidal era um conhecido pelego sindical que foi alçado à condição de presidente do sindicato de São Bernardo durante a intervenção do Ministério do Trabalho logo após o golpe militar. Ele, então, passou a ser treinado pela embaixada estadunidense nos moldes do sindicalismo "apolítico e técnico".

Liderada por Paulo Vidal, a burocracia sindical de São Bernardo atravessou a retomada da atividade política nas bases operárias apoiada na "autenticidade sindical", noção com a qual travara contato durante os cursos preparados pelo Ministério do Trabalho. Uma noção que refletia a influência do *business unionism* nos locais de trabalho. O desafio estava exatamente em coadunar esse sindicalismo "autêntico", enraizado nas fábricas e que se

supunha hábil em negociar salários e melhores condições de trabalho, com um sistema laboral vertebrado pelo fordismo periférico[296].

**QUADRO 12. A formação da burocracia sindical de São Bernardo**

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi fundado em 12 de maio de 1959 e, desde sua fundação até o golpe militar de 1964, teve como secretário-geral o sindicalista comunista Ourissom Saraiva de Castro. No entanto, logo após o golpe, o regime autoritário interviu no sindicato, destituindo a antiga diretoria e impondo como interventor Clemiltre Guedes da Silva, que posteriormente também fez parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Na condição de interventor, Silva atraiu alguns operários ligados ao movimento cristão da Frente Nacional do Trabalho (FNT) que faziam oposição a Castro, dentre os quais um operário pernambucano funcionário da Scania, Afonso Monteiro da Cruz, que, após o fim da intervenção em agosto de 1964, tornou-se presidente do sindicato. Cruz dirigiu o sindicato até o início de 1969, quando um mandrilador funcionário da empresa Mollins chamado Paulo Vidal assumiu a presidência da entidade.

Vidal foi quem convidou o jovem Lula da Silva para integrar a chapa da diretoria "ampliada", isto é, composta por 24 dirigentes. Como Lula da Silva não fazia parte da diretoria efetiva que podia se desligar da produção para dedicar-se exclusivamente ao trabalho sindical, acabou participando de reuniões da oposição sindical. Percebendo o movimento de Lula da Silva, Vidal convidou-o, em 1971, a assumir na eleição do ano seguinte o departamento de previdência do sindicato. Vale destacar que integrantes das duas chapas da oposição sindical a Vidal, tanto em 1969 quanto em 1972, foram presos e torturados no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops-SP). Tendo ganhado a eleição com uma estreita margem de votos e sentindo-se pressionado pelos grupos de oposição, Vidal decidiu voltar-se para uma administração empreendedora e concentrada em fortalecer as atividades jurídicas do sindicato, conter despesas, incentivar receitas e estreitar laços com governo e empresários. Como resultado, em junho de 1971, o sindicato lançou seu jornal, a *Tribuna Metalúrgica*, e, em 1972, inaugurou sua nova sede.

A fim de tentar a sorte na política regional, Vidal deixou a presidência do sindicato em 1975, indicando Lula da Silva como seu

> sucessor, sem, contudo, abrir mão de sua ascendência sobre a nova diretoria. No segundo semestre de 1977, buscando uma forma de aproximar-se dos operários, o sindicato decidiu usar a denúncia de manipulação dos índices inflacionários de 1974 e 1975 como mote da campanha salarial de 1978. Ainda em 1977, Vidal insistia em dizer nas assembleias que, se alguém propusesse greve ao trabalhador, ele deveria denunciá-lo imediatamente ao sindicato. No entanto, ainda que contra a inclinação do sindicato, a campanha pela reposição dos 34,1% catalisou a insatisfação operária, impulsionando o ciclo grevista de maio de 1978. O entusiasmo operário com a campanha foi tão grande que acabou impondo à diretoria a criação de uma comissão salarial de mobilização aberta a todos os trabalhadores interessados[297].

Além dos ganhos salariais, o movimento de 1978 serviu para pôr fim a um período de dez anos de intenso controle exercido pela aliança empresarial-militar sobre os operários e seus sindicatos. Certos direitos sociais como o próprio direito de greve foram restabelecidos *na prática* ao longo das jornadas grevistas e a liderança sindical metalúrgica do ABCD acumulou enorme prestígio, alcançando uma inédita projeção nacional e sem mencionar a decisão da burocracia sindical, sob a pressão de agrupamentos marxistas, em discutir a criação do PT e da CUT. No entanto, a campanha salarial do ano seguinte deparou-se com um patronato determinado a derrotar o movimento. Na realidade, o reajuste tornou-se uma questão menor. As empresas cobravam dos militares o retorno à “normalidade”. Após dez dias de greve e temendo a intervenção do Ministério do Trabalho, a burocracia sindical encaminhou uma proposta de retomada do trabalho que foi rechaçada por uma assembleia de 90 mil trabalhadores. Imediatamente o ministério decretou a intervenção em São Bernardo e Santo André[298].

Mesmo após o fim da greve e sem conquistas imediatas, os “peões” do ABCD deram uma impressionante demonstração de apoio ao sindicato, reunindo, durante as comemorações do 1° de maio, aproximadamente 150 mil pessoas em São Bernardo. O processo grevista de março mostrou ao patronato e ao regime militar que não seria fácil desmobilizar o ativismo no ABCD. Ao mesmo tempo, a greve de 1979 serviu para eliminar quaisquer dúvidas a respeito do papel desempenhado pelo Estado naqueles conflitos industriais do final dos anos 1970. A imagem de uma aliança empresarial-militar forjada contra os operários foi se consolidando na consciência

metalúrgica[299]. No tocante à burocracia sindical, a lição era clara: não seria possível alcançar concessões sem o recurso às greves.

O movimento de 1979 coincidiu com a escolha de João Batista de Oliveira Figueiredo para a Presidência da República e as promessas de "redemocratização" do regime entraram na pauta política nacional. Se até meados dos anos 1970 a burocracia sindical de São Bernardo havia advogado um distanciamento em relação às questões políticas nacionais, o final da década testemunhou uma rápida politização das reivindicações. Além disso, após o malogro da campanha salarial de 1979, e diante de sinais claros de agitação nas bases, pouco restava à burocracia fazer que não fosse acompanhar o desejo dos trabalhadores de construir a greve geral metalúrgica.

**QUADRO 13. As bases rebeldes**

"O sindicato não decretou a greve, mas esta foi decretada por uma assembleia que houve numa segunda-feira. Antes de o pessoal do sindicato falar em greve, um pessoal já estava gritando por greve geral. A ameaça existia, mas ainda se esperava conseguir alguma coisa na mesa-redonda que tinha na mesma segunda-feira. Eu fiquei na primeira noite de greve dentro do sindicato. Às 11h30 chega o pessoal da Schuller parado, os caras tinham parado antes da hora marcada. Depois chega o pessoal da Brastemp, chega o pessoal da Villares, todo mundo querendo saber se a greve tinha sido decretada. Foram lá pra saber se a greve tinha sido decretada. Foram lá pra saber mas já tinham parado. Da meia-noite às 6 da manhã foram realizadas quatro assembleias. [...] Então a decisão [...] era não fazer piquete. [...] Mas, na verdade, até aquele momento esses operários não estavam acreditando muito em greve geral. Então eles alegavam: 'Olha nós temos que ir pra porta da fábrica, pra não deixar ninguém entrar'. Quem começou o piquete [...] foram os próprios operários que ficaram na porta da fábrica, deram-se os braços e não permitiram a ninguém entrar. [...] Então, eu acho que esse conjunto de coisas é que levou à greve geral."[300]

Contando com um pouco mais de liberdade de ação e acumulando experiências de enfrentamento com a aliança empresarial-estatal, a burocracia sindical de São Bernardo percebeu que, naquelas condições, mesmo questões relativas à segurança no ambiente de trabalho

transformavam-se rapidamente em ameaças às empresas e, em consequência, ao regime. Tendo isso em vista, a burocracia sindical decidiu abraçar o projeto de construção do PT e passou a fazer duras críticas aos planos de "redemocratização" esboçados pela ditadura. A decisão de criar um novo partido apoiou-se na conclusão de que os operários não podiam depender da tutela estatal. Dispensável dizer que o acentuado fortalecimento da onda grevista, que passou de cerca de meio milhão de trabalhadores, em 1978, para mais de 3 milhões, em 1979, pesou de maneira definitiva para a decisão de fundar o PT. Vale observar, ainda, que 17% do total das greves ocorridas em 1979 concentrou-se na indústria da construção civil, demonstrando que o jovem precariado operário estava de fato na vanguarda da mobilização operária.

Em 1980, a mobilização operária foi novamente testada. Como no ano anterior, a greve geral operária foi decretada no dia 1° de abril, logo após o malogro da campanha salarial. Mais uma vez o movimento espalhou-se pelas empresas da região e contou com o suporte de um nível inédito de organização sindical: prevendo a intervenção do Ministério do Trabalho, um comando de greve foi organizado e, em caso de prisão das lideranças, outros militantes sindicais assumiriam as funções dos presos. Além disso, 45 ativistas foram encarregados de transmitir as diretrizes à comissão de salários e mobilização, formada por cerca de quatrocentos trabalhadores distribuídos pelas fábricas e pelos bairros, cujo papel seria estabelecer a ligação entre as bases e o comando. As assembleias gerais eram as principais instâncias e eram convocadas com certa frequência para reavaliar a situação do movimento. Finalmente, o fundo de greve garantia algum respaldo material para os operários.

Ainda assim, os trabalhadores não conseguiram suplantar a determinação da aliança empresarial-militar de não atender nenhuma reivindicação. Seja por questões relativas aos salários, seja por conta das duras condições de trabalho, as greves metalúrgicas questionavam diretamente a política econômica da ditadura. De pronto, o Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos, encarcerando e processando os líderes sindicais com base na Lei de Segurança Nacional. Após 41 dias de intenso conflito, o movimento grevista, mesmo apoiando-se em uma notável unidade entre o operariado profissional e o jovem precariado metalúrgico, foi derrotado[301]. A despeito desse contratempo, a greve logrou desnudar aos olhos dos "peões" a

verdadeira natureza da distensão do regime: concessões aos trabalhadores estavam fora de questão.

Além disso, o movimento grevista enfrentou uma ideologia empresarial marcadamente *arcaica*. Na dialética brasileira entre o atraso e a modernidade, como bem observou Humphrey, não eram os operários que estorvavam a modernização das relações industriais, mas sim os empresários: o modelo de desenvolvimento fordista periférico alimentou e reproduziu uma ideologia autoritária e paternalista que pressupunha que o grupo operário, especialmente o jovem precariado, era formado por uma massa ignorante e dependente de cuidados patronais. Em caso de conflito, os empresários recorriam ao Ministério do Trabalho, substituindo, assim, o sindicato. Ou, conforme a semântica patronal, a rebeldia do trabalho resultava da ação de pequenos agrupamentos subversivos.

## Hegemonia precária: de volta ao poder burocrático?

Ao contrário, o movimento grevista do final dos anos 1970 trouxe de volta a questão operária para o centro do palco, ajudando a revelar a natureza reacionária dessa ideologia empresarial. Apoiada no reconhecimento de que o conflito entre o trabalhador e a empresa é permanente, a politização da consciência operária resultou curiosamente do confinamento do conflito trabalhista ao espaço privado do chão de fábrica. Proibidos de se manifestar nas ruas, os metalúrgicos viram-se obrigados a transformar a produção imediata em seu palco de lutas. “Não é possível fazer greve e não é possível não fazer greve”: a solução para essa contradição foi “picar” os cartões e cruzar os braços.

Da “explosão de consciência de classe” verificada nesse período adveio a revivificação das assembleias metalúrgicas e das comissões de fábrica, redefinindo os horizontes da mobilização operária no país. Evidentemente, o sentido dessa “explosão” não se limita à “espontaneidade” da revolta operária. Ao contrário, a “súbita” intervenção do precariado metalúrgico e da construção civil no final dos anos 1970 foi antecedida pelo acúmulo de experiências de resistência operária somado à ação clandestina das “oposições sindicais” surgidas no início da década. Enfrentando burocracias pelegas, as oposições apostavam nas comissões de fábrica como meio de criação de um novo sindicalismo, independente e representativo.

Vale observar que nosso esforço no presente capítulo procurou afastar-se de uma interpretação “metafísica” da explosão de consciência de classe. Ao

contrário, buscamos combinar as características mais salientes da regulação autoritária e do regime de acumulação despótico a fim de apreender o ciclo grevista como uma construção social enraizada no amadurecimento do classismo prático do precariado metalúrgico do ABCD. Aos nossos olhos, essa "explosão" assentou-se sobre dois pilares: objetivos táticos e estratégicos. Por um lado, temos as reivindicações imediatas ligadas às diferentes campanhas salariais e ao dia a dia das greves. Por outro, a necessidade de potencializar a consciência operária por meio de instrumentos organizativos, tais como um novo partido político ou uma nova central sindical[302].

Das "operações tartaruga" no início dos anos 1970 aos protestos liderados pelos setores profissionais entre 1973 e 1974 até chegarmos às paralisações de 1977, a "explosão" amadureceu lentamente na consciência do precariado metalúrgico do ABCD. Logo após o lançamento da campanha salarial de 1978, surgem as operações "gato selvagem", em que os operários paralisavam o trabalho e logo retomavam a produção. Além de dificultar a repressão das chefias, essa tática permitia que os operários avaliassem sua força antes de iniciar o movimento grevista[303]. Com a experiência acumulada em 1973 e 1974, os operários concluíram que o melhor momento para deflagrar o movimento era ou após o café ou após o almoço, pois as máquinas já estariam paradas. Assim, enfraqueciam a pressão das chefias, que cairia sobre os primeiros a cruzar os braços[304].

O apetite grevista amparou-se na indignação disseminada com salários e condições de trabalho. Por sua vez, a resiliência dos operários apoiou-se na ação política clandestina de grupos organizados dentro e fora das empresas. Dispensável dizer que o trabalho organizativo desses militantes, muitos deles ligados às oposições sindicais e à pastoral operária, foi decisivo tanto para o sucesso do movimento grevista como para o fortalecimento das comissões de fábrica. Além disso, a mobilização operária no chão de fábrica criou centenas de comissões para negociar os encaminhamentos da greve com as empresas. O impulso para a criação e a reapropriação dessas comissões provinha, como não poderia deixar de ser, da forte agitação nas bases metalúrgicas, que perceberam nas comissões uma oportunidade ímpar de auto-organização, a um só tempo eficaz como instrumento de resistência ao despotismo fabril e independente do sindicato.

No momento mais intenso das lutas operárias, a perseguição às comissões no interior das fábricas somou-se à intransigência patronal em negociar com

o sindicato fora delas. As gerências logo perceberam que a verdadeira força do movimento grevista não se originava da ação do sindicato, mas da rebelião operária no chão de fábrica. A reação oscilou entre a tentativa de destruir as comissões por meio de demissões e pela aceitação, mas sob o estrito controle gerencial. Naturalmente, isso supunha que a assembleia operária não tivesse qualquer interferência nos conflitos trabalhistas. Um período de disputas entre operários e gerências em torno do controle das comissões sucedeu o movimento grevista.[305]

Em luta contra o arrocho salarial e o despotismo das chefias, os metalúrgicos do ABCD souberam combinar a resistência dentro das fábricas com uma flagrante mobilização política que açambarcou os mais diferentes espaços públicos ou semipúblicos: associações de amigos de bairro, estádios de futebol, igrejas... Assim, mesmo locais que originalmente deveriam evitar o debate político acabavam servindo a esse propósito:

> Então as pessoas mesmo que num faiz nada, mais pelo menos comenta a respeito das coisas que precisa ser feita, então nessas reuniões que é comunidade de base, o assunto é mais falá do evangelho e das coisas de Deus, mais como ajunta ali quinze, vinte pessoa... então, eles começa a falá das coisas du bairro também.[306]

Além disso, a explosão de consciência de classe promoveu a democratização do movimento sindical por meio da revivificação das comissões de fábrica. Extraindo sua vitalidade das lutas no interior das fábricas, ou seja, prescindindo da estrutura sindical oficial para formular suas reivindicações, o ativismo das bases desafiou não apenas a hierarquia empresarial como também a própria burocracia sindical[307]. As várias comissões de negociação de greve surgidas no período não apenas impulsionaram a luta contra os baixos salários e contra o despotismo fabril, como também erigiram um importante desafio ao cupulismo sindical[308]. Vale realçar que a rebeldia das bases estava frequentemente associada ao ativismo dos trabalhadores “horistas”, cujas experiências anteriores de trabalho no campo reforçavam as críticas aos ritmos da indústria. Nem por isso as bases rebeldes deixaram de apoiar uma burocracia sindical que, naquele momento, mostrou-se comprometida com o impulso democratizante. Assim, apesar da existência de certa tensão latente verificada entre a assembleia dos trabalhadores e a burocracia sindical, é possível perceber claros indícios de aumento do apoio ao sindicato entre as fileiras operárias, particularmente entre os grupos mais precarizados, de São Bernardo[309].

Mesmo após a derrota do ciclo grevista, em muitas empresas consideradas estratégicas pelo movimento sindical o processo de mobilização das bases não refluiu. As plantas da Ford e da Scania estavam entre aquelas que sustentavam os mais altos níveis de mobilização e apoio ao sindicato. As duas greves com a ocupação da Ford ocorridas em maio e novembro de 1981 demonstram bem isso: após a demissão de 450 trabalhadores, no dia 3 de julho de 1981, os operários decidiram entrar em greve exigindo a readmissão dos demitidos. Utilizando diversas formas de pressão sobre a empresa, como passeatas internas e assembleias, após 6 dias parados os operários conquistaram 120 dias de estabilidade (ou a troca da estabilidade pelo pagamento correspondente, caso ocorressem novas demissões)[310].

A "Greve dos 6 dias" revelou duas importantes características daquele movimento: por um lado, um *forte ativismo na base* capaz de proporcionar iniciativas como a realização de passeatas diárias de 6 mil trabalhadores por toda a empresa (a experiência de fazer parte de uma massa capaz de pressionar as gerências sem recorrer ao sindicato reforçava o militantismo no chão de fábrica, favorecendo o trabalho político-organizativo)[311], por outro, a perseguição ao sindicato obrigou a diretoria a apoiar-se no militantismo dos "peões". A burocracia sindical de São Bernardo soube, então, associar sua trajetória ao "espontaneísmo" operário, legitimando-se perante os trabalhadores e, ao mesmo tempo, proporcionando-lhes uma direção politicamente confiável.

A combinação do ativismo metalúrgico com o prestígio das direções fez com que os operários da Ford paralisassem a produção por uma hora no dia 20 de novembro de 1981 em protesto contra a condenação de Lula da Silva e outros sindicalistas com base na Lei de Segurança Nacional. Na verdade, a Ford foi a única empresa do país a parar em solidariedade aos sindicalistas. A retaliação da empresa veio logo em seguida sob a forma da demissão, no mesmo dia, de um membro da comissão provisória (José Carlos Aguiar Brito), seguida de mais onze operários. Ao tomarem conhecimento dessas demissões, os operários, à revelia do sindicato, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, mantendo a fábrica ocupada com a gerência dentro. Essa decisão, na realidade, apoiou-se em um esforço organizativo de vários meses que mesclava assembleias com pequenas "greves" durante o período do almoço:

> "Para manter o clima de mobilização contra as demissões inventamos um sistema. [...] Era uma hora de greve por dia, mas na hora do almoço. [...] Essa greve era o seguinte, os companheiros almoçavam e o resto do almoço, em vez de jogarem dominó ou lerem o jornal, ficavam fazendo

> assembleia até completar a hora do almoço, isso dentro do setor, quase todos os dias.” [...] “Vamos dar um salto para a greve do dia 20 de novembro, em solidariedade ao Lula... E que terminou com a minha demissão e mais a de 11 companheiros da Ford. [...] Era o clima criado através das assembleias diárias no horário do almoço. E o pensamento do pessoal era que, se mandarem embora, nós paramos.”[312]

Cabe destacar que as comissões de fábrica nunca foram uma das principais preocupações do sindicalismo “autêntico”: “Nessa época [1978], a liderança sindical de São Bernardo ainda tinha bastante resistência à representação por local de trabalho, receosa de que esta pudesse concorrer com o sindicato”[313]. Nenhuma novidade: lembremos que o poder burocrático é exercido por meio do controle político do aparato administrativo. Na tentativa de reproduzir esse controle, a burocracia sindical é levada a suprimir a atividade independente dos trabalhadores. Essa postura dos sindicalistas de São Bernardo durou até o momento em que eles perceberam a necessidade de acompanhar o radicalismo das assembleias. Entretanto, a decisão não era nada confortável: ao apoiar-se na mobilização das bases – no poder das comissões e nas assembleias – para fazer frente à perseguição estatal, a burocracia sindical demonstrava na prática que um sindicalismo representativo e independente da estrutura sindical era viável.

Tal situação promoveu frequentes conflitos entre os “peões” e suas lideranças. Aqui vale lembrar um acontecimento aparentemente desimportante, mas que permite identificar certas tensões na relação da burocracia sindical com a assembleia operária. Chamado para intermediar um acordo com os grevistas da Ford, o então presidente do sindicato de São Bernardo, Jair Meneguelli, ex-operário da própria empresa, submeteu à assembleia uma proposta que previa a readmissão de onze trabalhadores demitidos. Contudo, a proposta excluía do acordo o membro da comissão provisória que havia sido demitido pela Ford. A proposta foi aprovada por maioria sem que os operários fossem avisados pelo sindicato de que o membro da comissão fora excluído do acordo. A mesma omissão foi reproduzida nos boletins e no jornal do sindicato nos dias seguintes[314]. Apesar da revolta dentro da fábrica causada pela divulgação da informação de que o representante da divisão de tratores na comissão provisória permanecia demitido, os operários não tiveram forças para retomar o movimento.

Outro momento de tensão pode ser percebido na formalização da comissão de fábrica da Ford. Afinal, essa comissão deveria estar submetida à direção da empresa ou permanecer vinculada à assembleia operária? No momento em que governo e empresários defendiam a criação de comissões

de fábrica para pacificar os conflitos industriais, o sindicato aceitou a concepção da comissão como uma ferramenta auxiliar das gerências[315]. Na realidade, os estatutos da comissão elaborados pela Ford estabeleciam um sistema de arbitragem controlado pelas chefias e, naturalmente, evitavam qualquer referência à assembleia geral operária. Além disso, os estatutos foram aprovados por um acordo celebrado diretamente com o sindicato, sem participação dos operários[316].

No entanto, o restabelecimento do controle da estrutura oficial sobre a assembleia operária não foi interpretado pelos trabalhadores como uma ameaça à democracia operária, exatamente porque a burocracia sindical podia contar com o elevado prestígio alcançado durante o ciclo grevista. Apoiando-se em um estilo sindical permeável à reivindicação das bases, a burocracia de São Bernardo soube construir o consenso operário em torno dos estatutos da comissão permanente, apresentando-os como uma autêntica conquista da mobilização das bases: "Se o sindicato se apelegar, as comissões de fábrica vão passar por cima. [...] O sindicato funciona, para nós, como uma coisa que ajuda a enfrentar tudo isso, com a qual a gente participa. Eles participam com a gente, não é?"[317]. Ao mesmo tempo, a comissão permanente assegurou aos operários, em especial ao jovem precariado metalúrgico, certo controle do despotismo fabril:

> A gente conquistou um espaço bem grande com ela [comissão] lá. Trouxe bastante benefícios [...], principalmente para a *produção*, onde os companheiros eram bastante escravizados, que eu me lembro. Ali você era um escravozinho que entrava de manhã, saía de tarde, não podia falar nem *a* nem *b*.[318]

Além de fiscalizar as normas estabelecidas no contrato de trabalho, a comissão de fábrica resistiu à implementação de decisões gerenciais consideradas prejudiciais ao trabalhador: "Agora já facilita mais para o pessoal. Um pouquinho mais de liberdade no serviço. Trabalha com [a] cabeça mais sossegada. Acho que até o serviço rende mais, que o pessoal trabalha mais tranquilo"[319]. Em suma, é possível perceber na institucionalização da comissão da Ford a presença de duas forças sociais, uma "externa" e outra "interna", moldando a reconfiguração da rebeldia operária. A "externa" refere-se à postura da empresa que aceita flexibilizar a rigidez do controle sobre os operários, admitindo ceder uma pequena parte do poder das gerências para a comissão. A "interna" localiza-se na centralização da comissão de fábrica pelo sindicato[320].

Não nos parece exagerado afirmar que a trajetória da comissão da Ford sintetiza alguns momentos-chave da relação entre a burocracia sindical de

São Bernardo e a rebeldia operária. Em primeiro lugar, temos o forte ativismo das bases, cuja envergadura pode ser medida pelo número de greves realizadas entre 1978 e 1984: ao todo, foram 27 greves, algumas delas com a tomada da fábrica. Além disso, o trabalho sindical na Ford remonta aos anos 1950. Como resultado, em 1981, dos cerca de 13 mil trabalhadores da empresa, 11 mil dos quais horistas (não qualificados ou semiqualificados), cerca de 8 mil eram sindicalizados[321]. Por fim, a mobilização das bases alavancou jovens trabalhadores precarizados ao patamar de lideranças sindicais, justamente aqueles mais oprimidos e explorados que logo se aproximavam da burocracia sindical, passando a atuar como delegados de base[322].

Em resumo, diríamos que no final dos anos 1970, um inédito ciclo grevista dirigido por uma burocracia sindical afinada com a inquietação das bases metalúrgicas subverteu a estrutura sindical oficial, ameaçando a estabilidade política da ditadura militar. A decisão do aparelho de Estado de cassar sua liderança não surtiu o efeito esperado, simplesmente porque a força motriz da rebelião não era o sindicato, mas o próprio grupo operário. Num primeiro momento, o sindicato traduziu essa rebelião em uma série de campanhas reivindicativas mais ou menos bem-sucedidas. Assim, entrou em conflito com a própria estrutura sindical oficial da qual é produto. No momento do refluxo da rebelião operária, especialmente após a derrota da greve de 1980, a burocracia sindical reassumiu, não sem conflitos internos, sua função na estrutura oficial.

No entanto, na medida em que a revolta latente continuava a existir entre as fileiras operárias, as gerências perceberam que deveriam agir. Assim, respondendo ao processo de luta dos trabalhadores, a direção da Ford assumiu a tarefa de formalizar a comissão provisória que, por sua vez, foi transformada em um instrumento de pacificação e de desmobilização dos trabalhadores da empresa. O sindicato colaborou indiretamente com esse resultado ao negociar um estatuto que subordinava a comissão ao arbítrio das chefias e não às deliberações da assembleia geral operária[323].

## Considerações finais

Se o lulismo for mesmo uma “revolução passiva à brasileira” que logrou constituir certas margens de consentimento popular por meio da incorporação de parte das reivindicações dos “de baixo” em reação à subversividade esporádica dos subalternos, a trajetória do novo sindicalismo

pode nos dizer muito sobre as raízes do atual momento hegemônico. Não se trata apenas da origem do PT. Por si só, isso seria suficientemente importante para justificar um retorno às etnografias e aos estudos de caso que, ao longo dos anos 1970, registraram e analisaram a relação dos "peões" do ABCD com a burocracia sindical de São Bernardo. Antes, porém, a revisita a essas pesquisas permitiu identificar os primeiros passos de uma nova forma de dominação social cujo fundamento localiza-se no encontro de dois tipos distintos, porém complementares, de consentimento.

Por um lado, vimos como a mobilização operária dos anos 1970, alimentada pela insatisfação com os salários e as condições de trabalho e apoiada pela ação clandestina de agrupamentos políticos detonou o maior ciclo grevista da história do país. Nesse momento, a burocracia sindical de São Bernardo, pressionada pelos operários e incapaz de negociar com a aliança empresarial-militar, subverteu, na prática, a estrutura oficial, dirigindo um ciclo de greves julgadas "ilegais" pelo regime. Entretanto, após a derrota da greve de 1980, essa burocracia reassumiu progressivamente seu lugar na estrutura sindical oficial, sem contudo deixar de afiançar concessões aos trabalhadores, como a história da comissão de fábrica da Ford apontou. Amparada no prestígio acumulado durante o ciclo grevista, essa burocracia assegurou um tipo de consentimento operário alicerçado na regulação dos conflitos fabris sob o controle da empresa. Além disso, ela logrou, não sem conflitos, é verdade, restabelecer a tutela das organizações de base à estrutura oficial.

Por outro lado, essa burocracia mostrou-se igualmente sensível às reivindicações das bases, além de permeável à incorporação daqueles operários que se destacavam pelo trabalho organizativo nas empresas. A trajetória de Lula da Silva aponta para essa direção: mesmo fazendo parte da diretoria ampliada do sindicato em 1969, aproximou-se da oposição a Paulo Vidal, reconciliando-se com o "pelego" sindical em troca de uma vaga na diretoria efetiva de 1972[324]. Eleito diretor, ele passou a cuidar do recém-criado setor de previdência social e FGTS do sindicato. Escolhido por Vidal para encabeçar a chapa situacionista, procurou se cercar de novos ativistas oriundos das principais empresas do ABCD paulista. Surpreendido pela vitalidade da greve de 1978, viu-se obrigado a ampliar a direção sindical por meio da criação das comissões de salários e de mobilização. Lula da Silva ergueu um consentimento ativo à sua liderança pela frequente incorporação às fileiras sindicais dos ativistas mais destacados nas empresas[325]. Contou

para isso com o decidido apoio de diferentes agrupamentos políticos reorganizados em torno do PT e da CUT.

No encontro entre essas duas formas de consentimento, percebemos como a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitas daquelas lideranças provenientes das bases operárias. Além disso, podemos, da mesma maneira, notar em que medida o poder sindical oficial foi sendo conscientemente restabelecido pela burocracia, em detrimento das assembleias de fábrica. E uma nova forma de dominação social – apoiada sobre a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado, daqueles ativistas mais destacados – começa a se insinuar... Uma forma de dominação que desabrochou plenamente apenas após as eleições presidenciais de 2002. Investigar algumas das principais características da relação da regulação lulista com os sindicatos e destes com o precariado pós-fordista é o desafio do próximo capítulo.

# 4

# A ANGÚSTIA DOS SUBALTERNOS

Até aqui, argumentamos que o lulismo representa uma "revolução passiva à brasileira" apoiada na unidade entre duas formas de consentimento popular: por um lado, o *consentimento passivo* das classes subalternas que, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao programa governista; por outro, o *consentimento ativo* das direções sindicais, seduzidas por posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão. Dissemos ainda que a origem dessa "revolução passiva" remonta à relação, construída no final dos anos 1970, da burocracia sindical de São Bernardo com a massa operária, em particular sua fração jovem e precarizada. Surpreendido pela força da rebelião das bases e sob a liderança carismática de Lula da Silva, o sindicato dos metalúrgicos conduziu o ciclo grevista como uma autêntica vanguarda política, enfrentando a aliança empresarial-militar, rompendo com a estrutura oficial e acumulando um enorme prestígio entre os trabalhadores.

Após a derrota da greve de 1980 e reconhecendo os riscos que a ruptura com a estrutura oficial trazia para a reprodução de seu próprio poder burocrático, a direção metalúrgica reconciliou-se progressivamente com o sindicalismo de Estado, sem, contudo, deixar de negociar concessões aos operários com as empresas[326]. Por sua vez, esses progressos foram obtidos à custa da pacificação das assembleias operárias e da incorporação dos militantes de base mais destacados ao aparato burocrático. Após 2003, essa *relação dialética de pacificação social*, cujos protagonistas são as direções sindicais reunidas em torno de Lula da Silva, transformou-se no eixo da vida política nacional[327]. O controle do aparato estatal garantiu-lhes os meios necessários para selar o pacto entre o consentimento passivo das massas e o consentimento ativo das direções, consolidando a regulação lulista.

No segundo capítulo, resgatamos a sociologia da inquietação operária a fim de testar seu alcance para a análise desse modelo. Mas como proceder? Em primeiro lugar, precisamos encontrar um grupo de trabalhadores que sintetize as características mais salientes do atual regime de acumulação pós-fordista: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho. É importante que esse grupo integre o setor econômico que mais contratou no mercado formal de trabalho no país nas últimas duas décadas, isto é, o setor de serviços. Naturalmente, eles devem ser parte do precariado brasileiro: trabalhadores jovens, não qualificados ou semiqualificados, precarizados, sub-remunerados (recebendo, em média, 1,5 salário mínimo) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva. Além disso, seria conveniente que esse grupo tivesse formação histórica recente, capaz de acantonar milhares de trabalhadores sem experiência sindical prévia. É necessário que esses trabalhadores estejam presentes na região do país onde o lulismo mostra-se mais forte, ou seja, o Nordeste. É importante que o grupo acolha trabalhadores oriundos da informalidade, por exemplo empregadas domésticas, garantindo-lhes acesso aos direitos sociais, além de alguma qualificação técnica[328].

Neste capítulo, argumentaremos que os *teleoperadores* ou *operadores de telemarketing* satisfazem tais exigências, configurando, assim, uma oportunidade ímpar de testarmos os alcances e os limites da sociologia do precariado. No entanto, à primeira vista, qualquer associação dos teleoperadores com baixíssimos salários, pouca ou nenhuma qualificação e condições de trabalho tão degradantes que os impediriam de participar da vida política, associativa ou sindical pode parecer um tanto ou quanto despropositada. Na realidade, ao longo da década de 1990, ou seja, durante o *boom* da chamada “nova economia”, acostumamo-nos a associar os empregos do setor de tecnologia da informação com as formas pós-fordistas do trabalho complexo. Ou seja, um tipo de trabalho autônomo, altamente qualificado e concentrado em atividades de pesquisa, administração e vendas. Além disso, muitos sociólogos fizeram reiteradas afirmações de que os novos empregos em serviços apoiados em tecnologias informacionais corresponderiam ao cerne de um modelo comunicativamente mais rico de desenvolvimento orientado para a produção de bens culturais, relações afetivas e formas inovadoras de conhecimento[329].

Trata-se de um conhecido argumento pós-industrial, amplamente retomado por Castells e outros, e que consiste em proclamar a superação do

trabalho degradado típico do regime de acumulação despótico pela "criatividade" e "autonomia" inerentes às tarefas de concepção e planejamento de processos e produtos. Na verdade, a hegemonia desse modelo de desenvolvimento pós-fordista, que Castells chamou de "informacionalismo", revivificou a promessa de que uma inserção ocupacional emancipada no e pelo trabalho complexo estaria potencialmente acessível a todos[330]. Os novos empregos em serviços informacionais foram apreendidos quase como sinônimos de lazer, tamanho o suposto divórcio da alienação do trabalho taylorista. E não foram poucos os sociólogos do trabalho, mesmo marxistas, que incorporaram acriticamente as premissas centrais do "informacionalismo"[331].

## O pós-fordismo e a empresa neoliberal

Aparentemente, as teleatividades encaixam-se à perfeição nesse modelo de desenvolvimento. E não sem uma certa dose de exagero, muitos sociólogos perceberam na transição pós-fordista uma oportunidade ímpar de superar o trabalho degradado por meio de uma nova cultura empresarial integrada pelas tecnologias da informação[332]. No entanto, argumentaremos neste capítulo que, assim como ocorreu com a transição do taylorismo primitivo ao fordismo periférico, o advento do pós-fordismo financeirizado no país revelou o avesso do informacionalismo, ou seja, a degradação real do trabalho virtual. Aqui, as mudanças na estrutura econômica decorrentes do ciclo das privatizações e da abertura comercial dos anos 1990 superaram, em muito, as transformações de natureza essencialmente tecnológica, impondo às empresas mecanismos financeirizados de controle do excedente, tais como a governança corporativa e a maximização do "valor acionarial".

Combinando flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro e a periferia da força de trabalho, as empresas brasileiras entraram, tardia porém decididamente, na era do *reporting* (prestação de contas aos acionistas), do *track recording* (histórico de desempenho) e do *downsizing* (enxugamento). E, ao longo da chamada "Era FHC", um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas[333]. Por exemplo, entre 1989 e 1999 a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com uma elevação da taxa de desemprego aberto de 3% para 9,6% da PEA (População Economicamente Ativa). Associada ao aumento do desemprego,

a onda de privatizações da segunda metade dos anos 1990 foi uma das formas encontradas pelo governo FHC para criar um ciclo de negócios capaz de potencializar a acumulação de capital financeiro. Não é demais lembrar que todo o ciclo das privatizações, tendo o sistema Telebrás à frente, foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)[334]. A estrutura econômica brasileira, não sem conflitos, é verdade, foi finalmente integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo, transformando-se em uma autêntica *plataforma de valorização financeira internacional*[335].

Aos nossos olhos, a tardia integração da estrutura social brasileira à mundialização do capital e ao neoliberalismo serviu para consolidar a dominância daqueles capitais internacionais liberados pela secular tendência à queda da taxa de lucros sobre setores não produtivos da economia nacional, tais como, o setor bancário e as telecomunicações. Ao longo da década de 1990, a visível expansão do setor de serviços que acompanhou o ciclo neoliberal das privatizações desenvolveu-se conforme a lógica da mecanização, da padronização, da especialização e da fragmentação, ou seja, da industrialização da relação de serviço imposta pelo desejo empresarial de assegurar ganhos de escala, promover a estensão da jornada de trabalho por meio do recurso às terceirizações e intensificar o ritmo do trabalho no setor. [336]

Acompanhamos no país a consolidação de um tipo de empresa cuja disciplina não é assegurada por mecanismos burocráticos verticalizados de controle do trabalho. A generalização dos microcomputadores em rede, favorecida pela queda do preço dos equipamentos, suscitou novas coordenações transversais e horizontais, limitando o número de níveis hierárquicos[337]. Sumariamente, diríamos que as principais características da reestruturação produtiva da década de 1990 no Brasil estiveram associadas à relação do conhecimento produtivo apoiado nas tecnologias informacionais com a financeirização do meio ambiente empresarial. O resultado foi a difusão da *empresa neoliberal em rede com dominância financeira*. Por meio desta, as empresas brasileiras, especialmente aquelas mais próximas do setor financeiro, lograram reforçar seu poder no topo (pela concentração financeira), reduzindo os contrapoderes na base (pela desconcentração produtiva).

**QUADRO 14. A empresa neoliberal em rede**

> Referindo-se ao caso francês, Thomas Coutrot buscou caracterizar essa nova realidade empresarial por meio de três grandes níveis organizacionais discordantes, porém combinados: a) a organização de primeiro nível, marcada por ser inovadora, pouco hierarquizada, reativa, mobilizada, capaz de gerar e renovar permanentemente sua base de conhecimentos pela utilização intensiva de tecnologias informacionais; b) a organização de segundo nível representada pela empresa neofordista contando com engenheiros, técnicos comerciais, operários qualificados etc., devendo demonstrar suas capacidades de iniciativa, sua disponibilidade, sua polivalência, quer para pleitear uma promoção, quer para evitar uma demissão; e, finalmente, c) a organização de terceiro nível, neotaylorista e terceirizada, produzindo componentes de bens ou serviços para as empresas do segundo nível[338].

A regulação trabalhista construída durante a transição do taylorismo primitivo ao fordismo periférico acomodou a multiplicação das formas de contratação do trabalho heterônomo, revivificando a competição entre os trabalhadores. Além disso, o aumento do desemprego, acrescido do avanço do processo de terceirização do trabalho, promoveu a deterioração do mercado de trabalho seguida da concentração da distribuição funcional da renda nacional, especialmente saliente no primeiro mandato de FHC[339]. Na empresa neoliberal brasileira, o trabalho transformou-se no principal instrumento do ajuste anticíclico e anti-inflacionário da rentabilidade dos ativos. Os trabalhadores foram subsumidos a um regime de acumulação mundializado organizado em torno da dominância dos mercados financeiros, ou seja, investidores institucionais e acionistas que se apropriam de rendas salariais e financeiras cada dia mais voláteis devido à instabilidade do crescimento econômico. Assim, o advento do neoliberalismo no Brasil transformou as relações trabalhistas, assegurando uma correlação de forças acentuadamente favorável aos portadores do capital financeiro e impondo, ao mesmo tempo, a lógica de sua valorização aos mais diferentes setores da economia.

Na realidade, os investidores institucionais, como os fundos de pensão, por exemplo, administram em nome dos acionistas enormes quantidades de ações, impondo modelos organizacionais financeirizados às empresas onde investem seu capital. Dessa maneira, por um lado, buscam maximizar o

valor das participações financeiras, objetivando criar o valor acionarial, e, por outro lado, organizar um sistema de controle externo destinado a estimular os dirigentes das empresas a satisfazer os objetivos dos acionistas. Como o interesse dos acionistas reside no rendimento de seus títulos, a saber, os dividendos e, sobretudo, o valor financeiro excedente, a empresa passa a ser considerada um ativo como outro qualquer, cujo valor é necessário rentabilizar na Bolsa. O objetivo dos administradores é criar valor excedente na esfera financeira, ou seja, conquistar ganhos sobre ações da empresa, e o resultado é uma financeirização generalizada do meio ambiente empresarial[340].

Essa concepção fictícia da criação do valor, sem ligação direta com o emprego e a produção reais das empresas, remete a um enganoso mundo virtual, onde a magnitude do capital é determinada exclusivamente pela dinâmica financeira (D-D'), ou seja, independente do processo de trabalho como processo de valorização do capital. As novas formas de governança corporativa têm por objetivo estimular os administradores a gerir esse novo meio ambiente empresarial apenas pelo interesse dos acionistas. Por sua vez, a financeirização da gestão estimula a multiplicação das formas de contratação da força de trabalho, a terceirização, o aumento da rotatividade, o achatamento dos níveis hierárquicos, a administração por metas e a flexibilização da jornada de trabalho, em uma escala inédita se comparada ao regime de acumulação fordista. Como resultado, é possível perceber o fortalecimento da individualização do trabalho, o aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores e o colapso das formas de solidariedade fordista[341].

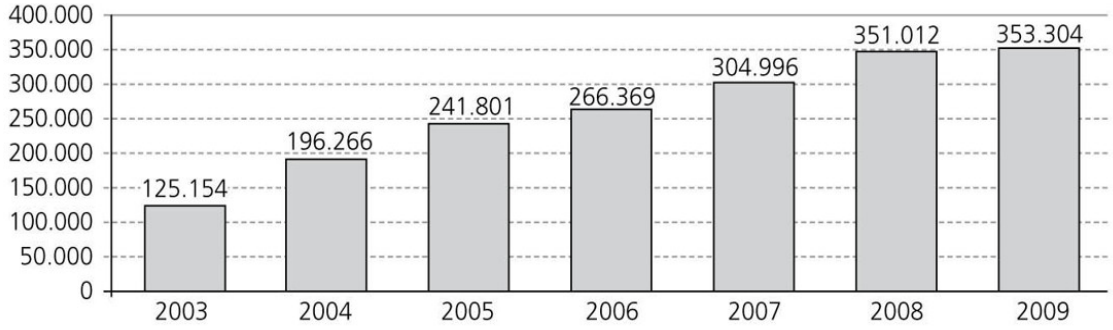
Consequentemente, o estatuto do trabalho foi modificado: as novas práticas verificadas no mercado de trabalho encontram-se na origem da emergência de um estatuto fragmentado do trabalho, devido em grande parte à procura por flexibilidade pelas empresas. As duas principais características desse estatuto renovado são: contratos com duração determinada e emprego por conta própria. Assim, os principais objetivos da reestruturação capitalista na década de 1990, isto é, a adaptabilidade à demanda e a racionalização dos processos produtivos por meio da mobilização permanente da força de trabalho, foram alcançados à custa do desmanche das formas tradicionais de solidariedade fordista e da crise do militantismo sindical de base. Além disso, a transformação das relações capitalistas de produção induzida pela hegemonia financeira – e traduzida em enfraquecimento da posição coletiva

dos trabalhadores – fez recair sobre estes uma parte importante dos “riscos” inerentes à concorrência intercapitalista, prejudicando a capacidade de negociação coletiva dos trabalhadores[342]. O aumento do desemprego e a repressão aos sindicatos fragilizaram ainda mais a capacidade de defesa dos trabalhadores brasileiros, bloqueando severamente a mobilização coletiva.

**Um precariado pós-fordista e periférico**

Em linhas gerais, foram essas as forças sociais que moldaram o contexto social em que o telemarketing originou-se no Brasil. Trata-se de uma indústria apoiada em um jovem precariado pós-fordista e localizada na confluência entre a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho. No Brasil, esse setor formou-se apenas muito recentemente: na realidade, 96% das centrais de teleatividades brasileiras foram criadas após 1990, e 76% a partir de 1998, ano de privatização do sistema Telebrás e auge do neoliberalismo no país. Em segundo lugar, entre 1998 e 2002, o número de ocupados no setor cresceu a uma taxa anual de 15% e dados do Ministério do Trabalho indicam que durante o governo Lula essa taxa aumentou para 20% ao ano, acumulando uma variação de 182,3% entre 2003 e 2009 (ver Tabela 6)[343]. Aliás, vale destacar que, entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009, durante o momento mais agudo da crise econômica mundial, portanto, e apesar de o país ter perdido cerca de 2,3% dos empregos formais – algo em torno de 750 mil trabalhadores, concentrados sobretudo no setor secundário –, a indústria de *call center* continuou contratando, ainda que em um ritmo menor.

**TABELA 6. NÚMERO DE OPERADORES DE TELEMARKETING***
**BRASIL, 2003-2009**




* Classificação Brasileira de Ocupações: 4223 – Operadores de telemarketing
Fonte: MTE/Rais

E, levando-se em conta que os dados do Ministério do Trabalho consideram apenas os teleoperadores terceirizados, os números são ainda mais salientes: somando centrais de teleatividades terceirizadas e próprias, a Associação Brasileira de Telesserviços, entidade que representa as companhias de *call center*, estimou que, em 2010, mais de 1,2 milhão de trabalhadores estariam empregados no setor. Esse crescimento transformou o setor de *call center* na principal porta de entrada para os jovens no mercado formal de trabalho do país, além de criar a segunda e a terceira maiores empregadoras privadas brasileiras, respectivamente as companhias Contax (78.200 funcionários) e Atento (76.400 funcionários). Além disso, esse crescimento, embora ainda muito concentrado na região Sudeste (259.108), está se deslocando para o Nordeste. Durante os governos de Lula da Silva, essa região apresentou a maior variação positiva do número de teleoperadores da indústria brasileira de *call center* (277,12%). Essa expressiva taxa de crescimento fez com que a região Nordeste se tornasse a segunda principal região do país em número de teleoperadores (34.895), ultrapassando, em 2009, pela primeira vez, a região Sul (32.562) (ver Tabela 7).

**TABELA 7. OPERADORES DE TELEMARKETING*, SEGUNDO REGIÃO – BRASIL, 2003-2009**

| Região | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Norte** | 1.417 | 1.434 | 1.621 | 2.212 | 2.049 | 2.015 | 2.225 |
| **Nordeste** | 9.253 | 18.661 | 22.763 | 23.678 | 26.958 | 32.278 | 34.895 |
| **Sudeste** | 86.381 | 140.125 | 172.063 | 192.470 | 224.431 | 259.162 | 259.108 |
| **Sul** | 16.692 | 20.057 | 25.940 | 29.024 | 31.319 | 32.863 | 32.562 |
| **Centro-oeste** | 11.411 | 15.989 | 19.414 | 18.985 | 20.239 | 24.694 | 24.514 |
| **Brasil** | 125.154 | 196.266 | 241.801 | 266.369 | 304.996 | 351.012 | 353.304 |

Classificação Brasileira de Ocupações: 4223 – Operadores de telemarketing
Fonte: MTE/Rais

A despeito do predomínio da terceirização empresarial, vale lembrar que praticamente a totalidade dessas vagas é composta por empregos formais, isto é, regidos pela legislação trabalhista. A conhecida tendência à informalização do trabalho verificada na região Nordeste faz com que essa ocupação torne-se ainda mais sedutora para o trabalhador jovem e sem experiência profissional anterior. Lembremos finalmente que desses 34.895 empregos do setor no Nordeste, 14.582 estão localizados na Bahia, estado cuja capital, Salvador, historicamente apresenta as maiores taxas de desocupação entre as principais regiões metropolitanas brasileiras (16,6% da PEA em 2010).

Nascido do processo de desconstrução neoliberal do antigo sistema de solidariedade fordista, experimentando o aumento da concorrência e da fragmentação vivido pelos novos grupos de trabalhadores, o número de teleoperadores no país cresceu em um ritmo acelerado durante os dois mandatos de Lula da Silva. Resultado do amadurecimento de um novo regime de acumulação pós-fordista no país, os *call centers* brasileiros espalharam-se pelo Nordeste, nutrindo-se de um vasto contingente de trabalhadores jovens, especialmente mulheres e negros, em busca de uma primeira oportunidade no mercado formal de trabalho. Com a diminuição da desigualdade de renda entre as regiões Nordeste e Sudeste, além da queda do número dos que não chegam ao ensino médio no país, muitos jovens que há algumas décadas migrariam para o Sul em busca de melhores salários e qualificações profissionais preferem permanecer nas regiões de origem, aventurando-se no setor de telemarketing.

Integrando essa realidade, a indústria de *call center* mostrou-se um terreno privilegiado para a observação das atuais transformações do precariado brasileiro. Daí nosso interesse em acompanhar a trajetória dos teleoperadores, destacando cinco variáveis-chave: modelo de organização do trabalho, padrão de proletarização, nível de qualificação, relação salarial e formas de mobilização coletiva.

Antes de mais nada, vale salientar que, do ponto de vista das características gerais do processo de trabalho dos teleoperadores, nossa pesquisa de campo em sítios das duas maiores empresas do setor, uma de capital nacional e outra internacional, constatou uma série de importantes características comuns: a) as operações de teleatividades são realizadas 24 horas por dia, 7 dias por semana – consequentemente, as CTAs exigem grande disponibilidade dos trabalhadores; b) na medida em que essa disponibilidade encontra-se associada a difíceis condições de trabalho, temos como resultado uma elevada intermitência; c) o trabalhador submete-se ao fluxo informacional por intermédio de forte ritmo de trabalho: ao final de uma chamada, sucede a seguinte, seja automaticamente, seja manualmente, após um máximo de dois ou três sonidos. A taxa de enquadramento pelos supervisores (um supervisor para quinze ou vinte teleoperadores, em média) explica-se pela necessidade de controlar ao máximo os trabalhadores, impedindo que relaxem, mas sobretudo que abandonem o fluxo informacional[344].

**Inquietação e consentimento na indústria de *call center***

Com a automatização do trabalho do teleoperador, os ganhos de produtividade são alcançados à custa de um acentuado aumento da fadiga física, da postura automatizada, dos contratos de trabalho em tempo parcial, da vertigem oriunda da multiplicidade das chamadas e do adoecimento no trabalho. Na realidade, ao longo de nossa pesquisa de campo, quer por meio da aplicação do questionário à amostra selecionada em ambas as empresas, quer pelo contato com os teleoperadores através de entrevistas em profundidade, nos deparamos com uma realidade marcada por Lesões por Esforço Repetitivo, tendinites, doença de Ménière (crises de vertigem repentinas associadas a zumbidos nos ouvidos e surdez progressiva), quadros depressivos agudos, infecções urinárias – em virtude das reduzidas pausas permitidas para ir ao banheiro –, obesidade, descontrole hipertensivo e calos vocais.

As respostas ao nosso questionário revelaram uma associação bastante clara entre a intensidade dos ritmos de trabalho e o processo de adoecimento do teleoperador: nada menos do que 62% dos entrevistados apontaram o comprometimento da saúde, a dificuldade de dormir (15%), associada ao estresse decorrente da intensidade do ritmo de trabalho (26%) ou à dificuldade de adaptação ao ritmo (21%); 38% das respostas indicaram uma

adaptação ao ritmo de trabalho compatível com a capacidade do teleoperador (35%) ou uma adaptação perfeitamente satisfatória à pressão do fluxo informacional (3%). As percepções valorativas negativas – estressante e controlado (39%), monótono e cansativo (17%) – somaram 56%, ao passo que as respostas que associavam o trabalho do teleoperador a valores positivos – criatividade e independência (9%), participativo e com liberdade (6%) e cooperativo com satisfação pessoal (26%) – totalizaram 41%. Apenas 3% dos entrevistados deixaram de responder[345].

Em grande medida, parece-nos razoável supor que o adoecimento no setor, fenômeno captado tanto por pesquisas acadêmicas quanto por investigações realizadas pelo Ministério do Trabalho, decorre de uma combinação de fatores, dentre os quais se destacam: treinamento inadequado, estresse decorrente das metas, negligência com a ergonomia e temperatura do ambiente de trabalho, exíguos intervalos durante a jornada, folgas insuficientes, forte taxa de enquadramento do teleoperador e intensificação dos ritmos de trabalho proporcionados pelo permanente processo de renovação tecnológica[346]. Além disso, vale observar que as mulheres encontram-se acentuadamente mais expostas ao processo de adoecimento do que os homens[347]. De fato, o regime de trabalho predominante no setor tem produzido doenças semelhantes àquelas descritas por Le Guillant em seu clássico estudo realizado em 1956: dores de cabeça, crises de choro, irritabilidade, zumbidos nos ouvidos e pensamento obsessivo:

> No *call center* há operadores que concluíram um curso superior nas mais diversas áreas. São eles: advogados, jornalistas, professores de educação física, história, biologia, pedagogia, turismo etc. Entre os colegas [no banco], um é advogado e outro jornalista. Dizem que continuam no telemarketing porque não conseguiram trabalho na área de formação. [...] Já Letícia [nome fictício] concluiu o curso superior em Direito. Na época, já trabalhava como operadora de telemarketing no banco. “Foi então que me vi em um dilema” – diz Letícia – “ou trabalhava no banco para pagar a faculdade, ou não estudava. Não tive escolha, continuei com o trabalho de atendimento para me manter e pagar a faculdade. Raramente aparecia um estágio na área, e quando surgia, pouco ofereciam de salário, praticamente nada. Isso foi algo que me prejudicou, pois não podia e até hoje não posso abrir mão do salário que recebo no atendimento. Quando entrei na empresa era tudo maravilhoso, conseguia pagar a faculdade, mantinha meus gastos pessoais e minhas baladas. Depois do período de experiência, senti as coisas começarem a mudar em minha vida. [...] A pressão sobre o trabalho era muito grande, somos muito exigidos. É a produtividade, a paciência extrema com o cliente, e não é sempre que dá. Foi então que eu procurei um psiquiatra, e aí essas consultas passaram a ser mais frequentes. Desenvolvi o que é conhecido por TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo). [...] Tive também o que é chamado de transtorno bipolar de humor”[348].

Outra característica saliente da indústria brasileira de *call center* é seu comportamento oligopolista. A soma dos empregados das duas maiores

empresas (159.508) corresponde a 47% do total de trabalhadores do setor, levando em conta a soma dos trabalhadores das demais dezoito maiores empresas (180.301)[349]. Trata-se de um traço que diferencia nitidamente a indústria brasileira de *call center* de países como Estados Unidos e França[350]. Essa característica oligopolista somada à baixa qualificação da força de trabalho e à relativa fragilidade dos sindicatos atuantes no setor ajudam a compreender por que – apesar de a grande maioria dos teleoperadores brasileiros (70%) estar coberta pela negociação coletiva – os salários brasileiros (3.415 dólares anuais – coberto por negociação coletiva – e 4.484 dólares anuais – não coberto por negociação coletiva) localizam-se entre os mais baixos do mundo no setor, superando apenas os salários dos trabalhadores indianos[351].

Para efeitos comparativos, um teleoperador estadunidense aufere em média uma renda salarial anual de 35 mil dólares e um teleoperador na África do Sul, 11.200 dólares, respectivamente dez e três vezes o valor do salário do teleoperador brasileiro[352]. Os baixos salários acompanham a pouca qualificação dos trabalhadores do setor: entre todos os dezessete países da amostra utilizada por David Holman, Rosemary Batt e Ursula Holtgrewe, os teleoperadores brasileiros foram aqueles que apresentaram as menores taxas de escolaridade formal. (No tocante a nossa própria amostra, verificamos uma forte presença de trabalhadores com o segundo grau completo, 65%. Do restante, 29% dos entrevistados declararam estar cursando o ensino superior e 6% declararam possuir o ensino superior completo. Ninguém assinalou as opções ensino primário completo ou secundário incompleto.)

A questão da qualificação da força de trabalho no setor merece uma reflexão. Para alguns, o setor brasileiro de *call centers* seria formado por grupos de trabalhadores, apesar de sub-remunerados, altamente qualificados. Tendo em vista a dissonância entre qualificações e salários, os teleoperadores tenderiam a assumir um comportamento individualista e instrumental: o emprego no setor significaria apenas um meio para acumular certa experiência profissional enquanto buscam ocupações mais valorizadas[353]. Trata-se, vale notar, de uma interpretação bastante usual entre gerentes de RH atuantes na indústria de *call center*: a responsabilidade pela elevada rotatividade do trabalho seria dos próprios trabalhadores. Além disso, a ideia segundo a qual esse trabalho representa uma primeira oportunidade no mercado formal para “jovens empreendedores” é

largamente utilizada por publicações financiadas pelas próprias empresas de telemarketing.

Consideramos essa interpretação equivocada por duas razões. Em primeiro lugar, é preciso observar que esse tipo de abordagem, além de enfatizar unilateralmente a intenção subjetiva dos entrevistados, desprezando características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, apoia-se em demasia em uma concepção de qualificação estritamente associada à obtenção do diploma de ensino médio[354]. Ou seja, subestima o fato de que o acesso ao ensino médio praticamente universalizou-se no país, transformando-se em um *critério mínimo para a entrada* no mercado de trabalho do telemarketing[355]. Em segundo lugar, a questão da qualificação para o trabalho deve levar em consideração o tempo médio de formação necessário para o teleoperador ser considerado proficiente. Observamos em campo que o tempo de treinamento proporcionado pelas empresas para a maioria das teleatividades nunca vai além de poucas semanas. Na realidade, após um treinamento básico, o teleoperador ainda não proficiente é colocado na Posição de Atendimento (PA), necessitando ficar o tempo todo atento – "carrapateando", conforme o jargão do setor – aos procedimentos utilizados pelos colegas mais experientes para alcançar suas metas de vendas ou de número de atendimentos.

Pudemos registrar por meio de entrevistas que esse tipo de situação acrescenta uma importante carga de estresse nos primeiros meses de trabalho do teleoperador, até que ele se sinta habituado ao produto. Exatamente porque *a indústria de call center não necessita de uma força de trabalho com qualificação especial*, as empresas beneficam-se de um regime de relações de trabalho apoiado em elevadas taxas de rotatividade da força de trabalho. Aliás, o ciclo ao qual o trabalhador está submetido é bastante conhecido pelas empresas: em geral, são necessários dois a três meses de experiência para se tornar proficiente no produto. Trata-se, como observado, de um período estressante, pois o desempenho exigido dificilmente é alcançado pelo teleoperador ainda inexperiente. Após esses primeiros meses, o trabalhador encontra-se apto a alcançar as metas: advém um período de, aproximadamente, um ano, ao longo do qual ele obtém certa satisfação residual no trabalho em razão de dominar o produto. É o momento em que o teleoperador apresenta seu melhor desempenho, sendo reconhecido pela empresa por meio de brindes, da escolha de destaque da semana com foto na parede, de pequenas festas ao final da jornada de trabalho etc. Para tanto, é

frequente encontrarmos equipes que atuam junto às operações formadas pela empresa contratante e são especializadas em promover atividades motivacionais.

Uma característica importante do ciclo do teleoperador capaz de lançar alguma luz sobre o período em que ele alcança a satisfação residual diz respeito ao trabalho em equipe, predominante no setor, que se impõe como uma necessidade do sistema de metas. Assim, existem metas individuais, do grupo e de toda a operação. A parte variável do salário do teleoperador é composta por esses três níveis. Logo, o funcionamento do sistema de metas tende a reforçar a solidariedade no interior do grupo de trabalho, emulando o trabalhador. Além disso, tendo em vista a grande concentração de jovens e mulheres no telemarketing, é muito comum a formação de "panelinhas", pequenos grupos de jovens que se conhecem no trabalho, mas que também se encontram nas folgas, compartilhando hábitos de lazer e de consumo. Relatos de viagens e de passeios com colegas de trabalho são comuns. Durante as entrevistas com teleoperadoras, ficou patente a importância desses vínculos de amizade tanto para o sucesso das metas quanto para o desejo de permanecer na empresa ou na mesma operação[356].

No entanto, o endurecimento das metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos coordenadores de operação, os baixos salários e a negligência por parte das empresas em relação à ergonomia e à temperatura do ambiente promovem o adoecimento e alimentam o desinteresse pelo trabalho. Nessa fase, o teleoperador deixa de "dar o resultado", sendo, então, demitido e substituído por outro, que recomeçará o mesmo ciclo. Devido à horizontalização hierárquica promovida pelos sistemas informacionais, as oportunidades de ascensão vertical no setor são escassas. Normalmente, o teleoperador insatisfeito deseja ser transferido para uma operação considerada mais fácil ou rentável – em termos da parte variável do salário –, ascender à supervisão ou ser promovido para alguma função associada ao controle de qualidade. Em poucos casos, os salários são de fato incrementados ou as condições de trabalho modificam-se de forma acentuada. A via da demissão é bastante usual[357]. De fato, segundo os gerentes de RH entrevistados, em 2004, a rotatividade média de mão de obra nas duas empresas pesquisadas oscilava entre 3% e 4% ao mês (isto é, 36% e 48% ao ano, respectivamente), dependendo da natureza da atividade (ativo ou receptivo), nível de qualificação exigida (por exemplo, nos setores de

suporte técnico e teleatendimento bancário, a taxa de rotatividade é menor) e sazonalidade[358].

Evidentemente, a rotatividade produziu um acentuado descontentamento entre os teleoperadores entrevistados, em especial entre os mais experientes: a despeito de seus notáveis esforços individuais em ascender profissionalmente, seja frequentando uma faculdade particular noturna (quase um terço do total de teleoperadores de nossa amostra declarou estar cursando o ensino superior), seja pelas tentativas de progredir para funções superiores no interior da própria empresa, em raras ocasiões os teleoperadores lograram aumentar significativamente seus salários ou incrementar suas condições de trabalho. O descontentamento observado durante as entrevistas só não foi maior porque o setor está em constante renovação por meio da chegada de importantes contingentes de trabalhadores jovens em busca do primeiro emprego no mercado formal. Conforme o relato de Barreto, que durante nove anos trabalhou como teleoperador em diferentes empresas financeiras:




Porém, o que se nota no banco é que há mais facilidades para ocupar funções que não possuem alteração salarial. Ou seja, os trabalhadores se locomovem entre os setores, adquirem conhecimentos de novos produtos e serviços da empresa, sem receber uma promoção salarial.

Outra razão [para a emulação do trabalhador] é a constante rotatividade de operadores no *call center*. A todo instante há novos operadores contratados. Sempre que ocorrem contratações, acumulam-se filas enormes na recepção da empresa para a entrada dos novos operadores ao banco. Normalmente, ingressam de 30 a 50 operadores, que são formados em grupos para treinamentos. Com a chegada de novos operadores, os atendentes que já foram treinados e trabalham na "linha de frente" da central de atendimento são direcionados de forma gradativa a estes setores especializados do banco, que também possuem carga horária de seis horas, abrindo espaço para os demais trabalhadores recém-contratados. Esta rotatividade acontece por algumas razões, entre elas as demissões, os trabalhadores licenciados e também as transferências para outros setores do banco que são preenchidos pelos operadores. É comum observar, em um intervalo de seis a oito meses, a base da central de atendimento toda renovada. De repente, não se conhece mais ninguém, a maioria dos operadores sempre são recém-contratados.[359]

**QUADRO 15. O teleoperador brasileiro**

Para muitas teleoperadoras entrevistadas, a sensação de progresso ocupacional encontra-se fortemente associada à transição da informalidade para a formalidade. Durante nossa pesquisa de campo, entrevistamos jovens teleoperadoras filhas de empregadas domésticas que claramente identificaram no contraponto ao trabalho doméstico – destituído de prestígio, desqualificado, sub-remunerado e incapaz de proporcionar um horizonte profissional – a principal razão de ter buscado a indústria do *call center* em vez de seguir os passos das mães – mesmo quando a diferença salarial era favorável ao trabalho doméstico[360]. No telemarketing, essas jovens perceberam a oportunidade tanto de 1) alcançar direitos trabalhistas quanto 2) terminar a faculdade particular noturna que o trabalho doméstico, devido à incerteza dos horários, assim como à baixa intensidade dos direitos, é incapaz de prover. Assim, não é surpresa que a insatisfação na indústria de *call center* seja relativamente controlada pela contratação preferencial de certo "perfil" de trabalhador: com uma taxa de participação feminina na força de trabalho gravitando em torno de 70%, além de uma alta ocorrência de afro-descendentes, é possível dizer que o grupo brasileiro de teleoperadores é formado em sua maioria por jovens mulheres não brancas[361]. Ou seja, trata-se daquela camada de trabalhadores que historicamente tem ocupado as piores posições no mercado de trabalho brasileiro, além de chefiar 80% das famílias monoparentais do país[362].

Em acréscimo, como veremos a seguir, nossa pesquisa de campo, tanto nas empresas quanto nos sindicatos, mostrou que, além de

mulheres e não brancos, é muito comum encontrarmos entre os teleoperadores brasileiros inúmeros trabalhadores portadores de necessidades especiais, além de um expressivo contingente formado por gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GLBTTs). Novamente, esbarramos nas camadas mais discriminadas do mercado de trabalho brasileiro. Selma Venco desenvolveu um trabalho pioneiro ao analisar essa característica do setor de telemarketing no país:

> "Para um dos operadores entrevistados, o alto percentual de mulheres e homossexuais no teleatendimento relaciona-se com suas características pessoais, consideradas pelo patronato como mais adequadas à atividade. Para ele, são pessoas mais sensíveis e pacientes, aspectos fundamentais tanto para a realização de boas vendas quanto para a retenção de clientes. Um dos teleoperadores entrevistados acredita que as pessoas que procuram emprego no setor são as 'problemáticas' ou 'diferenciadas', mas não considera como um local para os 'excluídos' da sociedade. Avalia também que o preconceito quanto à orientação sexual é ainda muito presente na sociedade; constata que o homossexual continua sendo uma pessoa não aceita na família e, sobre os que vivem com os pais, pensa que não têm liberdade para agir como os demais membros da família, saindo de casa mais cedo que a maioria dos jovens. Ele ilustra a realidade vivida no local de trabalho com sua própria experiência. Entre os colegas, seu codinome é PPV ('pobre, preto e veado'). A despeito de ele mesmo considerar isso uma simples brincadeira entre amigos, não se pode excluir a percepção da expressão ser tributária de aspectos altamente discriminatórios."[363]

Não foi surpresa, portanto, identificarmos em nossa pesquisa de campo a presença de um grupo minoritário, porém expressivo, de teleoperadores inclinados no sentido da adaptação ao ritmo de trabalho e que se sentia, em alguma medida, satisfeito com esse tipo de emprego. Tratava-se, como pudemos verificar nas entrevistas, de um grupo formado principalmente por trabalhadoras não brancas com idade em torno dos 25 anos e às voltas com responsabilidades familiares urgentes: por um lado, afirmavam ajudar decisivamente no sustento de pais e mães, por outro, muitas delas declaravam ser mães solteiras. Notamos que, com certa frequência, quando

as trabalhadoras declaravam que os maridos estavam desempregados, por exemplo, a sensação de adaptação ao fluxo e a associação do trabalho com valores positivos aumentava. Com base nas entrevistas, percebemos, como era de se esperar, que a condição de arrimo de família produzia um efeito disciplinador muito acentuado, principalmente nos casos em que – estratégia de recrutamento conhecida e frequente nas empresas – a trabalhadora declarava ser mãe solteira.

A inclinação em direção à adaptação ao fluxo informacional também pôde ser verificada em entrevistas com teleoperadores gays. Em uma delas, registramos o processo contraditório de atração e de repulsão que a indústria de telemarketing produz nos setores GLBTTs. Vindo de uma experiência como operário metalúrgico – que havia, conforme sua expressão, "odiado" –, o entrevistado afirmou que, no início, se "apaixonara" pelo telemarketing, tendo em vista, sobretudo, suas habilidades comunicativas. Contudo, com o passar dos anos, por causa, segundo ele, do desgaste psíquico decorrente do estresse e da depressão, já havia tentado o suicídio e estava em tratamento médico[364]. Não se trata de um caso único, vale realçar. Ao longo de nossa pesquisa, pudemos perceber que a indústria de *call center* transformou-se em uma espécie de "refúgio" para aqueles setores do precariado urbano mais discriminados no mercado de trabalho:

> É possível analisar esse fenômeno que vem ocorrendo nas Centrais de Teleatividades por pelo menos dois ângulos diametralmente opostos. Por um lado, as desigualdades vividas por negros, mulheres, obesos, homossexuais e outras pessoas discriminadas na sociedade, que são variáveis condicionantes – quando não determinantes – do ingresso no mercado de trabalho, dos níveis salariais e das probabilidades promocionais. Por outro, a emergência de um segmento do mercado de trabalho que traz a possibilidade de inclusão, via emprego formal, mas cuja atividade é, no entanto, realizada a distância e, portanto, reitera as barreiras baseadas no preconceito racial, estético ou sexual, criadas na civilização. A voz e a capacidade de comunicação são fatores preponderantes nesse setor, o qual, contratando pessoas comumente excluídas do mercado de trabalho, por razões pautadas na estética, na cor de pele ou na orientação sexual, obtém melhores índices de produtividade.[365]

## O sindicalismo no setor de telemarketing

No entanto, o acúmulo de experiências com o infotaylorismo e com o regime de mobilização permanente da força de trabalho faz com que esses trabalhadores desenvolvam comportamentos críticos em relação às empresas[366]. Frequentemente, essa experiência encontra-se nas respostas dos teleoperadores relacionadas à pressão sempre crescente para alcançar as metas estabelecidas. Por um lado, os coordenadores de operações e os gerentes de RH, conforme pudemos verificar nas entrevistas, esforçam-se

continuamente em explicar aos teleoperadores que eles estão envolvidos em uma competição econômica terrível, buscando dissuadi-los de qualquer prática política, em especial sindical. Por outro, a seleção dos trabalhadores exige qualidades comportamentais, tais como disponibilidade, flexibilidade, prontidão para aceitar novas regras, todas elas estruturadas por certa inclinação a subordinar-se ao despotismo fabril. Não nos esqueçamos, também, que os teleoperadores frequentemente são recrutados para missões provisórias e de curta duração, renovadas em função de seu comportamento no trabalho, quando devem demonstrar disponibilidade e lealdade para com a empresa[367].

Nesse sentido, é possível afirmar que os teleoperadores não possuem ainda uma profissão – com sua linguagem, cultura, modos de transmissão entre antigos e novos etc. – associada à organização hierárquica da empresa, mas sim um emprego vinculado a uma empreitada: em geral, são contratados para um objetivo específico[368]. Evidentemente, essa característica impõe dificuldades estruturais à organização coletiva. E, de fato, quando iniciamos nossa pesquisa de campo, no segundo semestre de 2003, relatos de mobilizações coletivas ou ocorrência de greves eram bastante raros entre os teleoperadores consultados. A única exceção foi a menção a uma greve defensiva ocorrida na empresa "Quatro/A", no dia 4 de fevereiro de 2000, relacionada à qualidade da alimentação (vale lembrar que 20 dias após o fim da greve, esta empresa foi comprada pela companhia multinacional Atento). As entrevistas com os diretores sindicais e com os sindicalistas de base fatalmente começavam destacando os obstáculos que o sindicalismo enfrentava nessa indústria: tão logo um teleoperador se aproximava do sindicato, desenvolvendo alguma atividade organizativa, era logo perseguido pelas empresas ou simplesmente perdia o emprego devido ao encerramento de seu contrato, obrigando o sindicato a recomeçar, sem maiores acúmulos, todo o trabalho.

Além disso, outra observação muito frequente associada ao diagnóstico sindical a respeito das dificuldades organizativas impostas pelo setor remetia à *inexperiência política* dos teleoperadores. Por se tratar de uma categoria formada predominantemente por jovens recém-chegados ao mercado de trabalho, era muito comum escutar dos sindicalistas opiniões como: "eles são muito despolitizados", "não reconhecem a importância do sindicato", "a comunicação com eles é difícil"... No caso de um sindicato como o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo

(Sintetel-SP), por exemplo, cuja história até 1998 praticamente se confundia com a da empresa estatal e fordista do setor de telecomunicações de São Paulo, a Telesp, a própria distância geracional existente entre os sindicalistas e os teleoperadores parecia colaborar com o bloqueio da prática política[369]. E, como veremos a seguir, a grande diversificação de empresas e de atividades do setor decorrente da privatização da Telesp promoveu intensas disputas entre os sindicatos quanto à definição de suas bases de representação.

Logo após o ciclo das privatizações, tendo em vista um cenário marcado por terceirizações e demissões, os sindicatos acabaram se reorientando prioritariamente para a manutenção de emprego nas antigas empresas. No caso da Telesp, por exemplo, o Sintetel substituiu demandas de longo prazo por outras de curto prazo, adotando em suas reivindicações uma postura defensiva, numa conjuntura em que grande parte dos benefícios conquistados em acordos coletivos anteriores (como a remuneração adicional pelas horas extras, o pagamento adicional referente ao aviso prévio, assim como os auxílios para casos de doença e acidente) foram sendo paulatinamente reduzidos pelas empresas aos níveis mínimos previstos em lei[370]. Além disso, a representação dos teleoperadores passou a ser disputada com outro sindicato, surgido em 1992, o Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de São Paulo), que reivindicou a representação dos trabalhadores em telemarketing do município de São Paulo e de sua região metropolitana, e por isso está em permanente litígio judicial com o Sintetel, que representa os trabalhadores do setor de telecomunicações de todo o Estado de São Paulo. A ação sindical do período pós-privatização, além desses conflitos internos, esbarrou nos obstáculos da instabilidade no emprego e da contratualização da relação salarial, produzindo efeitos sobre a pauta reivindicativa.

No período anterior à privatização da Telesp, as principais demandas do sindicato consistiam em reajustes salariais e concessão de gratificações por tempo de serviço. Após a privatização, contudo, tendo em vista o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, a reivindicação por reajuste salarial foi em grande medida substituída pela reivindicação por manutenção dos empregos, e a luta por gratificações por tempo de serviço foi substituída pela negociação de complementos salariais que buscavam incluir, sem grande sucesso, a participação nos lucros e resultados (PLR) e alguns benefícios sociais, como convênios com planos de saúde e universidades

privadas[371]. Além disso, no período anterior à privatização, a baixíssima rotatividade do trabalho e a relativa homogeneidade do meio ambiente empresarial fordista permitiam que laços de solidariedade relativamente estáveis fossem estabelecidos entre os trabalhadores, facilitando a ação sindical. Ou seja, certa estrutura simbólica orientada pela valorização da identidade de "trabalhador da Telesp" favorecia a mobilização coletiva.

A manutenção dessa estrutura simbólica por um longo período de tempo permitiu que trabalhadores e dirigentes sindicais compartilhassem referenciais comuns, mesmo que os últimos, ao integrar a diretoria do sindicato, se mantivessem afastados das práticas cotidianas dos trabalhadores por eles representados[372]. Devido, em grande parte, ao aumento do desemprego que se seguiu à privatização, a atuação defensiva do Sintetel conduziu ao reforço de um modelo de ação sindical caracterizado pelo pragmatismo e pela mudança das estratégias reivindicativas: negociações com as empresas substituíram completamente qualquer recurso ao confronto aberto[373]. Uma perspectiva apoiada sobre interesses corporativos dos trabalhadores foi adotada para justificar o modo de atuação do sindicato.

**QUADRO 16. Pragmatismo sindical**

"Nós somos um sindicato que sempre prezou pelo diálogo – sempre: esse é o nosso lema, e vamos às últimas consequências dessa questão. Nós só partimos pra um confronto quando não existe mais possibilidade de diálogo. Porque o que interessa para um sindicato, no nosso ponto de vista, é que o trabalhador saia beneficiado, e não prejudicado. Então não adianta eu ter as minhas posições políticas, as minhas tendências políticas radicais, e que o trabalhador não saia beneficiado por isso. [...] Lutamos contra a privatização, não conseguimos o nosso êxito – vamos participar, então. Por quê? O trabalhador não pode ser prejudicado nessa questão. Não importa a minha tendência política, se eu sou de esquerda, se eu sou de direita. [...] O partido nunca influi na decisão do sindicato."[374]

Nesse universo pragmático, os salários predominam sobre os direitos sociais e o sindicato passa a privilegiar um modelo de ação coletiva conhecido na literatura internacional como "*business model*"[375]. Reagindo

a esse modelo, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel) assumiu contornos distintos: por intermédio de um maior enraizamento nos movimentos sociais não sindicais, especialmente os movimentos negro e GLBTT, as lideranças do Sintratel buscaram fortalecer formas alternativas de solidariedade classista, alimentando coletivos destinados à discussão de questões raciais, orientação sexual e gênero, numa tentativa de aproximar os teleoperadores do cotidiano sindical[376]. A importância da companhia multinacional Atento no mercado brasileiro e latino-americano de telemarketing obrigou o Sintratel a estabelecer relações com outros sindicatos do setor, em países como México, Argentina e Espanha[377]. Além disso, o sindicato tem atuado junto à Associação da Parada do Orgulho GLBTT de São Paulo, destacando-se como um dos poucos sindicatos ou associações profissionais de São Paulo a organizar, ano após ano, um "bloco" independente na parada. Essa vinculação do Sintratel com o orgulho GLBTT tem estimulado a participação de travestis e transexuais como delegados de base no movimento sindical, fato nada usual na história do movimento operário brasileiro[378].

Contudo, a despeito dessas diferenças, é possível observar igualmente algumas importantes convergências entre os padrões de ação do Sintetel e do Sintratel. Ambos, por exemplo, têm investido na organização de cursos de qualificação profissional por meio de parcerias com empresas do setor, além de fazerem parte do Programa Brasileiro de Autorregulamentação do Setor de Relacionamento, criado pelas entidades patronais (a Associação Brasileira de Telesserviços – ABT – e o Sindicato das Empresas de Telemarketing do Estado de São Paulo – Sintelmark). De maneira similar, tanto o Sintetel quanto o Sintratel têm seguido o modelo conhecido por "sindicalismo cidadão", segundo o qual o sindicato garante a seus associados diversos serviços outrora oferecidos pelo Estado, como convênios médicos e educação profissionalizante e complementar, além de apoiar agências de emprego financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)[379]. Naturalmente, essas convergências são compreendidas com maior facilidade se considerarmos as transformações políticas recentes. Durante a década de 1990, enquanto atravessavam o período de consolidação do neoliberalismo no Brasil, tanto o Sintratel quanto o Sintetel se viram obrigados a desenvolver novas estratégias de organização sindical no intuito de enfrentar uma conjuntura política e econômica bastante

desfavorável à ação coletiva – a drástica diminuição no número de greves foi um fenômeno notável nesse período[380].

**Hegemonia lulista: entre a inquietação social e a vontade ativa**

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marcada por uma verdadeira reviravolta "transformista" nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado, que, naturalmente, nos ajuda a compreender as mudanças recentes verificadas nos sindicatos que atuam na indústria paulistana de *call center*. Em termos gerais, nunca é demais rememorar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais[381].

Além disso, posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais[382]. Vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como, por exemplo, Petrobras e Furnas Centrais Elétricas –, além de integrarem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo federal promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de 100 milhões de reais para essas organizações. Tudo somado, o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país[383].

A recente trajetória do Sindicato dos Bancários, o terceiro sindicato a atuar na indústria paulistana de *call center*, exemplifica à perfeição esse processo. Como muitos sindicatos filiados à CUT, o Sindicato dos Bancários de São Paulo alinhou-se com a administração Lula da Silva, transformando-se em uma espécie de porta-voz do governo na categoria. Em praticamente todas as situações nas quais a categoria enfrentou o governo, mesmo em greve, sua diretoria procurou colocar-se na condição de amortecedor do conflito social. No jornal e nas revistas do sindicato a propaganda do governo dá o tom[384]. No entanto, esse não é um caso de simples adesismo. É possível dizer que a cúpula dos bancários de São Paulo foi o principal meio de ligação da aliança afiançada por Lula da Silva entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro. Na verdade, o cimento

desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação.

Enquanto os sindicalistas egressos das fileiras dos metalúrgicos do ABCD ocupavam-se da política trabalhista e Luiz Marinho tomava assento no Ministério do Trabalho, os sindicalistas bancários de São Paulo voavam rumo ao mercado financeiro. Esse voo era um desejo antigo. Gilmar Carneiro, presidente do sindicato entre 1988 e 1994, declarou quando ainda ocupava o posto de diretor que, ao fim de seu mandato, poderia ser diretor do Banco do Estado do Rio de Janeiro, do qual havia sido funcionário. Seu sonho não foi realizado, mas logo a seguir Carneiro transformou-se em diretor de um dos braços financeiros do sindicato, a Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo. Seu predecessor Luiz Gushiken, presidente de 1985 a 1987, foi mais longe. Tornou-se eminência parda dos fundos de pensão estatais, sendo decisivo para a indicação do comando do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, da Petrobras, a Petros, e da Caixa Econômica Federal, a Funcef.

No começo dos anos 2000, Gushiken mantinha a empresa Gushiken & Associados juntamente com Wanderley José de Freitas e Augusto Tadeu Ferrari. Com a vitória de Lula da Silva, a companhia mudou de nome e passou a se chamar Globalprev Consultores Associados. O ex-bancário retirou-se da empresa e logo a seguir, coincidentemente, ela passou a celebrar lucrativos contratos com os fundos de pensão[385]. O sucessor de Gushiken e Carneiro, Ricardo Berzoini, tem também sólidos laços com os fundos de pensão. Foi ele o promotor da reforma da previdência que, além de retirar direitos dos servidores públicos, abriu o caminho para a criação da previdência complementar no setor público. Os fundos de pensão estatais e privados foram os grandes beneficiados por essa medida. Berzoini tem sido recompensado. Levantamento feito pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 2009 constatou que 43 diretores de fundos de pensão têm vínculos com partidos políticos, a maioria deles com o PT. Desses diretores, 56% fizeram doações financeiras a candidatos nas últimas quatro eleições e o então presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, recebeu quase um terço delas[386].

A conversão de dirigentes sindicais em gestores financeiros tem um caso exemplar: Sérgio Rosa. Ele começou sua carreira como funcionário do Banco do Brasil, integrando a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo na gestão de Luiz Gushiken. Em 1999, ainda durante o governo de

Fernando Henrique Cardoso, Rosa assumiu um cargo de diretor da Previ, representando os funcionários do banco. Com a posse de Lula da Silva, passou à posição de presidente da Previ, comandando o maior fundo de pensão da América Latina e o 25° do mundo em patrimônio. Após o final de seu mandato, assumiu o comando da Brasilprev, a empresa de previdência aberta do Banco do Brasil. Em janeiro de 2011, aos cinquenta anos, Rosa aderiu ao "programa de desligamento de executivos" do Banco do Brasil e se aposentou.

Conforme indicado no início deste capítulo, na condição de investidores institucionais, o compromisso principal desse grupo de sindicalistas é com a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos. Muitos têm argumentado que, além de gerarem emprego e renda para os trabalhadores, os fundos teriam um papel importante na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis. Ao contrário, os fundos de pensão brasileiros têm atuado como uma linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país e, em consequência, estão financiando a oligopolização econômica com efeitos sobre a intensificação dos ritmos de trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativos das empresas. Isso sem mencionar sua crescente participação em duvidosos projetos de infraestrutura, como a usina de Belo Monte, uma das principais fontes de preocupação dos ambientalistas brasileiros.

Essa função de linha auxiliar do investimento capitalista decorre da própria natureza periférica da estrutura econômica brasileira: como a taxa de poupança privada é historicamente baixa, o Estado é obrigado a recorrer à associação com o capital externo ou ao endividamento a fim de equacionar o problema do investimento capitalista no país[387]. Nas palavras de Gramsci: "O Estado fabrica o fabricante". Os fundos de pensão têm atuado nessa linha, buscando solucionar a relativa carência de capital para investimentos. O curioso é que, no período atual, a aposentadoria do trabalhador, administrada por burocratas sindicais oriundos do novo sindicalismo, está sendo usada para financiar o ciclo de fusões e aquisições de empresas, além de reforçar os investimentos no setor de produção de energia[388]. Ou seja, os fundos de pensão transformaram-se em peças-chaves para a reprodução do atual modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado nos quatro "motores" da acumulação: bancos, mineração, petróleo e agronegócios.

Como era de se esperar, esse modelo transformou a relação do sindicalismo da indústria de *call center* com o Estado. Ao longo de nossas entrevistas com dirigentes sindicais e ativistas de base tanto do Sintetel quanto do Sintratel, a opinião favorável ao governo Lula predominou amplamente. Para justificar sua adesão ao governo petista, os sindicalistas utilizavam frequentes comparações com a Era FHC. Além disso, projetos de formação profissional – sem mencionar acordos com faculdades particulares – implementados pelos sindicatos dependem de recursos do FAT e contam com o apoio de programas federais, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), que distribui bolsas de estudos parciais ou integrais para estudantes de baixa renda financiarem estudos em universidades privadas. Não surpreende, portanto, que a principal iniciativa do governo Lula em relação ao setor de telemarketing – a chamada "Lei do telemarketing", promulgada no dia 1° de dezembro de 2008, que se concentrou exclusivamente nos direitos dos consumidores, nada acrescentando para melhorar as condições de trabalho dos teleoperadores – não tenha motivado, fora as lamentações rotineiras, nenhum protesto por parte dos sindicalistas[389].

Se os sindicatos do setor empenham-se em atuar como uma linha complementar da política federal, ao menos no tocante às greves, o Sintratel tem se mostrado mais ativo do que o Sintetel. E aqui não vem ao caso se trata-se da estratégia deliberada de um para se legitimar no jogo da concorrência pela mesma base do outro. Mais relevante é notar que, apesar das enormes dificuldades de mobilização coletiva existentes no setor, a partir de 2005 as greves vêm ocorrendo com certa frequência na indústria paulistana de *call center*. Trata-se de uma pequena reviravolta na prática política da categoria. Em 2003, por exemplo, ano em que iniciamos nossa pesquisa de campo, com exceção de uma greve defensiva ocorrida na empresa "Quatro/A", não havíamos registrado referências a greves no telemarketing[390].

De fato, o padrão defensivo dos movimentos grevistas no setor começou a se transformar com a afamada greve da unidade da empresa Atento, ocorrida entre os dias 15 e 24 de agosto de 2005, na cidade de São Bernardo. A despeito das demissões não revertidas, o movimento grevista foi considerado vitorioso tanto pelo sindicato quanto pelos teleoperadores, que alcançaram praticamente todas as reivindicações. Outras greves de menor duração, mas com a mesma pauta reivindicativa, passaram a acontecer todos os anos a

partir de então: PLR, creche, reajuste salarial, redução da jornada de trabalho, reajuste do vale-refeição...

**QUADRO 17. Greve no telemarketing**

Episódio fundamental na história do Sintratel, o movimento eclodiu na mesma cidade que, trinta anos atrás, havia assistido ao grande ciclo grevista que originou o novo sindicalismo. Rapidamente os grevistas paralisaram um setor estratégico da empresa: aquele responsável pelo suporte técnico, via telefone, do principal programa de provedor de internet do país da época. As insatisfações dos trabalhadores passavam pela ausência de reajuste salarial nos dois anos anteriores, pela defasagem no auxílio alimentação, pela implementação do banco de horas, pelas precárias condições de trabalho, além de incontáveis episódios de assédio moral.

Com o apoio do Sintratel (e a oposição do Sintetel), o movimento começou quando, diante da redução do valor do vale-transporte, uma centena de trabalhadores improvisou uma assembleia, decidindo organizar protestos que culminaram na paralisação por um dia de aproximadamente quinhentos teleoperadores – razão suficiente para que houvesse prisão de sindicalistas pela polícia e a demissão de inúmeros teleoperadores grevistas. Então, cerca de setecentos dos novecentos teleoperadores da unidade juntaram-se ao movimento, estendendo-o por mais nove dias e reivindicando, além de 17,74% de aumento salarial, o reajuste do vale-refeição de 2,74 para 6 reais, a isonomia salarial e a Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR).

Conforme o depoimento de sindicalistas de base e de teleoperadores entrevistados, além de atrair a atenção de jornais que repercutiram as reivindicações dos teleoperadores, o movimento contou com a ativa e espontânea solidariedade de outros sítios da empresa Atento – algumas operações paralisaram por alguns minutos, outras organizaram grupos para engrossar o piquete grevista em São Bernardo. Ainda de acordo com relatos colhidos, dezenas de paralisações parciais continuaram acontecendo ao longo dos meses de agosto e setembro no sítio da Atento em São Bernardo, estendendo o processo reivindicativo por mais dois meses.

> Outro fato curioso dessa greve é que, embora a representação oficial dos operadores da Atento estivesse a cargo do Sintetel, o Sintratel desde muito tempo vinha buscando se aproximar dos trabalhadores da empresa, fosse por meio da prestação de atendimento jurídico, fosse por meio de panfletagens em frente à empresa. O Sintratel por diversas vezes havia acionado mecanismos jurídicos para assumir a representação oficial dos trabalhadores da Atento, com uma primeira tentativa já em 2001. O argumento utilizado era de que os teleoperadores formavam uma nova categoria de trabalho e que, consequentemente, deveriam ser representados por um sindicato específico. As mobilizações nos cerca de cinquenta dias de paralisações posteriores à greve foram acompanhadas de quatro longas batalhas jurídicas, que ora concediam a um, ora a outro sindicato o direito de representação dos funcionários da Atento[391].

Um exemplo que claramente assinala a passagem de uma pauta reivindicativa defensiva para uma agenda sindical mais avançada no setor também aconteceu na região do ABCD. Entre os dias 22 e 24 de julho de 2008, cerca de 1.200 teleoperadores da unidade de Santo André da CSU Card System, logo seguidos por cerca de 2.500 funcionários da matriz em São Paulo, além daqueles da unidade de Alphaville, paralisaram suas atividades em protesto contra o descumprimento do acordo para o pagamento da PLR. A empresa afirmava não ter lucro suficiente para cumprir o acordo, mas havia informado à Bovespa um lucro de 30,7 milhões de reais apenas no primeiro semestre de 2008. No dia 23 de julho, os representantes da CSU Card System não compareceram a uma audiência de conciliação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), motivando uma auditoria na sede da empresa. Os teleoperadores, então, passaram a protestar todos os dias na frente da unidade de Santo André, depois obtendo ganho de causa na justiça trabalhista.

Durante as entrevistas com teleoperadores e sindicalistas de base no início de 2006, chegamos a registrar o movimento grevista da unidade Marechal Deodoro da Atento:

> Como começa [uma greve]? Começa a fazer motim dentro da empresa. “Não vai ter vale?” Começa aquele burburinho e ninguém vai trabalhar. É uma parada rápida, se faz um corpo mole: “Se vendia 30, hoje vendo 20”. Aí alguém para pra conversar com você, pra te dar atenção, não que vá fazer, mas vai ter de te dar atenção. [...] No ano passado houve uma mobilização de 500 funcionários da Empresa A aqui no “Cera”, onde fica a central de atendimento do Speedy. Foi uma greve construída pelo Sintratel junto com os operadores da

> Empresa A pelo descontentamento. A greve durou cerca de 40 dias. Como eu falei pra você, existem dois lados da moeda, como em toda área existem seus altos e baixos, na área de telemarketing também existe, existem aqueles profissionais que não aguentam mais de indignação, eles querem continuar trabalhando na área, gostam da área, querem progredir na área, porém estão sendo marginalizados, querem fazer alguma coisa. E existem os outros, que gostam da área, mas não querem fazer nada. Ele quer sair de uma empresa e entrar em outra. Ele não quer mais brigar, ele já foi tão marginalizado dentro da empresa, que ele tem certeza que se ele fizer uma greve a empresa vai marginalizar mais ele ainda.[392]

No entanto, ainda influenciados em excesso pela tendência defensiva predominante no início dos anos 2000, interpretamos equivocadamente esse movimento como parte das lutas mais ou menos relacionadas ao reconhecimento da dignidade individual – contra o assédio moral, pelo direito de ir ao banheiro, pela ampliação dos intervalos, pela melhoria dos lanches... Na realidade, movimentos paradistas de caráter mais ofensivo já começavam a emergir naquele momento. Como não estávamos preocupados em analisar em profundidade os movimentos grevistas no setor, não compreendemos a importância que alguns fatores-chaves relativos ao processo de trabalho nas CTAs cumpriam para a formação da solidariedade entre os teleoperadores. Em primeiro lugar, se bem é verdade que as caraterísticas de primeiro emprego no telemarketing, associadas à elevada taxa de rotatividade do trabalho nos *call centers*, tendem a bloquear a ação coletiva, também é verdade que, em um mercado de trabalho onde em cada três empregos criados na iniciativa privada não agrícola dois são em empresas com até dez trabalhadores, pagando, em média, 633,03 reais para seus empregados, a indústria de *call center* passou a ser encarada por muitos como um horizonte ocupacional mais ou menos inescapável[393].

Apesar da intensa rotatividade do trabalho, chegamos a entrevistar teleoperadores – ainda que “lateralizados”, isto é, apresentando diversas experiências de trabalho em telemarketing, em várias empresas diferentes – com até dez anos de experiência no setor[394]. Isso significa que as experiências organizativas e os vínculos sindicais não são simplesmente “perdidos”, mas com frequência levados de uma empresa para outra. Como a oferta de vagas na indústria de *call center* só aumentou ao longo dos últimos vinte anos, o receio de se envolver em um movimento grevista e perder o emprego, ou mesmo ficar “marcado” pelas empresas de telemarketing, apesar de continuar existindo, tende a diminuir. Além disso, a progressiva monopolização da indústria brasileira de *call center* endureceu ainda mais as condições de trabalho, alimentando um acentuado, porém difuso, descontentamento na base[395].

Finalmente, valeria destacar: do ponto de vista do processo de trabalho, a ênfase na necessidade de se alcançar metas por meio do trabalho cooperativo em equipe cria laços de solidariedade entre os teleoperadores que se manifestam em ocasiões de conflito com a empresa[396]. A experiência compartilhada de discriminação por gênero, orientação sexual e raça tende a reforçar esses laços, criando, ao mesmo tempo, certa inclinação para a mobilização coletiva. O mesmo se poderia dizer a respeito da vivência do adoecimento, mais frequente entre as mulheres do que entre os homens no setor. Se bem é verdade que, por um lado, o fato de ser jovem, mulher e não branca produz um efeito disciplinador sobre o grupo de teleoperadores, por outro certas questões interpretadas por elas como abuso de poder dos coordenadores de operações – quase sempre homens brancos – ou casos relatados de assédio sexual costumam ser explosivos nas empresas, catalisando o descontentamento latente e alimentando paralisações de protesto.

As dinâmicas relacionadas ao gênero não se esgotam aí. De acordo com o relato de sindicalistas de base do Sintratel, a existência de um comércio informal de lanches naturais, bolos e salgados, além de bijuterias, cosméticos e roupas, especialmente frequente entre as teleoperadoras mulheres, não apenas contribui para reforçar a renda mensal, mas ajuda também a criar redes horizontais de comunicação entre os trabalhadores que são acionadas durante os protestos, paralisações ou mesmo greves. Na realidade, as questões de gênero, associadas ou não às de raça, somam-se às características do processo do trabalho e ao despotismo fabril, para criar um equilíbrio provisório entre trabalhadoras e gerências. Não por acaso, uma gerente de recursos humanos da Empresa B entrevistada em 2004 relatou preferir recrutar, sempre que possível, gays, pois, segundo sua experiência, estava cada dia mais difícil administrar os conflitos com as teleoperadoras mulheres (em especial as não brancas).

Com isso, não queremos transmitir a impressão simplista de que os teleoperadores formam um grupo mobilizado sindicalmente. O mais correto seria dizer que estamos diante de trabalhadores que, a despeito das dificuldades interpostas à mobilização coletiva pela indústria de *call center*, *começam a formar um embrião de consciência coletiva, forte o suficiente para garantir alguns passos importantes no caminho da auto-organização sindical*. Acrescentaríamos que as mesmas características relativas à

composição e à rotatividade da força de trabalho – baixa remuneração, discriminação de gênero e orientação sexual, forma subalterna de inserção ocupacional nas empresas, qualidade do processo de trabalho e falta de tradição de organização política – não representam obstáculos absolutos para a ação coletiva. Em alguns casos, essas condições podem, ao contrário, favorecer a deflagração da mobilização sindical.

Na verdade, o rápido e concentrado crescimento da indústria de *call center* no país, somado ao acúmulo de experiências no setor por parte dos próprios teleoperadores, tem usualmente favorecido o aparecimento de determinadas reivindicações sindicais de natureza ofensiva, baseadas não mais em questões relacionadas ao uso dos banheiros ou à baixa qualidade dos lanches, mas, por exemplo, em demandas por ganhos salariais reais e pela ampliação da PLR. Isso sem mencionar a resistência cotidiana expressa em paralisações de protesto contra alguma decisão empresarial interpretada como injustificada ou lesiva aos interesses dos teleoperadores. Assim, táticas defensivas de organização coletiva somam-se a ações ofensivas, compondo um quadro multifacetado da auto-organização política dos teleoperadores. Pode parecer pouco, se comparado à história do movimento sindical brasileiro, porém, tendo em vista o modelo de organização do trabalho predominante nessa indústria, além da formação ainda muito recente desse grupo, entendemos que qualquer imagem que associe os teleoperadores à ausência de condições mínimas de participação na luta de classes deve ser imediatamente rejeitada.

Por um lado, verificamos uma resoluta iniciativa, em especial por parte do Sintratel, em aproximar a pauta sindical das demandas formuladas pelos movimentos sociais no país ao longo das décadas de 1980 e 1990: lutas por igualdade de gênero, raça, orientação sexual, acesso à universidade, proteção social... Além disso, o Sintratel buscou não apenas associar-se a outros sindicatos em países onde a Atento mantém operações, como também articular-se com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no intuito de desenvolver projetos contra o assédio moral e a discriminação por orientação sexual. Do seu modo, o sindicato ajudou a promover a ampliação das margens do consentimento popular entre os teleoperadores, aproximando-os de certas demandas históricas dos movimentos sociais no país. Ao mesmo tempo, parece-nos medianamente claro que essa dinâmica sindical traduz a pressão dos teleoperadores sobre as lideranças do movimento por meio dos sindicalistas de base. A despeito da

insuficência das ações, ganhos organizativos oriundos dessa relação de pressão das bases sobre o movimento sindical são facilmente perceptíveis no setor.

Por outro lado, o Sintratel apoiou a reforma sindical promovida pelo governo Lula, buscando tirar proveito da situação: durante nossa pesquisa, pudemos acompanhar a eclosão de uma série de conflitos no sindicato – com relatos de agressões físicas entre diretores – motivados, em grande medida, pelo processo de desfiliação da CUT e de constituição de uma nova central sindical, criada pelo PCdoB (a CTB), com o objetivo exclusivo de receber uma fatia maior do imposto destinado às centrais sindicais. De uma forma ou de outra, o resultado do encontro de demandas represadas dos movimentos sociais com o "transformismo sindical" promovido pelo lulismo representou, sem dúvida, um incremento da tutela do movimento sindical de base pelo aparelho de Estado.

Por intermédio desse tipo de transformismo, o governo Lula conseguiu coroar a incorporação de parte das reivindicações dos "de baixo" com a bem orquestrada reação à subversividade esporádica dos subalternos. Como vimos, da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o *locus* da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado[397]. O fato é que a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal[398].

Assim, André Singer tem toda razão ao afirmar que o programa Bolsa Família, a ampliação do sistema universitário federal com o patrocínio das cotas, o impulso na direção da "reformalização" do mercado de trabalho, a política de reajuste do salário mínimo acima da inflação, a retomada dos investimentos em infraestrutura ou o incentivo ao consumo de massas por meio do crédito consignado, além de tantas outras políticas públicas promovidas pelo governo, de fato colaboraram para solidificar a aproximação do precariado brasileiro ao programa político petista[399]. Aos nossos olhos, seria mesmo legítimo falar em uma espécie de acordo, afiançado pela liderança carismática de Lula da Silva, do governo com os setores mais empobrecidos das classes subalternas do país, que, num

contexto marcado por certo crescimento econômico, perceberam na relativa desconcentração de renda experimentada por aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho um vislumbre de progresso social corroborado, sobretudo, pelo aumento no consumo de bens duráveis.

A ligação entre a recente expansão do acesso ao crédito e o aumento do consumo popular com repercussões positivas sobre a popularidade presidencial já se tornou uma banalidade entre os pesquisadores e jornalistas econômicos[400]. Não causa espanto, especialmente quando pensamos na histórica desigualdade social brasileira e nas carências que essa situação alimenta. De novo, André Singer acertou ao relembrar que o governo Lula da Silva, por intermédio do crédito consignado, disponibilizou dezenas de bilhões de reais que serviram para aquecer o mercado consumidor de famílias de baixa renda no país[401]. A imagem de uma loja das Casas Bahia, rede varejista de móveis e eletrodomésticos, sendo inaugurada na favela Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, ilustra à perfeição esse momento. Sem mencionarmos a recente inauguração de uma agência do Banco do Brasil nessa mesma favela, além dos planos já anunciados pelo banco de abrir outras em comunidades cariocas como Cidade de Deus, Rocinha e Pantanal.

**Teleoperadores: o avesso do avesso**

No entanto, o avesso dessa "hegemonia às avessas" não tem recebido a mesma atenção dos analistas do lulismo. Na realidade, ao enfatizar os resultados eleitorais, as políticas públicas e o transformismo sindical, o debate atual mostrou-se desinteressado em investigar os dilemas e os dissabores vividos por aqueles que se encontram no "coração da atual equação política brasileira", ou seja, o próprio precariado brasileiro. Para verificar essa dimensão, precisamos nos afastar daquele tipo de abordagem que destaca unilateralmente a inelutabilidade da exploração capitalista financeirizada: "O 'olho' do capital está em todos os lugares e dentro dos próprios trabalhadores, realizando, no fim das contas, o desiderato máximo do capital desde seus inícios: o controle total e completo da força de trabalho"[402]. Esse tipo de sociologia que substitui a historicidade da luta de classes por atritos circunstanciais entre imprensa e governo simplesmente não serve para iluminar as potencialidades e os conflitos contidos na construção da hegemonia lulista.

Para tanto, devemos nos municiar de outro tipo de sociologia: a teoria da inquietação operária elaborada pelas sociologias do trabalho aplicada, pública e crítica durante a vigência do fordismo no país. Ao debruçar-se sobre os dilemas do reformismo em condições capitalistas periféricas, essa teoria elaborou uma descrição acurada da reprodução das bases da regulação populista. Como argumentamos no segundo capítulo, da combinação dessas diferentes abordagens foi possível extrair duas indicações sobre a hegemonia precária do modelo de desenvolvimento fordista periférico:

1. De um ponto de vista *realista*, diríamos que, plasmado por condições capitalistas periféricas, um regime de acumulação intensivo em acelerado ritmo de crescimento cristalizou uma face despótica que tende a bloquear qualquer concessão aos trabalhadores. A reprodução desse regime de acumulação não apenas fragilizou o reformismo político nacional-desenvolvimentista, como também alimentou a crescente insatisfação operária com os limites do modelo de desenvolvimento. Por sua vez, o aumento dessa insatisfação promoveu uma intensa pressão política, golpeando os sindicalistas e a regulação populista. No intuito de legitimar-se diante das massas, os governos populistas passaram a relacionar-se com as lideranças sindicais a fim de acolher parte da pressão dos "de baixo", numa barganha que acabou politizando ainda mais o precariado urbano.
2. De uma perspectiva *construtivista*, diríamos que, pressionado pelos baixos salários, o precariado migrante inclinou-se na direção da qualificação profissional que em alguma medida foi alcançada, mas à custa da elevação da taxa de exploração da força de trabalho. A difícil passagem do campo para as cidades e a experiência do trabalho degradado na indústria da construção civil[403] somadas ao despotismo fabril nas indústrias química e metalúrgica, além das dificuldades de progredir na estrutura ocupacional das empresas, ampliaram a inquietação que, transbordando os diques sindicais, assumiu a forma de uma luta política aberta. A busca do precariado por soluções para os dilemas de sua inserção subalterna no regime de acumulação despótico promoveu a transformação do modelo de desenvolvimento. Em síntese, a velha aliança empresarial-policial foi substituída pela nova aliança empresarial-militar.

**QUADRO 18. A inquietação operária hoje**

Na realidade, o que a sociologia da inquietação operária permite revelar é a *estreita margem de concessões aos trabalhadores consentida pelo modelo de desenvolvimento periférico*. Por sua vez, a escassez de contrapartidas tende a erodir os fundamentos da cidadania salarial brasileira. Mesmo a celebrada política de aumentos do salário mínimo acima da inflação praticada pelo governo federal desde 2006 serve para ilustrar a precariedade dessa cidadania. Apenas para efeitos comparativos, vale lembrar que o Dieese calcula que o salário mínimo necessário para o trabalhador suprir despesas básicas familiares com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, como determina a Constituição Federal, deveria ser de 2.349,26 reais (março de 2011). Para o cálculo do salário mínimo de 2012 (622 reais), o governo federal repassou o índice da inflação, acrescentando a variação do PIB no período.

Assim como aconteceu durante a hegemonia populista, o atual regime de acumulação pós-fordista consolidou uma face despótica que alimenta uma insatisfação difusa na base, cuja regulação lulista dos conflitos trabalhistas começa a emitir seus primeiros sinais de fadiga. Bastaria lembrarmos a onda de paralisações, greves e rebeliões operárias que se espalhou em março de 2011 pela indústria da construção civil, atingindo algumas das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal: 22 mil trabalhadores parados na Hidrelétrica de Jirau em Rondônia; 16 mil na Hidrelétrica de Santo Antônio; alguns milhares na Hidrelétrica de São Domingos no Mato Grosso do Sul; 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia e Ceará; dezenas de milhares no Complexo Petroquímico de Suape em Pernambuco, e por aí vai… Tudo somado, o Dieese calculou em 170 mil o número de trabalhadores que, somente em março de 2011, cruzaram os braços.

Sem mencionar outras importantes greves nacionais ocorridas em 2011, como a dos bancários e a dos trabalhadores dos correios, por exemplo, e o impulso grevista permaneceu ativo em 2012. Em Belo Monte, cerca de 7 mil trabalhadores espalhados por todas as frentes de trabalho da usina hidrelétrica cruzaram os braços por 12 dias. No

> Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), localizado em Itaboraí (RJ), pelo menos 15 mil trabalhadores entraram em greve no dia 9 de abril, permanecendo 31 dias parados. Ainda no início do ano, foram registrados 10 dias de greve em Jirau e na plataforma da Petrobras em São Roque do Paraguaçu (BA), além de novas paralizações em Suape, greves em várias obras dos estádios da Copa do Mundo de futebol etc.
>
> Nas pautas operárias, encontramos invariavelmente demandas por reajuste dos salários, adicional de periculosidade, equiparação salarial para as mesmas funções, direito de voltar para as regiões de origem a cada noventa dias, fim dos maus-tratos, melhoria na segurança, na estrutura sanitária e na alimentação nos alojamentos… Ou seja, demandas que nos remetem ao velho regime fabril despótico, agora revigorado pelas terceirizações e pelas subcontratações. Apesar disso, os efeitos positivos do crescimento econômico sobre os rendimentos do trabalho somados ao impacto das políticas sociais têm garantido fôlego ao atual modo de regulação, assegurando boas doses de popularidade, traduzida em apoio eleitoral, aos gestores lulistas.

Naturalmente, seria um erro interpretar o presente como uma simples reprodução do passado. E não nos parece ser esse o caso. As circunstâncias históricas são outras, e novas forças externas e diferentes processos internos promovem efeitos muito distintos sobre o precariado no país. No entanto, a experiência recente dos teleoperadores brasileiros nos remete à *dimensão construtivista da sociologia da inquietação operária*: pressionados pelos baixos salários, esse precariado pós-fordista inclina-se para os direitos sociais e para a qualificação profissional, que são alcançados pela combinação do emprego no *call center* com a faculdade particular noturna. Mas isso não é suficiente para garantir o progresso ocupacional. Afinal, 94% dos empregos criados no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2003 e 2010 pagam até um salário mínimo e meio. Além disso, a transição dos empregos servis e informais – trabalho doméstico, por exemplo – para postos na indústria de *call center*, percebida como um progresso pelos teleoperadores, rapidamente revela sua outra face: o regime despótico infotaylorista. A angústia do precariado alimentada pelos baixos salários e por duras condições de trabalho volta-se por fim para os sindicatos, que se veem obrigados a lançar mão de uma série de iniciativas inovadoras com a

finalidade de responder à nova dinâmica do conflito industrial produzida pelo crescimento do setor. Nesse caminho, os sindicatos buscam conectar os teleoperadores às políticas públicas do governo federal, aliviando a insatisfação operária ao aproximá-los do atual modo de regulação.

No entanto, essa aproximação também promove o efeito inverso ao revelar para os teleoperadores a escassez de contrapartidas inerente à cidadania salarial pós-fordista. Um exemplo pode ser percebido na financeirização do consumo popular por meio do aumento do crédito consignado. Relembremos, aqui, o relato de uma teleoperadora que, em fevereiro de 2006, dizia:

> As meninas acabam de entrar na Empresa A e já pegam um cartão [de crédito]. No primeiro mês, compram roupa de marca, celular, DVD e TV de última geração, e depois ficam "penduradas" pra pagar tudo. Daí é aquilo que todo mundo sabe: ficam se matando na PA porque têm que pagar o cartão...[404]

Em primeiro lugar, não deixa de ser notável que os mesmos trabalhadores responsáveis por alcançar, ainda que à custa de sua saúde, as metas de vendas de produtos financeiros, como o cartão de crédito, por exemplo, estão usualmente pressionados por suas próprias dívidas com as empresas financeiras. Entretanto, a ligação estabelecida entre a deterioração das condições de trabalho e o aumento do consumo é que chama mais a atenção no depoimento da teleoperadora. Aos nossos olhos, essa "potencialidade negativa", diria Luiz Pereira, invisível para as enquetes eleitorais, atualiza as bases da hegemonia precária entre os teleoperadores paulistanos.

Em suma, após pesquisar esses trabalhadores e seus sindicatos, a imagem que fica não é a de uma fração de classe que "realiza o desiderato máximo do capital desde seus inícios: o controle total da força de trabalho"[405]. Na realidade, os teleoperadores configuram um fenômeno marcadamente ambivalente em termos ideológicos. Se bem é verdade que possuem escassa experiência política, já começaram a construir suas greves; se não se interessam por partidos, sabem manifestar suas insatisfações dentro e fora das empresas; associam a ampliação do consumo popular à continuidade do lulismo, mas não se iludem com o "milagre" do crédito subsidiado pelo governo... Ou seja, carregam, ainda que em estado latente, o potencial de negação do regime de acumulação pós-fordista, o classismo prático, capaz de golpear o atual modelo de desenvolvimento dirigido pela burocracia lulista.

Do ciclo de crescimento econômico com relativa desconcentração de renda entre aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho, os

teleoperadores extraíram lições que, em vez de uma atitude dependente do Estado, alimentam um *estado mais ou menos permanente de inquietação social*. Aderiram por hora à hegemonia lulista, mas não devemos nos enganar: o signo da passividade simplesmente não os traduz. Ao contrário, mais correto seria reconhecer aí uma espécie de pressão popular inorgânica, muito familiar aos sindicalistas que atuam no setor[406]. Uma pressão que pode, caso a desconcentração de renda entre os que vivem do trabalho seja interrompida, transbordar as barreiras diligentemente erguidas pelo movimento sindical no intuito de desviá-las para longe do governo.

## Considerações finais

Evidentemente, os caminhos seguidos pela angústia do precariado serão muito diferentes daqueles de cinquenta anos atrás. Antes de mais nada, não vivemos mais o período da Guerra Fria e, apesar da crise econômica mundial e da Revolução Árabe, a luta socialista ainda não retornou à ordem do dia. A busca do precariado por soluções para os dilemas de sua inserção subalterna no atual regime de acumulação provavelmente não transformará o modelo de desenvolvimento periférico como no passado. Além disso, como vimos, o transformismo da burocracia lulista criou raízes muito mais profundas no Estado e nas empresas do que qualquer sindicalista populista jamais imaginou: apoiada no controle do aparato estatal e gerindo o investimento capitalista no país, essa burocracia insinua solidificar um tipo de dominação de fazer inveja a Getúlio Vargas. Entretanto, não devemos nos esquecer de que as condições econômicas e políticas que alimentam a angústia do precariado não foram superadas pelo atual modelo.

De volta à história do populismo brasileiro, lembremos que a superestimação dos empregos não operários pelos trabalhadores recém-chegados do campo foi um fenômeno largamente documentado pelas etnografias que se ocuparam da formação da nova classe operária brasileira entre os anos 1930 e 1960. Decorrente do estranhamento causado pelos primeiros contatos com o fordismo periférico, os operários invejavam o trabalho em escritórios e desejavam que suas filhas pudessem estudar, abandonar os empregos de domésticas e ocupar tais vagas no futuro. Interpretada pela nascente sociologia brasileira do trabalho profissional como prova do individualismo que, supostamente característico desse grupo social, dissolvia a identificação dos trabalhadores no ambiente social operário, a aspiração de se libertar das cadências infernais da linha de

montagem, refugiando-se nos escritórios, confundiu-se com o sentimento de impotência diante da grande empresa fordista.

No final dos anos 1970, a história da emergência do novo sindicalismo, tendo Lula da Silva à frente, mostrou que a imaginação sociológica simplesmente não foi capaz de captar de maneira correta as aspirações dos operários brasileiros. Ao contrário, a burocracia sindical, que liderou o ciclo grevista de 1978-1980, sim. Hoje, as filhas – e as netas – daqueles operários frequentam uma faculdade particular noturna, abandonam os empregos de domésticas e se estabelecem em grande número nos escritórios: como vimos, não faltam vagas na indústria pós-fordista de *call center*, especialmente no Nordeste do país. Resta saber se elas permanecerão silentes diante dos baixos salários, da alta rotatividade, da intensificação dos ritmos de trabalho, da discriminação racial, do assédio sexual e do adoecimento que marcam o setor. Ou se, ao contrário, decidirão seguir o caminho percorrido por seus pais – e avós – trinta anos atrás. Ao que tudo indica, elas já iniciaram a jornada.

**QUADRO 19. Nota metodológica**

A pesquisa de campo que deu origem a este capítulo orientou-se pela *metodologia do estudo de caso ampliado*. Para tanto, combinamos ao longo de um período de tempo de aproximadamente cinco anos técnicas de pesquisa apoiadas em questionário diretivo com técnicas qualitativas de observação etnográfica[407]. Após uma etapa exploratória que durou cerca de três meses, quando foi realizado um primeiro conjunto de entrevistas não diretivas com teleoperadores com a classificação das respostas obtidas e a elaboração do questionário estruturado, a pesquisa de campo propriamente dita foi iniciada, no segundo semestre de 2004, estendendo-se, no tocante às entrevistas em profundidade, até o primeiro semestre de 2006. Do ponto de vista dos principais passos percorridos pela pesquisa nessa primeira etapa, procedemos da seguinte maneira: 1) visitas a duas empresas para observação direta do modo de organização do trabalho e do processo industrial de produção da relação de serviço; 2) realização de entrevistas com os principais atores (gerentes, coordenadores de operações, monitores de qualidade, supervisores, sindicalistas e teleoperadores) envolvidos no processo e na organização do trabalho; 3) aplicação de questionário entre os

teleoperadores objetivando apreender informações a respeito dos ritmos de trabalho, perspectivas de carreira, tempo de realização da operação, relações de cooperação, atividades de supervisão, política de metas das empresas e tempo de intervalo para descanso; e 4) realização de entrevistas em profundidade com teleoperadores[408].

Para tanto, selecionamos as duas principais empresas do mercado brasileiro de *call center*, chamadas "Empresa A" e "Empresa B". Trata-se de empresas que monopolizam o mercado no Brasil. Para efeito ilustrativo, em 2012, o número somado de funcionários das duas empresas pesquisadas era de 159.508 – distribuídos da seguinte maneira: Empresa A, 75 mil; Empresa B, 81.508. Em número de posições de atendimento (PAs), a Empresa A apresentava 36 mil e a Empresa B, 48.233. Todas as demais 18 maiores empresas do setor somadas sustentavam 180.301 funcionários e 57.670 PAs. Percentualmente, isso equivaleria a dizer que, em número total de funcionários, as empresas A e B somadas representavam, à época, 47% do setor. Em número de PAs, as empresas A e B abocanhavam juntas 60% do mercado. Como não poderia deixar de ser, são empresas que operam com tecnologia de ponta para o setor, além de contar com um diversificado leque de clientes institucionais provenientes dos mais diferentes setores econômicos – especialmente telecomunicações, bancos, empresas de internet, instituições governamentais, administração pública, serviços médicos, companhias de energia e indústrias. Os serviços oferecidos aos clientes eram, em sua maioria, direcionados a pesquisa, agendamento, cobrança e venda (telemarketing ativo); *bank-phone*, serviço de atendimento ao consumidor (SAC), agendamento, *help desk*, pesquisa e venda (telemarketing receptivo); além de serviços associados à internet, como correio eletrônico, *chat*, *co-browsing*, videoconferência; também eram oferecidos, em menor medida, serviços de banco de dados, consultoria e assinaturas. Em nossa pesquisa de campo, procuramos entrevistar teleoperadores dessas diferentes áreas.

Entendemos que, pelo fato de serem empresas que, ainda hoje, definem os parâmetros de atuação no setor, todos os demais *call centers* brasileiros procuram balizar sua estratégia concorrencial pelas duas líderes. Isso tende a equalizar as condições de trabalho e, em grande medida, de remuneração dos teleoperadores. Assim, essas empresas

transformam-se em um campo privilegiado para o estudo do comportamento dos trabalhadores do setor. Além disso, vale lembrar que nossas obvervações de campo foram realizadas em sítios considerados “referência” pelas próprias empresas. Isso equivale dizer que, seja por seu tamanho – cerca de 2.400 teleoperadores em cada um deles –, seja pela variedade de operações, tratava-se à época de uma amostra representativa da realidade do processo de trabalho de cada uma das duas empresas.

As visitas ocorreram durante os meses de março, abril e maio de 2005 (Empresa B) e maio de 2005 (Empresa A). Foram realizadas entrevistas com uma gerente de RH (Empresa B), com coordenadores de operações (Empresas A e B) e com supervisores (Empresas A e B); além, é claro, de conversas informais – não gravadas – com teleoperadores em período de intervalo destinado ao lanche nos setores. Ao todo, foram cinco visitas na Empresa B e três na Empresa A. Infelizmente, as entrevistas com os teleoperadores não puderam ser realizadas em espaços reservados – distantes, portanto, da vigilância de gerentes, coordenadores ou supervisores –, sob a alegação de “política da empresa” e “interferência no trabalho”.

Tendo em vista essas limitações, o acesso aos teleoperadores foi viabilizado pelos sindicatos que atuam no setor – o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo (Sintetel) e o Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel). O contato com os teleoperadores deu-se por meio de dois instrumentos principais, um questionário contando onze questões fechadas e entrevistas estruturadas e em profundidade com questões abertas baseadas na interpretação preliminar dos dados colhidos por meio dos questionários. Estes foram aplicados em três finais de semana diferentes, nos meses de abril e maio de 2005, durante atividades de apresentação do sindicato (Sintetel) aos teleoperadores das empresas A e B, em uma chácara localizada às margens da rodovia dos Imigrantes, na cidade de Santo André. As entrevistas em profundidade foram realizadas nos meses de julho de 2005, junho e julho de 2006 e janeiro e junho de 2007 em atividades organizadas pelo Sintetel e pelo Sintratel e realizadas nas sedes dos sindicatos localizadas na cidade de São Paulo.

Conduzida junto a sindicalistas dos dois principais sindicatos que atuam no setor na cidade de São Paulo, a segunda etapa de nossa pesquisa de campo foi empreendida ao longo de três meses de observação participante em 2009[409]. Foram realizadas dezoito entrevistas em profundidade com diretores sindicais e ativistas de base. Além disso, empreendemos 23 entrevistas com teleoperadores durante seus intervalos de trabalho e quando eles recorriam aos sindicatos a fim de encaminhar demandas trabalhistas. Nessa etapa, procuramos, por intermédio da observação sistemática, distinguir as *forças externas* – relação dos sindicatos com as centrais sindicais, assim como com o aparelho de Estado – dos *processos internos* – relação dos sindicalistas com os teleoperadores, táticas de aproximação e de mobilização dos trabalhadores – que moldam a ação coletiva no setor. Assim, foi possível compreender reflexivamente os alcances e os limites da ação sindical em relação às expectativas trabalhistas dos teleoperadores. Além disso, as entrevistas proporcionaram informações-chave para analisarmos a íntima conexão existente entre o regime fabril despótico – alta taxa de rotatividade da força de trabalho, inexistência de mercados internos, forte taxa de enquadramento, modelo gerencial autocrático... – e a mobilização grevista observada após 2005 na indústria paulistana de *call center*.

# “LET’S PLAY THAT?”

*E de bater na máquina como se fosse com a ponta da cabeça, uma letra pra Naná e uma música com Macalé – dois anos depois do desastre, pleno setenta. Eis a cantiga: “Quando eu nasci/ um anjo morto/ Louco solto louco/ Torto pouco morto/ Veio ler a minha mão:/ Não era um anjo barroco:/ Era um anjo muito pouco,/ Louco, louco, louco, louco/ Com asas de avião;/ E eis que o anjo me disse/ Apertando a minha mão/ Entre um sorriso de dentes:/ Vai bicho:/ desafinar o coro dos contentes”. Agora então: Let’s play that? Let’s play that? Let’s play that? Câmbio, Macau.*

Torquato Neto, *Let’s play that?*, 1972[410]

Outros já observaram que o instante da conclusão é um tanto ou quanto improvável. Afinal, quando nos sentimos mais confiantes para renovar hipóteses e especular acerca de investigações futuras somos forçados a abandonar o palco a fim de inventariar nossos muitos dilemas ou sumariar nossos parcos achados. Em vez de enfrentar o devir, acabamos nos contentando em remoer o passado... Como ir além dessa limitação? Certa feita o mestre idealista da contradição sugeriu outra abordagem dessa relação temporal. Para Hegel: “[...] Avançar é um retroceder ao fundamento, ao originário e ao verdadeiro, do qual depende o princípio com que se começou e pelo qual a realidade se produziu”[411]. Ou seja, avançar significa retroceder ao núcleo racional, àquele “princípio” do mundo social que apenas se insinua por detrás das turbulências aparentes. Assim, em certa medida, o fim da jornada já se encontraria determinado no início.

Este trabalho percorreu uma trilha assemelhada: um retorno ao núcleo da hegemonia lulista cujas raízes debruçam-se na transformação do fértil terreno da práxis política proletária. Para tanto, fomos guiados pela sociologia pública de outro mestre da dialética para quem não é possível analisar a reprodução capitalista na periferia sem romper com os formalismos próprios ao pensamento reformista. Ou seja, sem destacar a unidade orgânica e contraditória existente entre o atraso e o moderno[412]. No entanto, e esse é um ponto fundamentalmente importante em se tratando da dialética materialista, de nada adianta levantar o problema da contradição

entre o atraso e o moderno se não considerarmos: 1) a "conexão *necessária* das forças de um determinado conjunto de fenômenos"; e 2) a "lógica interna objetiva da evolução e da luta das diferenças, da polaridade"[413].

Na realidade, a dialética da modernização periférica não se submete à fixação de um *télos* abstrato – para alguns, o próprio crescimento econômico interpretado como um fim em si mesmo –, supostamente capaz de superar o subdesenvolvimento brasileiro. Em síntese, e essa é a sugestão de Chico de Oliveira, o núcleo racional do problema deve ser buscado na história da dominação do atraso sobre o moderno na periferia do sistema. Evidentemente, isso não implica afirmar que, do ponto de vista dos trabalhadores, não existam tendências progressistas no atual momento hegemônico. (A retomada das mobilizações grevistas em escala nacional, a diminuição da miséria absoluta por meio do programa Bolsa Família e a ampliação do sistema público universitário federal são exemplos de avanços alcançados pelos trabalhadores.) Apenas reconhecemos que a evolução das lutas de classes no país é, fundamentalmente, reprodutivista e, em consequência, conservadora.

De fato, ao criticar o "termidor neoliberal" iniciado em 1990, Chico soube destacar a forma atroz que a história da modernização periférica teima em (re)assumir no Brasil: a reprodução das próprias condições de produção do trabalho barato limita a renovação permanente da base técnica do capital, retroalimentando o ciclo vicioso do subdesenvolvimento. E como a reprodução da força de trabalho abaixo de seu valor tende a enfraquecer a continuidade da acumulação do capital (basicamente, devido aos mercados mantidos dentro de limites estreitos pelos baixos salários e pelas reduzidas necessidades proletárias e semiproletárias), investir fora da indústria de transformação – em especial, quando se pode contar com a segurança da capitalização via financiamento da dívida pública – tende a se tornar mais atraente para o proprietário de capital. Em consequência, o aumento do investimento em setores improdutivos (setor de serviços, bancos etc.) passa a pressionar o mercado de trabalho no sentido do alargamento do exército de proletários e semiproletários subempregados. A financeirização do capital desposa a precarização do trabalho e o atraso continua dominando o moderno[414].

Eis nosso "princípio". Se isso não dista um centímetro de sua tese de 1972, é menos um problema de falta de imaginação do sociólogo do que o reconhecimento de como o capitalismo (ainda) funciona nestas bandas. No

entanto, nem tudo é mera repetição. A transformação da burocracia cutista em sócia minoritária do regime de acumulação financeirizado introduziu um desafio novo à sociologia pública marxista: agora, precisamos explicar por que diabos aqueles diques erguidos pelos subalternos ao longo dos anos 1980 e começo dos 1990 contra a corrente despótica econômica estão sendo enfraquecidos pelas mesmas forças sociais que haviam ajudado a levantá-los algumas décadas atrás. Afinal, pacifistas convictos não costumam tornar-se generais e, certamente, nunca chegarão a chefe do Estado-Maior. Então, por que a burocracia sindical ajudou a transformar a dominação financeira do aparato estatal no principal mecanismo de controle capitalista no país? Qual o sentido da hegemonia lulista[415]?

O recente aumento dos acidentes e das mortes no trabalho, a resiliência do número absoluto de trabalhadores submetidos à informalidade, a concentração da massa dos empregos na base da pirâmide salarial ou a elevação da taxa global de rotatividade e de terceirização da força de trabalho dão ideia da desagregação social que a ortodoxia rentista afiançada pela "Carta ao Povo Brasileiro" assegurou ao país na década de 2000[416]. Por seu lado, a teoria da formação da "nova classe" somada à tese da hegemonia às avessas ajudaram a esboçar uma resposta sociológica ao enigma da conversão do petismo ao rentismo globalizado: para pilotar o modelo de desenvolvimento pós-fordista no país sem romper com o ciclo da valorização financeira só mesmo pacificando as fontes do trabalho barato, daí uma modesta desconcentração de renda na base da pirâmide salarial a fim de garantir uma severa concentração de capital financeiro no cume do regime de acumulação. Tudo somado ao "transformismo" da direção histórica dos movimentos sociais no país[417].

Somente alguém acostumado a sustentar posições e argumentos tão contrários à voz corrente na esquerda brasileira para, nas palavras do anjo torto do tropicalismo, "desafinar o coro dos contentes" com sua sociologia pública. "*Let's play that*" *so*. Quase no apagar das luzes do segundo governo de Lula da Silva, Chico voltou à carga, revisitando em um breve ensaio a longa lista de nossas frustrações republicanas para testar sua nova hipótese: *o lulismo representou a cristalização do atraso como técnica de dominação de classes no país*. Contrastando as eras Vargas e Lula, ele destacou, além da importância da modernização econômica da estrutura social, a função progressista cumprida pela regulação populista no tocante aos direitos sociais dos trabalhadores. O mesmo não podia ser dito dos oito anos de

governo de um ex-sindicalista rendido ao poder dos bancos e do latifúndio. Revirando os termos do debate, enquanto o populismo contribuíra para a expansão da cidadania salarial no país, o lulismo teria destruído os músculos da sociedade civil brasileira em benefício de um modelo de desenvolvimento mais parecido com uma plataforma internacional de valorização financeira. "Quem governa, o atraso ou o avanço?" E Chico respondeu: "O atraso domina!"[418].

A reprodução do rentismo, a substituição do peso relativo da indústria de transformação por indústrias de baixo valor agregado (mineração, petróleo, agroindústria...), a legalização das terras griladas, a corrupção governamental endêmica e a flagrante apatia dos movimentos sociais apontam para a envergadura da atual regressão política: "O governo Lula só faz aumentar a autonomia do capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de [...] aumentar a participação democrática"[419]. Ao alimentar o mito da superação da crise por meio do aumento constante do consumo popular engendrado pela racionalização das políticas públicas federais, a regulação lulista despolitizou a classe trabalhadora[420]. Eis o avesso da práxis do precariado. Este trabalho buscou juntar as duas pontas das considerações dialéticas de Chico sobre a modernização social: por um lado, exploramos a tese de que, para prosperar, o capitalismo brasileiro necessita reproduzir permanentemente as condições econômicas e políticas de produção do trabalho barato; por outro, a ideia de que o transformismo petista fortaleceu essas condições de produção ao garantir que a extração da mais-valia encontrasse menos resistência entre os subalternos.

Se a formação do moderno precariado urbano no país permitiu que refletíssemos sobre a primeira parte dessa difícil equação, a transformação da hegemonia lulista autorizou-nos a avançar sobre a segunda. E, afinal, o que amarra essas pontas, senão a pacificação de uma prática política cujo impulso historicamente alimentou-se da reprodução das condições sociais de produção do trabalho barato no país? Daí a necessidade de mirarmos a arqueologia dessa práxis: por meio de etnografias operárias, estudos de caso e revisitas focadas, investigamos o surgimento de uma relação social peculiar, cujo cerne é um reformismo plebeu organizado em torno da luta pela efetivação e ampliação da cidadania salarial, sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e politicamente balizado pela crença na capacidade de decisão das bases. Seja por meio de greves, seja pela busca de

qualificações profissionais, acompanhamos a formação e o amadurecimento desse instinto classista em permanente litígio com a reprodução das condições de produção do trabalho barato no país. Assim, pudemos seguir suas trilhas antes e depois do golpe militar de 1964.

Comparando esses momentos, foi relativamente fácil perceber a habilidade do precariado brasileiro de transitar muito rápido da aparente acomodação reivindicativa à mobilização por direitos sociais. Por detrás dessa característica, localizamos um regime despótico de acumulação a nutrir um estado de inquietação social suficientemente forte para tornar problemática a reprodução tanto da regulação populista quanto da autoritária. Ao bater-se por direitos sociais e liberdades políticas, o precariado brasileiro enfileirou-se junto aos batalhões vanguardistas, ao ponto de assumir a direção da luta pela redemocratização do país. Então, como interpretar que aquela direção histórica forjada no ciclo das greves do final dos anos 1970 tenha, duas décadas e meia depois, ido parar do lado passadista? Como compreender a reviravolta denunciada por Chico? É óbvio que não há respostas simples para essas questões. Tampouco foi essa nossa intenção.

Aqui, destacamos apenas uma dimensão relativamente ausente das principais análises do atual modo de regulação, ou seja, a arqueologia da hegemonia lulista: a necessidade de investigar a origem de uma relação social politicamente pragmática enraizada no consentimento ativo das direções sindicais à liderança de Lula da Silva combinada com a pacificação, por meio da negociação de pequenas concessões aos trabalhadores, do ânimo combativo das bases. E, no momento mais improvável, ou seja, nas duas greves com a tomada da Ford, em 1981, argumentamos que o desmanche do classismo prático já se insinuava na forma da restauração das bases do poder burocrático. No entanto, aquela pulsão plebeia foi forte o bastante para animar um longo ciclo grevista que se estendeu, com avanços e recuos, até os 32 dias de greve dos trabalhadores petroleiros, em maio de 1995[421]. Além disso, esse impulso foi decisivo para a criação do principal partido político do país, além da mais importante central sindical brasileira.

Aos nossos olhos, a política do precariado esteve presente na base dessa pulsão. E para melhor compreendê-la tivemos de investigar os processos internos e as forças externas que moldaram a trajetória e o destino histórico dessa práxis. Daí a necessidade de revisitarmos os estudos pioneiros da sociologia do trabalho no país, contextualizando as teorias levadas a campo

por sociólogos dedicados a interpretar a reprodução contraditória do sistema na periferia do capitalismo. Tratou-se de um recurso reflexivo que se mostrou bastante útil para a apreensão da multidimensionalidade do objeto do conhecimento: além de facilitar a separação entre a teoria e o conteúdo etnográfico, a análise dos estilos sociológicos permitiu-nos reconstituir uma visão mais nuançada daquele admirável conjunto de trabalhos[422].

E, ainda que de forma provisória e imprecisa, nosso breve estudo de caso da indústria paulistana do *call center* apoiou-se nas lições deixadas por aqueles diferentes estilos sociológicos. Explorando sua interdependência antagonista, buscamos reconstruir e testar uma teoria capaz de lançar alguma luz sobre o atual modelo de desenvolvimento. Em primeiro lugar, identificamos o significado da dominância da lógica da valorização rentista sobre uma fração representativa do precariado no país: exploração crescente, adoecimento e elevada rotatividade da força de trabalho. Uma lógica que dialoga com o sistema fabril despótico característico do fordismo periférico. Ademais, acompanhamos a transição do precariado da informalidade para a formalidade, suas tentativas de ascender na estrutura sociocupacional por meio da faculdade noturna, seu orgulho por trabalhar em uma empresa "moderna" e, por fim, o ciclo gerencial que fatalmente desagua na demissão. Um ciclo sempre renovado pela entrada de novos contingentes de jovens trabalhadores em busca do primeiro emprego com carteira assinada.

À procura de direitos sociais, qualificações profissionais e mobilidade sociocupacional, o grupo paulistano de teleoperadores enredou-se progressivamente nas tramas do regime despótico da indústria pós-fordista do *call center*, acumulando suas próprias experiências. Ao perseguir metas cada dia mais difíceis, o teleoperador com frequência transfere seu salário para o ensino superior privado, percebendo tardiamente que, ao se graduar, as oportunidades de emprego para alguém com um diploma de publicidade, jornalismo ou administração, obtido em uma faculdade na periferia, continuam no telemarketing. Submetidos ao sistema de alta rotatividade vigente no setor, os teleoperadores "lateralizam-se", ou seja, circulam de uma operação para outra e de uma empresa para outra. Uma trajetória entrecortada apenas pelo seguro-desemprego e por breves incursões no mercado de trabalho das "babás" da cidade de São Paulo. Contudo, o desejo de ampliar seus direitos sociais associado à oferta crescente de vagas no *call center* atraem-nos de volta para as PAs. E o ciclo recomeça[423].

A despeito das dificuldades para progredir no setor, ou mesmo manter-se nele, é preciso reconhecer que a regulação lulista ajudou a construir entre os teleoperadores um consentimento passivo ao atual modo de regulação. Assim, as políticas públicas do governo federal funcionam como um "amortecedor" para a insatisfação no telemarketing: como o piso da categoria na cidade de São Paulo é proporcionalmente menor do que o salário mínimo – a jornada de trabalho é de seis horas –, os reajustes do mínimo acima da inflação beneficiam diretamente os teleoperadores. Sem mencionar a importância do "Programa Universidade para Todos" (Prouni) para a formação superior dos trabalhadores do telemarketing, vale lembrar que o crédito consignado também é outra política pública federal muito popular nessa indústria. Tudo somado, não causa espanto que uma opinião majoritariamente favorável ao governo federal prevaleça entre os teleoperadores[424].

Uma popularidade que transita do consentimento passivo ao ativo: a consolidação do regime de acumulação financeirizado somado ao transformismo cutista acelerou a burocratização do sindicalismo no país. Já em meados da década de 1990, o sistema de solidariedade operária característico do fordismo periférico entrou em acelerado declínio: a reestruturação produtiva das empresas (contratualização, informatização, terceirização...) associada ao ciclo das privatizações e ao aumento do desemprego, tendo em vista os sucessivos ajustes estruturais da economia, endureceu a concorrência entre os trabalhadores. Em sua maioria, os sindicatos e as centrais sindicais optaram pelo pragmatismo, negociando perdas menores e atuando na defesa do emprego. O caminho da integração do movimento sindical às políticas públicas de qualificação da força de trabalho financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) já estava bastante avançado antes mesmo do fim da década de 1990. E a vitória de Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 coroou o avanço desse processo com a transformação de sindicalistas em gestores de formidáveis recursos financeiros.

Negação do sindicalismo populista, o novo sindicalismo negou sua própria negação ao assumir a direção do modelo de desenvolvimento pós-fordista no país, cuja reprodução supõe a pacificação da política do precariado. O reformismo petista deixou de ser plebeu para transformar-se em um reformismo (quase sem reformas) de gabinetes. No entanto, da mesma maneira que a reprodução do regime de acumulação despótico

alimentou a inquietação operária, pressionando a regulação populista, também o atual regime de acumulação financeirizado pressiona a regulação lulista, complexificando a reprodução das condições sociais de produção do trabalho barato no país. Torna-se claro que aqui não há nenhuma linearidade. Ao contrário, a hegemonia lulista provou-se politicamente mais estável do que o populismo. Não é de espantar. Além da conjuntura internacional distinta e de certo crescimento econômico, o poder burocrático nunca foi tão forte quanto agora: controle de ministérios, da máquina eleitoral, das principais centrais sindicais, das empresas estatais, dos fundos de pensão...

Mesmo que à custa da "destruição dos músculos da sociedade civil brasileira", como argumentou Chico de Oliveira, a hegemonia lulista é a superação dialética do populismo. No entanto, vale destacar que a investigação do grupo de teleoperadores da cidade de São Paulo permitiu-nos observar a gestação de um instinto reformista plebeu, implícito, velado, envergonhado de si mesmo, mas ainda assim um autêntico instinto classista em estado prático, aparentado daquela práxis que marcou a história do precariado fordista no país. E esse embrião de reformismo plebeu já ameaça mostrar-se impaciente com o conformismo daqueles que se deixaram transformar em instrumentos do atual modelo de desenvolvimento.

Embora carente de recursos programáticos, organizativos, ou mesmo ideológicos, esse instinto começa a se manifestar nas greves e nas mobilizações do setor, pressionando o sindicalismo lulista a incorporar suas demandas que, lentamente, vão se tornando mais ofensivas. Desafinando o coro dos contentes, não seria nenhuma surpresa encontrar, em um futuro próximo, esses trabalhadores alinhados aos batalhões vanguardistas da luta de classes. Afinal, eles conhecem intimamente a dialética da modernização periférica. Por isso mesmo, não nos deixarão esquecer como a sensação de bater com a cabeça no teto pode ser sufocante. No Brasil, vale lembrar: "a vitória individual traz em germe a frustração social" (Weffort).

# INTERVENÇÕES

## O Brasil de Lula e o fatalismo dos fracos

(*Blog da Boitempo*, 11 de abril de 2011)

Este mês de abril, Perry Anderson publicou um longo artigo denominado “O Brasil de Lula” na prestigiosa *London Review of Books*[425]. Vale a pena conferir. Demonstrando grande familiaridade com as principais questões nacionais, o historiador inglês providenciou para o mundo anglófono uma útil e bem-sucedida síntese de nossas recentes diatribes, especialmente aquelas relacionadas ao “Mensalão”. Afora detalhes que desconhecia sobre a história do projeto editorial da revista *Piauí*, as informações de nossa cena política são, como não poderia deixar de ser, amplamente conhecidas. No entanto, o que realmente chamou minha atenção no artigo foi a síntese elaborada por Anderson das principais interpretações a respeito da hegemonia lulista.

Ao longo de boa parte do texto, somos convidados a comparar três das mais destacadas interpretações do “lulismo”: a hipótese do “subperonismo” (adiantada por FHC), a hipótese do, digamos assim, “neofordismo” (devido à comparação das duas presidências de Lula àquelas de F. D. Roosevelt, sustentada por André Singer) e a hipótese da “hegemonia às avessas” (desenvolvida por Chico de Oliveira). Em suma, se para FHC, Lula encarnaria, pura e simplesmente, a velha tradição populista latino-americana da manipulação das massas pela liderança carismática, barganhando a adesão popular em troca da caridade pública, tanto para Singer quanto para Chico o lulismo representaria, ao contrário, um novo fenômeno social. Vejamos…

Singer argumenta que o lulismo seria a expressão ideológica de uma fração de classe social, o subproletariado, que, após o período de redemocratização do país, orienta-se politicamente por duas balizas: a esperança de que o Estado possa diminuir a desigualdade social e o medo de que os movimentos sociais possam criar desordem política. Chico, ao contrário, entende que a chave para compreendermos a hegemonia lulista está na combinação da globalização financeira com o “transformismo” da

alta burocracia sindical, que passou a desempenhar um papel politicamente regressivo ao se inserir no jogo do investimento capitalista pela via do controle dos fundos de pensão.

Esquematicamente, essas são as principais abordagens de que dispomos para interpretar o atual regime hegemônico. O que surpreende nessas interpretações não são as diferenças entre FHC, André Singer e Chico de Oliveira, mas a convergência de suas análises: "Oliveira não contesta a caracterização da psicologia dos pobres empreendida por seu amigo, André Singer […]. O subproletariado é assim mesmo como Singer descreveu: sem ressentimentos contra os ricos, satisfeito com os alívios modestos e graduais em suas condições de existência". (Apesar de não ter sido mencionado por Anderson, podemos, sem muita adjetivação, ampliar esse consenso também para FHC.)

De acordo com Anderson, se "a última década não assistiu a qualquer mobilização das classes populares no Brasil", ainda assim, "o medo da desordem e a aceitação da hierarquia, que mantêm os movimentos populares separados entre si na América Latina", deveriam ser em primeiro lugar demonstrados, para então podermos interpretá-los a contento. Não estou certo se Chico se reconhece no retrato elaborado por Anderson. No entanto, se mirarmos os recentes resultados eleitorais, o subproletariado brasileiro está, aparentemente, "satisfeito" com os modestos ganhos que o recente ciclo de relativa desconcentração de renda daqueles que vivem dos rendimentos do trabalho proporcionou.

Então, por que o que está claro para as interpretações do lulismo soa tão desarmônico aos meus ouvidos? Ao ler o artigo de Perry Anderson, lembrei-me de uma passagem dos *Cadernos do cárcere* em que Antonio Gramsci medita sobre as permanentes reviravoltas da luta de classes:

> Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era "resistente" a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas agente e necessariamente ativo e empreendedor. Mas, mesmo ontem, será que ele era simples "resistência", simples "coisa", simples "irresponsabilidade"? Não, por certo; deve-se, aliás, sublinhar que o fatalismo é apenas a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real. [...] Uma parte da massa, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual.[426]

Estaria o subproletariado brasileiro simplesmente "satisfeito"? E mesmo se estiver, qual o significado dessa satisfação? Dialogando com os operadores de telemarketing, grupo "subproletário" pós-fordista que cresce exponencialmente no país desde 1998 – e que, durante o governo Lula,

espalhou-se pelo Nordeste –, tive oportunidades de verificar quão poderosa pode ser a noção de "fatalismo dos fracos como vontade real e ativa". Mesmo Perry Anderson parece concordar com Gramsci quando afirma, ao final do artigo:

> O extraordinário peso eleitoral das populações mais pobres, somado à gigantesca escala da desigualdade econômica, para não falar da injustiça política, fazem do Brasil uma democracia diferente de qualquer outra do Norte, mesmo aquelas onde as tensões de classe foram um dia muito mais altas, ou o movimento dos trabalhadores muito mais forte. A contradição entre essas duas grandezas só agora começa a operar. Caso o progresso passivo se transformasse em intervenção ativa, a história teria um outro final.

Parece-me que o debate sobre o lulismo necessita de uma boa reflexão sobre o "fatalismo dos fracos" a fim de, para além dos recentes resultados eleitorais, investigar dialeticamente os sentidos dessa "satisfação" subproletária. Caso contrário, podemos muito bem ser atropelados pela, na expressão do comunista sardo, "atividade empreendedora" dos subalternos.

**Jirau: o avesso do milagre**
(*Blog da Boitempo*, 9 de maio de 2011)

*Fazendo o "milagre"*[427] é o título de um notável livro do sociólogo inglês John Humphrey, dedicado ao grupo operário metalúrgico do cinturão industrial do ABCD. No próximo ano, completará trinta anos de sua publicação original. Peleando contra as interpretações que afirmavam que a classe trabalhadora dos setores "modernos" da indústria paulistana – química e automobilística, sobretudo – evoluía rapidamente para uma "aristocracia operária", Humphrey demonstrou, no calor dos acontecimentos, por que diabos um operariado "satisfeito" com o milagre econômico brasileiro rebelava-se contra o arrocho salarial e o sistema despótico fabril, sendo forçado a enfrentar todo o regime ditatorial por meio do ciclo grevista de 1978-1980.

Com riqueza de detalhes e uma pesquisa de campo de vários anos, o trabalho de Humphrey somou-se a outros, críticos e reflexivos, sobre o mesmo grupo, a fim de examinar o avesso do milagre econômico da ditadura: o aprofundamento da carestia, a rotatividade da força de trabalho, os maus-tratos sofridos pelos operários, os ritmos infernais da produção e o aumento dos acidentes de trabalho. Para tanto, inspirou-se na sociologia marxista de Harry Braverman e no grupo de estudos sobre o processo de trabalho de Brighton.

Se a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tendo Lula da Silva à frente, mostrou-se então bastante afinada com as principais

demandas dos operários do ABCD, organizando-os e liderando-os como uma autêntica vanguarda operária, a verdade é que, se não fosse por aquela rebelião de trabalhadores, nem o PT nem a CUT existiriam hoje em dia. Protagonizado por um grupo formado pela aliança entre alguns poucos operários profissionais mais estáveis e uma massa radicalizada de proletários precarizados, o ciclo grevista pôs um ponto final na invisibilidade pública da periferia, trazendo para o centro da cena política os "peões" em sua interminável coleção de dissabores cotidianos.

"Milagre" é uma palavra que também vem sendo bastante usada para se referir àquele que simbolizou, durante o final dos anos 1970, o avesso do milagre do crescimento econômico da ditadura: Lula da Silva. Um nordestino migrante que se tornou operário profissional, consagrando-se décadas depois como a mais importante liderança política da história brasileira. Um suposto "milagreiro" que soube aparentemente conduzir a sociedade brasileira para longe da pior crise capitalista desde 1929, alavancando milhões de brasileiros para o mercado de consumo por meio da combinação entre Bolsa Família, aumentos do salário mínimo acima da inflação e crédito consignado. Um líder carismático que conseguiu o milagre de eleger uma ilustre desconhecida para o posto mais elevado do Estado. Um Estado que coordena um modelo de desenvolvimento capaz de, miraculosamente, garantir ao mesmo tempo lucros inéditos – na história capitalista mundial! – para os bancos brasileiros e desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho. Só mesmo uma boa dose de crença no poder divino para entender o atual momento hegemônico. No entanto, não sendo religioso, desconfio de milagres...

Na realidade, o avesso do atual modelo de desenvolvimento não pode ser percebido no aumento do consumo – e do endividamento – popular. Para tanto, precisamos arriscar um olhar para outro lado: de acordo com o "Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho"[428] do Ministério da Previdência Social, o número de acidentes de trabalho no Brasil quase dobrou entre 2003 – primeiro ano do governo Lula – e 2008, saltando de 399 mil para 747 mil. Não é difícil imaginar que sob o atual regime de acumulação as coisas não andam nada boas para o mundo do trabalho.

Em março passado, uma onda de paralisações, greves e rebeliões operárias espalhou-se pela indústria da construção civil, atingindo algumas das principais obras do PAC: 22 mil trabalhadores parados na Hidrelétrica de Jirau em Rondônia, 16 mil na Hidrelétrica de Santo Antônio, alguns

milhares na Hidrelétrica de São Domingos no Mato Grosso do Sul, 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia e no Ceará, dezenas de milhares no Complexo Petroquímico de Suape em Pernambuco e por aí vai… Tudo somado, o Dieese calculou em 170 mil o número de trabalhadores que, somente em março, cruzaram os braços. Surpresa? Nas pautas operárias, encontramos demandas que remetem ao velho sistema despótico fabril, agora revigorado pelas terceirizações e pelas subcontratações.

Estariam os "peões" retornando ao palco para dissolver a invisibilidade da periferia capitalista brasileira, trazendo para o centro da pauta política nacional o debate sobre o avesso do atual modelo de desenvolvimento econômico? Só o tempo dirá. Contudo, uma coisa é certa. Ao contrário do que aconteceu em 1978, a peãozada de 2011 encontrou a burocracia sindical lulista do avesso. Senão, como explicar o silêncio da CUT após a empreiteira Camargo Corrêa anunciar a demissão de 4 mil trabalhadores em Jirau, poucas horas depois de um acordo coletivo com a mesma empresa ter sido celebrado pela Central? Obviamente, não se trata de um súbito ataque de inexperiência cutista à mesa de negociação. Também não devemos creditar esse silêncio exclusivamente ao interesse das campanhas petistas pelo financiamento das empreiteiras. Na realidade, esse episódio nos ajuda a refletir sobre o avesso do milagre lulista.

Afinal, a iminência de grandes eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas do Rio, em 2016, aumenta a demanda por investimentos em infraestrutura que, por sua vez, dependem dos recursos do BNDES (leia-se, do Fundo de Amparo ao Trabalhador) e dos fundos salariais. Aqueles mesmos fundos que são controlados pela burocracia sindical cutista. Desde que não ocorram mais atrasos nas obras, o que implica, naturalmente, a "pacificação" dos canteiros (Guarda Nacional…) e a supressão de movimentos grevistas (CUT, Força Sindical…), trata-se de lucro líquido e certo para a Previ, a Petros, o Funcef… Ainda que às custas de demissões, baixos salários e crescente degradação das condições de trabalho e segurança. Sem mencionar os custos ambientais.

Ao fim e ao cabo, talvez o avesso do milagre lulista seja este: transformar uma geração de sindicalistas "autênticos" em autênticos capitalistas selvagens. Desses "à moda antiga", como chegou a lembrar o ex-ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, referindo-se às condições de trabalho em Jirau…

**O Twitter e as ruas**
(*Blog da Boitempo*, 6 de junho de 2011)

Recentemente, ao reconhecer a vitória do lulismo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso balançou as estruturas da oposição de direita no artigo "O papel da oposição"[429]. Mostrando-se constrangido por ter de relembrar aos tucanos que cabe à oposição o papel de "se opor ao governo", FHC propôs redefinir os rumos do PSDB por meio de uma improvável aproximação entre a oposição de direita e a chamada "nova classe média". Eis aqui o primeiro ponto de acordo de FHC com o lulismo: o ex-presidente concorda que não pode concorrer com Lula da Silva pelo coração do "povão". Além disso, FHC admite que é impossível disputar com o PT o apoio dos movimentos sociais. Restaria, então, o diálogo com aqueles setores "emergentes" da sociedade brasileira conectados às chamadas "redes sociais": Facebook, YouTube, Twitter…

Não pretendo aqui criticar a noção de "nova classe média". (Chamar trabalhadores pobres, explorados, desprestigiados, com baixíssima escolarização e recém-saídos da miséria de "nova classe média" corresponde a uma operação ideológica que merece um tratamento crítico adequado.) Verdade seja dita, mesmo FHC, rememorando seus tempos de sociólogo, parece se sentir pouco à vontade com essa noção. Independentemente disso, vale destacar outro ponto de acordo da liderança tucana com o lulismo: não haveria alternativa à reprodução da ortodoxia rentista somada às políticas redistributivas. Para FHC, as vozes oposicionistas deveriam se concentrar, por meio das mídias digitais, em convencer as "novas classes médias" de que os tucanos seriam mais hábeis do que os lulistas para dirigir o atual modelo de desenvolvimento.

Esses acordos lembraram-me Antonio Gramsci. Nos *Cadernos do cárcere*[430], o comunista sardo distinguiu duas modalidades de política: por um lado, a "grande política" compreenderia as questões vinculadas à "fundação de novos Estados, à luta pela destruição, defesa e conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais", e por outro, a "pequena política" corresponderia àquelas questões parciais surgidas no interior de uma "estrutura já estabelecida pelas lutas de preeminência entre as diversas facções de uma mesma classe política". E acrescentou: "Por isso, excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política é fazer grande política". Superadas as disputas em torno da "fundação de novos Estados", restaria às "diferentes facções" lutar pelo

aperfeiçoamento da “estrutura já estabelecida”. Ao fim e ao cabo, as prédicas do ex-presidente aproximam-se mais de um elogio à “hegemonia da pequena política” lulista do que de um manifesto da oposição de direita.

A despeito do apelo de FHC aos seus partidários, foi a voz da oposição de esquerda no YouTube que se transformou em fenômeno virtual mês passado. Um vídeo mostrando o discurso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte de uma professora grevista, Amanda Gurgel, alcançou em poucos dias quase 2 milhões de acessos. A repercussão foi tamanha que, logo em seguida, lá estava ela em horário nobre da Globo, conclamando o auditório do *Domingão do Faustão* a aplaudir a greve dos professores nordestinos. De quebra, ela ainda lançou uma campanha pelo Twitter reivindicando o investimento imediato de 10% do PIB na educação pública. Ao longo das últimas semanas, a jovem professora grevista transformou-se em uma legítima representante dos professores brasileiros, submetidos a salários de fome e condições de trabalho degradantes. A altivez demonstrada por Amanda Gurgel ao enfrentar os políticos tradicionais sintetizou a revolta de uma importante parcela da população contra o desprezo com que os sucessivos governos tucano-lulistas têm tratado a educação pública brasileira.

Assisti pela internet a entusiasmada acolhida que Amanda Gurgel recebeu dos professores grevistas no Ceará e na Paraíba. Muitos deles vestiam camisetas da CUT. Lembrei-me do primeiro ponto de acordo entre FHC e o lulismo: seria mesmo impossível disputar com o PT o apoio dos movimentos sociais? Na realidade, também as bases petistas parecem órfãs de representantes capazes de exigir dos governos salários dignos e melhores condições de trabalho. Diuturnamente ocupadas com os esquemas subterrâneos da “estrutura já estabelecida”, as envelhecidas lideranças do PT e da CUT não podem mais cumprir esse papel. (Bastaria lembrar dois episódios recentes: a prisão do vice-prefeito de Campinas, o ex-sindicalista Demétrio Vilagra, por envolvimento com fraudes na companhia de abastecimento de águas da cidade, e a escandalosa compra do novo apartamento do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, em São Paulo.)

Sem vaidade ou sectarismo, a ativista potiguar emprestou sua voz para todos aqueles que lutam pela educação pública brasileira. Sejam eles petistas ou não. Os professores sentiram-se representados como há muito não se sentiam. E o sucesso da campanha “10% do PIB, já!” nos conduz ao

segundo ponto do acordo de FHC com o lulismo: não haveria realmente alternativa ao atual modelo de desenvolvimento? Apoiados pelos diferentes públicos das redes sociais, os grevistas estão dizendo: sim, é possível transformar a educação em prioridade, desde que derrotemos a ortodoxia rentista.

Ao redor dessa bandeira, neste exato momento, trabalhadores da educação mobilizam-se por todo o país. É difícil prever o resultado dessa campanha. Entretanto, uma coisa é certa: os incontáveis lutadores da educação que viram sua indignação refletida na altivez de Amanda Gurgel não desejam participar dos sórdidos esquemas da "pequena política" lulista. Tampouco se iludem com as lutas entre as diferentes "facções da mesma classe política". Ninguém precisa lembrá-los que cabe à oposição o papel de "se opor ao governo". Pelo Twitter e nas ruas, o que esses incorrigíveis lutadores querem mesmo é fazer "grande política".

**O espírito de Madison**

(*Blog da Boitempo*, 4 de julho de 2011)

Na manhã do dia 17 de fevereiro de 2011, milhares de professores da rede pública de ensino de Wisconsin, nos Estados Unidos, reuniram-se na cidade de Madison a fim de protestar em frente ao Capitólio estadual. Ao meio-dia, os professores somaram-se a outras delegações de servidores e estudantes, engrossando uma passeata puxada pela associação profissional dos bombeiros do estado. Aos gritos de "Esta é a cara da democracia!", "Poder para os trabalhadores!", "Poder para os sindicatos!", os manifestantes decidiram, então, transformar o prédio do Capitólio em seu quartel-general, iniciando o mais importante movimento recente da história dos trabalhadores nos Estados Unidos.

Aparentemente espontânea, a ocupação do Capitólio em Madison resultou de um amplo processo de mobilização das bases contra a política do governador republicano Scott Walker de eliminar a negociação coletiva e impor aos servidores estaduais um drástico aumento na contribuição previdenciária. Sem mencionar outros ataques aos direitos sociais, como os cortes no Medicare (programa de saúde que beneficia trabalhadores de baixa renda) e a privatização da Universidade de Wisconsin em Madison, Walker transferiu para os trabalhadores todo o ônus do ajuste orçamentário promovido por seu governo.

O exemplo vem de cima: além de destinar generosos pacotes financeiros de socorro aos bancos e às corporações, o presidente democrata Barack Obama congelou os salários dos servidores públicos por dois anos. Programa semelhante tem sido aplicado nos Estados: os governadores republicanos de Ohio, John Kasich, e Michigan, Rick Snyder, por exemplo, acabaram de aprovar austeras leis antissindicais, colocando um ponto final na negociação coletiva. O governador democrata da Califórnia, Jerry Brown, não ficou atrás: pressionou os sindicatos a aceitarem 400 milhões de dólares em cortes salariais, além de continuar eliminando investimentos em saúde e educação. A mesma rotina pode ser verificada no Estado de Nova York, onde o democrata Andrew Cuomo também exigiu 450 milhões de dólares em cortes salariais.

A grande novidade desse cenário é que os trabalhadores de Wisconsin resolveram contra-atacar ocupando o Capitólio e organizando passeatas massivas: a do dia 12 de março de 2011 reuniu cerca de 150 mil manifestantes. No entanto, a disposição de luta das bases não sensibilizou suas direções… Aqui, vale lembrar que a burocracia sindical estadunidense é uma camada social especialmente conservadora: com honrosas exceções, os sindicalistas odeiam organizar greves ou mobilizações, preferindo sempre o caminho da "parceria" com os patrões. Nostálgicos do fordismo histórico, ainda consideram ser possível restaurar o "compromisso social" entre o grande capital e o grande trabalho.

Apostando em uma tática que buscou canalizar a força do movimento para fortalecer candidaturas de políticos democratas, a burocracia sindical recusou-se a usar o instrumento da greve geral no momento mais oportuno, isto é, após a grande passeata de 12 de março. Quebrando a resistência dos ativistas locais, os representantes da American Federation of State, County and Municipal Employees e do Wisconsin Education Association Council pressionaram suas bases a aceitar a renegociação dos contratos, golpeando a disposição dos trabalhadores de não fazer concessões. Negociando "perdas menores", a burocracia sindical ajudou a desmobilizar o levante popular, assegurando indiretamente a vitória de Scott Walker.

Para os trabalhadores, no entanto, o que ficou marcado na memória não foi a decepção com os novos contratos, mas a alegria dos protestos e das passeatas. Uma alegria que começa a se espalhar por outras cidades, como Detroit, por exemplo. Conforme o depoimento de Sarah Roberts: "Num país dominado pela ditadura corporativa, a ocupação de Madison resgatou o

orgulho de ser trabalhador" (*The Nation*, 21 de março de 2011). Mais do que isso, vários cartazes criados pelos manifestantes remetiam à Revolução Árabe: "Marchamos como egípcios", "Fui para o Iraque e voltei pra casa no Cairo", "Scott Walker: Faraó do meio-oeste".

Obviamente, seria um erro forçar comparações entre Madison e Cairo. Erro maior seria ignorar certos paralelos: em ambos os casos, pressionados pela crise capitalista, trabalhadores e estudantes decidiram responder aos ataques contra seus direitos. As duas semanas de ocupação da praça Tahir certamente inspiraram os manifestantes em Madison. Como no Egito, trabalhadores e estudantes apropriaram-se do espaço público a fim de superar suas debilidades organizativas. As passeatas massificaram-se. Subitamente, moradores de uma pacata região dos Estados Unidos, conhecida por seu queijo cheddar e sua cerveja barata, decidiram fundar uma nova organização política, a Wisconsin Resists, e debater como organizar uma greve geral!

Apesar da derrota momentânea, muitos analistas afirmaram que o levante de Madison serviu para despertar os trabalhadores nos Estados Unidos. É possível: assisti, no dia 4 de abril, ao fechamento do porto de Oakland pelo International Longshore and Warehouse Union Local 10. Confesso que fiquei impressionado com a determinação dos ativistas em bloquear as áreas adjacentes ao porto. Também acompanhei a vitória da oposição nas eleições para o sindicato dos instrutores do sistema estadual de ensino superior da Califórnia. Um resultado que anuncia o início das mobilizações contra Jerry Brown e que foi celebrado por sindicatos e oposições de esquerda em todo o país.

Se depender da disposição das bases, as décadas de defensiva sindical parecem ter chegado ao fim. Assim como no Brasil, também nos Estados Unidos ocupações de prédios e praças públicas lideradas por professores e bombeiros iluminam o caminho dos trabalhadores.

**O continente que brincava com fogo**
(*Blog da Boitempo*, 8 de agosto de 2011)

Em 2008, a trilogia de ficção policial intitulada *Millennium*[431] – *Os homens que não amavam as mulheres*, *A menina que brincava com fogo* e *A rainha do castelo de ar* – vendeu cerca de 21 milhões de exemplares em mais de quarenta países, alavancando seu autor, o jornalista sueco Stieg Larsson, à condição de segundo *best-seller* mundial. Infelizmente, Larsson

não viveu para conhecer sua inesperada fama: morreu de um ataque cardíaco fulminante aos cinquenta anos, pouco depois de entregar os originais para seu editor.

Desde então, muito tem sido discutido a respeito da áspera violência, especialmente sexual, contida em seus livros. Os debates apontam para uma anomalia: como explicar que a Suécia, um país conhecido por ser uma espécie de paraíso na terra, onde supostamente imperariam a paz social e a tolerância racial, pudesse servir de pano de fundo para tanta sordidez praticada contra mulheres por indivíduos poderosos que, para piorar, são acobertados por autoridades governamentais corruptas? Uma mirada no homem por detrás da trilogia insinua uma resposta.

Antes de *Millennium*, Stieg Larsson notabilizou-se como o principal especialista nos grupos neonazistas suecos. Tendo sido criado por um avô comunista que durante a Segunda Guerra Mundial foi aprisionado devido a seu ativismo, não causou surpresa que o jovem Stieg tivesse decidido juntar-se às manifestações estudantis contra a Guerra do Vietnã durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Sua relação com a política socialista evoluiu para a fundação da Liga Comunista dos Trabalhadores, uma organização que durante décadas atuou sob a bandeira da Quarta Internacional Comunista.

Militando na Liga, Larsson desenvolveu uma forte intervenção nas lutas antirracistas e antifascistas de sua terra natal. Quando a extrema-direita sueca começou a crescer no início dos anos 1980, Larsson ajudou a fundar a Stoppa Rasismen (“Parem com o racismo”), uma organização política de combate conhecida por enfrentar fisicamente os neonazistas. Em 1991, mesmo ano em que os partidos ultranacionalistas suecos que albergavam grupos neonazistas alcançaram resultados eleitorais inéditos (desde 1928, ao menos), Larsson publicava seu primeiro livro, *Os extremistas da direita*[432]. Em resposta, um jornal neonazista publicou um artigo em que constava o nome completo de Stieg Larsson, sua foto e uma pergunta: “Devemos permitir que este homem continue fazendo seu trabalho ou devemos fazer algo a respeito?”.

Apenas quatro anos depois de terem pintado um alvo em suas costas, oito de seus camaradas foram assassinados pelos neonazistas. Larsson decidiu, então, fundar a revista *Expo* a fim de denunciar as atividades dos extremistas de direita, além de tratar da complacência com que as autoridades governamentais tratavam esse assunto. Desde então, Larsson investiu todas

as suas energias para transformar o jornalismo investigativo em uma ferramenta de luta contra o ultranacionalismo de direita. Apesar de esse trabalho absorvê-lo completamente, afastando-o da militância cotidiana na Liga Comunista, ele nunca abandonou o programa marxista revolucionário: em seu testamento, deixou todos seus bens para o partido que ajudou a fundar.

Com seu trabalho, Larsson revelou o avesso do modelo sueco. Seus livros desafiaram a visão de um país pacífico e tolerante, estimulando inúmeros debates a respeito das raízes sociais da violência política em uma sociedade altamente desenvolvida, mas que, em contradição, apresenta um longo histórico de simpatias nazistas e onde as estatísticas de violência contra as mulheres são alarmantes. Este foi o ponto de vista privilegiado em sua afamada trilogia: a opressão e a violência contra as mulheres. A protagonista dos livros, Lisbeth Salander, uma personagem a um só tempo vítima e heroína das histórias, resolve as tramas com a ajuda de Mikael Blomkvist, um jornalista de meia-idade comprometido em denunciar, por meio da revista *Millennium*, os capitalistas suecos e a corrupção governamental que os acoberta.

Salander representa o arquétipo do atual jovem precariado europeu: altamente qualificado, mas subestimado. Além disso, ela sabe que não pode contar com o Estado em sua busca pela verdade. Ela conta apenas com seus próprios recursos, além da ajuda de um jornalista com inclinações esquerdistas. Na verdade, Blomkvist representa a transposição literária do próprio Larsson para as páginas da trilogia. Não por acaso, como lembra Barry Forshaw em *The Man Who Left Too Soon*: *the Biography of Stieg Larsson*[433], o jornalista trabalhava o dia todo na *Expo*, dedicando-se aos livros durante suas noites de insônia. Ou seja, a literatura foi a continuação de sua luta política por outros meios. Seus personagens revelam uma realidade social enrijecida e opressora, produto da violência política contra os subalternos, especialmente imigrantes e mulheres. Uma violência que ele conhecia bem de perto…

Lembrei-me de *Millennium* ao saber do massacre da Noruega. Como explicar a anomalia? Como compreender que essa tragédia tenha acontecido no suposto “país da paz”? Segundo o próprio terrorista, Anders Behring Breivik, um ativista da extrema-direita norueguesa que durante anos atuou no ultranacionalista Partido Progressista – atualmente, a segunda força política do país –, seus atos objetivaram conter o aumento da influência do

islamismo e do “marxismo cultural” na Europa. Curioso… “Marxismo cultural” era exatamente aquilo que Larsson praticava: uma luta política marxista por meio do jornalismo investigativo e da literatura. Trata-se de um exemplo a um só tempo inspirador e contemporâneo.

Afinal, de Silvio Berlusconi a Nicolas Sarkozy, já nos acostumamos a assistir altas lideranças europeias contemporizando com partidos ou agrupamentos ultranacionalistas, na tentativa de conquistar votos da direita. Além disso, políticas de criminalização dos imigrantes somadas a leis cada dia mais restritivas dos direitos sociais dos trabalhadores europeus prepararam o terreno para a escalada da intolerância racial num continente aterrorizado pelo aprofundamento da crise econômica. Como resultado, líderes ultranacionalistas insinuam ganhar eleições majoritárias em países tão importantes como a França. Aparentemente, Itália, Holanda, Hungria e Polônia seguem pelo mesmo caminho. Em poucas palavras: o continente está brincando com fogo.

Ao contrário do *establishment* europeu, cada dia mais inclinado a ceder à direita, Stieg Larsson decidiu levar até as últimas consequências a lição do velho bolchevique que inspirou a criação de seu partido: “Não se discute com o fascismo. Combate-se!” (Leon Trotski).

**Camponeses pobres na república dos ricos**
(*Blog da Boitempo*, 12 de setembro de 2011)

No último dia 24 de agosto de 2011, enquanto trabalhadores e estudantes chilenos paralisaram por dois dias os serviços públicos do país, recolocando a América Latina no mapa das lutas de classes mundiais, cerca de 20 mil manifestantes brasileiros marcharam sobre Brasília, reivindicando mais investimentos na educação, na saúde e na reforma agrária. Organizado pela oposição de esquerda ao governo Dilma Roussef, esse protesto nacional contou com a participação de entidades sindicais e populares, como, por exemplo, a CSP-Conlutas, o MST e o MTST. Os trabalhadores sem-terra chegaram a ocupar o prédio do Ministério da Fazenda a fim de pressionar o governo a liberar o orçamento do Incra para assentar as famílias acampadas em todo o país. Quem já visitou esses acampamentos sabe que, apesar da atmosfera solidária entre os acampados, as condições de vida são verdadeiramente precárias…

Governistas estranharam a decisão dos trabalhadores rurais sem-terra em participar de um protesto nacional convocado pela oposição de esquerda ao

governo. Afinal, o MST não faz parte das bases do lulismo? A dúvida procede e merece uma reflexão: como interpretar que o mais importante movimento social surgido no país há quase três décadas, uma referência reconhecida por milhares de lutadores sociais espalhados pelo mundo e que tanto fez pela reforma agrária brasileira, siga hipotecando apoio a um governo concentrador de terras, dependente do agronegócio como fonte de divisas externas e que legalizou a grilagem na Amazônia por meio da Medida Provisória 458?

Naturalmente, não existe uma conclusão simples para essa anomalia. No entanto, a solução do enigma que envolve um movimento que luta pela reforma agrária, mas apoia um governo pró-latifúndio e pró-agronegócio, passa pelo reconhecimento de que o MST desenvolveu ao longo dos últimos oito anos uma existência bifronte: de um lado, temos 18 mil famílias sem-terra vivendo em barracas de lona e já desesperançadas com as promessas vazias de distribuição feitas por um governo refém do latifúndio. De outro, temos as famílias assentadas, ligadas às cooperativas rurais e que dependem dos recursos do governo federal (cerca de 800 milhões de reais ao ano) para financiar a pequena agricultura familiar. Fora o crédito subsidiado, o MST, por exemplo, utiliza cerca de 8 milhões de reais de verbas federais apenas para treinamento e assistência técnica nos assentamentos. Recursos esses provenientes de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

Ou seja, se identificamos entre os trabalhadores rurais sem-terra milhares de vozes críticas ao lulismo a se desgarrar das amarras do controle político do governo federal, também localizamos uma fonte de acomodação ao *status quo* cuja política deixou de negar radicalmente o latifúndio ou o agronegócio. Entre o acampamento e o assentamento, o MST tem buscado superar suas contradições, reinventando-se como o mais importante movimento social brasileiro das últimas décadas.

A situação atual vivida pelos sem-terra encontra um afamado paralelo histórico. Recentemente reeditado pela Boitempo, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*[434], Marx analisou as contradições existentes entre a fração camponesa formada por proprietários de parcelas e aqueles camponeses revolucionários pressionados pela crise da pequena produção agrícola de meados do século XIX. Em três ocasiões, os camponeses parcelários sufragaram Luís Bonaparte (eleito presidente da França em 10 de dezembro de 1848, logo desferindo o golpe de Estado do 2 de dezembro de 1851 que

colocou um fim à Segunda República) na esperança de que ele enfrentasse a república dos ricos. Uma esperança totalmente infundada, já que o sobrinho de Napoleão era, na verdade, um instrumento da consolidação da ordem burguesa na França.

Marx interpretou esse comportamento dos camponeses franceses da seguinte maneira: os parcelários associavam a figura do sobrinho à lembrança da reforma agrária promovida pelo tio, votando em Luís Bonaparte por considerarem-no um representante de seus interesses de classe. Interesses que, sozinhos, eles não conseguiam traduzir em um projeto político autônomo. No entanto, a baixa produtividade da parcela tornava a atividade econômica camponesa pouco lucrativa, arremessando os novos proprietários de terras nos braços da mais desavergonhada exploração promovida pelos credores capitalistas. Daí o surgimento de setores revolucionários entre os camponeses que enfrentaram os prefeitos provinciais em conflitos reprimidos pelas tropas bonapartistas.

Evidentemente, as condições sociais do campo na França do século XIX e no Brasil do século XXI são muito diferentes. Atualmente, a pequena propriedade cooperativada, se apoiada pelo crédito subsidiado, pode perfeitamente ser um negócio viável do ponto de vista comercial. Na verdade, produtos com a marca do MST são exportados e o consumo de hortaliças e legumes orgânicos tende a crescer a cada dia, transformando-se, a exemplo do que acontece na Europa e nos Estados Unidos, em um mercado rentável. No entanto, o dilema permanece. Basicamente, trata-se de uma escolha política: os trabalhadores rurais sem-terra devem privilegiar a luta pela reforma agrária ou por mais espaço no interior do atual modelo de desenvolvimento? Um modelo que, diga-se de passagem, apoia-se predominantemente na exploração extensiva de recursos naturais e de força de trabalho barata cujos efeitos são a degradação ambiental e o aumento exponencial do número de acidentes de trabalho. Ou seja, não é mais possível fingir que os dois objetivos são compatíveis.

Em *O 18 de brumário*, Marx soube perscrutar as bases sociais da aliança entre os camponeses revolucionários e o proletariado urbano que, de fato, emergiu seis décadas depois durante a Revolução Russa de 1917. Não seria de todo inapropriado identificar no bem-sucedido protesto do último 24 de agosto a sombra daquele espectro que tem aterrorizado os capitalistas no mundo todo desde então. Mas, para que o espectro volte a inspirar medo, é

imperativo que os camponeses pobres rompam com o governo da república dos ricos.

**Precários e periféricos**
(*Blog da Boitempo*, 17 de outubro de 2011)

Sobre as recentes greves dos bancários e dos correios, muitos na mídia estão perguntando: se o governo federal controla a CUT, como explicar um embate tão longo entre os trabalhadores e o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a ECT? Se a CUT controla a maioria das federações e sindicatos engajados nesses movimentos, como interpretar as derrotas que as assembleias sindicais impuseram aos acordos negociados com as empresas por seus representantes? Para além da concorrência de elementos específicos, como o desconto de alguns dias não trabalhados, a iminente privatização dos correios ou o endurecimento dos bancos estatais nas negociações, um processo salta aos olhos de quem está acompanhando a recente radicalização dos trabalhadores no país: estamos diante de uma verdadeira rebelião das bases em relação ao controle governamental exercido sobre os trabalhadores pelos sindicatos.

No começo do ano, foram as greves nos canteiros de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que deram o alerta. A greve dos professores do ensino fundamental e médio em diferentes estados e o sucesso da atual campanha nacional pelo investimento de 10% do PIB na educação organizaram a indignação das bases. Agora, ecetistas e bancários demonstram que a paciência de importantes batalhões de trabalhadores brasileiros está se esgotando. Por quê?

Arriscaria duas hipóteses: objetivamente, os trabalhadores estão se matando em condições cada dia mais deterioradas de trabalho sem uma contrapartida salarial que minimize o aumento do estresse, do adoecimento e da fadiga física. Subjetivamente, os trabalhadores começam a perceber que o atual modelo de desenvolvimento pilotado pelo governo federal simplesmente não os favorece. Ao contrário, o casamento da "comodificação" da economia com a financeirização do capital limitou de tal maneira a ação do próprio governo que já não há mais espaço para concessões.

Afinal, a Amazônia transformou-se na nova fronteira do investimento em termos de produção de energia? O PAC é fundamental para garantir os lucros das construtoras, das mineradoras e do agronegócio? Pois bem: tome

despotismo nos canteiros de obras seguido da mais desavergonhada degradação ambiental! Os dividendos dos acionistas não comportam reajustes salariais? Pobre do trabalhador bancário submetido a metas cada dia mais elevadas e salários corroídos pela inflação. Isso sem mencionar a criação da "Correios SA", nova cara da velha privatização neoliberal dos serviços públicos. Aliás, a atual presidente não havia prometido durante a campanha eleitoral do ano passado que não iria privatizar as empresas estatais? Ou seja, o governo brasileiro está destruindo um futuro sustentável e justo apenas para salvaguardar lucros de bancos e de grandes grupos privados…

Tendo em vista a sensibilidade derivada do tipo de poder que exercem, os sindicalistas, especialmente aqueles vinculados à CUT, sabem bem que a temperatura nas bases está subindo e, temerosos de serem derrotados nas eleições sindicais, como o caso dos metroviários de São Paulo já havia apontado, viram-se obrigados a decretar greves contra o governo.

Para aqueles interessados em perscrutar o avesso do atual modelo de desenvolvimento e entender melhor a elevação da temperatura política nas bases, uma ótima dica de leitura é o livro publicado recentemente pela Boitempo: *Saídas de emergência*[435]. Por meio das experiências cotidianas de vendedores de rua, imigrantes bolivianos, trabalhadoras domésticas, trabalhadores desempregados, operadores de telemarketing etc. somos inseridos no universo limítrofe entre o legal e o ilegal, cuja principal marca é a experiência da precariedade social em suas mais diferentes formas: mercado de trabalho, violência policial, ambiente familiar, vida comunitária, participação religiosa e resistência política. Trabalhadores kafkianamente transformados em "insetos na ordem capitalista da metrópole paulistana", como observou Chico de Oliveira na apresentação do volume.

A sociologia pública do trabalho presente em *Saídas de emergência* exige uma reflexão crítica acerca do atual modelo de desenvolvimento pilotado pela burocracia lulista. Depois de ler os relatos do livro, fica fácil compreender por que a paciência dos trabalhadores está se esgotando. Apesar de toda a propaganda governista em torno da desconcentração de renda entre os que vivem do trabalho, uma conclusão nada óbvia começa a se impor à consciência dos subalternos: o atual modelo tem pouco a oferecer a eles. Em um mundo tomado pela indignação contra a maneira como os governos estão destruindo o futuro a fim de salvaguardar lucros de bancos e

de grandes grupos privados, tal conclusão pode se tornar politicamente explosiva.

**A maconha e a revolução democrática**
(*Blog da Boitempo*, 21 de novembro de 2011)

7 de outubro de 2010. Berkeley, Califórnia. Aconteceu mais ou menos assim: tinha acabado de participar de uma manifestação contra uma nova rodada de cortes de verbas estaduais para a Universidade da Califórnia. Atravessei a Bancroft e fiquei esperando minha carona na afamada esquina com a Telegraph. O rapaz que vendia camisetas em uma bancada logo em frente retirou um "baseado" do bolso e começou a fumar. Um policial que reforçara o efetivo da guarda universitária durante o protesto estudantil parou em frente ao jovem, retirou um bloco do bolso, colheu alguns dados, entregando-lhe a seguir o papel anotado com um envelope. Perguntei: "O que é este papel?". O rapaz me disse: "É só uma multa de sessenta dólares. Mas não estou preocupado, pois não moro aqui e não pretendo pagar mesmo…". "Mas e o envelope?", repliquei. "Bem, você sabe, isto é pra colocar o cheque ou o dinheiro. Já está endereçado e pago. Assim, você só enfia em uma caixa de correio." Mais simples impossível.

Há pouco tinha me mudado para a Califórnia. Não sabia nada sobre "Oaksterdã" e seus cafés. Nem que bastava pagar 150 dólares por uma consulta médica para sair com uma receita e comprar maconha legalmente. Também não sabia que a Universidade da Califórnia lidera o campo de pesquisas sobre os usos terapêuticos da maconha. Isso foi bem antes de decidir me engajar na campanha a favor da "Proposta 19", que, caso tivesse sido aprovada, legalizaria totalmente a maconha no Golden State, permitindo seu cultivo para uso pessoal, apesar de sobretaxar a comercialização. Uma campanha que obteve a aprovação de 80% dos eleitores registrados na Bay Area (San Francisco, Oakland e Berkeley), além da aprovação de 95% dos estudantes da Universidade da Califórnia em Berkeley. Dispensável dizer que se trata da principal universidade pública de pesquisa do mundo. Uma instituição que se dá ao luxo bastante excêntrico de reservar um estacionamento no *campus* apenas para laureados com o Nobel – alguns deles, inclusive, já admitiram ter feito uso de maconha.

Dirão os céticos: Berkeley é uma "bolha" plasmada pela migração *hippie* do final dos anos 1960, somada à influência do Free Speech Mouvement, além de ter sido refúgio de marxistas que lutavam contra a Guerra do Vietnã.

Diria eu: a lei que equipara o uso da maconha em locais públicos a uma multa de trânsito por estacionar em local proibido foi, na verdade, sancionada pelo ex-governador republicano Arnold Schwarzenegger…

27 de outubro de 2011. São Paulo, capital. No *campus* da principal universidade brasileira, responsável, sozinha, por aproximadamente 30% da pesquisa do país, três estudantes de geografia foram presos, ao fumar maconha, por policiais militares, que assediaram a maior faculdade da USP durante todo o dia. Em resposta, colegas dos cursos de letras, história, geografia e ciências sociais decidiram ocupar a administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) a fim de chamar a atenção para a militarização da universidade.

Na assembleia estudantil ocorrida na terça-feira seguinte, a maioria decidiu desocupar o prédio administrativo e uma minoria ocupou a reitoria. Na madrugada do dia 8 de novembro, esse movimento foi brutalmente reprimido por mais de quatrocentos policiais da tropa de choque da PM, apoiados por helicópteros e pela cavalaria militar. O contraste com a política sobre a maconha na Califórnia serve apenas para revelar como estamos atrasados em relação ao tema das drogas. Mesmo se compararmos o Brasil a países como Portugal, por exemplo, perceberemos muito rapidamente que nosso debate é pobre e nossas autoridades políticas, com algumas poucas exceções, tristemente obtusas.

Aliás, a esse respeito, vale lembrar que mesmo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma autocrítica da política antidrogas de seu governo, tornando-se um dos mais conhecidos defensores da descriminalização da maconha no país. Infelizmente, Geraldo Alckmin não seguiu a opinião do presidente de honra de seu próprio partido. Juntamente com o reitor da USP, o governador de São Paulo usou o pretexto de combater as drogas para legitimar o poder autocrático de uma estrutura cujo sentido é ampliar a alienação dos recursos humanos e materiais da USP em benefício do mercado. Contra esse projeto, estudantes, equivocados ou não em seus métodos, insurgiram-se nos últimos dias.

Tanto em Berkeley quanto em São Paulo, estudantes estão se mobilizando por mais democracia e contra a mercantilização do conhecimento científico. Eles sabem que o atual sistema político não os reconhece como interlocutores. Ao contrário, os reprime com violência. A diferença é que, na Califórnia, o governo estadual não pode usar o pretexto do combate às drogas nos *campi* para criminalizar o movimento estudantil. E, enfrentando

interesses poderosos, a juventude, lá e aqui, decidiu adotar o caminho da ação direta.

Se é uma revolução o que estamos assistindo, diria se tratar da "revolução da democracia" e não, como a imprensa pejorativamente batizou o movimento uspiano, da "revolução da maconha". Se queremos saber por que o governo estadual persegue estudantes fumando maconha no Butantã, se pretendemos conhecer o que está por detrás da escala totalmente desproporcional da operação militar montada na semana retrasada, devemos ser capazes de ir além das aparências e mirar a estrutura política autocrática que asfixia a USP. Ao desafiarem esse poder, os estudantes foram duramente reprimidos. Por isso, merecem nossa incondicional solidariedade.

**Marx está de volta**
(*Folha de S.Paulo*, 1ode dezembro de 2011)

*Folha* – As teorias de Karl Marx ainda podem explicar a crise econômica atual?

Ruy Braga – De fato, Marx está de volta. Em minha opinião, não há como compreender o momento atual sem recorrer à noção de fetichismo da mercadoria, à teoria do dinheiro, ao conceito de capital fictício ou à teoria das crises cíclicas do capitalismo, todos presentes em *O capital*[436]. Na realidade, nenhum outro economista ou sociólogo levou tão a sério a crise capitalista quanto Marx. É por essa razão que o marxismo não tem grandes dificuldades analíticas de explicar o funcionamento crítico do capitalismo.

*Folha* – O senhor percebe semelhanças entre a ocupação em Wall Street, as revoltas de jovens sem emprego na Europa e mesmo a Primavera Árabe?

Ruy Braga – É possível perceber algumas semelhanças. Em primeiro lugar, a principal força impulsionadora desses movimentos é, sem dúvida, o jovem precariado global. A inserção no mercado formal de trabalho tornou-se cada dia mais incerta, fazendo com que a juventude oriunda dos grupos sociais subalternos questionasse a promessa, inerente ao capitalismo, do progresso individual por meio do trabalho. A crise atual está funcionando como um catalisador dessa interrogação, conduzindo milhares de jovens precarizados à ação direta.

Além disso, esses movimentos estão construindo aquilo que podemos chamar de “poder simbólico”: buscam se apropriar de espaços públicos a fim de superar suas debilidades organizativas e mobilizar outros “indignados”. Para tanto, fazem uso das mídias sociais. Finalmente, esses movimentos estão construindo pontes com os sindicatos. Contudo, não devemos exagerar nas convergências. A juventude árabe enfrenta sanguinárias ditaduras e milhares foram (e continuam sendo) mortos na Líbia, na Síria e no Egito. Evidentemente, não é esse o caso dos Estados Unidos e da Europa.

*Folha* – Quais resultados concretos podemos vislumbrar para esses movimentos?

Ruy Braga – Na verdade, esses movimentos já produziram efeitos muito concretos. A Revolução Egípcia pôs fim a uma ditadura de trinta anos. O regime político sírio nunca mais será o mesmo, independente do resultado da revolução em curso naquele país. Todo o arranjo do poder no Oriente Médio foi alterado pela Primavera Árabe. Na Europa, a exemplar resistência da juventude e dos trabalhadores gregos à “Troika”, isto é, ao FMI, ao Banco Central Europeu e à Comissão Europeia, tem adiado a implementação da política de ajuste estrutural baseada nos cortes dos gastos sociais estatais.

Dois meses depois de iniciado, o movimento em Nova York ainda conta com ampla simpatia da opinião pública estadunidense, além de ter inspirado movimentos semelhantes ao redor do globo. Aliás, esse “poder simbólico” aponta para uma questão crucial: como desafiar exitosamente algo tão fugidio quanto o capital financeiro? Eis a principal razão pela qual manifestantes ocupando pacificamente praças públicas foram violentamente reprimidos pela polícia em diferentes cidades nos Estados Unidos.

*Folha* – O senhor percebe algum reflexo desses movimentos no Brasil?

Ruy Braga – A despeito de não estarmos imunes à crise mundial, evidentemente, a economia brasileira não se encontra no mesmo compasso da estadunidense ou da europeia. Isso tende a enfraquecer as ocupações de espaços públicos no país. Contudo, gostaria de realçar um aspecto. Este ano, o precariado brasileiro deu repetidas provas de sua capacidade organizativa. Começamos o ano com uma greve nacional nas obras do PAC que contou, segundo dados do Dieese, com a participação de 150 mil trabalhadores.

Ao longo de 2011, milhares de professores do ensino fundamental e médio entraram em greve no país todo. Isso significa que os trabalhadores no país estão aprofundando sua experiência com o atual modelo de desenvolvimento dirigido pela burocracia lulista. E começam a tirar suas próprias conclusões. Uma delas coloca em questão a exclusão política que os submete: os trabalhadores precarizados não se sentem mais representados pelos sindicalistas lulistas e buscam se auto-organizar.

**A rebelião do "precariado" europeu**
(*Folha de S.Paulo*, 26 de janeiro de 2012)

*Que mundo tão parvo*
*Onde para ser escravo*
*É preciso estudar*
Deolinda, "Parva que eu sou"

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico europeu, associado à institucionalização de direitos sociais, pareceu eliminar a insegurança da relação salarial.

Ainda que boa parte do trabalho intermitente e sub-remunerado continuasse sendo atribuída a jovens imigrantes, a combinação da proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas (ou seja, a promessa do Estado social) se transformou em um poderoso amortecedor da luta de classes.

No início dos anos 1980, François Mitterrand resgatou do desterro o projeto da União Europeia. Aquela promessa ajudou uma Europa que tinha acabado de sair de ditaduras filofascistas (em países como Espanha e Portugal) e de uma experiência de luta armada (como na Itália e na Alemanha) a enfrentar a competição com o neoliberalismo estadunidense.

Mesmo refém dos limites fiscais impostos pelo Tratado de Maastricht (um teto de 3% de déficit orçamentário), um continente unificado pelo binômio "eficiência e proteção" seduziu vários países do ex-bloco soviético e também parte significativa da imaginação política progressista global.

A atual encruzilhada europeia quebrou a promessa: os ajustes baseados na eliminação de direitos e os cortes orçamentários impostos pela "Troika" – a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – recolocaram a insegurança no coração da relação salarial. Os alvos foram as economias mais castigadas pela crise econômica. Primeiro foi a Grécia, seguida de perto por Portugal e pela Itália.

A recente rebelião do “precariado” europeu (ou seja, aquele setor da classe trabalhadora formado por jovens à procura do primeiro emprego, imigrantes e trabalhadores temporários) representa não apenas o fim de um ciclo de expansão econômica, mas o tempestuoso início de uma era de luta de classes.

“Geração à rasca”, “Movimento 15-M”, “Anonymous”... Não importam os nomes, a crescente degradação da proteção aos assalariados trouxe para a cena política uma fração de classe espremida entre a ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica.

A luta de classes tende a se orientar pelas características desse jovem “precariado”: trata-se de uma geração mais educada e internacionalizada do que seus pais, integrada “horizontalmente” em redes informacionais, além de divorciada por completo do pacto social do pós-guerra. Isso faz com que tanto a forma como o resultado da luta se tornem menos previsíveis.

Alguns sociólogos (como Guy Standing e Robert Castel) se referem a esse jovem “precariado” como uma “nova classe perigosa”. E eles estão acompanhados pelas autoridades políticas: na semana passada, às vésperas do anúncio de mais um plano de “austeridade” e diante de uma greve nacional de taxistas e caminhoneiros que ameaçou bloquear as principais rodovias do país, o primeiro-ministro italiano, Mario Monti, um economista e dublê de político escolhido a dedo pela “Troika”, fez uma exigência: ele queria mais empenho dos governos da Alemanha e da França para baixar os custos do endividamento italiano. (Em 2012, a Itália precisa rolar 320 bilhões de euros a uma taxa de 7% ao ano.) Para fortalecer sua reivindicação, Monti evocou o “perigo” da ação intempestiva dos trabalhadores na periferia da eurolândia.

A bravata de Monti errou o alvo. Até agora, o jovem “precariado” demandou apenas que os governos honrem a promessa feita a seus pais. O perigo está no amplo ataque aos direitos sociais orquestrados pela “Troika” a fim de salvaguardar os interesses da oligarquia financeira. As verdadeiras “classes perigosas” não são as que combatem nas ruas e nas praças. Elas estão confortavelmente instaladas nos escritórios da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu.

**Inferno precário**
(*Blog da Boitempo*, 30 de janeiro de 2012)

No exato momento em que as crises europeia e estadunidense trazem de volta a insegurança para as relações de trabalho, o Brasil parece se esquecer de como nossa cidadania salarial é precária… Bastaram alguns progressos na formalização do mercado de trabalho brasileiro somados a uma política de lenta recuperação do salário mínimo para que uma sensação de "dever cumprido" tomasse conta do governo federal. Dispensável dizer que a mídia repercute de maneira acrítica essa sensação por todo o país. Mas será que os gestores lulistas podem se dar ao luxo de dormir o sono dos justos?

De fato, a reformalização do mercado de trabalho é uma realidade. Mas já havia começado no final do segundo governo FHC. A razão é muito simples: devido às altas taxas de juros praticadas pelo governo, o Estado brasileiro necessita arrecadar cada vez mais impostos para rolar sua dívida. Nesse contexto, a informalização transformou-se em um problema. Ainda assim, demonstrando uma vez mais que a informalidade e a precarização são características estruturais da sociedade brasileira, mesmo após nove anos de hegemonia lulista, apenas repetimos a taxa de formalização (60% da População Economicamente Ativa) alcançada no final dos anos 1980, justamente quando o modelo nacional-desenvolvimentista conhecia seu colapso final. Se compararmos o tamanho de nosso mercado formal de trabalho com o de países como África do Sul (70%) e Argentina (75%), perceberemos como o "oba-oba" dos gestores lulistas não passa de uma cortina de fumaça para esconder o relativo malogro das políticas adotadas.

E isso sem mencionar que não devemos confundir informalidade com precarização. O trabalhador pode perfeitamente estar precarizado, ainda que submetido a relações de emprego formais. Basta dar uma olhada nas taxas de rotatividade do trabalho em alguns setores econômicos paulistas que notoriamente empregam muita força de trabalho, como o comércio e o setor de serviços, por exemplo (algo em torno de 42% ao ano), ou no aumento do número de acidentes de trabalho no Brasil durante os últimos três anos (de 400 mil para 700 mil acidentes) para percebermos que, mesmo mais formalizado, o trabalho no país continua tristemente precário.

Com o salário mínimo acontece algo semelhante. Por um lado, o Dieese calcula que o salário mínimo necessário para o trabalhador suprir despesas básicas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, como determina a Constituição Federal, deveria ser de 2.349,26 reais. Este ano, o governo repassou a inflação mais a variação do PIB para o novo mínimo (622 reais). Vale lembrar que o mínimo

calculado pelo Dieese diz respeito apenas à remuneração necessária à reprodução do trabalhador não qualificado. Ou seja, o mínimo do governo federal ajuda a reproduzir a força de trabalho nacional abaixo de seu valor.

Tudo somado, a burocracia lulista pode dormir o sono dos justos? Aliás, por falar em sono, o precariado brasileiro voltou à baila esta semana como um pesadelo. A brutal e criminosa invasão do bairro do Pinheirinho, em São José dos Campos, pela Polícia Militar de São Paulo indignou o país. Descumprindo ordem da justiça federal que adiava a reintegração de posse do terreno, cerca de 2 mil soldados da PM, apoiados pela guarda municipal, helicópteros, cães, centenas de viaturas etc. expulsaram brutalmente mais de 3 mil moradores de suas casas – os outros 3 mil moradores já haviam deixado o bairro por receio do conflito. Muitos dos moradores expulsos de suas casas são empregados com carteira assinada nas empresas da região. Poderiam até aparecer na propaganda lulista. No entanto, o Brasil real logo tratou de lembrar a eles quão mesquinha é nossa cidadania salarial.

Mas que um governador filofascista, acólito de organizações sinistras (como a Opus Dei) e à frente de um judiciário particularmente reacionário (como o de São Paulo) tenha decidido brutalizar crianças e trabalhadores para beneficiar um criminoso que, entre outras coisas, quebrou a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, não causa espanto. Já saber que um governo pilotado pela burocracia sindical saída do ciclo grevista de 1978-1980 não fez absolutamente nada para evitar a tragédia é revoltante. Sem falar nas manobras lulistas para faturar politicamente com a indignação popular contra o PSDB, despertada pela ação da PM.

Em vez de ficar declarando que a desocupação do Pinheirinho foi uma "barbárie", a única coisa realmente séria que a presidenta Dilma Rousseff poderia fazer seria usar o Ministério das Cidades para desapropriar a área e devolvê-la aos moradores do bairro. Mas o governo federal não fará isso. Por quê? Porque apoia os mesmos interesses financeiros que seu adversário paulista. Em certa medida, o massacre do Pinheirinho resume bem a relação que o capital financeiro (representado, aqui, por Naji Nahas) trava com o precariado brasileiro. Uma relação baseada na expropriação brutal (Alckmin) mediada por uma burocracia sindical (governo Dilma) que sabe faturar bem as oportunidades políticas, mas apenas empurra com a barriga as angústias dos trabalhadores. Até quando?

**Grécia: o elo mais frágil**
(*Blog da Boitempo*, 27 de fevereiro de 2012)

Na primavera de 2010, os principais bancos europeus convenceram a "Troika" (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) de que o risco do "calote" grego colocava em perigo grande parte de seus balanços. Como consequência, em maio daquele ano foi elaborado um plano que previa cortes nos gastos sociais, demissões de funcionários públicos, reduções das pensões etc. Em troca, a União Europeia emprestaria 110 bilhões de euros para o governo grego.

O suposto "resgate" da Grécia inaugurou um tenso ciclo de negociações entre as autoridades europeias e o governo liderado pelo então primeiro-ministro Geórgios Papandréu, cujo acordo, celebrado no dia 26 de outubro de 2011, previa o desconto de 50% da dívida soberana grega. Em contrapartida, o governo grego comprometeu-se em demitir 150 mil funcionários públicos até 2015 (15 mil já este ano), eliminar a negociação salarial coletiva, instituir um imposto especial sobre a moradia (por exemplo, quem tem uma casa de cem metros quadrados em um bairro popular de Atenas pagará cerca de quatrocentos euros de imposto especial) e reduzir em 50% o valor das pensões.

O acordo foi celebrado poucos dias após 1 milhão de grevistas paralisarem o sistema de transportes urbanos, os hospitais, as escolas, os bancos e a administração pública em todo o país. No dia 20 de outubro, um militante do Partido Comunista Grego foi morto pela polícia em uma manifestação. No dia 28 de outubro, data em que a Grécia celebra a vitória sobre o exército de Mussolini, em 1940, manifestações populares espontâneas voltaram-se contra as autoridades presentes nas paradas oficiais.

O mesmo ciclo de revoltas populares repetiu-se na semana passada durante a greve geral convocada contra o empréstimo de 130 bilhões de euros – dinheiro que não passará nem perto de Atenas, mas garantirá o resgate pelos bancos privados de 50% do valor de face dos títulos gregos – autorizado pela "Troika" no dia 21 de fevereiro. Esse plano ameaça sacrificar uma geração: o governo grego, agora liderado pelo ex-vice-presidente do Banco Central Europeu, Lucas Papademos, aceitou drenar todos os excedentes fiscais alcançados à custa de demissões, cortes de aposentadorias, aumentos tributários, desmanche dos serviços públicos e arrocho salarial (25% de corte no valor do salário mínimo) para o pagamento dos credores europeus.

Além disso, as autoridades europeias exigem que a Grécia adie eleições ou estenda indeterminadamente a validade dos mandatos dos atuais

parlamentares. Por fim, a “Troika” planeja manter uma missão permanente em Atenas a fim de monitorar as contas públicas e supervisionar a execução do acordo. Evidentemente, qualquer semelhança da Grécia com uma colônia de Berlim não é mera coincidência...

Seguindo a teoria econômica padrão, aqueles que defendem o pagamento da dívida grega alegam que os bancos apenas recolhem a poupança pacientemente acumulada por meio do trabalho árduo para financiar investimentos que geram empregos e asseguram o crescimento econômico. Portanto, eles não podem ser penalizados pela irresponsabilidade de governos que gastam muito mais do que deveriam com pensões e serviços públicos.

No entanto, a realidade é muito diferente... O atual sistema financeiro está baseado em operações transnacionais que fundamentalmente objetivam criar capital fictício sob a forma de crédito. Para simplificar: quanto mais um banco empresta, maior será o seu lucro. No decorrer das últimas décadas, os bancos europeus enredaram-se em uma relação insustentável entre créditos e capitais próprios. Segundo o jargão, eles estão excessivamente “alavancados”, ou seja, suas garantias tornaram-se insuficientes diante da baixa qualidade de seus ativos.

Nesse contexto, os governos foram convocados a diluir as perdas da banca por meio da alienação do crédito público. Daí os “sacrifícios” exigidos das famílias de trabalhadores pelos planos de austeridade impostos pela “Troika”: como os países semiperiféricos da eurolândia têm um poder de barganha menor e a atual crise de superprodução capitalista desvaloriza rapidamente a montanha de capital fictício que os bancos alavancaram nas duas últimas décadas, eles são os mais atingidos pela atual crise.

Os ajustes exigidos da Grécia, de Portugal, da Espanha e da Itália servem basicamente para resguardar o capitalismo franco-alemão de uma crise incontrolável, conforme a lógica do atual regime de acumulação financeirizado. Nunca é demais lembrar que os países do sul da Europa desenvolveram um déficit comercial crônico com a Alemanha após adotarem o euro em 2002. Ao longo dos anos 2000, a Grécia transformou-se em um mercado de consumo dos produtos alemães cujas vendas foram em grande medida financiadas pelos bancos de Frankfurt.

Aqui, vale a pergunta: os trabalhadores gregos devem ser sacrificados para proteger os bancos europeus? Além de politicamente ilegítimo, o plano de austeridade promove uma recessão econômica cujos custos sociais são

simplesmente inaceitáveis. A alienação do crédito público para bancos que têm nas mãos títulos impagáveis é um crime, não uma solução para a crise. Nesse sentido, não há a menor esperança para a juventude e para os trabalhadores gregos que não passe pelo não pagamento da dívida, seguido pela suspensão dos acordos com a "Troika".

Naturalmente, um governo títere liderado por um ex-funcionário do Banco Central Europeu decidido a transformar o próprio país em uma colônia de Berlim jamais fará algo semelhante. Por seu lado, as classes trabalhadoras na Grécia já perceberam que seu futuro depende de uma profunda reviravolta política. Aquilo que há alguns anos simplesmente era considerado impensável vai impondo-se como uma fronteira incontornável. Os partidos de esquerda e de extrema-esquerda começam a se tornar hegemônicos entre os trabalhadores gregos e a espiral de violência entre os manifestantes e a polícia aumenta dia após dia.

Até o momento, a "Troika" endureceu o jogo com a Grécia na esperança de transmitir a mensagem apropriada a quem de fato tira o sono dos banqueiros europeus, ou seja, a Itália e sua dívida do tamanho do Produto Interno Bruto alemão. Estaríamos diante do advento de um "novo internacionalismo das resistências", na formulação de Daniel Bensaïd (*Éloge de la politique profane*)[437], capaz de promover uma "escala móvel dos espaços" que coloque em primeiro plano a resistência social à mundialização capitalista em diferentes níveis geográficos dependentes uns dos outros? Se for esse o caso, o caminho da revolução na Grécia passa obrigatoriamente por Roma, assim como por Lisboa e por Madri. Enquanto os trabalhadores gregos lutarem isolados, não haverá muita esperança para a Europa. Mas, afinal, talvez a Grécia seja apenas o elo mais frágil da corrente capitalista.

# BIBLIOGRAFIA


AGGER, Ben (ed.). *Public Sociology*: From Social Facts to Literary Acts. Lanham, Rowman & Littlefield, 2007.

AGLIETTA, Michel. *Le capitalisme de demain*. Paris, Fondation Saint-Simon, 1998.

_____; UCTUM, Merih. Europe and the Maastricht Challenge. *The World Economy*, v. 19, n. 6, nov. 1996. p. 683-94.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2000.

AMORIN, Wilson Costa de. *A evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras*: um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2007.

ANDERSON, Perry. Lula's Brazil. *London Review of Books*, v. 33, n. 7, 31 mar. 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, v. 12, n. 2, jul. 2007.

_____ (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2005.

_____ (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 1997.

_____. *A rebeldia do trabalho*: o confronto operário no ABC paulista (As greves de 1978-1980). Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

ARAÚJO, Angela (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2002.

ARCARY, Valério. *Um reformismo (quase) sem reformas*. São Paulo, Sundermann, 2011.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010.

ASSUNÇÃO, Ada Ávilla et al. Abordar o trabalho para compreender e transformar as condições de adoecimento na categoria dos teleatendentes no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 31, n. 114, jul. 2006.

BALTAR, Paulo Eduardo; KREIN, José Dari. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, v. 3, 2006.

BARBOSA, Alexandre Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2008.

BARLOW, Andrew (ed.). *Collaborations for Social Justice*: Professionals, Publics, and Policy Change. Lanham, Rowman & Littlefield, 2007.

BARRETO, Júnior. *Linha de frente*: os bastidores do telemarketing. São Paulo, Leia Sempre, 2007.

BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marco Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2000.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. *Retorno à condição operária*: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo, Boitempo, 2009.

BECK, Ulrich. How not to become a museum piece. *The British Journal of Sociology*, v. 56, n. 3, 2005.

BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília, Editora da UnB, 1980.
BENSAÏD, Daniel. *Éloge de la politique profane*. Paris, Albin Michel, 2008.
BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo, Alameda, 2008.
_____. Apresentação. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, 2007.
_____. Revolução passiva: o futuro do pretérito. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 23, 2007.
_____; BRAGA, Ruy. Brazil: The Lula government and financial globalization. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005.
_____. Dal PCB al PT: continuità e rotture della sinistra brasiliana. *Proteo*, Roma, v. 2, n. 3, 2002. p. 84-90.
_____. Neoliberalismo e resistência operária no governo FHC. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo, Xamã, 1997.
BICEV, Jonas Tomazi. *Os trabalhadores subcontratados da região metropolitana de São Paulo*: precariedade ou estabilização? Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
BLACKBURN, Robin. The unequal society. In: BLACKBURN, Robin; COCKBURN, Alexander (orgs.). *The Incompatibles*: Trade Union Militancy and the Consensus. Londres, Middlesex, 1967.
BLAU, Judith; SMITH, Keri E. Iyall (eds.). *Public Sociologies Reader*. Lanham, Rowman & Littlefield, 2006.
BOITO, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo, Hucitec, 1991.
_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____ (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
BOLTANSKI, Luc. *De la critique*: précis de sociologie de l'émancipation. Paris, Gallimard, 2009.
BOND, Patrick. *Elite Transition*: From Apartheid to Neoliberalism in South Africa. Londres, Pluto Press, 2000.
BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003.
_____. *Interventions, 1961-2001: science sociale et action politique*. Paris, Agone, 2002.
BOUTANG, Yann Moulier. *Le capitalisme cognitif*: la nouvelle grande transformation. Paris, Amstersam, 2008.
BOYNS, David; FLETCHER, Jesse. Reflections on public sociology: Public relations, disciplinary identity, and the strong program in professional sociology. *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005.
BRAGA, Ruy. O pêndulo de Marx: sociologias públicas e engajamento social. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 52, jan. 2011. p. 55-80.
_____; FLORES, David; PIMENTEL, Fábio; VANETTI, Vitor. Social movement unionism and neoliberalism in São Paulo, Brazil: Shifting logics of collective action in telemarketing labor unions. *Societies without Borders*, v. 6, 2011.
_____. Atravessando o abismo: uma sociologia pública para o ensino médio. *Boletim CEDES*, Rio de Janeiro, abr.-maio 2010.
_____; BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, 2009.
_____; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). Dossiê sociologia pública. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, ago. 2009.
_____. *A nostalgia do fordismo*: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo, Xamã, 2003.
BRAGON, Ranier. PT tem diretores em 7 dos 10 maiores fundos. *Folha de S.Paulo*, 8 mar. 2009.
BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
BRENNER, Aaron; BRENNER, Robert; WINSLOW, Cal (orgs.). *Rebel Rank and File*: Labor Militancy and Revolt from Below During the Long 1970s. Nova York, Verso, 2010.
BRINT, Steven. Guide for a perplexed: On Michael Burawoy's "Public Sociology". *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005.

BRITO, José Carlos Aguiar. *A tomada da Ford*: o nascimento de um sindicato livre. Petrópolis, Vozes, 1989.
BRUNHOFF, Suzanne de; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LEVY, Dominique; HUSSON, Michel. *A finança capitalista*. São Paulo, Alameda, 2010.
BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.
_____. *The Extended Case Method*: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 2009.
_____. The field of sociology. In: CLAWSON, Dan et al. (orgs.). *Public Sociology*: Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-First Century. Berkeley, University of California Press, 2007.
_____. For public sociology. *American Sociological Review*, v. 70, fev. 2005. p. 4-28.
_____. Revisits: An outline of a theory of reflexive ethnograph. *American Sociological Review*, v. 68, out. 2003.
_____; WRIGHT, Erik Olin. Sociological marxism. In: TURNER, Jonathan H. (ed.). *Handbook of Sociological Theory*. Nova York, Plenun Publishers, 2002.
_____. *The Politics of Production*: Factory Regimes under Capitalism and Socialism. Nova York, Verso, 1985.
_____. *Manufacturing Consent*: Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism. Chicago, University of Chicago Press, 1979.
CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele S.; TELLES, Vera da Silva (orgs.). *Saídas de emergência*: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo, Boitempo, 2010.
CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros*: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.
CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.
_____. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2003.
CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. *Interesse Nacional*, n. 13, abr. 2011.
_____. Para onde vamos? *O Estado de S. Paulo*, 1° nov. 2009.
CASTEL, Robert. Et maintenant, le “precariat”. *Le Monde*, 29 abr. 2006.
_____. *La inseguridad social*: ¿qué es estar protegido? Buenos Aires, Manantial, 2004.
_____. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1998.
CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
CASTRO, Conrado Pires de. Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010.
CHAIA, Miguel Wady. *Intelectuais e sindicalistas*: a experiência do Dieese (1955-1990). Ibitinga, Humanidades, 1992.
CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
COGGIOLA, Osvaldo. “Florestan Fernandes e o socialismo”. In: FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo*: últimos escritos e outros textos. São Paulo, Xamã, 1995.
COIMBRA, Marcos. Quatro razões para a vitória de Lula. *Cadernos Fórum Nacional*, n. 6, fev. 2007.
COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____ (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
COUTINHO, Ronaldo do Livramento. *Operário de construção civil*: urbanização, migração e classe operária no Brasil. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
COUTROT, Thomas. *L’entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste?* Enquête sur les modes d’organisation du travail. Paris, La Découverte, 1998.
D’ARAÚJO, Maria Celina. *A elite dirigente do governo Lula*. São Paulo, Editora FGV, 2007.
DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!* São Paulo, Boitempo, 2008.
DELAUNAY, Jean-Claude; LECHAT, Noël. *Les centres d’appels*: un secteur en clair-obscur. Paris, L’Harmattan, 2003.

DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para a universidade*: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). Mercado de trabalho formal brasileiro nos anos recentes. *Nota Técnica*, São Paulo, n. 80, mar. 2009.
DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização*: (des)fordizando a fábrica. São Paulo, Boitempo, 1999.
EVANS, Peter. *Dependent Development*: The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil. Nova Jersey, Princeton University Press, 1979.
FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo*: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961). São Paulo, Sundermann, 2011.
FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo, Globo, 2006.
_____. *Em busca do socialismo*: últimos escritos e outros textos. São Paulo, Xamã, 1995.
_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
_____. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). *Comunicação popular e alternativas no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1986.
FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). São Paulo, Editora FGV, 2008.
FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
FRANÇA, Ronaldo. Ação entre amigos. *Veja*, n. 1912, 6 jul. 2005.
FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo, Símbolo, 1979.
_____. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo, Ensaio, 1978.
FREIRE, Odaléa Novais. "*Ser atendente a vida toda é humanamente impossível*": serviço de teleatendimento e custo humano do trabalho. Dissertação de Mestrado. Brasília, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2002.
FRENCH, John D. Resenha: Antonio Luigi Negro, Linhas de montagem. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010.
_____. *O ABC dos operários*: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo, Hucitec, 1995.
FUNDOS de pensão contratam antigos sócios de Gushiken. *Folha de S.Paulo*, 3 jul. 2005
GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2007.
GARCIA, Cyro. *PT*: de oposição à sustentação da ordem. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.
GEORGES, Isabel. Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.
GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas. Buenos Aires, Paidós, 1968.
GOLDTHORPE, John; LOCKWOOD, David; BECHHOFER, Frank; PLATT, Jennifer. *The Affluent Worker*: Industrial Attitudes and Behavior. Londres, Cambridge University Press, 1968.
GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.
_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a tragetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1996, p. 31-58.
GORZ, André. *L'immateriél*: connaissance, valeur et capital. Paris, Galilée, 2003.
GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo, Hedra, 2008.
_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
GRUN, Roberto. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Mana*, v. 9, n. 2, 2003.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Um sonho de classe*: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta. São Paulo, Hucitec, 1998.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *À procura de trabalho*: instituições do mercado e redes. Belo Horizonte, Argumentum, 2009a.
_____. *Desemprego, uma construção social*. Belo Horizonte, Argumentum, 2009b.
_____. *Caminhos cruzados*: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo, Editora 34, 2004.
_____. *Ejército de reserva*: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil. Tese de Doutorado. México, Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, 1983.
HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Imigração e movimento operário no Brasil: uma interpretação. In: DEL ROIO, José Luiz. *Trabalhadores no Brasil*: imigração e industrialização. São Paulo, Ícone, 1990.
HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
_____. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
HOLMAN, David; BATT, Rosemary; HOLTGREWE, Ursula. *The Global Call Center Report*: International Perspectives on Management and Employment. Ithaca, Cornell University, 2007.
HUMPHREY, John. *Fazendo o "milagre"*: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis, Vozes, 1983.
_____. As raízes e desafios do "novo" sindicalismo da indústria automobilística. *Novos Estudos Cebrap*, 1980.
_____. Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências do movimento trabalhista. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1979.
HUNTER, Wendy. *The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009*. Nova York, Cambridge University Press, 2010.
IASI, Mauro Luis. Classe e consciência de classe no Brasil. *32° Encontro Anual da Anpocs*. São Paulo, Anpocs, 2008.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Atualidade e perspectiva das ocupações nos pequenos empreendimentos no Brasil. *Comunicado da Presidência*, Brasília, n. 39, fev. 2010.
_____. Distribuição funcional da renda no Brasil: situação recente. *Comunicado da Presidência*, Brasília, n. 14, nov. 2008.
JACOBSEN, Michael (ed.). *Public Sociology*: Proceedings of the Anniversary Conference, Celebrating Ten Years of Sociology in Aalborg. Dinamarca, Aalborg University Press, 2008.
JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco*: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. São Paulo, Annablume, 2009.
JEFFRIES, Vincent (ed.). *The Handbook of Public Sociology*. Lanham, Rowman & Littlefield, 2009.
KIMELDORF, Howard. *Battling for American Labor*: Wobblies, Craft Workers, and the Making of the Union Movement. Berkeley/Los Angeles, UC Berkeley Press, 1999.
_____. Historical studies of labor movements in the United States. *Annual Review of Sociology*, v. 18, 1992.
KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1971.
LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.
_____. *À esquerda da esquerda*: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
LEITE, Marcia de Paula. *O trabalho em movimento*: reestruturação produtiva e sindicato no Brasil. Campinas, Papirus, 1997.
_____. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária.* São Paulo, Scritta, 1994.
_____. A classe operária e a questão sindical. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. *Processo e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo, Atlas, 1987.

LENIN, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2011.
LEVINE, Robert M. *Father of the Poor?* Vargas and his Era. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.
LIMA, Jacob Carlos (org.). *Ligações perigosas*: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo, Annablume, 2007.
_____. *As artimanhas da flexibilização*: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo, Terceira Margem, 2002.
LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres*: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo, Nobel, 1988.
LOJKINE, Jean Lojkine. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris, La Dispute, 2005.
_____. *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez, 1995.
LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo, Marco Zero/Editora da UnB, 1988.
LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e migrações: Uma abordagem histórico-estrutural. *Estudos Cebrap*, out. 1974.
_____. *A crise do Brasil arcaico*: estudo da mudança das relações de trabalho na sociedade patrimonialista. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.
_____. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964.
LOPEZ, Steven Henry. *Reorganizing the Rust Belt*: An Inside Study of the American Labor Movement. Berkeley, UC Berkeley Press, 2004.
LÖWY, Michael. *The Politics of Combined and Uneven Development*. Nova York, Verso, 1981.
_____. Consciência de classe e partido revolucionário. *Revista Brasiliense*, n. 41, 1962.
_____; CHUCID, Sara. Opiniões e atitudes dos líderes sindicais metalúrgicos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 13, 1962.
MANDEL, Ernest. *Power and Money*: A Marxist Theory of Bureaucracy. Nova York, Verso, 1992.
_____. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril, 1982.
MANN, Michael. Sources of variation in working-class movements in twentieth-century Europe. *New Left Review*, n. 212, jul.-ago. 1995.
_____. *Consciousness and Action among the Western Working Class*. Londres, Macmillan, 1973.
MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1984.
MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
MARCELINO, Paula. *A logística da precarização*: terceirização do trabalho na Honda do Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia dos movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella et al. *Jogos da política*: imagens, representações e práticas. São Paulo, Marco Zero, 1992.
MARTINEZ, Maria Antonieta. *A vitória da razão(?):* O Idort e a sociedade paulista. São Paulo, Marco Zero, 1993.
MARTINS, Heloísa de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo, Hucitec, 1994.
_____; RAMALHO, José Ricardo. *Terceirização*: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo, Hucitec, 1994.
_____. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1989.
MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.
_____. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Roberto. LER e organização do trabalho no setor de serviços: o caso de call centers em atendimento de serviços financeiros. In: SZNELWAR, Laerte Idal; ZIDAN, Leila Nadim (orgs.). *O trabalho humano com sistemas informatizados no setor de serviços*. São Paulo, Plêiade, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Editora da UFF, 1996.

MCLAUGHLIN, Neil; KOWALCHUK, Lisa; TURCOTTE, Kerry. Why sociology does not to be saved. *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005.

MENDONÇA, Sérgio. A experiência do Dieese em pesquisa e conhecimento. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência*. São Paulo, Boitempo, 2011, vol. II.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2007.

MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil?* São Paulo, Civilização Brasileira, 1963.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS). *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho*. Brasília, 2010.

MOCELIN, Daniel Gustavo; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. Satisfação com o emprego em call centers: novas evidências sobre o emprego trampolim. *Psicologia: Organizações e Trabalho*, n. 9, jul. 2009.

_____. O telemarketing e o perfil sócio-ocupacional dos empregados em call centers. *Cadernos CRH*, n. 53, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massas e crise política*. São Paulo, Pólis, 1978.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. *História e Perspectivas*, n. 43, Uberlândia, jul. 2010.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo, Boitempo, 2004.

NICHOLS, Lawrence (ed.). *Public Sociology*: The Contemporary Debate. Nova York, Transaction Publishers, 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, n. 76, 2009.

_____. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, v. 5, n. 2, jul. 1969. p. 178-236.

_____. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.

O ESTADO DE S. PAULO. Dirceu e Gushiken ainda dão as cartas nos fundos. *O Estado de S. Paulo*, 4 mar. 2009.

OLIVEIRA, Eurenice de. *Toyotismo no Brasil*: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *Hegemonia às avessas*: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. Prefácio por uma sociologia pública. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, 2009.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____; COMIN, Álvaro (orgs.). *Os cavaleiros do antiapocalipse*: trabalho e política na indústria automobilística. São Paulo, Cebrap/Entrelinhas, 1999.

OLIVEIRA, Sirlei Marcia de. Os trabalhadores das centrais de teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Campinas, Centro de Memória/Editora da Unicamp, 1999.
PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale*: essai sur la nouvelle pauvreté. Paris, PUF, 1991.
PAULANI, Leda. *Brasil delivery*: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo, Boitempo, 2008.
PEREIRA, Luiz. *A condição operária*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
_____. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
PEREIRA, Vera Maria Cândido. *O coração da fábrica*: estudo de caso entre operários têxteis. São Paulo, Campus, 1979.
PERES, Claudio Cezar et al. Uma construção social: o anexo da norma brasileira de ergonomia para o trabalho dos operadores de telemarketing. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 31, n. 114, jul. 2006.
PIMENTEL, Fábio. *Trabalho e emprego no setor de telemarketing*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.
PINHEIRO, Luana et al. *Retrato da desigualdade de gênero e raça*. Brasília, Ipea, 2008.
PINHEIRO, Paulo Sérgio. Trabalho industrial no Brasil: uma revisão. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 14, out. 1975.
POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo, Boitempo, 2012.
RAINHO, Luís Flávio. *Os peões do grande ABC*. Petrópolis, Vozes, 1980.
RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Trabalho e desenvolvimento regional*: efeitos sociais na indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.
_____. *Estado-patrão e luta operária*: o caso FNM. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
REVISTA CALL CENTER. *Ranking*. 2011. Disponível em: http://www.ranking.callcenter.inf.br/.
RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo, Cortez, 1990.
_____; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos*: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense. São Paulo, Annablume, 2007.
RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.
RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo, Brasiliense, 1970.
_____. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966.
ROMÃO, Wagner. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960*: a experiência do Cesit. São Paulo, Humanitas, 2006.
ROMBALDI, Maurício. *Os sindicalistas nas entrelinhas*: o caso do Sintetel pós-privatizações. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
ROSENFIELD, Cinara Lerrer. A identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.
ROY, Donald. Quota restriction and goldbricking in a machine shop. *The American Journal of Sociology*, v. 57, n. 5, mar. 1952.
SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boitempo, 2003.
_____. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2001.
_____. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.
SCHWARTZMAN, Simon. A sociologia como profissão pública no Brasil. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, ago. 2009.
SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo, Ateliê, 2011.

SERRA diz que país vive uma “República sindicalista”. *Folha de S.Paulo*, 15 jul. 2010.
SILVA, Leonardo Mello e. *Trabalho em grupo e sociabilidade privada*. São Paulo, Editora 34, 2004.
SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo, Ática, 1981.
SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos Cebrap*, n. 88, nov. 2010.
_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, nov. 2009.
SINGER, Paulo. *Dominação e desigualdade*: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 1983.
SLUYTER-BELTRÃO, Jeffrey. *Rise and Decline of Brazil’s New Unionism*: The Politics of the Central Única dos Trabalhadores. Oxford, Peter Lang Publisher, 2010.
SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros*: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.
SOUZA, Paulo Renato. “República sindicalista” ou “cosa nostra”? Disponível em http://paulorenatosouza.blogspot.com. Acesso em 12 fev. 2011.
STANDING, Guy. *The Precariat*: The New Dangerous Class. Londres, Bloomsbury, 2011.
SWEEZY, Paul M. Prefácio. In: BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo*: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.
TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade*: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo, Humanitas, 2006.
_____. *Cidadania e pobreza*. São Paulo, Editora 34, 2001.
TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. p. 13-28.
_____. *Iseb*: fábrica de ideologias. São Paulo, Ática, 1977.
TOMIZAKI, Kimi. *Ser metalúrgico no ABC*: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores. Campinas, Arte Escrita/Centro de Memória/ Editora da Unicamp, 2007.
TOURAINE, Alain. *La société post-industrielle*. Paris, Denoël, 1969.
_____. A sociologia pública e o fim da sociedade. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009.
TROTSKI, Leon. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo, Sundermann, 2011.
_____. *Escritos latino-americanos*. São Paulo, Iskra, 2009.
_____. *História da revolução russa*. São Paulo, Sundermann, 2007. 2 vols.
TURNER, Jonathan. Is public sociology such a good idea? *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005.
VARGAS, Nilton. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Cortez/Anpocs, 1985.
VENCO, Selma. Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.
VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, 1996.
_____. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 17, 1978.
VILLAVERDE, João. Emprego cresce mais na faixa até 2 mínimos. *Valor Econômico*, 4 out. 2010.
VINCENT, Jean-Marie (org.). *Ecole de la régulation et critique de la raison économique*. Paris, L’Harmattan, 1994.
VOSS, Kim; SHERMAN, Rachel. Breaking the iron law of oligarchy: Union revitalization in the American labor movement. *The American Journal of Sociology*, v. 106, n. 2, set. 2000.
WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, 1973.
_____. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 5, 1972.
WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo, Cortez, 2000.

# COLEÇÃO MUNDO DO TRABALHO

ALÉM DA FÁBRICA
Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho (orgs.)

A CÂMARA ESCURA
Jesus Ranieri

ATUALIDADE HISTÓRICA DA OFENSIVA SOCIALISTA
István Mészáros

O CARACOL E SUA CONCHA
Ricardo Antunes

O CONTINENTE DO LABOR
Ricardo Antunes

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL
István Mészáros

CRÍTICA À RAZÃO INFORMAL
Manoel Luiz Malaguti

DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA
Alain Bihr

DA MISÉRIA IDEOLÓGICA À CRISE DO CAPITAL
Maria Orlanda Pinassi

A DÉCADA NEOLIBERAL E A CRISE
DOS SINDICATOS NO BRASIL
Adalberto Moreira Cardoso

A DESMEDIDA DO CAPITAL
Danièle Linhart

O DESAFIO E O FARDO DO TEMPO HISTÓRICO
Angela Araújo (org.)

A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL
István Mészáros

O EMPREGO NA GLOBALIZAÇÃO
Marcio Pochmann

O EMPREGO NO DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO
Marcio Pochmann

ESTRUTURA SOCIAL E FORMAS
DE CONSCIÊNCIA I E II
István Mészáros

FILOSOFIA, IDEOLOGIA E CIÊNCIA SOCIAL
István Mészáros

FORÇAS DO TRABALHO
Beverly J. Silver

FORDISMO E TOYOTISMO
Thomas Gounet

HOMENS PARTIDOS

Marco Aurélio Santana

INFOPROLETÁRIOS
Ricardo Antunes e Ruy Braga (orgs.)

LINHAS DE MONTAGEM
Antonio Luigi Negro

A MÁQUINA AUTOMOTIVA EM SUAS PARTES
Geraldo Augusto Pinto

MAIS TRABALHO!
Sadi Dal Rosso

O MISTER DE FAZER DINHEIRO
Nise Jinkings

NEOLIBERALISMO, TRABALHO E SINDICATOS
Huw Beynon, José Ricardo Ramalho,
John McIlroy e Ricardo Antunes (orgs.)

NOVA CLASSE MÉDIA?
Marcio Pochmann

NOVA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?
Helena Hirata

O NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO
Giovanni Alves

A OBRA DE SARTRE
István Mészáros

PARA ALÉM DO CAPITAL
István Mészáros

A PERDA DA RAZÃO SOCIAL DO TRABALHO
Maria da Graça Druck e Tânia Franco (orgs.)

POBREZA E EXPLORAÇÃO DO
TRABALHO NA AMÉRICA LATINA
Pierre Salama

O PODER DA IDEOLOGIA
István Mészáros

RETORNO À CONDIÇÃO OPERÁRIA
Stéphane Beaud e Michel Pialoux

RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO
NO BRASIL
Ricardo Antunes (org.)

O ROUBO DA FALA
Adalberto Paranhos

O SÉCULO XXI
István Mészáros

OS SENTIDOS DO TRABALHO
Ricardo Antunes

SHOPPING CENTER
Valquíria Padilha

A SITUAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NA INGLATERRA
Friedrich Engels

A TEORIA DA ALIENAÇÃO EM MARX
István Mészáros

TERCEIRIZAÇÃO: (DES)FORDIZANDO A FÁBRICA
Maria da Graça Druck

TRABALHO E DIALÉTICA
Jesus Ranieri

TRABALHO E SUBJETIVIDADE
Giovanni Alves

TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E
FRAGMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES
João Bernardo

Copyright © Boitempo Editorial, 2012

*Coordenação editorial*
Ivana Jinkings

*Editora-adjunta*
Bibiana Leme

*Assistência editorial*
Livia Campos

*Preparação e revisão*
Ana Lotufo Valverde
Fernanda Marão

*Capa*
Antonio Kehl
sobre fotografia de Tanda Melo, Resistência do Pinheirinho (11/1/2012)

*Diagramação*
Crayon Editorial

*Produção*
Giovana Garofalo

*Produção para ebook*
S2 Books

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B829p

Braga, Ruy, 1972-
A política do precariado : do populismo à hegemonia lulista / Ruy Braga. – São Paulo : Boitempo : USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. (Mundo do trabalho.)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7559-298-4

1. Ciências sociais. 2. Ciência política. 3. Populismo. 4. Sindicalismo. 5. Socialismo. 6. Liberalismo. 7. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. I. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. II. Título

12-7989. CDD: 320.5

CDU: 329.1/6.

29.10.12 06.11.12 040364

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

Esta edição contou com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP, do Cenedic-USP e da Capes, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.

1a edição: novembro de 2012

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

# E-BOOKS DA BOITEMPO EDITORIAL



## ENSAIOS

*18 crônicas e mais algumas* * formato ePub
Maria Rita Kehl

*A educação para além do capital* * formato PDF
István Mészáros

*A era da indeterminação* * formato PDF
Francisco de Oliveira e Cibele Rizek (orgs.)

*A finança mundializada* * formato PDF
François Chesnais

*A indústria cultural hoje* * formato PDF
Fabio Durão et al.

*A linguagem do império* * formato PDF
Domenico Losurdo

*A nova toupeira* * formato PDF
Emir Sader

*A potência plebeia* * formato PDF
Álvaro García Linera

*A revolução de outubro* * formato PDF
Leon Trotski

*A rima na escola, o verso na história* * formato PDF
Maíra Soares Ferreira

*A visão em paralaxe* * formato ePub
Slavoj Žižek

*As artes da palavra* * formato PDF
Leandro Konder

*Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917* * formato ePub

Slavoj Žižek

*As utopias de Michael Löwy* ***** formato PDF
Ivana Jinkings e joão Alexandre Peschanski

*Bem-vindo ao deserto do Real!* (versão ilustrada) ***** formato ePub
Slavoj Žižek

*Brasil delivery* ***** formato PDF
Leda Paulani

*Cães de guarda* ***** formato PDF
Beatriz Kushnir

*Caio Prado Jr.* ***** formato PDF
Lincoln Secco

*Cidade de quartzo* ***** formato PDF
Mike Davis

*Cinismo e falência da crítica* ***** formato PDF
Vladimir Safatle

*Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* ***** formato PDF
Francisco de Oliveira

*De Rousseau a Gramsci* ***** formato PDF
Carlos Nelson Coutinho

*Democracia corintiana* ***** formato PDF
Sócrates e Ricardo Gozzi

*Do sonho às coisas* ***** formato PDF
José Carlos Mariátegui

*Em defesa das causas perdidas* ***** formato ePub e PDF
Slavoj Žižek

*Em torno de Marx* ***** formato PDF
Leandro Konder

*Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias* ***** formato PDF
Perry Anderson

*Estado de exceção* ***** formato PDF
Giorgio Agamben

*Extinção* ***** formato PDF
Paulo Arantes

*Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* ***** formato PDF
Carlos Eduardo Martins

*Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* ***** formato PDF
Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.)

*Infoproletários* ***** formato PDF
Ruy Braga e Ricardo Antunes (orgs.)

*István Mészáros e os desafios do tempo histórico* ***** formato PDF
Ivana Jinkings e Rodrigo Nobile

*Lacrimae rerum: ensaios de cinema moderno* ***** formato PDF
Slavoj Žižek

*Lenin* ***** formato PDF
György Lukács

*Memórias* ***** formato PDF
Gregório Bezerra

*Meu velho Centro* ***** formato PDF
Heródoto Barbeiro

*Modernidade e discurso econômico* ***** formato PDF
Leda Paulani

*Nova classe média* ***** formato PDF
Marcio Pochmann

*O caracol e sua concha* ***** formato PDF
Ricardo Antunes

*O continente do labor* ***** formato PDF
Ricardo Antunes

*O desafio e o fardo do tempo histórico* ***** formato PDF
István Mészáros

*O emprego na globalização* ***** formato PDF
Marcio Pochmann

*O emprego no desenvolvimento da nação* ***** formato PDF
Marcio Pochmann

*O enigma do capital* ***** formato PDF
David Harvey

*O poder das barricadas* ***** formato PDF
Tariq Ali

*O poder global* ***** formato PDF
José Luis Fiori

*O que resta da ditadura: a exceção brasileira* ***** formato PDF
Edson Teles e Vladimir Safatle (orgs.)

*O que resta de Auschwtiz* ***** formato PDF
Giorgio Agamben

*O romance histórico* ***** formato PDF
György Lukács

*O tempo e o cão: a atualidade das depressões* ***** formato PDF
Maria Rita Kehl

*O reino e a glória* ***** formato ePub
Giorgio Agamben

*Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* ***** formato ePub

Artigos de David Harvey, Edson Teles, Emir Sader, Giovanni Alves, Henrique Carneiro, Immanuel Wallerstein, João Alexandre Peschanski, Mike Davis, Slavoj Žižek, Tariq Ali e Vladimir Safatle

*Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica* ***** formato PDF
Luiz Bernardo Pericás

*Os sentidos do trabalho* ***** formato PDF

Ricardo Antunes

*Para além do capital* ***** formato PDF
István Mészáros

*Planeta favela* ***** formato PDF
Mike Davis

*Primeiro como tragédia, depois como farsa* ***** formato PDF
Slavoj Žižek

*Profanações* ***** formato PDF
Giorgio Agamben

*Prolegômenos para uma ontologia do ser social* ***** formato PDF
György Lukács

*Revoluções* ***** formato PDF
Michael Löwy

*Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* ***** formato ePub
Robert Cabanes, Isabel Georges, Cibele Rizek e Vera Telles (orgs.)

*São Paulo: a fundação do universalismo* ***** formato PDF
Alain Badiou

*São Paulo: cidade global* ***** formato PDF
Mariana Fix

*Sobre o amor* ***** formato PDF
Leandro Konder

*Trabalho e dialética* ***** formato PDF
Jesus Ranieri

*Trabalho e subjetividade* ***** formato PDF
Giovanni Alves

*Videologias: ensaios sobre televisão* ***** formato PDF
Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl

*Walter Benjamin: aviso de incêndio* ***** formato PDF
Michael Löwy



LITERATURA

*Anita* ***** formato PDF
Flávio Aguiar

*Cansaço, a longa estação* ***** formato PDF
Luiz Bernardo Pericás

*Crônicas do mundo ao revés* ***** formato PDF
Flávio Aguiar

*México Insurgente* ***** formato PDF
John Reed

*Soledad no Recife* ***** formato PDF
Urariano Mota



COLEÇÃO MARX-ENGELS EM EBOOK

*A guerra civil na França* ***** formato PDF
Karl Marx

*A ideologia alemã* ***** formato PDF
Karl Marx e Friedrich Engels

*A sagrada família* ***** formato PDF
Karl Marx e Friedrich Engels

*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* ***** formato PDF
Friedrich Engels

*Crítica da filosofia do direito de Hegel* ***** formato PDF
Karl Marx

*Crítica do Programa de Gotha* ***** formato PDF
Karl Marx

*Lutas de classes na Alemanha* ***** formato PDF

Karl Marx e Friedrich Engels

*Manifesto Comunista* ***** formato PDF
Karl Marx e Friedrich Engels

*Manuscritos econômico-filosóficos* ***** formato PDF
Karl Marx

*O 18 de brumário de Luís Bonaparte* ***** formato PDF
Karl Marx

*O socialismo jurídico* ***** formato PDF
Karl Marx

*Sobre a questão judaica* ***** formato PDF
Karl Marx

*Sobre o suicídio* ***** formato PDF
Karl Marx

[1] Henry Ford, *The International Jew: The World's Foremost Problem*, 1921 (Whitefish, Kessinger Publishing, 2003).

[2] Michael Löwy, "Opiniões e atitudes de dirigentes sindicais metalúrgicos", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 13, 1962.

[3] Michael Löwy, "Structure de la conscience de classe ouvrière au Brésil", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. XLIX, 1970.

[4] No início dos anos 1980, François Mitterrand resgatou do desterro o projeto da União Europeia. Então, aquela promessa ajudou uma Europa há pouco saída de ditaduras filofascistas (Espanha, Portugal) e da experiência da luta armada (Itália, Alemanha) a enfrentar a competição com o neoliberalismo estadunidense. Mesmo refém dos limites fiscais impostos pelo Tratado de Maastricht – teto de 3% de déficit orçamentário –, um continente unificado pelo binômio "eficiência e proteção" seduziu não apenas vários países do ex-bloco soviético, como também parte significativa da imaginação política progressista global, revivificando uma vez mais o sonho reformista da superação burocrática da anarquia do mercado – desta vez, via união monetária. Para mais detalhes, ver Michel Aglietta e Merih Uctum, "Europe and the Maastricht challenge", *The World Economy*, v. 19, n. 6, nov. 1996, p. 683-94.

[5] Ver Michel Aglietta, *Le capitalisme de demain, Notes de la Fondation Saint-Simon* (Paris, Fondation Saint-Simon, 1998).

[6] "A precariedade seria então apenas uma etapa na trajetória profissional. Mas, e se essa etapa estivesse em vias de se transformar em um estado permanente? Um número cada dia maior de jovens passa de estágio em estágio ou de ocupação provisória em ocupação provisória, entrecortados por períodos mais ou menos longos de desemprego. [...]. A precariedade transforma-se [...] em um registro 'regular' da organização do trabalho." Robert Castel, "Et maintenant, le 'precariat'", *Le Monde*, 29 abr. 2006.

[7] Ver, por exemplo, Serge Paugam, *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté* (Paris, PUF, 1991).

[8] "De alguma maneira, trata-se do retorno das classes perigosas, ou seja, da cristalização em certos grupos sociais situados nas margens de todas as ameaças que carrega em si uma sociedade. O proletariado industrial desempenhou esse papel no século XIX: classes trabalhadoras, classes perigosas." Robert Castel, *La inseguridad social: ¿qué es estar protegido?* (Buenos Aires, Manantial, 2004), p. 70.

[9] Guy Standing, *The Precariat: The New Dangerous Class* (Londres, Bloomsbury, 2011), p. 25.

[10] Para mais detalhes, ver Robert Castel, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (Petrópolis, Vozes, 1998).

[11] Para mais detalhes sobre o caso estadunidense, ver Aaron Brenner, Robert Brenner e Cal Winslow (orgs.), *Rebel Rank and File: Labor Militancy and Revolt From Below During the Long 1970s* (Nova York, Verso, 2010). Em relação ao caso francês, ver Stéphane Beaud e Michel Pialoux, *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França* (São Paulo, Boitempo, 2009).

[12] Para uma convincente análise sociológica da formação histórica dessa população trabalhadora no Brasil, ver Adalberto Moreira Cardoso, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010), em especial os quatro primeiros capítulos. Para uma análise da formação do mercado de trabalho nacional, desde o período da escravidão, ver Alexandre Freitas Barbosa, *A formação do mercado de trabalho no Brasil* (São Paulo, Alameda, 2008).

[13] Para mais detalhes, ver Karl Marx, *O capital: crítica da economia política* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, livro 1, v. II). Qualquer referência aos conceitos de população trabalhadora excedente, exército industrial de reserva e pauperismo em Marx não pode deixar de mencionar a conhecida problematização teórica empreendida pelo cientista político argentino José Nun – e que posteriormente fundamentou seu debate com Fernando Henrique Cardoso sobre a dinâmica da população pauperizada na América Latina. Ver José Nun, "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal", *Revista Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, v. 5, n. 2, jul. 1969, p. 178-236, e José Nun, *Marginalidad y exclusión social* (Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001). Entre os investigadores brasileiros, Nadya Araujo Guimarães foi pioneira em relacionar o comportamento político da população trabalhadora excedente ao modelo de desenvolvimento capitalista no país. Para mais detalhes, ver Nadya Araujo Guimarães, *Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil* (Tese de Doutorado, Cidade do México, Universidade Nacional Autônoma do México, Unam, 1983).

[14] Por *lumpemproletariado*, Marx compreendia "o lixo de todas as classes" formado por indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia, batedores de carteiras, rufiões, mendigos... Para mais detalhes, ver Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo, Boitempo, 2011). Por meio dessa categoria, Marx pretendeu chamar a atenção para o aprofundamento, especialmente saliente em períodos de crise, da degradação social que submete um número grande de indivíduos, separando-os de suas classes originárias e transformando-os em uma "massa desintegrada" vulnerável a movimentos reacionários. Sobre a relação entre o lumpemproletariado e a emergência do nazifascismo na Alemanha, ver Leon Trotski, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* (São Paulo, Sundermann, 2011). No entanto, vale lembrar que nem Marx, nem Trotski exploraram conceitualmente a relação entre a população pauperizada e o lumpemproletariado.

[15] Neste ponto, vale destacar que, pelo fato de não possuírem qualificações escassas, não exercerem autoridade e não contratarem trabalho, os proletários precarizados constituem a fração mais subordinada e explorada da classe trabalhadora.

[16] Ao apoiarmos nossa interpretação do precariado sobre o conceito de superpopulação relativa de Marx, nada mais fizemos do que seguir a sugestão de Paul M. Sweezy no prefácio ao clássico estudo de Harry Braverman: "[No Capítulo 17] desenvolve-se a tese de que a lei geral de acumulação capitalista de Marx, de acordo com a qual o avanço do capitalismo caracteriza-se pelo acúmulo de riqueza em um polo e privação e miséria no outro, longe de ser uma flagrante falácia como a ciência social burguesa vem há muito sustentando, veio a ser, na verdade, uma das mais bem fundamentadas introvisões de Marx quanto ao sistema capitalista. Quanto ganharia em coerência e em utilidade a volumosa bibliografia desses últimos anos sobre miséria e questões correlatas, se tivesse partido desses firmes alicerces!" Paul M. Sweezy, "Prefácio", em Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981), p. 11.

[17] Karl Marx, *O capital*, cit., p. 748.

[18] Ibidem, p. 747. Como Marx deixa entrever nesta passagem, não devemos negligenciar o fato de o pauperismo, a despeito de não cumprir função no tocante à exploração econômica, permanecer vinculado à esfera do consumo dos meios de subsistência.

[19] Vale lembrar que tal característica do desenvolvimento capitalista rege também o ritmo da teoria social, podendo colocar na vanguarda países atrasados em períodos relativamente curtos de tempo que, eventualmente, podem aproveitar algumas das vantagens que surgem quando uma parte do caminho já foi percorrida. Ver Paulo Eduardo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz* (São Paulo, Paz e Terra, 1992) e Michael Löwy, *The Politics of Combined and Uneven Development* (Nova York, Verso, 1981).

[20] Sem pretensão de parecer exaustivo, qualquer introdução ao tema deve necessariamente mencionar: Adalberto Moreira Cardoso, *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2003), Angela Araújo (org.), *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra* (São Paulo, Boitempo, 2002), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, *Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta* (São Paulo, Hucitec, 1998), Francisco de Oliveira e Alvaro Comin (orgs.), *Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística* (São Paulo, Cebrap-Entrelinhas, 1999), Giovanni Alves, *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo* (São Paulo, Boitempo, 2000), Heloísa de Souza Martins e José Ricardo Ramalho, *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho* (São Paulo, Hucitec, 1994), Iram Jácome Rodrigues e José Ricardo Ramalho (orgs.), *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense* (São Paulo, Annablume, 2007), Jacob Carlos Lima (org.), *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado* (São Paulo, Annablume, 2007), Jacob Carlos Lima, *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção* (São Paulo, Terceira Margem, 2002), José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (orgs.), *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais na indústria automobilística no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Mauad, 2006), José Ricardo Tauile, *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação* (Rio de Janeiro, Contraponto, 2001), Leonardo Mello e Silva, *Trabalho em grupo e sociabilidade privada* (São Paulo, Editora 34, 2004), Márcia de Paula Leite, *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicato no Brasil* (Campinas, Papirus, 1997), Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho (orgs.), *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social* (São Paulo, Boitempo, 2003), Maria da Graça Druck, *Terceirização: (des)fordizando a fábrica* (São Paulo, Boitempo, 1999), Graça Druck e Tânia Franco (orgs.), *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização* (São Paulo, Boitempo, 2007), Nadya Araújo Guimarães, *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores* (São Paulo, Editora 34, 2004), Ricardo Antunes (org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2006), Ricardo Antunes, *A desertificação neoliberal no Brasil* (Campinas, Autores Associados, 2005), Ricardo Antunes (org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra* (São Paulo, Boitempo, 1997), Sadi Dal Rosso, *Mais trabalho!* (São Paulo, Boitempo, 2008), Vera da Silva Telles, *Cidadania e pobreza* (São Paulo, Editora 34, 2001). O presente estudo alimenta-se da noção difusa na sociologia do trabalho brasileira de que a reprodução da precariedade é um traço estrutural do capitalismo no país para investigar a influência da prática política do precariado sobre as sucessivas transições dos modelos de desenvolvimento que culminaram no atual regime de acumulação financeirizado.

[21] No Brasil, o taylorismo primitivo está associado aos esforços pioneiros de Roberto Simonsen e Roberto Mange de impulsionar na década de 1920 um amplo movimento de racionalização do trabalho no país capaz de açambarcar tanto os setores industriais quanto o próprio aparelho de Estado. Em

[22] grande medida, esse movimento foi coroado pela criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), em junho de 1931, tendo Simonsen como diretor técnico. No Idort reuniram-se importantes figuras públicas, como o engenheiro Armando Salles de Oliveira, diretor do instituto na época de sua criação e, posteriormente, interventor e governador do Estado de São Paulo. Para mais detalhes, ver Nilton Vargas, "Gênese e difusão do taylorismo no Brasil", *Ciências Sociais Hoje* (São Paulo, Cortez-Anpocs, 1985). Sobre o movimento de racionalização do trabalho industrial na década de 1920, além da criação do Senai e do Sesi, ver Barbara Weinstein, *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)* (São Paulo, Cortez, 2000). A respeito da trajetória e do destino histórico do Idort, ver Maria Antonieta Martinez, *A vitória da razão(?): o Idort e a sociedade paulista* (São Paulo, Marco Zero, 1993). Sem mencionar o estudo de Juarez Brandão Lopes sobre fábricas têxteis em pequenas cidades mineiras, objeto do primeiro capítulo deste trabalho. Vale lembrar que a mais bem-sucedida análise da gênese, da estrutura e da crise do taylorismo primitivo no Brasil foi empreendida por José Sergio Leite Lopes em sua renomada etnografia do maior polo da produção têxtil nacional no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a cidade pernambucana de Paulista, construída pela Companhia de Tecidos Paulista. Para mais detalhes, ver José Sergio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"* (São Paulo, Marco Zero, 1988).

Ver Alain Lipietz, *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo* (São Paulo, Nobel, 1988). Para uma síntese da trajetória da teoria francesa da regulação, ver Ruy Braga, *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial* (São Paulo, Xamã, 2003).

[23] Vale observar que, por *modo de regulação*, entendemos o complexo social formado pelas instituições com responsabilidade direta pela reprodução mais ou menos coerente dos conflitos inerentes às relações sociais de produção capitalistas. Usualmente, essas instituições organizam-se em torno da normalização global das relações capital-trabalho (legislação trabalhista, previdência pública), do controle dos sindicatos e dos mercados (interno e externo) de trabalho. A eficácia de um modo de regulação (sua hegemonia) pode ser medida por sua capacidade de reproduzir os conflitos trabalhistas por meio da construção do consentimento entre as classes sociais subalternas, isto é, sem a necessidade do uso da força repressiva do aparato estatal. Por *regime de acumulação*, compreendemos as instituições sociais com responsabilidade direta pela reprodução do processo de valorização do valor (produção e apropriação privada do excedente econômico) em um contexto histórico dado. Usualmente, o regime identifica-se com os sistemas empresariais

derivados do cruzamento dos diferentes modelos organizacionais de controle do trabalho, das formas de contratualização de força de trabalho e da base tecnológica das empresas. Finalmente, por *modelo de desenvolvimento*, entendemos a combinação histórica mais ou menos coerente de um determinado modo de regulação com um regime de acumulação dado. No caso brasileiro, um mesmo modelo de desenvolvimento, o fordismo periférico, por exemplo, comportou diferentes modos de regulação, o populista (1943-1964) e o autoritário (1964-1986), além de supor distintos momentos do regime de acumulação despótico: a superação do taylorismo primitivo (meados dos anos 1940), seguida pelo auge (período do "milagre" econômico brasileiro, de 1968 até 1974), pela crise (a chamada "década perdida", de 1978 até 1989) e pela substituição do fordismo periférico por um novo regime de acumulação pós-fordista e financeirizado (de 1994 até os dias atuais). Para mais detalhes sobre a definição dos conceitos regulacionistas, ver Jean-Marie Vincent (org.), *École de la régulation et critique de la raison économique* (Paris, L'Harmattan, 1994).

[24] Para mais detalhes, ver Michael Burawoy e Erik Olin Wright, "Sociological Marxism", em Jonathan H. Turner (ed.), *Handbook of Sociological Theory* (Nova York, Plenun Publishers, 2002).

[25] Na realidade, após a abertura econômica promovida por Kubitschek, a acumulação capitalista passou a depender cada vez mais da capacidade do Estado brasileiro de investir em infraestrutura, garantir o endividamento das empresas multinacionais, amparar os capitalistas nacionais e controlar os trabalhadores. Tanto do ponto de vista do capital nacional quanto do capital transnacional, o controle do aparelho de Estado era estratégico para o regime de acumulação continuar prosperando. Nesses termos, estamos de acordo com aqueles que identificaram no golpe militar de abril de 1964 tanto um ataque às reformas sociais, que eram defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira, quanto um golpe contra a democracia política surgida em 1945. Para mais detalhes, ver Caio Navarro de Toledo, "1964: o golpe contra as reformas e a democracia", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28.

[26] Para mais detalhes, ver Leda Paulani, *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico* (São Paulo, Boitempo, 2008).

[27] Na opinião do sociólogo marxista, a aproximação entre "técnicos e economistas *doublés* de banqueiros" e "trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência" serviria para explicar as convergências políticas entre o PT e o PSDB e compreender, em última instância, o paradoxo de um início de mandato petista que, rendido ao capital financeiro, conservou o essencial da política econômica tucana em torno do regime de metas de inflação, do câmbio flutuante e do superávit primário nas contas públicas. Ver Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003).

[28] Em suma, Chico argumentou que ao absorver as forças sociais antagônicas no aparato de Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, o governo de Lula da Silva teria esvaziado todo o conteúdo crítico presente na longa "era da invenção" dos anos 1970-1980, tornando a política partidária praticamente irrelevante para a transformação social. Francisco de Oliveira, "Hegemonia às avessas", em Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Saliba Rizek (orgs.), *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (São Paulo, Boitempo, 2010).

[29] Sinteticamente, Gramsci chamou de "transformismo" o processo de absorção pelas classes dominantes de elementos ativos ou grupos inteiros, tanto aliados como adversários. Um paralelo interessante poderia ser encontrado na experiência histórica da superação do *apartheid*: "Ok, nós temos o Estado, mas onde está o poder?", costumava provocar o sociólogo Patrick Bond durante o período em que trabalhou como conselheiro no gabinete de Nelson Mandela, nos primeiros anos de governo do Congresso Nacional Africano (CNA). À procura de um poder fugidio, a vitória do CNA sobre o *apartheid* congelou o mito do poder popular apoiado pelo advento de novas classes médias negras, enquanto legitimava as relações de exploração características do capitalismo mais desavergonhado. Ver Patrick Bond, *Elite transition: from apartheid to neoliberalism in South Africa* (Londres, Pluto Press, 2000).

[30] Ver André Singer, "Raízes sociais e ideológicas do lulismo", *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, nov. 2009.

[31] Comparando pesquisas eleitorais de 2002 e de 2006, Singer ofereceu inúmeras provas desse realinhamento, demonstrando que o voto em Lula em 2006 foi mesmo um voto amplamente "popular", enquanto o candidato oposicionista, Geraldo Alckmin, teria faturado a preferência dos setores de renda média e alta. Ver André Singer, idem.

[32] Paul Singer, *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil* (São Paulo, Paz e Terra, 1983), p. 88.

[33] Ibidem, p. 83.

[34] Karl Marx, *O capital*, cit., p. 759.

[35] Ver Perry Anderson, "Lula's Brazil", *London Review of Books*, v. 33, n. 7, 31 mar. 2011, p. 3-12.

[36] Ver Jessé Souza, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010).

[37] Com exceção dos dois teleoperadores entrevistados, pode parecer um tanto ou quanto inusitado que esse heteróclito conjunto de trabalhadores precarizados e microempresários represente, conforme o argumento do autor, "uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial". Aliás, mesmo se aceitássemos a hipótese de que o capitalismo financeiro penetra no Brasil por meio da "governança corporativa", e que esta impõe aos "batalhadores" relações de produção flexíveis, o nexo da maioria dos casos analisada por Souza com o atual regime de acumulação financeirizado, ainda assim, seria bastante frágil. Afinal, até onde podemos perceber, por meio dos relatos do livro, os entrevistados estão inseridos exclusivamente em mercados locais ou regionais, não travando relação saliente com o mercado mundial. Finalmente, a alegação de que as manufaturas de "fundo de quintal" seriam o motor do atual modelo de desenvolvimento do país parece, em uma etapa do ciclo econômico marcada por grandes fusões e aquisições de empresas, pela retomada dos investimentos federais em infraestrutura e por sucessivos recordes das exportações brasileiras devido aos preços favoráveis das *commodities* no mercado mundial, um tanto despropositada. Aliás, se seguirmos o rastro deixado pela massa dos lucros dos principais setores econômicos do país, perceberemos que os motores do atual modelo de desenvolvimento são: os bancos, as mineradoras, a indústria energética (especialmente petróleo), o agronegócio e a construção civil.

[38] Assim, somos informados de que as costureiras de Juazeiro do Norte recebem o Bolsa Família, mas não deixam de trabalhar por conta disso; que o programa "Luz para Todos" é um dos principais responsáveis pelo resgate da autoestima dos quilombolas do povoado de Cambará; que o crédito consignado é muito elogiado em Pernambuco; que um convênio com o governo federal permitiu o asfaltamento de uma rodovia no Amazonas, favorecendo dona Chica, agricultora de Careiro Castanho etc.

[39] Ibidem, p. 250.

[40] Ibidem, p. 63. Naturalmente, caberia aos trabalhadores conformarem-se com essa condição inelutável e necessária, deixando a tarefa da denúncia de seus dissabores diários para a "verdadeira sociologia crítica".

[41] Para quem se propõe a explicar o feitiço, Souza não tem nada a dizer sobre o feiticeiro. Reflexivamente, diríamos: o exercício da violência simbólica não é um privilégio da burguesia ou das classes médias: também a tal "verdadeira sociologia crítica", que Souza imagina representar, reproduz a violência simbólica contra os grupos subalternos politicamente mais organizados.

[42] Para mais detalhes, ver Alvaro Bianchi e Ruy Braga, "Brazil: The Lula government and financial globalization", *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005, p. 1745-62.

[43] "Claro está que se trata de um processo abrangente e complexo que envolve todas as instituições sociais. É por isso mesmo que os marxistas ordenam esta realidade aparentemente caótica em três instâncias analiticamente articuladas: produção, política e ideologia. Uma instituição, no entanto, é particularmente importante para a compreensão do restante deste livro – a fábrica." Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, *Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta* (São Paulo, Hucitec, 1998).

[44] Após enfatizar unilateralmente por mais de duas décadas a ruptura do "novo" sindicalismo com as "velhas" práticas sindicais populistas, a literatura especializada voltou-se recentemente para uma análise mais refinada dessa relação, descobrindo, à luz de novas fontes historiográficas, a existência de inúmeras semelhanças e convergências entre elas. Para mais detalhes, ver Marco Aurélio Santana, "Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

[45] "A consciência de classe dos trabalhadores brasileiros foi, por muito tempo, a consciência *do direito a seus direitos*, cuja efetividade esteve sempre em processo e, nesse sentido, foi sempre e renovadamente utópica." Adalberto Moreira Cardoso, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, cit., p. 239.

[46] Guimarães, por exemplo, identificou no conflito entre o regime fabril despótico das modernas indústrias brasileiras e as aspirações democráticas dos trabalhadores a chave explicativa da formação de um forte movimento sindical anticapitalista capaz de desafiar a ordem empresarial tripartite edificada pelo regime militar em Camaçari, na Bahia. Para mais detalhes, ver Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, *Um sonho de classe*, cit. Por sua vez, Antunes entende que: "[Antes de 1964] frequentemente as bases operárias vinculadas ao PCB (ou fora dele) transbordavam o espaço estabelecido pelo projeto nacional-desenvolvimentista, intensificando a luta de classes presente no chão das fábricas e das empresas." Ricardo Antunes, *O continente do labor* (São Paulo, Boitempo, 2011), p. 83.

[47] Ver Michael Burawoy, "For public sociology", *American Sociological Review*, v. 70, fev. 2005, p. 4-28. Trata-se da conferência presidencial de Burawoy quando de sua eleição, em 2005, para a Associação Sociológica Americana (ASA). Essa conferência foi logo traduzida para o chinês, espanhol, francês, finlandês, húngaro, italiano, persa, português e, finalmente, para russo. Além disso, importantes periódicos internacionais, como *American Sociologist*, *Canadian Journal of Sociology*, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *Work and Occupations*, *Portuguese Journal of Social Science*, *Journal of Social Policy Studies*, *Current Sociology*, *Sociology*, *Journal of Sociology and Social Anthropology*, *Sociologica*, *Socio-Economic Review*, *Sosiologia*, *Replika*, *Social Transformations in Chinese Societies*, *Soziale Welt*, *British Journal of Sociology*, *Critical Sociology*, *Society in Transition*, *Social Forces* e *Social Problems*, dedicaram dossiês e números especiais à sociologia pública, conforme o ponto de vista de diferentes áreas de especialização disciplinar.

[48] Para mais detalhes, ver Pierre Bourdieu, *A miséria do mundo* (Petrópolis, Vozes, 2003) e *Interventions, 1961-2001: science sociale et action politique* (Paris, Agone, 2002). Para uma crítica da sociologia pública de Bourdieu, ver Michael Burawoy, *O marxismo encontra Bourdieu* (Campinas, Editora da Unicamp, 2010), e Ruy Braga, "O pêndulo de Marx: Sociologias públicas e engajamento social", *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 52, jan. 2011, p. 55-80.

[49] Para mais detalhes, ver Luc Boltanski, *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation* (Paris, Gallimard, 2009).

[50] Com a sociologia pública tradicional, os grupos de pessoas visados normalmente são "invisíveis", na medida em que não produzem muita interação interna, além de "passivos", por não constituírem um movimento ou organização. Por sua vez, a sociologia pública orgânica supõe um tipo de vínculo com os diferentes públicos criados, associados, suportados ou estimulados por ela: um liame essencialmente solidário estabelecido sobre o terreno da centralidade axiológica do conhecimento dos subalternos. Dessa forma, a sociologia pública orgânica busca garantir um diálogo entre os sociólogos e seus públicos capaz de superar a usual falta de conexão entre o *habitus* sociológico e a estrutura global do campo disciplinar, responsáveis, em grande medida, pelos excessos "compartimentalizantes" que frequentemente submetem o saber disciplinar. Da mesma forma, o desenvolvimento do conhecimento público quase sempre se produz por meio de uma "colaboração multidisciplinar", como, por exemplo, o caso da "investigação participativa", que coloca em comunicação as comunidades acadêmicas de disciplinas complementares. Para mais detalhes, ver Michael Burawoy, "The field of sociology", em Dan Clawson et al. (orgs.), *Public Sociology: Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-First Century* (Berkeley, University of California Press, 2007).

[51] Ver, entre outros, Vincent Jeffries (ed.), *The Handbook of Public Sociology* (Lanham, Rowman & Littlefield, 2009), Michael Jacobsen (ed.), *Public Sociology: Proceedings of the Anniversary Conference, Celebrating Ten Years of Sociology in Aalborg* (Dinamarca, Aalborg University Press, 2008), Dan Clawson, *Public Sociology*, cit., Andrew Barlow

(eds.), *Collaborations for Social Justice: Professionals, Publics, and Policy Change* (Lanham, Rowman & Littlefield, 2007), Ben Agger (ed.), *Public Sociology: From Social Facts to Literary Acts* (Lanham, Rowman & Littlefield, 2007), Lawrence Nichols (ed.), *Public Sociology: The Contemporary Debate* (Nova York, Transaction Publishers, 2007), e Judith Blau e Keri E. Iyall Smith (eds.), *Public Sociologies Reader* (Lanham, Rowman & Littlefield, 2006).

[52] Ver, por exemplo, Alain Touraine, "A sociologia pública e o fim da sociedade", *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009.

[53] Para mais detalhes, ver David Boyns e Jesse Fletcher, "Reflections on public sociology: public relations, disciplinary identity, and the strong program in professional sociology", *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005, Jonathan Turner, "Is public sociology such a good idea?", *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005, e Steven Brint, "Guide for a perplexed: on Michael Burawoy's 'public sociology'", *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005. Evidentemente, revalorizar as forças sociais presentes na sociedade civil não implica fetichizar os interesses subalternos. Na realidade, também o campo da sociedade civil encontra-se fraturado por segregações, dominações e explorações de várias ordens. Contudo, concordamos com Burawoy quando afirma que na conjuntura atual a sociedade civil ainda é o "melhor terreno possível para a defesa da humanidade". Não o "único", mas o "melhor". Assim, a questão estratégica a ser respondida pela sociologia diante do processo de privatização do mundo social é exatamente esta: seremos capazes de assumir um compromisso – inspirado por um século de extensa investigação, de elaboração teórica, de investigações práticas e de pensamento crítico – com os movimentos sociais que vá além dos limites acadêmicos tradicionais?

[54] Ver Neil Mclaughlin, Lisa Kowalchuk e Kerry Turcotte, "Why sociology does not to be saved", *The American Sociologist*, v. 36, n. 3-4, 2005.

[55] Ver Ulrich Beck, "How not to become a museum piece", *The British Journal of Sociology*, v. 56, n. 3, 2005. Uma parte substantiva das críticas à proposta da sociologia pública deriva, como é possível notar, da relação desta com o marxismo. Sejamos claros: Burawoy é um reconhecido sociólogo marxista. Contudo, sua intenção, a nosso ver, não consiste em diluir a cientificidade sociológica no marxismo, ou vice-versa. Trata-se, na realidade, antes de qualquer coisa, de definir um espaço para um saber crítico e reflexivo engajado com públicos extra-acadêmicos e capaz de tornar públicas questões sociais relevantes. Não existe um vínculo necessário da sociologia pública com o marxismo – apesar deste, evidentemente, reconhecer-se, em certa medida, naquela.

[56] Ver Ruy Braga e Marco Aurélio Santana (orgs.), "Dossiê sociologia pública", *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, ago. 2009, Ruy Braga e Michael Burawoy, *Por uma sociologia pública* (São Paulo, Alameda, 2009), Francisco de Oliveira, "Prefácio por uma sociologia pública", em Ruy Braga e Michael Burawoy, idem, e Simon Schwartzman, "A sociologia como profissão pública no Brasil", *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, ago. 2009.

[57] No intuito de aprofundar o debate a respeito dos modos de trabalho e do objeto da sociologia, Schwartzman apresentou um quadro geral do processo de institucionalização da sociologia brasileira, destacando o papel desempenhado por algumas entidades profissionais, especialmente o Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Sinsesp). Ao descrever em traços gerais o atual estado dos programas de pós-graduação em Sociologia no país e reconhecer o potencial positivo contido na recém-conquistada obrigatoriedade do ensino de sociologia nas escolas secundárias, Schwartzman aponta para a ampliação da importância da sociologia brasileira no debate público. Contudo, segundo ele, isso também carregaria consigo o risco da subordinação da disciplina aos interesses das organizações não governamentais da sociedade civil e do trabalho na administração pública, setores considerados por Schwartzman privilegiados da ação dos sociólogos brasileiros. Assim, o futuro da sociologia brasileira não estaria localizado tanto na relação dos sociólogos com os movimentos sociais, mas sim na relação com uma pauta pública de intervenções estruturada por meio da sociologia profissional. Ver Simon Schwartzman, "A sociologia...", cit. Para mais detalhes sobre a transformação da sociologia em disciplina obrigatória do ensino médio no país, ver Ruy Braga, "Atravessando o abismo: uma sociologia pública para o ensino médio", *Boletim CEDES*, Rio de Janeiro, abr.-mai. 2010.

[58] Evidentemente, não queremos afirmar que a hegemonia lulista já estivesse pronta no final da década de 1970. Na realidade, identificamos naquele ciclo grevista liderado pela burocracia sindical de São Bernardo apenas o nascimento dessa forma de dominação: a rigor, o PT surgiu sem uma hegemonia claramente definida. A própria forma política escolhida de um partido de tendências expressava à época a impossibilidade imediata de que uma das diferentes forças políticas afirmasse sua proeminência sobre as demais. No entanto, após o contratempo eleitoral de 1982, diversas lideranças que gravitavam em torno de Lula da Silva decidiram formar uma corrente interna conhecida por "Articulação". Nesse momento, a hegemonia que existia ainda sob uma forma rudimentar entre os sindicalistas de São Bernardo assumiu uma existência orgânica, impondo-se ao restante do partido. Fortalecida pelo transformismo de várias lideranças partidárias e apoiada sobre o operariado metalúrgico e petroleiro – incluindo, em especial, suas frações precarizadas –, a Articulação foi a primeira tentativa bem-sucedida de construir a hegemonia lulista para além da estreita relação entre os sindicalistas e suas bases. Nesses termos, o caráter inorgânico do classismo prático ajudou a reforçar essa relação ao permitir que a facção de Lula da Silva surgisse aos olhos das classes subalternas brasileiras aparentando estar destituída de um projeto político, quando, na realidade, o projeto hegemônico já havia sido definido claramente pelo grupo que fundou a Articulação, o chamado "Grupo dos 113". Para mais detalhes, ver Lincoln Secco, *História do PT* (São Paulo, Ateliê, 2011), e Alvaro Bianchi, "Dal PCB al PT: continuità e rotture della sinistra brasiliana", *Proteo*, Roma, v. 2, n. 3, 2002, p. 84-90.

[59] É necessário afastarmos qualquer suspeita de determinismo econômico dessa noção de classismo prático. Aqui, acompanhamos a afirmação de Gramsci de que o primeiro nível de análise das relações de forças, isto é, o econômico-corporativo (alguns diriam, o momento realista), tende a definir o terreno dos interesses materiais sobre os quais o construtivismo inerente à formação das classes é moldado. Contudo, o destino histórico desse processo de transição das relações imediatamente materiais para as relações políticas de classe depende de uma série de recursos irredutíveis à estrutura social, tais como a tradição político-organizativa das classes subalternas, o grau de desenvolvimento da cultura política nacional e o nível de unidade ideológica do grupo social dirigente. Para mais detalhes, ver Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, v. 3), especialmente o "Caderno 13". Para um detalhado comentário sobre o fragmento "Análise das situações: relações de força" de Gramsci, ver Alvaro Bianchi, *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política* (São Paulo, Alameda, 2008).

[60] Na realidade, caminhei na direção contrária: decidi revisitar os estudos pioneiros do trabalho a fim de investigar a trajetória e o destino históricos do precariado brasileiro, relacionando-o à construção daqueles sujeitos políticos que hoje exercem a hegemonia no país. No entanto, retive a sugestão de Chico no sentido de retomar a tradição marxista, de Marx a Gramsci, a fim de ressignificar e de retificar a noção de precariado.

[61] "Devastados os partidos, se Dilma ganhar as eleições sobrará um subperonismo (o lulismo) contagiando os dóceis fragmentos partidários, uma burocracia sindical aninhada no Estado e, como base do bloco de poder, a força dos fundos de pensão. [...] Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no fututro, se ganhar as eleições." Fernando Henrique Cardoso, "Para onde vamos?", *O Estado de S. Paulo*, 1° nov. 2009.

[62] Em outro artigo, Fernando Henrique Cardoso propôs redefinir os rumos do PSDB por meio de uma improvável aproximação entre os oposicionistas e a chamada "nova classe média". Além de reconhecer que é impossível disputar com o PT o apoio dos movimentos sociais, o ex-presidente admitiu que não pode concorrer com Lula da Silva pelo coração do "povão". Restaria, então, à oposição de direita, o diálogo com aqueles setores "emergentes" da sociedade brasileira conectados às chamadas "redes sociais": Facebook, YouTube, Twitter… Ver Fernando Henrique Cardoso, "O papel da oposição", *Interesse Nacional*, n. 13, abr. 2011. Ao contrário, entendemos que o poder burocrático sindical na atual conjuntura tende a se consolidar no topo (a relação dos sindicalistas com o aparelho de Estado por meio do controle dos fundos salariais), mas fragilizar-se nas bases (a relação dos sindicalistas com o precariado urbano), tendo em vista os estreitos limites impostos pelo atual modelo de desenvolvimento às concessões aos trabalhadores. Para mais detalhes, ver Valério Arcary, *Um reformismo (quase) sem reformas* (São Paulo, Sundermann, 2011).

[63] Estamos nos referindo aqui aos fundos de pensão das empresas estatais controlados como fundos de investimento, assim como aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) depositados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e administrados pelo conselho gestor do FAT. Ainda que próximas do poder político, as lideranças sindicais populistas nunca desempenharam um papel semelhante no controle do investimento capitalista do país.

[64] Para mais detalhes, ver Michael Burawoy, *The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition* (Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 2009).

[65] Foi participando do projeto "Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do sudesenvolvimento", primeiro impulso de pesquisa do Cesit, que Leôncio Martins Rodrigues finalizou seu influente estudo sobre as greves operárias paulistanas e a relação do movimento sindical com o populismo brasileiro.

[66] Em entrevista a Romão (2/4/2001), Leôncio Martins Rodrigues lembrou a importância de Fernando Henrique para a fundação do Cesit: "Ele logo reuniu um grupo de pessoas e disse 'Bom, nós criamos um centro de sociologia industrial e do trabalho e nós temos que aprender um pouco sobre isso'. Ninguém sabia. Então ele fez um levantamento um dia numa reunião e disse 'olha, eu achei esses manuais aqui dos americanos, nós temos que logo nos familiarizar com isso, então eu proponho que cada um leia um livro e faça uma exposição para o grupo sobre isso'". Wagner Romão, *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit* (São Paulo, Humanitas, 2006), p. 141. Essa lembrança permite-nos perceber a influência original que os estudos sociológicos estadunidenses sobre as relações industriais e do trabalho exerceram sobre a produção de Rodrigues. Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966).

[67] José de Souza Martins, citado em Conrado Pires de Castro, "Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins", *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010, p. 229-30. Adiante, veremos como essa questão irá se manifestar nos primeiros estudos empreendidos por Leôncio Martins Rodrigues sobre o operariado paulistano.

[68] Wagner Romão, *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960*, cit., p. 122.

[69] Maria Arminda do Nascimento Arruda, "A sociologia de Florestan Fernandes", *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010, p. 19.

[70] Criado em 1955 e vinculado institucionalmente ao Ministério da Educação e Cultura, o Iseb iniciou suas atividades junto com o governo de Juscelino Kubitschek e foi um núcleo aglutinador de ideias e teses, cuja principal função consistiu em debater e promover o projeto nacional-desenvolvimentista levado a cabo pelo Estado populista brasileiro. O instituto ancorou suas elaborações na ideia de que a promoção do desenvolvimento econômico e a consolidação da nacionalidade constituiriam as duas faces de um mesmo processo emancipatório global. Nesses termos, seria possível afirmar que o desenvolvimento dependeria de uma consciência nacional mobilizada em torno de uma vontade geral progressista. A maioria dos membros do Iseb era formada por pensadores nacionalistas influenciados pelas ideias da Cepal. Dentre os muitos nomes que poderíamos destacar, vale lembrar: Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto e Carlos Estevam Martins. Também colaboraram com o Iseb Sérgio Buarque de Hollanda, Celso Furtado e Gilberto Freyre, entre outros nomes. As atividades do Iseb foram encerradas logo após o golpe militar de 1964. Para mais detalhes, ver Caio Navarro de Toledo, *Iseb: fábrica de ideologias* (São Paulo, Ática, 1977).

[71] Florestan Fernandes, *A sociologia numa era de revolução social* (Rio de Janeiro, Zahar, 1963), p. 336.

[72] Não devemos confundir essa *sociologia aplicada*, voltada fundamentalmente para públicos extra-acadêmicos, com a *sociologia profissional*, cujas audiências são, principalmente, acadêmicas. Contudo, vale dizer que ambos estilos sociológicos compartilham a mesma base teórico-metodológica, isto é, o conhecimento instrumental das relações sociais. Assim, parece-nos que o projeto do Cesit representou a tentativa da sociologia profissional então praticada pela Cadeira de Sociologia I da USP de, indo além das fronteiras da universidade, transformar-se em sociologia aplicada. Esse projeto foi abortado pelo golpe militar, fazendo com que a sociologia aplicada retornasse ao refúgio acadêmico (Leôncio Martins Rodrigues) ou se deslocasse na direção das sociologias crítica (Luiz Pereira) e, posteriormente, pública (Florestan Fernandes).

[73] Ver Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (São Paulo, Globo, 2006).

[74] Com a saída de Cardoso, assumiram o Cesit, em uma conjuntura marcada pela desmobilização de suas atividades, respectivamente, Luiz Pereira e Leôncio Martins Rodrigues.

[75] Para Rodrigues, uma característica duradoura das relações industriais brasileiras seria a natureza eminentemente salarial dos movimentos grevistas, alimentados por uma inflação crônica. Nesse sentido, as greves operárias seriam estimuladas pela necessidade de preservação das condições de vida diante da desvalorização do dinheiro. Rodrigues interpreta tal processualidade como um obstáculo para o processo de modernização das relações industriais no país, pois, ao contrário dos países capitalistas avançados, essa peculiaridade dificultaria o estabelecimento de negociações tripartites capazes de incrementar as condições de trabalho. Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo*, cit.

[76] Uma das raras exceções de estudo sociológico sobre o problema da contenção da produção no país é o trabalho de Juarez R. Brandão Lopes, cujas etnografias dialogam explicitamente com a chamada Escola de Chicago. Ver Juarez Rubens Brandão Lopes, *Sociedade industrial no Brasil* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964).

[77] Jorge Miglioli, *Como são feitas as greves no Brasil?* (São Paulo, Civilização Brasileira, 1963).

[78] "Nesse movimento [a greve], é importante que os dirigentes mantenham a massa dos trabalhadores informada de seu processo de reivindicação, que discutam com ela, pois isso permite ao dirigente conhecer as posições da massa trabalhadora e assegurar-lhe unidade. Assim, a grande maioria dos trabalhadores participa ativamente do processo, não se limita a receber a palavra de ordem adotada, mas participa da elaboração da palavra de ordem, esclarece-se, integra-se ao movimento." Ibidem, p. 50.

[79] Ibidem, p. 54-5.

[80] Ibidem, p. 102-3.

[81] Vale observar que a perspectiva teleológica da classe operária, se presente no livro de Miglioli, é bastante discreta e subsumida a uma interpretação das relações de classe permeável aos riscos inerentes às lutas operárias.

[82] Vale lembrar que as diversas teorias sobre o "fim da ideologia" e o "advento da sociedade pós-industrial", muito populares nos anos 1960, especialmente entre os sociólogos reformistas, como Alain Touraine – que, diga-se de passagem, inspirou diretamente o trabalho de Leôncio Martins Rodrigues –, foram surpreendidas pelo intempestivo retorno da luta de classes em escala global a partir de 1968, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa ocidental. Ver Alain Touraine, *La société post-industrielle* (Paris, Denoël, 1969). Nos Estados Unidos, a tese de Daniel Bell segundo a qual a negociação coletiva e o planejamento estatal teriam colocado um ponto final nas lutas entre operários e capitalistas mostrou-se falha à luz do declínio dos salários operários ao longo das décadas de 1970 e 1980. Isso sem mencionar a intensa perseguição promovida pelo governo Ronald Reagan aos sindicatos. Ver Daniel Bell, *O fim da ideologia* (Brasília, Editora da UnB, 1980). Vale mencionar, por último, que o otimismo das teorias pós-industriais voltou à baila nos anos 1990, devido à combinação entre revolução informacional e progresso econômico nos países capitalistas avançados. Dispensável dizer que a profundidade da crise econômica global inaugurada em 2008 sepultou, novamente, esse otimismo. Para mais detalhes, ver Krishan Kumar, *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo* (Rio de Janeiro, Zahar, 1997), e David Harvey, *O enigma do capital e as crises do capitalismo* (São Paulo, Boitempo, 2011).

[83] Após as primeiras etapas históricas da grande indústria capitalista, os sindicatos teriam abandonado a estratégia do confronto com os capitalistas, buscando ampliar sua participação no processo de controle das condições de trabalho, de contratação coletiva e de auto-organização no chão de fábrica. Em suma, os sindicatos fordistas históricos teriam optado pela via da redução do poder despótico das gerências, investindo suas forças no controle do local de trabalho e na negociação salarial. Para mais detalhes, ver Michael Burawoy, *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism* (Chicago, University of Chicago Press, 1979). Vale observar que, se o enraizamento sindical nos setores monopolistas da indústria estadunidense foi uma realidade no fordismo histórico, o mesmo não pode ser dito sobre o sindicalismo inglês, por exemplo. Sobre a variabilidade dos regimes fabris em países capitalistas avançados condicionada por formas de intervenção estatal e padrões de proletarização desiguais, porém combinados, ver Michael Burawoy, *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism* (Nova York, Verso, 1985).

[84] Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores* (São Paulo, Brasiliense, 1970), p. 117-8.

[85] Ibidem, p. 36-7.

[86] Para mais detalhes, ver Murilo Leal, *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo* (São Paulo, Paz e Terra, 2003); e José Castilho Marques Neto, *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil* (São Paulo, Paz e Terra, 1993).

[87] Assim, percebemos como o problema do "bonapartismo *sui generis*" esteve ligado às análises dos trotskistas brasileiros nos anos 1950. Ver Leon Trotski, *Escritos latino-americanos* (São Paulo, Iskra, 2009).

[88] Ibidem, p. 193. Vale observar que, com o golpe de 1964, o modo de regulação transitou das "manobras com o proletariado" para a fase da "ditadura policial". Para mais detalhes, ver Felipe Demier, *Do movimento operário para a universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro* (Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008).

[89] Em resumo, podemos dizer que essa esquerda contava com a concorrência de forças políticas como a Liga Socialista Independente, grupos de debates como o "Círculo Karl Marx" – do qual participou Paul Singer –, além de estudantes e intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Francisco Weffort e Michael Löwy, entre tantos outros, reunidos no afamado "Grupo de estudos d'*O Capital*". Mesmo Florestan Fernandes, em seus escritos dedicados ao capitalismo dependente brasileiro posteriores ao golpe militar de 1964, mostrou-se refratário às visões etapistas e próximo de uma interpretação desigual e combinada da estrutura econômica do país. Sobre a relação de Florestan Fernandes com o Partido Socialista Revolucionário, ver Osvaldo Coggiola, "Florestan Fernandes e o socialismo", em Florestan Fernandes, *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos* (São Paulo, Xamã, 1995).

[90] Evidentemente, tratou-se de um *aggiornamento* teórico que supunha uma ruptura com o trotskismo. É perfeitamente possível que as resoluções políticas do IV Congresso da IV Internacional em 1954, que apontavam para a adoção do "entrismo" no PCB, tenham precipitado esse resultado ao criar aquilo que Leal corretamente interpretou como "estresse organizativo": "No final de 1954, Guillermo Almeyra e Leôncio Martins Rodrigues voltaram do IV Congresso da IV Internacional, realizado na França, com uma orientação: o Congresso havia confirmado – na verdade atenuado – seus termos, uma resolução política sobre o Brasil que já havia sido tomada na III Conferência Latino-americana, realizada no Chile de 5 a 15 de março de 1954; o POR deveria adotar a tática do 'entrismo' no PCB [...]. Em termos práticos, o entrismo implicou a entrada de Ruy Fausto para a Juventude Comunista, tornando-se um dos membros do CZU (Comitê de Zona Universitária) do PCB, e a atividade de Leôncio Martins Rodrigues na Upes (União Paulista de Estudantes Secundaristas), dirigida aos jovens do PCB". Murilo Leal, *À esquerda da esquerda*, cit., p. 73-6. Como coadunar autonomia sindical com subordinação política? Tal situação colaborou para a saída de Rodrigues da organização, estimulando sua entrada, em 1961, no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

[91] "O populismo, por suas características, exprime o despertar de massas que há pouco adquiriram o direito de participação política e que reivindicam uma participação maior nas vantagens da civilização contemporânea. O apoio às lideranças populistas revela, ao mesmo tempo, a heteronomia das camadas operárias, o desejo de proteção e a rejeição das atuais estruturas de dominação. A conjugação desses três fatores redunda na preferência por regimes autoritários que atendam o trabalhador em suas reivindicações, coíbam a liberdade e o poder de mando dos ricos, dos políticos e dos comerciantes." Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias*, cit., p. 186-7.

[92] Ibidem, p. 157.

[93] Nesse quadro, a própria dinâmica grevista serve para ilustrar os limites da relação entre líderes e operários: decretada pela assembleia sindical, a paralisação somente se realiza por meio da ação dos piquetes grevistas, ou seja, os operários não abandonam o trabalho como forma de manifestar apoio ao movimento, mas apenas como uma reação passiva à presença do piquete. O grupo operário simplesmente não confiaria em suas próprias forças para canalizar seu descontentamento, transformando-o, assim, em pressão coletiva.

[94] "Os operários consideram que é de interesse da própria companhia pagar-lhes um salário adequado em decorrência dos altos lucros que, forçosamente, uma grande empresa deve auferir. Este ponto constitui um dos elementos centrais para que se entenda a medíocre importância que assume o sindicato na vida desses trabalhadores. É patente que o salário – bem como outras vantagens que os operários valorizam – não aparece para o grupo como o resultado de uma pressão coletiva ou de uma ação sindical." Ibidem, p. 101.

[95] Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo*, cit., p. 209.

[96] Este procedimento encontra-se próximo daquilo que Michael Burawoy chamou de "Tipo III" das revisitas focadas. Trataremos dos diferentes tipos de revisita etnográfica mais adiante, neste mesmo capítulo. Ver Michael Burawoy, "Revisits: an outline of a theory of reflexive ethnograph", *American Sociological Review*, v. 68, out. 2003.

[97] Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias*, cit., p. 107-8.

[98] Ibidem, p. 111.

[99] Trata-se, na verdade, de uma situação bastante usual e que nada tem de enigmática: o trabalhador procura se proteger dos abusos cometidos pela empresa por intermédio da justiça do trabalho. O sindicato provê esse tipo de serviço. O recurso à legislação trabalhista simplesmente surge como um meio de defesa dos direitos trabalhistas e não como um tipo de instrumento de ascensão social. Aliás, pareceria-nos um tanto ou quanto irrealista imaginar que a interposição de processos na justiça do trabalho possa surgir aos olhos do jovem precariado brasileiro como um meio de "ascensão social".

[100] Rodrigues observa que a taxa de sindicalização dos operários "tradicionais", ou seja, os jovens migrantes, chega a ser superior àquela presente entre os operários que estão há mais tempo na empresa e que, portanto, encontrar-se-iam supostamente melhor ajustados ao mundo urbano e fabril.

[101] Ibidem, p. 64-5.

[102] Idem.

[103] Ver Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*, cit.

[104] Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias*, cit., p. 26. Para mais detalhes sobre o padrão periférico de autoconstrução da moradia pelos operários, ver Ermínia Maricato (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (São Paulo, Alfa-Omega, 1982), e Teresa Pires do Rio Caldeira, *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos* (São Paulo, Brasiliense, 1984).

[105] Além disso, vale observar que a própria referência de Rodrigues ao sistema de mutirão, um tipo de associação solidária muito comum no campo, permite relativizar a suposta resistência do precariado migrante à ação coletiva. Na realidade, o mutirão sintetiza dimensões complementares do comportamento operário: a importância da solidariedade para a consecução de objetivos individuais capazes de garantir melhores condições de vida. Ou seja, se, por um lado, Rodrigues nos apresenta a um grupo social fundamentalmente empenhado em progredir em termos materiais empregando meios individualistas, por outro, ele deixa antever indícios da existência de um descontentamento latente, além de formas embrionárias de solidariedade, no interior desse mesmo grupo.

[106] Ver John Humphrey, *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira* (Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1982).

[107] Apesar disso, algumas delas tornaram-se célebres, como, por exemplo, a largamente citada etnografia operária empreendida por Michael Burawoy na mesma fábrica onde, trinta anos antes, Donald Roy havia feito sua pesquisa de campo. Ver Donald Roy, "Quota restriction and goldbricking in a machine shop", *The American Journal of Sociology*, v. 57, n.

5, mar. 1952, e Michael Burawoy, *Manufacturing Consent*, cit. Sobre as possíveis explicações para a divergência entre a etnografia original de Donald Roy e a revisita focada de Burawoy, ver Michael Burawoy, "Revisits: an outline...", cit., p. 645-79. Na verdade, a teoria da revisita etnográfica desenvolvida por Burawoy busca: "[...] Separar os movimentos do mundo exterior da própria participação do pesquisador nesse mesmo mundo". Ao mesmo tempo, procura reconhecer que esses dois mundos são interdependentes: "Meu objetivo aqui consiste em incentivar e consolidar o interesse histórico que existe dentro da sociologia-como-etnografia, transportando-o de seu passado inconsciente para um mundo historicizado pela elaboração da noção de etnografia-como-revisita. Esta, por sua vez, lança as bases para uma etnografia reflexiva. [...] A revisita exige que sejamos autoconscientes e deliberemos a respeito das teorias que empregamos e que nós capitalizamos sobre os efeitos de nossas intervenções. [...] Quando revisitamos, contudo, nosso propósito não consiste em buscar as permanências entre os dois encontros, mas compreender e explicar as variações, em particular para compreender as diferenças ao longo do tempo". Michael Burawoy, "Revisits: an outline...", cit., p. 646-7.

[108] Michael Burawoy, "Revisits: an outline...", cit., p. 646-7.

[109] Tendo por base essas preocupações, Burawoy chegou aos dois princípios da etnografia reflexiva: "1) Existe um mundo lá fora para além de nós mesmos (momento realista), mas os etnógrafos podem conhecê-lo apenas por intermédio de sua própria relação com este mesmo mundo (momento construtivista); e 2) os etnógrafos são parte deste mundo (momento interno), mas apenas uma parte determinada (momento externo)". Ibidem, p. 668. Entre nós, o mais destacado etnógrafo operário a fazer uso da etnografia reflexiva é, sem dúvida, José Sergio Leite Lopes: "Se a 'cidade das chaminés' incluída no título deste trabalho indica que se trata do estudo de uma cidade industrial única, a de Paulista, em Pernambuco, no entanto aquela expressão traz a necessária ambiguidade apontando para uma designação genérica, de um padrão de cidade industrial em que 'as chaminés' subordinam a 'cidade'. E é disso que se trata este trabalho: estudar, através da análise detalhada de um grupo operário determinado, submetido a relações de dominação peculiares, um padrão mais geral, uma forma de dominação específica, a das fábricas com vila operária". José Sergio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos*, cit., p. 15.

[110] Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo*, cit. Ver, também, Sheldon L. Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário (1890-1920)* (São Paulo, Paz e Terra, 1979).

[111] Ver Jacques Lambert, *Os dois Brasis* (Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1971).

[112] Por *posicionalidade* entendemos o tipo de vínculo privilegiado pelo "sociólogo-como-um-etnólogo" com seu objeto do conhecimento. No estudo da classe operária é possível enfatizar, por exemplo, a relação com as gerências, os sindicatos, os operários profissionais, os operários não qualificados, as operárias mulheres, os operários negros, os operários migrantes etc. Por vezes, a relação do sociólogo com o objeto encontra-se reificada, tornando-se opaca ao próprio pesquisador. Daí a importância de uma teoria (auto)reflexiva capaz de iluminar a posicionalidade do vínculo do "sociólogo-como-um-etnólogo" com seu objeto do conhecimento. Para mais detalhes, ver Michael Burawoy, *The Extended Case Method*, cit. Essa questão não passou despercebida pela revisita focada ao trabalho de Rodrigues realizada por Negro: "Na Willys de 1963, ao iniciar sua pesquisa, Rodrigues foi recepcionado por Cândido Procópio Ferreira de Camargo [...]. Este era o coordenador (nomeado pela Willys) do primeiro comitê de trabalhadores reconhecido pela indústria automobilística brasileira, a Comissão de Relações de Trabalho (CRT), implantada em janeiro de 1963. A pesquisa foi promovida com a anuência da direção e isto, com certeza, pesava na hora das entrevistas". Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)* (São Paulo, Boitempo, 2004), p. 155.

[113] Para mais detalhes, ver Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista (As greves de 1978-1980)* (Campinas, Editora da Unicamp, 1992), p. 150.

[114] Ver Juarez Rubens Brandão Lopes, *Sociedade industrial*, cit., e *A crise do Brasil arcaico: estudo da mudança das relações de trabalho na Sociedade Patrimonialista* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967).

[115] Ver Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem*, cit., e Paulo Fontes, *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)* (São Paulo, Editora FGV, 2008). A revisita arqueológica busca recuar no tempo no intuito de escavar o terreno histórico que originou e que seria capaz de conferir sentido ao presente etnográfico. Trata-se, antes de mais nada, de uma técnica que garante profundidade histórica à etnografia na medida em que usualmente emprega múltiplas fontes de dados, quer sejam entrevistas retrospectivas, relatos publicados ou documentos históricos.

[116] À época, uma fábrica localizada no bairro paulistano de Santo Amaro, contando com aproximadamente quinhentos funcionários.

[117] Assim, Lopes inaugurou um diálogo permanente com as sociologias profissional e aplicada do trabalho estadunidense, destacando os afamados trabalhos de Elton Mayo na fábrica da Western Electric, em Chicago, além das pesquisas feitas por W. Lloyd Warner e J. O. Low sobre a greve em Yankee City, os estudos de Willian F. Whyte sobre o sindicato, além da pesquisa liderada por Clark Kerr a respeito da conflitualidade trabalhista em contextos de desenvolvimento econômico. Para mais detalhes, ver Elton Mayo, *Hawthorne and Western Electric Company: The Social Problems of an Industrial Civilization* (Londres, Routledge, 1949), e Everett C. Hughes, *Men and Their Work* (Glencoe, Free Press, 1958).

[118] Juarez Rubens Brandão Lopes, *Sociedade industrial*, cit., p. 57-8.

[119] Ibidem, p. 91.

[120] Ibidem, p. 72.

[121] Ibidem, p. 82.

[122] Ibidem, p. 71.

[123] Bastaria comparar as análises sobre a contenção da produção da mesma planta industrial na região sul de Chicago, realizadas em diferentes momentos históricos (aproximadamente trinta anos de diferença) por Donald Roy e Michael Burawoy, para chegarmos a essa conclusão. Ou seja, a despeito das diferenças esmiuçadas pelo segundo, tanto por meio de uma presença frágil (Roy) quanto por meio de uma presença forte (Burawoy) dos delegados sindicais na fábrica, o chamado *making out* ou *making tenure* encontrava-se igualmente presente. Ver Donald Roy, "Quota restriction...", cit., e Michael Burawoy, *Manufacturing Consent*, cit.

[124] Juarez Rubens Brandão Lopes, *Sociedade industrial*, cit., p. 121.

[125] Ibidem, p. 124.

[126] Ver idem, *A crise do Brasil arcaico*, cit.

[127] Clark Kerr, Frederick H. Harbison, John T. Dunlop e Charles A. Myers, "Industrialism and industrial man", *International Labour Review*, v. 82, n. 3, set. 1960. Esses quatro autores fizeram parte da equipe que coordenou o afamado projeto interuniversitário – financiado pela Ford Foundation e que englobou pesquisadores das universidades de Harvard, Princeton e Berkeley – de pesquisa dos problemas do trabalho em contextos de desenvolvimento econômico, e que se ocupou em investigar as relações entre a industrialização, as gerências e os trabalhadores. As preocupações originais dos autores podem ser encontradas em um artigo publicado cinco anos antes no v. 71, n. 3, da mesma revista e intitulado "The labour problem in economic development: A framework for reappraisal". (Uma nota curiosa: o chefe da equipe que desenvolveu o projeto, Clark Kerr, além de professor de relações industriais, foi reitor da Universidade da California em Berkeley (1958-1967) durante o período histórico de maior fermentação política e cultural vivido por essa universidade. Apenas quatro anos após a publicação dos resultados da pesquisa supracitada, Kerr teve que lidar com, entre outros, a emergência do Free Speech Movement, além das massivas manifestações contra a Guerra do Vietnã.)

[128] Juarez Rubens Brandão Lopes, *A crise do Brasil arcaico*, cit., p. 70.

[129] Ibidem, p. 156-7.

[130] Ibidem, p. 100.

[131] Ibidem, p. 107.

[132] Ibidem, p. 160.

[133] E seria despropositado especular que, à luz da promulgação da CLT (1943) e da lei do salário mínimo (1952), processos semelhantes estivessem acontecendo em outra cidades do interior do país, relativizando a suposta ausência de experiência política dos trabalhadores migrantes?

[134] Uma lista de trabalhos não poderia deixar de começar por José Álvaro Moisés, *Greve de massas e crise política* (São Paulo, Pólis, 1978).

[135] No calor das greves de 1978, Kazumi Munakata foi dos primeiros a enfatizar a "arbitrariedade" com que a sociologia do trabalho brasileira havia construído nexos causais entre a "estrutura econômica" e o "comportamento operário". Então, ficava clara a suposta impropriedade da "'*démarche*' sociológica", para utilizarmos a expressão de Vianna em sua afamada "resenha de algumas tendências", que se esmerava em apreender a consciência política por intermédio da análise das determinações sociais, "quase demográficas" (Vianna), da classe operária. A sociologia profissional do trabalho era acusada de excessivo estruturalismo e consequente inabilidade em compreender o comportamento operário. Ver Kazumi Munakata, "O lugar do movimento operário", *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 43, jul.-dez. 2010, e Luís Werneck Vianna, "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", *Dados*, n. 17, 1978.

[136] Paulo Sérgio Pinheiro, "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão", *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 14, out. 1975.

[137] Ibidem, p. 122.

[138] Ibidem, p. 122-4.

[139] Sem pretender ser exaustivo, valeria destacar, além dos nomes já citados, alguns estudos que avançaram por esse mesmo caminho, tais como Marcia de Paula Leite, "A classe operária e a questão sindical", em Maria Tereza Leme Fleury e Rosa Maria Fischer, *Processo e relações do trabalho no Brasil* (São Paulo, Atlas, 1987), além de Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, "Imigração e movimento operário no Brasil: uma interpretação", em José Luiz Del Roio, *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização* (São Paulo, Ícone, 1990). Aliás, nesse artigo, que sintetiza parte da tese de doutoramento do primeiro (1969) e retoma o argumento empregado pelo segundo, em 1975, Hall e Pinheiro apontaram a origem rural da maioria dos imigrantes europeus, bem como a ausência de experiência fabril e carência de militância política em seus países de origem. Para mais detalhes, ver Michael Mann, "Sources of variation in working-class movements in twentieth-century Europe", *New Left Review*, n. 212, jul.-ago. 1995. Uma recente reapropriação dessa empreitada pode ser encontrada em Mauro Luis Iasi, "Classe e consciência de classe no Brasil", *32° Encontro Anual da ANPOCS*, São Paulo, ANPOCS, 2008, v. 1.

[140] John D. French, "Resenha – Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem*", *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010, p. 277. Ver também John D. French, *O ABC dos operários* (São Paulo, Hucitec, 1995).

[141] Ver Claudio Batalha, "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências", em Marco Cezar de Freitas, *Historiografia brasileira em perspectiva* (São Paulo, Contexto, 2000), e Adalberto Marson, "Lugar e identidade na historiografia dos movimentos sociais", em Maria Stella Bresciani et al., *Jogos da política: Imagens, representações e práticas* (São Paulo, Marco Zero, 1992). A exceção à regra é a pesquisa de Kimi Tomozaki, *Ser metalúrgico no ABC* (Campinas, Arte Escrita/Centro de Memória/Unicamp, 2007).

[142] Refiro-me aqui à publicação, em um curto intervalo de tempo, dos livros de Alexandre Fortes, *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas* (Rio de Janeiro, Garamond, 2004), de Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem*, cit., e de Paulo Fontes, *Um nordeste*, cit.

[143] Na realidade, Fontes dedica seu livro à Nitroquímica e à história da formação do bairro operário paulistano de São Miguel.

[144] A esse respeito, vale observar que, apesar da acentuada mudança na trajetória de Lopes na direção da crítica ao dualismo, o papel das migrações no desenvolvimento capitalista permaneceu entre suas principais preocupações até pelo menos meados da década de 1970. Para mais detalhes, ver Juarez Rubens Brandão Lopes, "Desenvolvimento e migrações: Uma abordagem histórico-estrutural", *Estudos Cebrap*, out.-dez. 1974.

[145] Para mais detalhes sobre as escolhas políticas e as polêmicas internas ao PCB no período entre 1942 e 1961, assim como as respostas desse partido à situação política vivida pelo país no pós-guerra, ver Frederico José Falcão, *Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)* (São Paulo, Sundermann, 2011).

[146] Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem*, cit., p. 44.

[147] Sem citá-lo, Negro acompanhou a interpretação de Miglioli sobre a complementaridade existente entre as fábricas e as ruas. Ver Jorge Miglioli, *Como são feitas as greves*, cit.

[148] Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem*, cit., p. 55.

[149] Em resposta ao despotismo fabril, o piquete grevista buscava salvaguardar os operários inclinados à participação no processo de luta pela efetivação e ampliação de seus direitos trabalhistas ainda que à custa de certa violência.

[150] A revisita de Negro lembrou-se de refutar essa apreciação, que pode ser verificada, com matizes distintos, é verdade, tanto em Rodrigues quanto em Lopes.

[151] As frequentes guinadas partidárias respondiam à crise de hegemonia das classes dominantes. Como observou Negro, o próprio discurso de Vargas ao operariado precisou "endossar 'novas formas de reconhecimento' (a altivez do trabalhador braçal, muitas vezes um operário sem origem europeia recente) e 'novas expectativas' (os direitos do trabalho)". Ibidem, p. 75. Reformando os sindicatos, o governo Vargas logrou construir uma ideologia reacionária, o trabalhismo, que, ao mesmo tempo, nutria-se do reconhecimento da importância do "trabalhador nacional". A natureza tortuosa dessa política pode ser apreciada na própria CLT: logo após ser promulgados, os direitos trabalhistas foram praticamente suspensos pela Lei do Esforço de Guerra, que suprimiu grande parte da CLT. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os sindicatos voltaram-se contra as empresas, animando uma autêntica exaltação associativa que atraía operários e engrossava as fileiras da militância comunista. Sobre a "tortuosidade" da relação dos sindicalistas comunistas com as direções partidárias, ver Marco Aurélio Santana, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2001).

[152] Aqui vale uma observação: Negro acusa Weffort de não reconhecer a importância do envolvimento de militantes do PCB no processo de mobilização operária dos anos 1950, preferindo concentrar-se nas polêmicas sobre os erros e os acertos da linha partidária. Valeria dizer que, aos nossos olhos, se, por um lado, Weffort de fato não se concentrou na militância comunista em seus ensaios sobre o populismo, por outro, ele acertou nas críticas às contradições e ambivalências das direções comunistas diante das bases operárias. A esse respeito, ver o próximo capítulo.

[153] Uma observação equivalente foi feita por John Humphrey para o ciclo grevista do final dos anos 1970. Ver John Humphrey, "Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências do movimento trabalhista", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1979.

[154] Ao revisitar o estudo de Rodrigues a respeito da "Greve dos 400 mil" na Willys-Overland, Negro observou que a sociologia profissional subestimou o ativismo operário – largamente subterrâneo, tendo em vista a permanente ação da repressão policial – em benefício da interpretação dos gerentes. Assim, a análise sociológica profissional teria se fixado no momento da pacificação dos conflitos operários, assumindo, inadvertidamente, o ponto de vista da aliança empresarial-policial: "Aludindo à supremacia empresarial no único ponto de atrito capaz de conduzir o operariado a greves de caráter geral [os salários], *Industrialização e atitudes operárias* detectou apenas duas ocorrências de paralisação na Willys, a Greve dos 400 mil e uma parada dos ferramenteiros, em 1963. O que, em 1957, fora um recuo tático vira hábito: 'costuma a empresa', quando da ocorrência de greves, conceder férias". Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem*, cit., p. 119-20.

[155] "O projeto varguista de inclusão pelo direito social revelou-se, por fim, poderoso instrumento de reprodução das desigualdades sociais no Brasil. A imensa onda migratória, montante a partir dos anos 1940, gerou longeva inércia social no processo de inclusão dos migrantes no mundo do trabalho, restringindo de maneira importante, como foi dito, a efetividade da promessa varguista". Adalberto Moreira Cardoso, *A construção da sociedade*, cit., p. 240. Ver, também, Robert M. Levine, *Father of the Poor? Vargas and his Era* (Cambridge, Cambridge University Press, 1998).

[156] Para mais detalhes, ver Murilo Leal, *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)* (Campinas, Editora da Unicamp, 2011).

[157] "O décimo terceiro salário é um desses casos de reivindicação surgida no chão da fábrica, legitimada nas relações costumeiras entre patrões e empregados em algumas empresas, transformada em lei à custa de greves, demissões, abaixo-assinados, prisões e cuja memória é depois ofuscada pelo brilho da lei, que, supõe-se, como toda lei, deve ter sido iniciativa de algum presidente, deputado ou senador." Ibidem, p. 289.

[158] Sob a intervenção do Ministério do Trabalho, os sindicatos foram privados de suas tradicionais lideranças socialistas, comunistas, trotskistas, católicas, trabalhistas ou nacionalistas, isto é, as correntes mais presentes nas fábricas, sendo entregues a uma nova geração de sindicalistas, os assim chamados "democráticos" (de segunda geração), formada em cursos promovidos pela ditadura sob flagrante influência estadunidense.

[159] O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi fundado no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado em 1962, em São Paulo, e congregava organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), além de organizações paralelas, como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Social de Debates (FSD).

[160] Isso significava, basicamente, equilibrar-se entre a "competência administrativa" e a "assistência laboral": além de reformar a sede do sindicato, visitavam constantemente o Ministério do Trabalho, relacionando-se desapaixonadamente com as comissões de fábrica e indicando, quando da ocorrência de conflitos trabalhistas, o caminho da assistência jurídica aos operários. Naturalmente, o desejo da burocracia sindical de colaborar com autoridades e empresas esbarrava no militantismo operário. Já em 1967, logo após a Ford ter comprado a Willys, ressurgiram os protestos: duas "greves de fome" – a segunda delas contando com a participação de 30% dos operários – serviram para ensaiar uma paralisação total da fábrica que de fato aconteceu em 1968, durante um movimento que durou quatro dias e foi reprimido pelas tropas do Segundo Exército. Como era de se esperar, o "peleguismo" sindical condenou o movimento paradista. Apesar disso, um trabalho sindical "paralelo" entre as bases operárias continuou alimentando a atividade sindical em São Bernardo.

[161] A etnografia de Rainho esmiuçou os principais pontos da trajetória dos trabalhadores migrantes até chegarem na indústria automobilística paulistana. Usualmente, após abandonarem a vida de trabalhador rural e migrarem para São Paulo, esses operários ingressavam na indústria da construção civil na condição de serventes de pedreiros. Os baixos salários e os constantes desentendimentos com as chefias levavam-nos a se desinteressar pelo trabalho na construção, a serem demitidos ou a pedirem demissão. No entanto, durante o período de tempo em que ficavam trabalhando nesse tipo de ocupação, eles adquiriam certas qualificações que iriam se mostrar essenciais para a conquista de uma vaga nas grandes montadoras. Além disso, o período na construção civil permitia a esses operários providenciar toda a documentação necessária ao processo de contratação no setor automobilístico. Conforme o relato dos operários, é possível perceber que se tratava de um processo mais complexo e acentuadamente mais seletivo, tomando alguns dias e exigindo provas teóricas e práticas, do que se poderia prever inicialmente quando pensamos na contratação de um tipo de trabalhador não qualificado ou semiqualificado.

[162] No final dos anos 1950, nada menos do que sete em dez pessoas que chegavam à capital eram de fora do Estado de São Paulo e, somente no final da década de 1950, cerca de 1 milhão de novos cidadãos aportaram à metrópole. Os contingentes de trabalhadores originários dos vários estados nordestinos, além de Minas Gerais, respondiam pela esmagadora maioria dos recém-chegados, empregando-se rapidamente nos vários setores industriais e de serviços que se multiplicavam aceleradamente na capital. Para mais detalhes, ver Paulo Fontes, *Um nordeste*, cit.

[163] Citado em Azis Simão, *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo* (São Paulo, Ática, 1981), p. 41.

[164] A esse respeito, vale lembrar que, em sua revisita etnográfica ao estudo de Lopes, Fontes observou: "O sociólogo Juarez Brandão Lopes creditou à ausência de formas de cooperação de maior âmbito no campo brasileiro o suposto baixo nível de solidariedade entre os operários de origem rural em São Paulo. 'Mesmo o mutirão', apontava, 'desapareceu ou está em vias de desaparecer na maior parte do território nacional.' [...] Entretanto, a migração para as cidades pode ter significado uma revitalização de práticas de vizinhança e auxílio mútuo de origem rural, como o mutirão. Readaptado no ambiente urbano, o mutirão seria largamente utilizado pelas populações de origem migrante para a autoconstrução de suas moradias. [...] O ambiente festivo dos mutirões rurais era reproduzido aos domingos na periferia paulistana. Os donos da casa encarregavam-se, em geral, do suprimento de alimentação e bebidas e, muitas vezes, ao mutirão seguia-se uma roda de música e dança. Era um espaço importante de socialização na vida operária e de consolidação das redes sociais no bairro". Paulo Fontes, *Um nordeste*, cit., p. 139.

[165] Ibidem, p. 57.

[166] "Haja o que houver, aconteça o que acontecer, os operários são sempre culpados pelos erros verificados. Nunca estão com a razão. O mestre culpa o feitor. O feitor culpa o líder e o líder o peão. Esse torna-se depositário de todos os erros verificados e, por isso, é frequentemente punido pelas chefias, seja com carta de advertência, suspensão (chamada pelos operários de 'gancho') ou demissão por 'justa causa'. Daí decorre que em geral as chefias são consideradas 'cruéis' e 'maldosas', tratando o operário com agressividade, rispidez, gritando e insultando-os." Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC* (Petrópolis, Vozes, 1980), p. 239.

[167] Vale lembrar que, durante boa parte dos anos 1950, o elevado *turn-over* no emprego foi estimulado igualmente pela existência de um mercado de trabalho em franca expansão, onde não era difícil para um operário com alguma qualificação profissional encontrar outra colocação.

[168] Paulo Fontes, *Um nordeste*, cit., p. 117-8.

[169] Cada um ao seu modo, tanto Albertino Rodrigues quanto Leal identificaram este protagonismo nas lutas fabris, de bairro, contra a carestia e nas greves gerais de 1953 a 1964, entre os trabalhadores metalúrgicos e têxteis da cidade de São Paulo. Ver José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968), e Murilo Leal, *A reinvenção da classe trabalhadora*, cit.

[170] Para mais detalhes, ver Paulo Fontes, *Um nordeste*, cit.

[171] Por exemplo, em outubro de 1957, a relação entre as lutas por salários e melhores condições de trabalho no interior das fábricas e as lutas por melhores condições de vida nos bairros alcançou um novo patamar em São Paulo: a "Greve dos 400 mil" consolidou a aliança dos sindicatos com as associações de bairro, além de ter estimulado a sindicalização dos trabalhadores e aumentado a autoconfiança proletária. Sob crescente influência comunista, os sindicatos operários e as sociedades de amigos do bairro transformaram-se nos principais eixos de sustentação das atividades dos grevistas. Alimentada pelo aumento da carestia, a "Greve dos 400 mil" consolidou a aproximação do mundo do trabalho com as questões urbanas durante o período que vai do final dos anos 1950 até, pelo menos, o golpe de 1964. Prova disso é que, apesar da repressão, a greve espalhou-se rapidamente por diferentes bairros operários, açambarcando forte apoio popular. Para mais detalhes, ver Murilo Leal, *A reinvenção da classe trabalhadora*, cit.

[172] Em termos sociológicos marxistas, acompanhamos aqueles que entendem a formação de classe como um processo por meio do qual condições individuais são organizacionalmente fundidas pelos agentes a fim de promover uma ação coletiva antagonista apoiada em interesses materiais enraizados da estrutura social. Nesses termos, o processo de formação coletiva é plasmado por uma multiplicidade de mecanismos institucionais relativamente autônomos que condicionam a forma histórica com que conflitos inerentes às relações sociais de produção assumem a forma de grupos políticos com níveis específicos de consciência e estratégias definidas de mobilização. Para mais detalhes, ver Erik Olin Wright, *Classes* (Londres, Verso, 1985).

[173] Naturalmente, não se trata de nenhum segredo que uma crítica diretamente inspirada por Paulo Sérgio Pinheiro àquela referida leitura sociologizante da classe operária brasileira – e que, praticamente, se tornou sinônimo dos estudos empreendidos por Rodrigues e Lopes nas décadas de 1950 e 1960 – traspassa os livros de Negro e Fontes, alimentando uma reinterpretação do problema da consciência de classe e do subdesenvolvimento capitalista brasileiro. Em grande medida, as supostas limitações da "sociologia uspiana" condensaram, teórica e politicamente, o tipo de análise da formação da classe operária brasileira que os autores buscaram refutar em seus trabalhos.

[174] Além de não citar o trabalho de Miglioli, Negro e Fontes parecem não levar muito a sério a análise de Weffort a respeito das greves de Contagem e Osasco. Apesar de citá-la na bibliografia, Negro optou por ignorá-la em seu livro, enquanto Fontes nem ao menos a cita, preferindo enfocar criticamente a influente teoria do populismo desenvolvida por Weffort durante a década de 1960. Assim, acabaram se aproximando da revisão do trabalho de Weffort empreendida por Angela de Castro Gomes: para a autora, o termo "populismo", agora substituído por "trabalhismo", estaria por demais associado a uma relação de manipulação entre um Estado-sujeito e trabalhadores-objetos. Reagindo ao trabalho de Weffort, Gomes buscou, então, apreender os mecanismos de interlocução entre Estados e trabalhadores, atribuindo-lhes "um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades". Como tentaremos revelar no próximo capítulo, Weffort não fez uso do conceito de "manipulação" conforme argumentado pela autora. (Na verdade, em várias oportunidades, ele observou que a "manipulação" do Estado sobre os setores subalternos assentava-se, essencialmente, no atendimento por parte do primeiro de determinadas demandas sociais provenientes do segundo. De modo algum tal "manipulação" foi interpretada como um fenômeno ideológico, alicerçado na capacidade demagógica das lideranças populistas.) Além disso, o criticismo de Angela de Castro Gomes acabou transformando a relação dos operários com o Estado em uma espécie de diálogo democrático entre partes iguais. Ver Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo* (São Paulo, Vértice, 1988), e "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a tragetória de um conceito", *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996, p. 31-58.

[175] Mesmo uma pesquisa tão minuciosa e bem-sucedida como a de Murilo Leal sobre os trabalhadores das indústrias metalúrgicas e têxteis da cidade de São Paulo entre 1953 e 1964 ignora a contribuição de Luiz Pereira. Vale lembrar que esses eram exatamente os dois grupos principais de operários entrevistados por Pereira e seus colaboradores em meados da década de 1960. Ver Murilo Leal, *A reinvenção da classe trabalhadora*, cit.

[176] Ver John H. Goldthorpe, David Lockwood, Frank Bechhofer e Jennifer Platt, *The Affluent Worker: Industrial Attitudes and Behavior* (Londres, Cambridge University Press, 1968).

[177] "Condições próximas de uma rebelião desenvolveram-se [em Luton]. […] Dois mil operários tentaram destruir os principais escritórios da companhia e dezenas de policiais foram trazidos. […] 'Bandeira Vermelha' foi cantada pelos gerentes e os trabalhadores gritaram que os diretores deveriam ser enforcados." Robin Blackburn, "The unequal society", em Robin Blackburn e Alexander Cockburn (orgs.), *The Incompatibles: Trade Union Militancy and the Consensus* (Londres, Middlesex, 1967), p. 42. Num certo sentido, a própria enquete sociológica de Goldthorpe estimulou a explosão de consciência de classe verificada em Luton. No entanto, não acompanhamos inteiramente a crítica de Blackburn a Goldthorpe sobre a incapacidade da pesquisa de apreender o movimento grevista exatamente porque consideramos que *The Affluent Worker* acumulou dados que permitem lançar luzes sobre a mobilização operária na planta da Vauxhall.

[178] Ver John H. Goldthorpe et al., *The Affluent Worker*, cit., especialmente o "Appendix D. Labour disputes at Vauxhall 1965-1967", p. 195 ss.

[179] Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, v. 1), p. 106-7.

[180] Desde sua fundação, o Dieese dedica-se a produzir dados sobre inflação, custo de vida, greves, mercado de trabalho e negociações coletivas para o movimento sindical brasileiro. Dentre suas principais atividades destacam-se a pesquisa do índice do custo de vida (ICV), pesquisa nacional da cesta básica, salário mínimo necessário, pesquisa de emprego e desemprego (PED), pesquisas sindicais (sistema de acompanhamento de contratações coletivas, greves e salários) e o banco de dados econômicos e de mercado de trabalho. Para mais detalhes, ver Sérgio Mendonça, "A experiência do Dieese em pesquisa e conhecimento", *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, 2002.

[181] "Examinei o questionário elaborado por ele [o contador] e imediatamente percebi deficiências... Mas, também, neste questionário, havia duas falhas: não era listado o feijão. A outra não era assim tão importante: não incluía a manteiga. É um problema sério. Naquela altura, mais do que hoje, o feijão tem sua importância... A única maneira de corrigir seria voltar às famílias, mas já há alguns meses as famílias tinham preenchido o questionário e voltar a elas era, então, impossível." Albertino Rodrigues, citado em Miguel Wady Chaia, *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do Dieese (1955-1990)* (Ibitinga, Humanidades, 1992), p. 154-5.

[182] Ver José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (São Paulo, Difusão Europeia do livro, 1968).

[183] Ibidem, p. 77-8.

[184] Ibidem, p. 78.

[185] Ibidem, p. 21.

[186] Ibidem, p. 153-4.

[187] Ibidem, p. 79.

[188] Ver Aziz Simão, *O sindicato e o Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo* (São Paulo, Dominus, 1966).

[189] Conforme Albertino Rodrigues, essa nova função do dirigente sindical, ao mesmo tempo líder profissional e representante do Estado, permite compreender por que um amplo e generalizado reconhecimento por parte dos dirigentes sindicais acerca do papel deletério cumprido pelo imposto sindical no sistema de organização do trabalho coaduna-se com uma atitude negligente em relação à sua extinção.

[190] Naturalmente, isso interpunha grandes dificuldades para a auto-organização dos trabalhadores. No entanto, tais dificuldades simplesmente não eram capazes de bloquear suas iniciativas: "Não se deve, porém, concluir que inexista movimento genuíno de sindicalização, no sentido de o sindicato atuar como órgão de luta e de realização tipicamente operária. Há certamente parcelas de trabalhadores conscientes que têm o sindicato como um segundo lar, na expressão de antigos líderes. Mas sua presença e atuação não são livremente consentidas pelas autoridades político-administrativas e sofrem comumente restrições, tal como a exigência de 'atestado de ideologia' ou 'atestado de bons antecedentes', a fim de dificultar-lhes o acesso aos postos diretivos. Sua representação, se não chega a ser numericamente marcante, consegue, em alguns momentos, pela perseverança da ação, imprimir um sentido inovador ao movimento operário". José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento*, cit., p. 175.

[191] Ibidem, p. 178.

[192] Ibidem, p. 177.

[193] Ver Francisco Weffort, "Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra", *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, 1973.

[194] Nesse momento, Franscisco Weffort foi alçado à condição de um dos mais importantes dirigentes e intelectuais petistas, tornando-se secretário-geral do Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980 (cargo que ocupou até 1994, quando assumiu o Ministério da Cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso).

[195] Ver Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira* (São Paulo, Paz e Terra, 1978), e "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968", *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 5, 1972.

[196] Ibidem, p. 10-1, grifos do autor.

[197] Ibidem, p. 23-4.

[198] Ibidem, p. 54.

[199] Nesse momento de grande vitalidade operária, vale relembrar, o sindicato dos metalúrgicos de Osasco hospedou, tendo Ibrahim como presidente do encontro, a última assembleia do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Nessa ocasião, o representante de Osasco leu a carta de princípios do sindicato na qual se encontrava a proposta da criação de uma "Central Única dos Trabalhadores".

[200] A despeito do ritmo acelerado das ocupações e do entusiasmo despertado no primeiro dia de greve – além da Cobrasma, os operários ocuparam imediatamente as empresas Barreto Keller, Braseixos, Granada, Lonaflex e Brown Bover –, a ditadura militar, ao contrário do que acontecera em Contagem, não hesitou um instante e logo reprimiu o movimento. A Cobrasma foi invadida por soldados no primeiro dia. As prisões de operários e lideranças se multiplicaram. Depois do quarto dia de greve, o sindicato já não mais dirigia o movimento e a partir do sexto dia as fábricas operavam normalmente. Analisando o movimento doze anos depois, Ibrahim relembra a avaliação política que os conduziu à greve: "Partíamos da análise de que o Governo estava em crise, ele não tinha saída, o problema era aguçar o conflito, transformar a crise política em crise militar. Daí vinha nossa concepção insurrecional de greve. O objetivo era levar a massa, através de uma radicalização crescente, a um conflito com as forças de repressão. Foi essa concepção que nos guiou quando, em julho de 1968, decidimos desencadear a greve". José Ibrahim, citado em Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti, "Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil", *Mediações*, v. 12, n. 2, jul. 2007.

[201] Não se trata de uma pergunta inocente e também não é acidental que Weffort tenha citado a teoria do Estado de Grasmci a fim de diferenciar sindicato, entendido como representante de interesses corporativos, de partido político, entendido como organização que se propõe a dirigir o Estado. "A questão de fundo dizia respeito à própria teoria do Estado e da hegemonia, bem como à decorrente distinção entre as funções de dominação e representação de interesses. O mesmo professor [Weffort], a partir de 1973, tratou da teoria política do autor dos *Quaderni* nos Seminários de Pós-Graduação realizados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas." Alvaro Bianchi, "Apresentação", *Revista de Sociologia e Política*, 2007, p. 8.

[202] Para um balanço elaborado das principais controvérsias em torno das características do "sindicalismo populista", ver Marcelo Badaró Mattos, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)* (Rio de Janeiro, UFF, 1996).

[203] Esse movimento consolidou-se nos anos 1950, alcançando sua máxima influência e, ao mesmo tempo, sua mais acentuada subordinação, durante o governo de João Goulart. Parte integrante do impulso reformista nacional-desenvolvimentista do pós-guerra, o populismo sindical inclinou-se na direção da colaboração de classes. Apoiado na estrutura oficial, o movimento sindical procurou criar e animar "organizações paralelas" hegemonizadas por correntes comunistas e trabalhistas "de esquerda".

[204] Na realidade, Weffort parece se orientar meticulosamente, porém sem alarde, pelo fragmento de Gramsci a respeito da "Análise das situações: relações de força". Ver § 38 do Caderno 4, escrito em outubro de 1930, e os §§ 17-18 do Caderno 13, redigidos entre outubro e dezembro de 1933. Nunca é demais lembrar que, já na segunda metade da década de 1960, a editora Civilização Brasileira havia publicado vários volumes da obra gramsciana.

[205] Ver Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003).

[206] Por exemplo, a CLT, considerada pela sociologia profissional do trabalho como o produto da reprodução do "atraso" rural nas cidades, foi interpretada como parte das medidas destinadas a assegurar a transição do taylorismo primitivo ao fordismo periférico. Vale observar que, para alcançar essa visão dialética da relação entre o moderno e o arcaico, Chico necessitou acertar contas com sua própria herança cepalina. Ver idem.

[207] Não nos parece exagerado afirmar que esse modelo foi, no fundamental, inspirado na teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo: "Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o 'mutirão'. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de 'economia natural' dentro das cidades casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. O processo descrito em seus vários níveis e formas constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste, que, para usar a expressão famosa de Trotski, é não somente desigual, mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós anos 1930, que da existência de setores 'atrasado' e 'moderno'". Ibidem, p. 59-60.

[208] Ao destacar a centralidade do investimento capitalista, Chico de Oliveira renovou um amplo campo reflexivo, explorado na década de 1970 pela sociologia do trabalho de inspiração marxista, cujo eixo girou em torno da redefinição das relações de produção no processo de trabalho, da ampliação do exército industrial de reserva, do aumento da taxa de exploração, além dos ritmos diferenciais de crescimento de salários e produtividade.

[209] Daí a legislação trabalhista não alcançar as relações de produção no campo, reproduzindo a "acumulação primitiva" funcional à totalização do modelo de desenvolvimento.

[210] Sobre a teoria gramsciana da revolução passiva, ver Alvaro Bianchi, "Revolução passiva: o futuro do pretérito", *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 23, 2006, p. 34-57, e *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política* (São Paulo, Alameda, 2008). Para o caso estadunidense, Gramsci enfocou o taylorismo e o fordismo, perguntando se essas não seriam tentativas "progressistas" de superar a queda da taxa de lucros num contexto em que o Estado – na qualidade de "*holding* estatal", dirá Gramsci – reorganizou a indústria, modernizando a economia. Ver Antonio Gramsci, *Americanismo e fordismo* (São Paulo, Hedra, 2008).

[211] Nesses termos, parece-nos legítimo utilizar a dialética da "inovação-conservação", "revolução-restauração" esquadrinhada por Gramsci nos *Cadernos do cárcere* para interpretar a complexa fabricação do consenso popular durante a vigência da república populista brasileira. Aos nossos olhos, tanto Chico de Oliveira quanto Francisco Weffort aproximam-se permanentemente das interpretações de Gramsci, sem, contudo, utilizar explicitamente o conceito de "revolução passiva". Posteriormente, alguns estudiosos empregaram esse conceito para interpretar o caso brasileiro. Para mais detalhes, ver Carlos Nelson Coutinho, "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", em *Gramsci e a América Latina* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993); e Luiz Werneck Vianna, "Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira", *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, 1996.

[212] Não é difícil perceber no ensaio de Chico de Oliveira ecos da tese leniniana, posteriormente desenvolvida por Leon Trotski em sua teoria da revolução permanente, da dialética do "transcrescimento" da revolução burguesa em revolução socialista: "Essa dialética penetra hoje os mais recônditos lugares da vida nacional, em todas as suas dimensões, em todos os seus níveis: qualquer lugar, qualquer atividade, é hoje um campo de batalha, da música ao cinema, das atividades educacionais aos sindicatos. [...] Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro, mas parece muito evidente que este está marcado pelos signos opostos do *apartheid* ou da revolução social". Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*, cit., p. 119.

[213] Francisco Weffort, "Origens do sindicalismo", cit., p. 68-9.

[214] No final de 1945, os comunistas foram obrigados a rever sua posição contrária às greves diante da retomada espontânea da atividade dos trabalhadores. Para Weffort, a revivificação da autoatividade operária implicou modificações em todo o sistema político do imediato pós-guerra, conduzindo o governo a uma atitude aberta de repressão aos trabalhadores. Atropelados pela súbita autoatividade operária, os sindicalistas comunistas reunidos no MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores) criaram a equação política adotada durante os anos de formação do sindicalismo populista: "Farão o possível para evitar as greves mas não deixarão de participar quando venham a revelar-se inevitáveis. Até lá, porém, [os comunistas] mantêm sua posição contrária às greves. Ainda em janeiro de 1946, quando os movimentos grevistas já espoucavam em todo o país, 'desmascaram' uma 'manobra grevista' entre os marítimos do Rio". Francisco Weffort, ibidem, p. 90. Sobre a tortuosa trajetória da política sindical comunista sob a hegemonia populista, ver Marco Aurélio Santana, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2001).

[215] Essa compreensão do período que se estende de 1945 até 1964 fez com que Weffort enfatizasse as diferenças entre o coronelismo e o populismo, em vez da suposta continuidade existente entre esses sistemas – como parece ser o caso de Lopes e, num certo sentido, também de Rodrigues.

[216] Marco Aurélio Santana, *Homens partidos*, cit., p. 136.

[217] Francisco Weffort, *O populismo*, cit., p. 55.

[218] Ibidem, p. 75.

[219] Ibidem, p. 163-4.

[220] Ibidem, p. 160.

[221] Essa pesquisa contou com a colaboração de José Álvaro Moisés, Fábio Munhoz e Régis Andrade, entre outros.

[222] Operário cearense (Cosipa), citado em Paulo Fontes, *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)* (São Paulo, Editora FGV, 2008), p. 315-6.

[223] Ibidem, p. 316.

[224] Vale lembrar que, por *posicionalidade* entendemos o tipo de vínculo privilegiado pelo "sociólogo-como-um-etnólogo" com seu objeto do conhecimento.

[225] "Quase sempre o partido [PCB] parece um partido fora do lugar, tendo em vista o descompasso entre suas formulações gerais e a dinâmica social concreta." Marco Aurélio Santana, *Homens partidos*, cit., p. 28.

[226] O eventual argumento de que Weffort ocupou-se preferencialmente do movimento sindical populista como objeto é válido apenas em parte: afinal, no caso da análise do ciclo grevista de 1968, as noções de passividade e de incapacidade auto-organizativa da "nova" classe trabalhadora é que foram colocadas à prova. Ou seja, a independência operária diante do Estado e das empresas transformou-se no objeto a ser perscrutado.

[227] Ver Luiz Pereira, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965).

[228] "De certo modo, a sociologia como instrumento de conhecimento e transformação social, no marco da superação da anomia e do atraso, e portanto da ordem, foi atropelada pela rapidez dos fatos. Aquela sociologia foi superada pelos acontecimentos." José de Souza Martins, citado em Conrado Pires de Castro, "Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins", *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010.

[229] Luiz Pereira, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, cit., p. 24.

[230] Ibidem, p. 64.

[231] Ibidem, p. 104.

[232] Ibidem, p. 127-8.

[233] Estamos cientes de que, pouco mais de dez anos depois da publicação de *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, Pereira revisou sua tese. Contudo, cabe dizer que, apesar disso, ele não recusou jamais sua crítica à ideia de que essa condição resultaria supostamente de um confronto "exterior" entre duas temporalidades sociais, por assim dizer, concorrentes. Ao contrário, o autor entendeu por bem reafirmar sua abordagem em termos de "complexo de formações sociais capitalistas", ainda que mediada por uma interpretação equivocadamente "circulacionista" do capitalismo brasileiro. Assim, no tocante ao eixo do argumento exposto acima, a recusa da teoria cepalina e das abordagens dualistas da formação de classes no Brasil permaneceu essencialmente inalterada. Para mais detalhes, ver Luiz Pereira, *A condição operária* (São Paulo, Duas Cidades, 1978).

[234] Ibidem, p. 192.

[235] Ver José de Souza Martins, citado em Conrado Pires de Castro, "Luiz Pereira e sua circunstância", cit.

[236] Ver Perry Anderson, "Lula's Brazil", *London Review of Books*, v. 33, n. 7, 31 mar. 2011.

[237] Ver Jessé Souza, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010).

[238] O processo de reconstrução de uma teoria supõe, ao menos, dois momentos: 1) devemos sintetizar o conhecimento do objeto a fim de eliminar seus aspectos acidentais para 2) testá-lo, atualizá-lo e reconstruí-lo, conforme as exigências do estudo de caso no presente. Por sua vez, a reconstrução teórica implica 1) validação das hipóteses principais, 2) descarte total destas ou, caso mais frequente, 3) eventual retificação da teoria (ou aspectos dela) à luz das novas circunstâncias.

[239] Para uma detalhada análise do conflito entre as promessas da integração dos trabalhadores brasileiros ao mundo dos direitos e a incapacidade do mercado de trabalho do país absorver a superpopulação relativa, ver Adalberto Moreira Cardoso, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010).

[240] Eis uma das mais salientes diferenças entre o fordismo histórico e o fordismo periférico: enquanto na Europa ocidental e nos Estados Unidos, a regulação fordista (por meio da legislação previdenciária, do salário mínimo, do reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores, da formalização da solução dos conflitos produtivos, da negociação coletiva...) mostrou-se capaz de romper relativamente a ligação entre a reprodução da força de trabalho e a atividade produtiva no local de trabalho, pacificando os conflitos trabalhistas. No Brasil, a regulação populista não logrou eliminar a dependência dos trabalhadores em relação à venda de sua força de trabalho. Seja pelas enormes dificuldades impostas aos operários para ascender aos direitos sociais, seja pela baixa intensidade da proteção assegurada a eles, a unidade entre a reprodução da força de trabalho e o processo produtivo nunca foi seriamente questionada no país. No entanto, ao acenar com a promessa da proteção social, a CLT alimentou uma dinâmica histórica marcada pela intensificação das lutas pela efetivação dos direitos dos trabalhadores. Em suma, ao invés de pacificar o conflito trabalhista, a regulação populista catalisou as lutas de classes no Brasil. Para mais detalhes acerca do desenvolvimento dos direitos sociais dos trabalhadores e suas consequências sobre a regulação da produção no capitalismo avançado, ver Michael Burawoy, *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism* (Nova York, Verso, 1985).

[241] Além das paralisações nas fábricas, o malogro da campanha salarial de 1973 foi um momento-chave para o amadurecimento político do sindicato de São Bernardo: "Na avaliação dos resultados da campanha, o presidente do sindicato enfatizava que a categoria se mantivesse mobilizada em torno das reivindicações apresentadas (reajuste salarial de 38%, piso salarial de 38% sobre o salário mínimo regional e abono de férias correspondente à metade do salário, entre outros itens), apesar do término oficial da campanha, marcado

pela decisão da justiça do trabalho. Paulo Vidal denunciava ainda o 'abuso de poder' da classe patronal que, recusando-se a negociar com os sindicatos, estaria contrariando um dos princípios essenciais da liberdade sindical, isto é, a possibilidade de assinatura de Convenções Coletivas de Trabalho". Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)* (Campinas, Centro de Memória/Editora da Unicamp, 1999), p. 62.

[242] Ver Alvaro Bianchi e Ruy Braga, "Brazil: The Lula Government and Financial Globalization". *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005, p. 1745-62.

[243] Ver John Humphrey, "Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências do movimento trabalhista", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1979.

[244] Para mais detalhes, ver Michael Burawoy, *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism* (Nova York, Verso, 1985).

[245] Entre as exceções à regra, destacam-se: Vera Maria Cândido Pereira, *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis* (São Paulo, Campus, 1979), José Sergio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"* (São Paulo, Marco Zero, 1988), Márcia de Paula Leite, *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária* (São Paulo, Scritta, 1994), e José Ricardo Ramalho, *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM* (São Paulo, Paz e Terra, 1989). Uma certa linha de continuidade entre esses trabalhos e os estudos de caso desenvolvidos no início dos anos 2000 pode ser encontrada em Eurenice de Oliveira, *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência* (São Paulo, Expressão Popular, 2004), e Paula Marcelino, *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil* (São Paulo, Expressão Popular, 2004). Exemplos de trabalhos publicados recentemente que retomam a trajetória da classe trabalhadora articulando as estratégias sindicais às modificações políticas mais globais podem ser encontrados em Marco Aurélio Santana, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2001), Adalberto Moreira Cardoso, *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2008), e Andréia Galvão, *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil* (Rio de Janeiro, Revan, 2007).

[246] Para mais detalhes, ver Vera da Silva Telles e Robert Cabanes (orgs.), *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios* (São Paulo, Humanitas, 2006), e Robert Cabanes, Isabel Georges, Cibele S. Rizek e Vera da Silva Telles (orgs.), *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* (São Paulo, Boitempo, 2010).

[247] John Humphrey, *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira* (Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1982), p. 28.

[248] Para mais detalhes, ver Marcelo Badaró Mattos, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)* (Rio de Janeiro, UFF, 1996), Marco Aurélio Santana, *Homens partidos*, cit., Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)* (São Paulo, Boitempo, 2004), e Paulo Fontes, *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)* (São Paulo, Editora FGV, 2008), e Murilo Leal, *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)* (Campinas, Editora da Unicamp, 2011).

[249] Não deixa de ser curioso observar que foi Juarez Brandão Lopes, principal referência do problema do subdesenvolvimento capitalista, quem orientou o trabalho de campo de John Humphrey durante suas visitas ao Brasil.

[250] Citado em Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista (As greves de 1978-1980)* (Campinas, Editora da Unicamp, 1992), p. 150.

[251] Operário metalúrgico, citado em Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC* (Petrópolis, Vozes, 1980), p. 137.

[252] Sindicalista metalúrgico de São Bernardo, citado em ibidem, p. 218.

[253] Por "burocratismo" sindical entendemos uma prática social concentrada no recurso à justiça do trabalho como meio privilegiado de resolução dos conflitos trabalhistas, evidenciando a existência da crença na "neutralidade" do Estado por parte do sindicalismo de São Bernardo.

[254] Citado em ibidem, p. 213.

[255] Citado em ibidem, p. 220.

[256] Citado em ibidem, p. 216-7.

[257] John Humphrey, "Operários da indústria automobilística", cit., p. 91.

[258] Citado em Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 92.

[259] Citado em ibidem, p. 65.

[260] Citado em ibidem, p. 77.

[261] Citado em ibidem, p. 101.

[262] Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 244-5.

[263] Gerente da FA1, citado em John Humphrey, *Fazendo o "milagre"*, cit., p. 90.

[264] Ver Antonio Gramsci, *Americanismo e fordismo* (São Paulo, Hedra, 2008).

[265] Conforme um militante de base do Sindicato de São Bernardo, relatando as dificuldades que a rotatividade da força de trabalho impõe ao ativismo sindical: "Lá não tem quase gente que pede demissão, a grande maioria é mandada embora. Porque veja, lá o pessoal todo é ajudante geral, sem qualificação, então fica fácil para o patrão substituir. Isso atrapalha muito o nosso 'trabalho'. O pessoal que entra lá não quer participar, tem medo de ser mandado embora antes da experiência. E quando você consegue discutir, chamar pra uma reunião [...] pá, vem a demissão, são mandados embora. Tem um ditado que diz: 'pedra que muito rola, não cria limo'. Então o patrão mantém a fábrica entrando e saindo gente o tempo todo; então não se cria qualquer organização. Então eu acho que a rotatividade é aplicada para que a gente não crie vínculo". Citado em Amnéris Maroni, *A estratégia da recusa* (São Paulo, Brasiliense, 1982), p. 27-8.

[266] Citado em José Carlos Aguiar Brito, *A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre* (Petrópolis, Vozes, 1989), p. 29-30.

[267] Não há motivos para surpresa, afinal, como era de se esperar, os grupos operários mais estáveis normalmente acumulam maior experiência nos locais de trabalho, tendendo a demonstrar certa coesão nos momentos em que ocorrem os conflitos com as empresas. Aliás, tendo em vista a própria natureza do processo de trabalho dos setores profissionais – ferramenteiros, por exemplo –, um esforço organizativo mínimo era necessário para que ocorresse um protesto, bastando para isso uma pequena diminuição no ritmo de trabalho.

[268] Talvez aqui caiba uma rápida observação metodológica. A interpretação de Humphrey sobre seus próprios dados parece-nos correta e apropriada. No entanto, a comparação com o questionário de Rodrigues mostra-se um tanto ou quanto inadequada por duas razões: em primeiro lugar, não há qualquer esforço de contextualização histórica do estudo de Rodrigues (1963), ou seja, as transformações do objeto do conhecimento, em especial quando pensamos nas mudanças do regime político, foram, em larga medida, desconsideradas. Evidentemente, o evento histórico mais importante separando os dois estudos (1963-1975) foi o golpe militar de 1964 – acompanhado pelo Ato Institucional n. 5 (1968). O golpe não apenas bloqueou os canais de interlocução do movimento sindical com o aparelho de Estado, empurrando o sindicalismo de volta ao assistencialismo social, como também promoveu a substituição das lideranças sindicais populistas por conhecidos "pelegos" indicados pelo Ministério do Trabalho. Além disso, não há propriamente um trabalho de reconstrução teórica do estudo de Rodrigues capaz de iluminar as escolhas da pesquisa de campo. Ou seja, Humphrey acaba não destacando as tensões entre os dados e as teorias presentes em qualquer estudo de natureza etnográfica. Assim, perde a oportunidade de explorar os dados recolhidos por Rodrigues por meio de sua enquete. Ver John Humphrey, "Operários da indústria automobilística", cit.

[269] Ver Celso Frederico, *Consciência operária no Brasil* (São Paulo, Ensaio, 1978). Além da qualidade da investigação, a seleção dessa pesquisa justifica-se por seu autor concentrar-se em um grupo operário que não atuava nas principais indústrias automobilísticas do ABCD. Ou seja, esse estudo de caso permite aferir a consciência de classe e as condições de trabalho no setor "competitivo" da indústria metalúrgica, usualmente ainda mais precarizado do que o setor monopolista. Em suma, Frederico foi o primeiro autor a registrar etnograficamente a insatisfação operária após o golpe de 1964.

[270] Evidentemente, não ignoramos o trabalho pioneiro de Michael Löwy sobre *História e consciência de classe*. Ver Michael Löwy, "Consciência de classe e partido revolucionário", *Revista Brasiliense*, n. 41, 1962, e Michael Löwy e Sara Chucid, "Opiniões e atitudes dos líderes sindicais metalúrgicos", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 13, 1962. Sem dúvida trata-se de estudos que, partindo de *História e consciência de classe*, transformaram-se em importantes referências teóricas e metodológicas para a sociologia do trabalho no país. Contudo, referimo-nos ao pioneirismo de Celso Frederico no tocante à análise, para além da consciência da liderança sindical, da articulação entre o processo de trabalho, a consciência operária e a cena política nacional.

[271] A propósito da metodologia dialética de Marx, em especial sobre a centralidade da categoria historicamente mutável de "necessidades humanas" na determinação da interação complexa entre consciência de classe contingente e consciência de classe necessária, ver István Mészáros, *Estrutura social e formas de consciência* (São Paulo, Boitempo, 2011, v. II), especialmente o último capítulo.

[272] Citado em Celso Frederico, *Consciência operária no Brasil* (São Paulo, Ensaio, 1978), p. 62-3.

[273] Citado em ibidem, p. 91.

[274] Ibidem, p. 128. Por detrás dessas formas defensivas de protesto encontraremos relações de solidariedade que foram sendo construídas ao longo dos anos e cujas fontes podem ser percebidas tanto dentro – despotismo fabril, discriminação racial... – quanto fora das fábricas – participação em associações de amigos de bairro, manifestações culturais, igrejas... Para detalhes sobre as organizações de operários católicos na região do ABCD entre 1954 e 1975, ver Heloisa Helena de Souza Martins, *Igreja e movimento operário no ABC* (São Paulo, Hucitec, 1994). Mesmo a aquisição da moradia, conquista frequentemente associada ao esforço individual do trabalhador, transitava de dentro para fora das fábricas e retornava aos locais de trabalho na forma de um incremento da solidariedade classista. Antes de mais nada, a casa própria apareceu aos olhos dos operários como a principal estratégia de defesa contra a insegurança, para logo se transformar em um signo de distinção social, uma incontestável demonstração de progresso individual. Além disso, os mutirões populares para a construção da casa própria usualmente serviam para fortalecer os laços de solidariedade criados nos locais de trabalho, retroagindo positivamente sobre as relações sociais dentro das fábricas. Para mais detalhes, ver Ermínia Maricato (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (São Paulo, Alfa-Omega, 1982).

[275] Não nos esqueçamos de que a primeira participação efetiva de Lula da Silva como diretor sindical, na chapa de 1972, foi exatamente para assumir a recém-criada diretoria de previdência social e FGTS.

[276] Para detalhes sobre a atuação do dirigente sindical como burocrata, particularmente entre 1945 e 1964, ver Heloisa Helena de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil* (São Paulo, Hucitec, 1989).

[277] Ver Ernest Mandel, *Power and Money: A Marxist Theory of Bureaucracy* (Nova York, Verso, 1992).

[278] Ver Maria Hermínia Tavares de Almeida, "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", *Debate e Crítica*, n. 6, jul. 1975.

[279] John Humphrey, "Operários da indústria automobilística", cit., p. 149.

[280] O escândalo da manipulação dos índices do custo de vida foi a gota d'água que fez transbordar a inquietação operária acumulada durante a década anterior. Logo após a divulgação pela imprensa de que existiam fortes indícios de manipulação governamental dos índices do custo de vida, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo solicitou ao

Dieese um estudo acerca do impacto disso sobre os salários, concluindo que, entre 1973 e 1975, os trabalhadores haviam perdido 34,1% do poder aquisitivo. A partir de agosto de 1977, o sindicato decidiu formar uma comissão de salários e iniciar uma ampla campanha de reposição salarial para recuperar esse montante. Uma assembleia geral metalúrgica foi logo convocada e, segundo Rainho: "[...] Na noite de sexta-feira, 2 de setembro de 1977, a presença dos trabalhadores, na sede do Sindicato em São Bernardo do Campo, foi tão grande que chegou a congestionar o trânsito da cidade. Eram nada menos de 5.000 metalúrgicos registrando sua assinatura num livro próprio". Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 292.

[281] "'Matar o tempo', que chamam de 'voação', usando para isso de muita 'malandragem' para 'escapulir' ao controle dos superiores. [...] Ações violentas, por parte de operários que quebram ou danificam ferramentas, peças, máquinas e até veículos em partes não muito visíveis, mesmo pela inspeção de qualidade. [...] Ordens não são cumpridas ou o são incorretamente, mesmo tendo o operário ciência de que o serviço está sendo executado erradamente. E não são poucos os que fazem o serviço 'malfeito' ou 'tocada para o pau', como dizem, tornando inevitável o surgimento de defeitos no futuro quando os veículos estiverem em circulação." Ibidem, p. 291.

[282] "Em algumas ocasiões, o sindicato conseguia negociar diretamente com as empresas: em 1975, quando a Ford negociou a respeito de mudanças na assistência médica, e em 1977, quando a mesma companhia tentou negociar a semana de quatro dias de trabalho, como uma alternativa para as demissões. Em 1977, a Saab-Scania negociou a criação na firma de uma comissão sindical de dez operários, aos quais se conferiu estabilidade provisória de emprego." John Humphrey, *Fazendo o "milagre"*, cit., p. 148.

[283] Citado em Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 156-7.

[284] Citado em ibidem, p. 155-6.

[285] Para mais detalhes, ver Regina Festa e Carlos Eduardo Lins da Silva (orgs.), *Comunicação popular e alternativas no Brasil* (São Paulo, Paulinas, 1986).

[286] Citado em Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, cit., p. 18. Ou, de acordo com o relato de um operário metalúrgico da indústria automobilística: "Na posse da diretoria, Lula faz um agitativo discurso dizendo que havia acabado o diálogo... É questão de dias e mais uma greve paralisa toda a Scania e se alastra incontrolavelmente, com as mesmas características da Scania, por todas as grandes fábricas da região, chegando a Santo André, onde paralisa quase toda a região. O movimento é espontâneo, entendido todo esse quadro anterior. É espontâneo porque ninguém assume a sua direção, porque não havia anteriormente nenhuma comissão de fábrica em seu sentido mais formal". Citado em ibidem, p. 33-4.

[287] Lula da Silva, citado em Humphrey, *Fazendo o "milagre"*, cit., p. 156.

[288] Estima-se que, durante os primeiros meses do ciclo grevista de 1978, cerca de 280 mil operários, em mais de 250 firmas, tenham aderido ao movimento e que mais de 1 milhão de operários tenham sido afetados pelos acordos negociados pelo sindicato com as empresas do setor. Ver Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, cit.

[289] Em relação à paralisação da Scania, por exemplo, dirá Lula da Silva: "Dias antes o Gilson, numa reunião da diretoria, falou que a Scania parava no dia 12 de maio. Nós não acreditávamos e deu até dissidência na diretoria. A verdade é que ficamos esperando o dia de a Scania parar. No dia do pagamento, só veio 39%, que era o decreto da época e ainda por cima foram cortados os 3% que normalmente ela dava para os trabalhadores. Aí o pessoal não teve alternativa, parou e começou, na minha opinião, um dos maiores movimentos feitos na história desse país. Quanto à organização, nós não tínhamos nenhuma experiência de greve, nem eu, nem a minha diretoria tínhamos feito greve na vida, quanto mais liderado uma, quer dizer, era um desafio". Citado em ibidem, p. 22-3.

[290] Citado em ibidem, p. 34.

[291] Citado em John Humphrey, *Fazendo o "milagre"*, cit., p. 157.

[292] Gilson Menezes, citado em Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, cit., p. 22.

[293] "É preciso ressaltar que após setembro de 1977, quando foi desencadeada a 'Campanha pró-reposição salarial', alguns sindicatos dos Metalúrgicos da região do Grande ABC paulista passaram a se fazer mais presentes e atuantes, esforçando-se por realizar pelo menos o 'possível' dentro dos limites impostos pela legislação que lhe diz respeito e o estado de exceção política e institucional vivido pelo país no presente. Em que pese as qualidades pessoais, capacidade, esforço e dedicação de alguns dirigentes sindicais, é forçoso reconhecer que essa mudança de posicionamento de certos Sindicatos da região do Grande ABC paulista é – sobretudo – fruto das condições de vida e consciência de classe dos operários, crescente presença das oposições sindicais e outros movimentos, os quais não só possibilitaram como, inclusive, forçaram os dirigentes sindicais a tornar os Sindicatos mais presentes e atuantes." Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 279.

[294] Lula da Silva, citado em John Humphrey, "As raízes e desafios do 'novo' sindicalismo da indústria automobilística", *Novos Estudos Cebrap*, 1980, p. 30.

[295] "Os empresários devem ter ficado particularmente impressionados com a atuação do sindicato na Kubota-Tekko, depois das greves de maio. Quando os operários saíram em greve para um novo aumento depois que o acordo geral tinha sido assinado, o sindicato deixou claro que a fixação tinha sido assinada, e que eles deveriam voltar ao trabalho." Ou ainda: "Em Belo Horizonte, quando a greve dos operários da construção civil ameaçou fugir ao controle, [...] o grupo autêntico foi até os operários e restabeleceu disciplina à greve. Nas palavras de Lula: 'Se o nosso sonho era que os trabalhadores fizessem greve para sair do sufoco e melhorar de vida, também não podemos permitir que os trabalhadores sejam vítimas de grupelhos. Nessas viagens – como a de Belo Horizonte – a nossa preocupação é evitar radicalismos, garantir que a coisa seja pacífica, para que não haja mais fechamento' (entrevista em *Isto É*, 19/9/1979). Em Belo Horizonte isso significou a tranquilização de uma situação explosiva, que teria levado a uma revolta em larga escala." John Humphrey, *Fazendo o "milagre"*, cit., p. 176 e 196-7.

[296] Sobre o modelo de sindicalismo de negócios estadunidense, ver Howard Kimeldorf, "Historical studies of labor movements in the United States", *Annual Review of Sociology*, v. 18, 1992.

[297] Para mais detalhes sobre os conflitos internos ao sindicato ocorridos durante a presidência de Paulo Vidal, a construção da nova sede, o lançamento da *Tribuna Metalúrgica*, a dinâmica da sindicalização, os congressos operários, a assistência jurídica aos operários e o acompanhamento dos processos contra as empresas, ver Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)* (Campinas, Centro de Memória/Editora da Unicamp, 1999).

[298] Ainda assim, o movimento mostrou capacidade de resistência: no dia 24 de março, mais de 20 mil trabalhadores reuniram-se no centro de São Bernardo para protestar contra a intervenção.

[299] "Durante as grandes greves pelo reajuste salarial (20%) em maio-junho de 1978, um repórter do jornal *Em Tempo* indagou a um operário: 'Mas a greve é contra o governo ou contra os patrões ou por aumento de salários?'. O operário respondeu: 'Se o senhor vê muita diferença, diz pra nós'." José Luiz Brum, "Mas que o povo está gostando, isto está", *Em Tempo*, São Paulo, 22-28 maio 1978, p. 6. Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 308.

[300] Operário metalúrgico, citado em Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, cit., p. 45.

[301] A repressão imposta pelo aparato do Estado somada à intransigência da Fiesp, que, a exemplo dos anos anteriores, orientou as empresas a impedir os operários de permanecer no interior das fábricas, para expô-los à ação policial nas ruas, encontram-se entre as principais razões para a derrota do movimento.

[302] Daí a necessidade de empregarmos uma teoria da consciência operária capaz de compreender sociologicamente a transformação dos objetivos táticos em estratégicos. Para mais detalhes, ver Michael Mann, *Consciousness and Action Among the Western Working Class* (Londres, Macmillan, 1973).

[303] Além disso, os operários precisaram estabelecer canais horizontais de comunicação. Para tanto, reinventaram estratagemas conhecidos, tais como os murais nos banheiros das empresas, contendo mensagens e recortes de jornais, que serviam para revivificar o apetite grevista, além de transmitir informações sobre futuras paralisações. Assim, podiam dissimular a agitação operária das chefias, potencializando o elemento surpresa. O início da greve era, em geral, meticulosamente preparado, fato que denota a presença de um elevado grau de auto-organização, em especial do jovem precariado metalúrgico.

[304] Apesar disso, a ansiedade era uma constante entre as fileiras operárias, em especial se considerarmos sua inexperiência grevista. "A gente não sabia que todos fossem aderir. [...] Quando foi o dia da parada (1° de junho), depois do almoço, a gente falava 'tem que parar mesmo'. Falava firme mesmo. Nas seções que a gente tinha gente firme, medimos se estava tudo OK." Esse elevado grau de tensão no interior das empresas fez com que os trabalhadores inventassem subterfúgios para driblar a dominação das gerências: "Quando todo mundo parou, começamos a fazer rodinhas nas seções. Aí o chefe começou a passear pelos corredores das seções. Não perguntava nada. Só chegava, olhava [...] Dava uma sensação ruim, porque a educação que a gente tem é de ver o chefe e começar a trabalhar. A gente chegava e falava para os companheiros: 'A sensação é ruim mesmo, mas daqui a uns 15 ou 20 minutos você vai se acostumando a ficar parado na frente do chefe, por isso guenta firme'". Operário grevista, citado em Amnéris Maroni, *A estratégia da recusa*, cit., p. 43.

[305] Amnéris Maroni relata, por exemplo, a experiência da empresa MWM, onde, em 1980, diante dos ataques das gerências, o precariado metalúrgico mostrou-se determinado a defender a existência da comissão formada durante a greve de 1978, utilizando inclusive o recurso ao "piquete interno": "[...] Quando a direção da empresa decide dispensar um dos últimos elementos combativos da 'velha' comissão que se formara em 78 e que, portanto, detinha estabilidade. Toda a produção paralisa suas atividades em abril de 80. Reivindica-se então: readmissão imediata do operário estável, 10% de aumento e fim da perseguição das chefias. Nem todos aderem à paralisação; um 'piquete interno' é formado, liderado pela comissão reestruturada – e desconhecida pela empresa – que impõe a paralisação às seções que resistiam. Frente à pressão do piquete, os próprios encarregados ordenam a paralisação, afirmando 'parem, parem porque eles vão arrebentar tudo'. Findo o movimento paredista e com o início das negociações, a ferramentaria, setor que parou sob pressão do 'piquete interno', recusa-se a voltar a trabalhar antes que a 'comissão libere'". Ibidem, p. 97.

[306] Citado em Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, cit., p. 210.

[307] De fato, a multiplicação das comissões de negociação de greve não apenas revivificou a experiência sindical no ABCD como mostrou, na prática, a viabilidade de um sindicalismo livre da estrutura sindical oficial. Um sindicalismo descentralizado, democrático, independente do Estado e, ainda assim, ou exatamente por isso, fortemente representativo.

[308] Ver Iram Jácome Rodrigues, *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria* (São Paulo, Cortez, 1990).

[309] "'João Ferrador', voto-protesto preconizado pela diretoria cassada de São Bernardo, foi o vencedor das eleições. E com ele um fato novo: as áreas em que houve menor número de votos válidos abarcou as prensas, funilaria, usinagem, fundição, linha de montagem, têmpera e galvanização. Ou seja, o sindicato encontrou maior ressonância para sua proposta de não participação no sistema de representação, proposto pela empresa, nos locais onde se concentram trabalhadores de baixo nível de qualificação, que fazem serviços monótonos e cansativos." Amnéris Maroni, *A estratégia da recusa*, cit., p. 113.

[310] "Tínhamos marcado a concentração para iniciar a passeata num lugar que nós denominamos Praça 1° de Maio... e ficaríamos diante do prédio da gerência para pressionar. Quando chegamos lá em cima, na Praça 1° de Maio, isto me arrepia só em pensar, pois eram 6.000 companheiros (do turno do dia), é que eu soube que estava se formando uma comissão..." Operário da Ford, citado em José Carlos Aguiar Brito, *A tomada da Ford*, cit., p. 43. Além disso, os trabalhadores conseguiram que a empresa reconhecesse a comissão de fábrica provisória, com garantia de estabilidade no emprego até a implantação da comissão definitiva. De acordo com o depoimento de um operário grevista da Ford: "Sob a pressão dos trabalhadores sitiando a Administração, a Direção da empresa resolveu abrir as negociações imediatamente. Concedeu, então, aquilo que ela chamou de sua

'última proposta' e que era, além de aceitar os 120 dias de estabilidade, reconhecer a implantação de uma Comissão de Fábrica definitiva e reconhecimento da Comissão Provisória com todas as garantias. [...] Agora estou sendo honesto, nós achamos a proposta boa [...]". Citado em ibidem, p. 49.

[311] "Isto [a passeata] proporcionava uma demonstração de força incrível; só quem participou dessas passeatas pode ter avaliado a sensação de força que isto proporcionava. Os indivíduos pacatos e obedientes se transfiguravam, e isso transparecia na própria fisionomia, nos gestos e na voz. Pareciam donos da fábrica. [...] Com isso criava-se uma resistência natural em aceitar as propostas do patrão, por melhores que possam ser, e não se aceita qualquer proposta com muito agrado mesmo que tenha uma vantagem econômica imediata. Luta-se por mais. Parece que se luta por permanecer num estado de plena felicidade porporcionada pelo poder coletivo sobre a produção." Ibidem, p. 89.

[312] Operário da Ford, citado em ibidem, p. 59-60.

[313] Iram Jácome Rodrigues, *Comissão de fábrica*, cit., p. 50.

[314] Segundo o relato do próprio operário demitido: "Às 2 horas da madrugada foi colocada em votação a proposta de voltar ao trabalho em troca da readmissão dos 11 despedidos. Uma outra reivindicação, que era um novo acordo de estabilidade, foi deixada de lado nesse momento. O presidente do sindicato Jair Meneguelli colocou a proposta em votação, sempre omitindo que entre os 11 não estava o companheiro da Comissão demitido. Conforme o testemunho dos próprios trabalhadores, a grande maioria acabou votando o fim da greve acreditando que no acordo estavam todos incluídos." José Carlos Aguiar Brito, *A tomada da Ford*, cit., p. 73.

[315] "Preciso de um parceiro para discutir e ordenar a situação da fábrica. [...] Preciso da representação para poder trabalhar com tranquilidade." Werner Lechner, presidente da Mercedez-Benz, citado em ibidem, p. 107.

[316] Este acordo era favorável tanto ao sindicato quanto à empresa. Por um lado, a burocracia sindical garantiu a submissão da comissão de fábrica à estrutura oficial. Estatutariamente, a comissão foi transformada em uma extensão do sindicato e, portanto, da estrutura sindical oficial, no interior da fábrica, eliminando o receio da burocracia sindical de que a auto-organização operária nos locais de trabalho viesse a disputar com o sindicato o poder de representação dos trabalhadores na produção imediata. Por outro, o sistema de arbitragens sob controle da Ford era estratégico para garantir certo nível de consentimento operário: ao recorrer ao sindicato, a empresa tentava evitar o descontrole sobre o grupo operário experimentado nas greves. Ao fim e ao cabo, o processo de institucionalização da comissão de fábrica da Ford pacificou o conflito no chão de fábrica, ao mesmo tempo que fortaleceu o poder da estrutura sindical oficial.

[317] Membro da comissão de fábrica da Ford, citado em Iram Jácome Rodrigues, *Comissão de fábrica*, cit., p. 79.

[318] Ferramenteiro da Ford, citado em ibidem, p. 96.

[319] Citado em ibidem, p. 96.

[320] Evidentemente, as bases perceberam os riscos da burocratização da comissão de fábrica, criticando frequentemente a acomodação de seus representantes: "O pessoal da comissão, o que eu acho errado, eles conseguiram agora o tempo livre, desde a hora que entram até a hora que saem... se eles usassem esse tempo aí que eles estão tendo livre para, digamos, ir no setor trocar uma ideia, bater um papo, fazer lá a questão do bate-papo lá dentro... Às vezes você passa na salinha da comissão, você vê dois, três companheiros da comissão sentados lá. 'Nós estamos esperando uma reunião com fulano de tal, tal hora.' Tudo bem! Mas, enquanto não chega a hora daquela reunião, tal hora com fulano de tal, sair, dar uma volta, passar num setor". Operário da Ford, citado em ibidem, p. 92.

[321] Para mais detalhes, ver idem. A importância da mobilização coletiva na Ford pode ser percebida no depoimento de um operário não qualificado admitido em 1974, após trabalhar na Volks: "A situação [na Ford] era totalmente diferente. Onde a gente percebia que os trabalhadores eram mais abertos, conversavam mais. A gente ouvia falar de sindicato. O pessoal discutia muito o sindicato. [...] Na seção que eu trabalhava, tinha os grupos [clandestinos de fábrica], três ou quatro, que falavam em política, e a gente começava a analisar, falavam de sindicato". Citado em ibidem, p. 58.

[322] Como observa Rodrigues: "Essa liderança [que tem estado à frente nos embates com os empregadores], em grande medida [na Ford], possui baixa escolaridade formal: um amplo contingente se situa entre os operários semiqualificados (cerca de 75%). Vale dizer, sem uma profissão definida no sistema fabril. Apenas 15% possuem alta qualificação: ferramenteiros, fresadores etc. [...] A representação operária da FB tem 60% de nordestinos [...]. A quase totalidade dos pais dos representantes da FB tiveram experiência de trabalho rural. Cerca de 61% só trabalharam na lavoura, outros 33% trabalharam muito tempo no campo. [...] Esses dados demonstram que a esmagadora maioria da liderança operária na empresa automobilística pesquisada são operários de primeira geração e esse fato não muda em nada sua combatividade, espírito de luta e a consciência de defesa dos interesses de sua classe". Ibidem, p. 103.

[323] É bem verdade que, hoje em dia, essa observação pode parecer extemporânea, tendo em vista o desmanche do movimento operário verificado nos anos 1990, assim como sua defensiva, até pelo menos meados da década de 2000. Contudo, naquele contexto histórico do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tal reivindicação poderia perfeitamente ser alcançada.

[324] "Aí, nas eleições para a diretoria do Sindicato de 1972, resolvemos fazer uma chapa de oposição encabeçada por mim [Luciano Garcia Galante]. Mas seria impossível derrotá-los, porque tinham total apoio do governo e das empresas, sendo que nas fábricas pequenas os empregados eram ameaçados nos seus empregos, caso votassem na oposição. Aí fomos derrotados pelo governo e empresa [os patrões], porém os votos dos sindicalizados da Ford foram numa base de 80% para a oposição. No geral perdemos apenas por menos de 200 votos. Na chapa de oposição encabeçada por nós, o Lula fez parte integrante, até o último dia de registro, passando em seguida para o Paulo Vidal Neto. Dos 24 candidatos da nossa chapa de oposição, 17 foram presos e só foram soltos após as eleições do Sindicato. Isto quer dizer que apenas 7 puderam fazer a campanha de oposição. [...] Pouco tempo depois o Paulo Vidal renunciou à presidência do Sindicato para candidatar-se a vereador e aí usou a máquina do Sindicato para a sua eleição. Usando o dinheiro dos trabalhadores e o apoio da diretoria, assim ele se elegeu vereador em São Bernardo do Campo e aí então surgiu o Lula, como substituto de Paulo Vidal, na presidência do Sindicato." Luciano Garcia Galante, citado em José Carlos Aguiar Brito, *A tomada da Ford*, cit., p. 10-1.

[325] A trajetória de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ajuda-nos a entender esse processo. Filho de trabalhadores rurais sem terra, Vicentinho migrou para São Paulo após transitar por inúmeras ocupações informais em Acarí, no Rio Grande do Norte. Em 1976, logo ao chegar em Diadema, foi contratado pela empresa metalúrgica Tamet como inspetor de qualidade, filiando-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no ano seguinte. Em 1980, trabalhando como inspetor de qualidade na Mercedes-Benz, Vicentinho destacou-se como um dos principais líderes da comissão de mobilização da greve de 1979, elegendo-se, em 1981, vice-presidente do sindicato. Em 1987, ele sucedeu Jair Meneguelli na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, tornando-se presidente nacional da CUT sete anos depois.

[326] Para mais detalhes, ver Armando Boito, "Reforma e persistência da estrutura sindical", em Armando Boito Jr. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80* (São Paulo, Paz e Terra, 1991). Para uma análise crítica da estrutura sindical oficial, ver Armando Boito, *O sindicalismo de Estado no Brasil* (São Paulo, Hucitec, 1991).

[327] Tendo em vista os limites deste trabalho, não conseguimos acompanhar a trajetória do PT e do novo sindicalismo durante os anos 1980 e 1990. Apesar de conscientes desse problema, consideramos que parte dessa lacuna pode, eventualmente, ser preenchida por Alvaro Bianchi e Ruy Braga, "Brazil: The Lula Government...", cit. Além disso, vale registrar a recente publicação de duas notáveis análises das transformações do PT e da CUT durante os anos 1990. Ver Wendy Hunter, *The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009* (Nova York, Cambridge University Press, 2010), e Jeffrey Sluyter-Beltrão, *Rise and Decline of Brazil's New Unionism: The Politics of the Central Única dos Trabalhadores* (Oxford, Peter Lang Publisher, 2010). Ainda sobre a trajetória do PT nos anos 1980-1990, ver Cyro Garcia, *PT: de oposição à sustentação da ordem* (Rio de Janeiro, Achiamé, 2011). Finalmente, as transformações do PT e CUT nos anos 2000 não podiam deixar de figurar entre os principais objetos da crítica sociológica brasileira. Para mais detalhes, ver Ricardo Antunes, *O continente do labor* (São Paulo, Boitempo, 2011).

[328] Sob o governo de Lula da Silva, o movimento de expansão dos empregos formais de baixa remuneração, ou seja, concentrados na faixa de 1,5 salário mínimo (em 2009, estes correspondiam a 59% de todos os postos de trabalho no país), mostrou-se consistente com a absorção pelo setor terciário da economia do enorme contingente de trabalhadores recém saídos do pauperismo. Ao mesmo tempo em que 94% das vagas abertas no mercado formal de trabalho brasileiro durante os anos 2000 pagam até 1,5 salário mínimo – com um saldo líquido de 2 milhões de ocupações abertas ao ano, em média, para o segmento de trabalhadores de salário de base –, o terciário gerou 2,3 vezes mais empregos do que o setor secundário, transformando-se no principal empregador na década. Vale lembrar ainda que, no caso dos empregos de baixa remuneração criados no período, as profissões em maior expansão foram as de serviços (31% da ocupação total), com flagrante aumento da participação dos trabalhadores não brancos (quatro quintos dos postos criados), portadores do diploma de ensino médio (85% das vagas com salário de base), com carteira assinada (dois em cada três ocupações) e mulheres (em 2009, a cada dois ocupados de salário de base, um é mulher, enquanto que na década de 1980, era de apenas um terço). Ver dados citados por Marcio Pochmann, *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira* (São Paulo, Boitempo, 2012).

[329] Para mais detalhes, ver Yann Moulier Boutang, *Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation* (Paris, Amsterdam, 2008), e André Gorz, *L'immatériel: connaissance, valeur et capital* (Paris, Galilée, 2003).

[330] Ver Manuel Castells, *A sociedade em rede* (São Paulo, Paz e Terra, 1996).

[331] Jean Lojkine, por exemplo, celebrou no início dos anos 1990 as principais características da revolução informacional, a saber, a polivalência, a flexibilidade e a estrutura em redes descentralizadas, sem levar em consideração a emergência do regime de acumulação financeirizado e sua relação com a nova base técnica empresarial. Mesmo sabendo que Lojkine reproblematizou o trabalho informacional por meio da fórmula "um trabalho não mercantil em um sistema mercantil", buscando relativizar o "otimismo" inerente à perspectiva da emancipação do trabalho pela técnica, consideramos que suas opiniões nos anos 1990 são representativas do tipo predominante de interpretação sociológica da relação entre trabalho e tecnologias informacionais. Para mais detalhes, ver Jean Lojkine, *A revolução informacional* (São Paulo, Cortez, 1995), e *L'adieu à la classe moyenne* (Paris, La Dispute, 2005).

[332] Castells chamou essa cultura de "espírito do informacionalismo": um determinado modo de vida estruturado por representações valorativas do novo trabalhador pós-fordista, ou seja, valores propugnados por trabalhadores e gerentes conectados entre si segundo a linguagem digital. Como fundamento simbólico, Castells identificou um sistema de valores mais ou menos comum na empresa em rede: uma cultura virtual multifacetada de "destruição criativa" catalisada por circuitos optoeletrônicos que processam seus sinais. Ver Manuel Castells, *A sociedade em rede*, cit.

[333] Para uma detalhada análise comparativa de trajetórias ocupacionais de trabalhadores desempregados em São Paulo, Paris e Tóquio, ver Nadya Araújo Guimarães, *Desemprego, uma construção social* (Belo Horizonte, Argumentum, 2009b).

[334] Um dos grandes paradoxos desse processo, para além dos escândalos associados ao favorecimento de grupos empresariais vinculados ao governo, é que o ciclo de privatização do setor de telecomunicações – que, a um só tempo, precarizou e eliminou direitos dos trabalhadores, fragilizou os sindicatos e aumentou o desemprego no setor – foi em grande parte financiado por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[335] Ver Leda Paulani, *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico* (São Paulo, Boitempo, 2008).

[336] Para mais detalhes sobre a lógica da industrialização da relação de serviço em países capitalistas avançados após a Segunda Guerra Mundial, ver Ernest Mandel, *O capitalismo tardio* (São Paulo, Abril, 1982).

[337] Entre outros, ver David Harvey, *Condição pós-moderna* (São Paulo, Loyola, 1992).

[338] Ver Thomas Coutrot, *L'entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste? Enquête sur les modes d'organisation du travail* (Paris, La Découverte, 1998). Para uma análise crítica da relação dessa nova empresa em rede pós-fordista com a dominância do capital financeiro, ver François Chesnais, *A mundialização do capital* (São Paulo, Xamã, 1996), em especial, o quarto capítulo.

[339] Para mais detalhes sobre o comportamento do mercado de trabalho formal no país, ver Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), "Mercado de trabalho formal brasileiro nos anos recentes", *Nota Técnica*, São Paulo, n. 80, mar. 2009. A partir do segundo mandato de FHC, a participação dos rendimentos do trabalho no produto operacional bruto brasileiro recuperou-se ligeiramente, retornando, no entanto, ao final do governo, aos patamares imediatamente posteriores à crise financeira de 1997. Para mais detalhes, ver Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), "Distribuição funcional da renda no Brasil: situação recente", *Comunicado da Presidência*, Brasília, n. 14, 12 nov. 2008.

[340] Para mais detalhes, ver Suzanne de Brunhoff, François Chesnais, Gérard Duménil, Dominique Lévy e Michel Husson, *A finança capitalista* (São Paulo, Alameda, 2010). Como bem argumentou Paulani, associar ganhos rentistas a ganhos produtivos é próprio da lógica do capital internacionalizado, que visa exclusivamente a expansão ampliada de seu ganho monetário: "Se o momento é de juro real elevado patrocinado pelos Estados nacionais da periferia do capitalismo, ajusta-se o funcionamento da produção a essa circunstância, de modo que se maximize monetariamente a combinação entre ganho produtivo e ganho financeiro". Leda Paulani, *Brasil delivery*, cit., p. 48.

[341] Há várias décadas, a sociologia do trabalho francesa tem se empenhado em investigar o processo de desconstrução da solidariedade fordista pelo aprofundamento da mundialização capitalista. A esse respeito, ver a notável etnografia da fábrica automobilística da Peugeot em Souchaux realizada por Stéphane Beaud e Michel Pialoux, *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França* (São Paulo, Boitempo, 2009). Apesar de se tratar de uma pesquisa etnográfica voltada para a compreensão da desestruturação do grupo operário francês, entendemos que uma parte dos problemas analisados pelos autores não se restringe à realidade francesa, mas integra o quadro de uma situação social mundializada.

[342] Num certo sentido, esse quadro não difere substancialmente do despotismo fabril periférico.

[343] Tendo em vista esse crescimento, a indústria brasileira de *call centers* despertou o interesse de inúmeros sociólogos do trabalho brasileiros. Ver, por exemplo, o conjunto de estudos reunidos em Ricardo Antunes e Ruy Braga (orgs.), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual* (São Paulo, Boitempo, 2009).

[344] Para mais detalhes, ver Odaléa Novais Freire, "*Ser atendente a vida toda é humanamente impossível": serviço de teleatendimento e custo humano do trabalho* (Dissertação de Mestrado, Brasília, Instituto de Psicologia/UnB, 2002), e Jean-Claude Delaunay e Noël Lechat, *Les centres d'appels: un secteur en clair-obscur* (Paris, L'Harmattan, 2003).

[345] Dados referentes à Empresa B. Vale observar que proporções equivalentes foram identificadas na Empresa A. Para mais detalhes sobre procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, ver o Quadro 19, "Nota metodológica", ao final deste capítulo.

[346] Ver, por exemplo, Ada Ávilla Assunção et al., "Abordar o trabalho para compreender e transformar as condições de adoecimento na categoria dos teleatendentes no Brasil", *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 31, n. 114, jul. 2006, Paulo Pena Gilvane Lopes et al., "Taylorismo cibernético e lesões por esforços repetitivos em operadores de telemarketing em Salvador-Bahia", *Caderno CRH*, v. 24, n. 1, 2011, e Roberto Marx, "LER e organização do trabalho no setor de serviços: o caso de call centers em atendimento de serviços financeiros", em Laerte Idal Sznelwar e Leila Nadim Zidan (orgs.), *O trabalho humano com sistemas informatizados no setor de serviços* (São Paulo, Plêiade, 2000). Um vívido quadro do processo de adoecimento e sofrimento psíquico do teleoperador pode ser encontrado em Fábio Pimentel, *Trabalho e emprego no setor de telemarketing* (Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2009).

[347] Segundo Nogueira, por exemplo: "Certamente, a saúde física das trabalhadoras de telemarketing está sendo afetada. Na unidade da Atento, em 2005, de um contingente de 1.863 trabalhadores(as), onde 396 eram homens e 1.467 mulheres, encontram-se afastados do ofício por doença ou acidente de trabalho cerca de 136 funcionários(as), ou seja, aproximadamente 7,5% do total, sendo ainda que, destes, somente seis (1,5%) eram do sexo masculino". Cláudia Mazzei Nogueira, "As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho?", em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit., p. 206.

[348] Citado em Júnior Barreto, *Linha de frente: os bastidores do telemarketing* (São Paulo, LeiaSempre, 2007), p. 52-3.

[349] Ver "Ranking", *Revista Call Center*, disponível em http://www.ranking.callcenter.inf.br/. Acesso em 8 fev. 2011.

[350] Na realidade, os *call centers* brasileiros são seis vezes mais concentrados do que os americanos e catorze vezes mais concentrados do que os franceses. Ver David Holman, Rosemary Batt e Ursula Holtgrewe, *The Global Call Center Report: International Perspectives on Management and Employment* (Report of the Global Call Center Network, Cornell University, 2007).

[351] Ver idem.

[352] Vale observar que a realidade dos baixos salários praticados no setor não se alterou em nada desde 2007. Em São Paulo, por exemplo, o piso da categoria, em 2010, é de 515 reais para empregados com jornada de trabalho de 180 horas mensais. Valor muito próximo, portanto, daquele auferido por David Holman, Rosemary Batt e Ursula Holtgrewe, idem.

[353] Ver Daniel Gustavo Mocelin e Luís Fernando Santos Corrêa da Silva, "O telemarketing e o perfil sociocupacional dos empregados em call centers", *Cadernos CRH*, n. 53, 2008, e Daniel Gustavo Mocelin e Luís Fernando Santos Corrêa da Silva, "Satisfação com o emprego em call centers: novas evidências sobre o emprego trampolim", *Psicologia: Organizações e Trabalho*, n. 9, jul.-dez. 2009. Não é difícil enxergar aqui uma espécie de atualização pós-fordista da tese do comportamento individualista e interesseiro do rurícola recém-migrado para as cidades, advogada pela sociologia profissional do trabalho brasileira nas suas origens. Além disso, de acordo com os dados de minha própria pesquisa de campo, não é possível sustentar essa visão instrumental contida na noção de um "emprego trampolim", afinal 26% das teleoperadoras entrevistadas indicaram de maneira clara que se sentiam motivadas, pretendiam seguir carreira na área e entendiam ser possível progredir profissionalmente. Além disso, um contingente expressivo (41%) assinalou a alternativa que classificava a profissão de teleoperador como uma "carreira de futuro, apesar dos problemas para crescer na profissão". Evidentemente, os "problemas" diziam respeito às características relativas ao tipo de meio ambiente institucional da empresa neoliberal, com seus níveis hierárquicos muito comprimidos. Isso parece explicar, também, o contingente de 33% dos teleoperadores da Empresa A que buscavam uma alternativa ao trabalho em CTAs – 24% declararam considerar o trabalho "interessante", mas pretendiam atuar em outra área, 3% não a consideram uma carreira de futuro e 6% declararam não enxergar perspectiva nenhuma na profissão e apenas realizar um "bico" enquanto não conseguiam outro emprego. De qualquer maneira, 67% dos teleoperadores enxergaram um "futuro" nesse tipo de trabalho.

[354] Obviamente, não negamos que os teleoperadores *desejam* encontrar empregos mais prestigiados e que lhes paguem salários maiores. Ocorre que, sinteticamente, isso depende da relação entre a oferta de empregos, por um lado, e suas qualificações, por outro. Em um mercado de trabalho em que a geração de empregos concentra-se na faixa de 1,5 salário mínimo, é muito difícil para um trabalhador com o diploma de ensino médio ou mesmo cursando uma faculdade superar o teto da base da pirâmide salarial brasileira. Ver Marcio Pochmann, *Nova classe média?*, cit.

[355] Ver Isabel Georges, "Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil", em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit.

[356] Por se tratar de um setor com fortes características de primeiro emprego, muito frequentemente encontramos jovens teleoperadores que estão em busca de alguma qualificação profissional. (Nossa amostra, por exemplo, auferiu que 43% dos respondentes tinham entre 18 e 24 anos, 21% entre 25 e 29 anos, 18% entre 30 e 40 anos e 18% entre 40 e 50 anos – ninguém acima de 50 anos.) De acordo com a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), cerca de 44% dos empregos no setor brasileiro de telemarketing são ocupados por jovens de até 24 anos de idade. Além disso, o trabalho feminino representa 70% das vagas. Ver, também, David Holman, Rosemary Batt e Ursula Holtgrewe, *The Global Call Center Report*, cit. Nossa amostra auferiu números semelhantes: 67% dos respondentes eram mulheres, idem.

[357] Uma vívida descrição etnográfica desse ciclo encontra-se em Júnior Barreto, *Linha de frente*, cit.

[358] Apesar de não termos dados específicos de rotatividade para o conjunto do setor de telemarketing no país, vale observar que essa informação é consistente com as médias de rotatividade auferidas pelo Dieese entre 2003 e 2009 no mercado formal de trabalho brasileiro para os setores de comércio (42%) e de serviços (40%). Para mais detalhes, ver Dieese, *Movimentação contratual no mercado de trabalho formal e rotatividade no Brasil*, São Paulo, 2010. Além disso, apoiando-se em dados transversais e longitudinais da Rais para a região metropolitana de São Paulo, entre 1998 e 2007, Jonas Tomazi Bicev concluiu, ao analisar o recente aumento das empresas de intermediação de mão de obra, que estas, apesar de atuarem no mercado formal de trabalho, inserem os trabalhadores em uma sequência de empregos marcados pela instabilidade dos vínculos laborais: 60% dos trabalhadores que recorrem às empresas de intermediação permanecem no mercado formal de trabalho por dez anos, apresentando, contudo, uma média de oito vínculos empregatícios nesse período. Dispensável dizer que grande parte desses vínculos localiza-se em atividades de comércio, vendas e telemarketing. Para mais detalhes, ver Jonas Tomazi Bicev, *Os trabalhadores subcontratados da região metropolitana de São Paulo: precariedade ou estabilização?* (Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2010). Vale observar que estes dados são consistentes com estudos que revelam o aumento na taxa global de rotatividade laboral no país, especialmente, entre as mulheres: "Na comparação da taxa geral de rotatividade dos trabalhadores de emprego formal em 2009 com a de 1999, constata-se acréscimo de 10,1%, pois passou de 33,5% para 36,9%. A elevação na taxa de rotatividade no emprego feminino foi a principal responsável pelo crescimento na rotação global dos trabalhadores com carteira assinada no Brasil. [...]. Entre 1999 e 2009, a taxa de rotatividade cresceu significativamente para os empregos com rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal." Marcio Pochmann, *Nova classe média?*, p. 93.

[359] Júnior Barreto, *Linha de frente*, cit., p. 105. Esses jovens são, geralmente, atraídos para a indústria de *call center* por duas razões principais: por um lado, a jornada de seis horas favorece a continuidade dos estudos; por outro, com muita frequência, os trabalhadores jovens consideram o telemarketing um setor "dinâmico", "moderno" e "limpo", capaz de lhes proporcionar oportunidades de progresso ocupacional.

[360] Lembremos que o trabalho doméstico no Brasil acantona 7,2 milhões de trabalhadores em unidades familiares, sendo que, deste total, dois de cada três postos são ocupados por trabalhadoras não brancas, excluídas da legislação social e trabalhista (quatro quintos do total dos trabalhadores) e recebendo até um salário mínimo (também, quatro em cada grupo de cinco ocupados nas unidades familiares). Não é de espantar que com o crescimento do assalariamento formal na base da pirâmide social a participação relativa do trabalho doméstico no total da ocupação urbana tenha caído de 9,8%, em 2000, para 7,8, em 2009, seguido de um progressivo envelhecimento desta força de trabalho (em 2009, menos de 13% dos trabalhadores domésticos tinham até 24 anos de idade, ao passo que, em 1970, eram quase 61%). Ver dados citados por Marcio Pochmann, *Nova classe média?*, cit.

[361] Para uma análise crítica das desigualdades de gênero existentes no setor, ver Cláudia Mazzei Nogueira, "As trabalhadoras do telemarketing...", cit.

[362] Em 2007, as mulheres não brancas ganhavam 67% do que os homens não brancos recebiam e 34% do rendimento médio dos homens brancos. Enquanto isso, as mulheres brancas recebiam 62,3% do que ganhavam os homens do mesmo grupo racial. Ver Luana Pinheiro et al., *Retrato da desigualdade de gênero e raça* (Brasília, Ipea, 2008).

[363] Selma Venco, "Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores?", em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit., p. 163.

[364] Entrevista parcialmente transcrita em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit., p. 77-8.

[365] Selma Venco, “Centrais de teleatividades”, cit., p. 164.

[366] Para mais detalhes, ver Ruy Braga, “A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo”, em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit. Em nossa pesquisa de campo, chegamos à conclusão de que o intervalo para descansos constituía uma permanente fonte de insatisfação com a atividade do teleoperador. Nada menos que 88% das respostas ao nosso questionário consideraram que o intervalo era inadequado (e 38% dos teleoperadores assinalaram a opção “completamente insuficiente”). Sem dúvida, tratava-se de uma situação crítica que articulava a pressão do fluxo informacional com a falta de autonomia do teleoperador. Levando-se em conta as entrevistas realizadas posteriormente, é possível dizer que o tempo para o intervalo representava um dos pontos centrais no antagonismo inerente ao campo da taylorização da relação de serviço: por um lado, percebemos uma fonte de resistência do trabalhador coletivo com relação ao fluxo informacional, por outro, uma matriz permanente de críticas endereçadas à empresa.

[367] “O operador de telemarketing tem a performance analisada mensalmente, de acordo com alguns critérios nas ligações, como: prontidão no atendimento (não pode ser maior do que cinco segundos a partir do momento em que a ligação é recebida em sistema), nível de informação (se todas as informações foram passadas corretamente), concentração (se houve dispersão em algum momento do atendimento), cortesia (empatia com o cliente, cordialidade e sorriso na voz), segurança (informações transmitidas com firmeza na voz), finalização (se foram utilizados os *scripts* para finalização da ligação, como ‘posso ajudar em algo mais?’, ‘obrigado pela ligação’). Passados os três primeiros meses, o número de ligações torna-se mais intenso [...], podendo chegar a 220 ligações ao dia.” Júnior Barreto, *Linha de frente*, cit., p. 81.

[368] Ver Cinara Lerrer Rosenfield, “A identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória”, em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit.

[369] Rombaldi analisou detalhadamente o impacto da privatização da Telesp nas atividades do Sintetel-SP (enfatizando a conjunção de gerações de sindicalistas e sua influência na estratégia da instituição) em seu inspirado estudo dedicado às respostas do sindicalismo do setor à emergência dos teleoperadores. Ver Maurício Rombaldi, *Os sindicalistas nas entrelinhas: o caso do Sintetel pós-privatizações* (Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2007).

[370] Buscando superar a crise em que havia mergulhado devido à redução do número de trabalhadores nas empresas que sucederam a Telesp, o Sintetel tentou garantir, por meio de acordos coletivos, a sindicalização automática dos trabalhadores recém-contratados, que passaram a pagar ao sindicato 1% de seu salário (a menos que se manifestassem em contrário). Além disso, o Sintetel também passou a representar os empregados das empresas prestadoras de serviços – antes da privatização da Telesp, eles não faziam parte da base de representação do Sintetel, e hoje constituem a maioria dos sindicalizados. Mais importante ainda, o Sintetel buscou alargar sua base de representação por meio da incorporação de trabalhadores das novas empresas do setor: o sindicato passou então a reclamar a representação dos trabalhadores em tecnologia da informação e em telemarketing. Para mais detalhes, ver ibidem, p. 102-4.

[371] Ver ibidem, p. 99-101.

[372] Por outro lado, no caso dos jovens sindicalistas ingressantes no Sintetel após a privatização, a falta de identificação com a empresa em que trabalham fez com que eles se autodefinissem como sindicalistas, em vez de trabalhadores do setor de telecomunicações. Ver ibidem, p. 60-5 e p. 83-5.

[373] Ver ibidem, p. 95-7.

[374] Almir Munhoz, presidente do Sintetel, em depoimento concedido em julho de 2009, citado em Ruy Braga, David Flores, Fábio Pimentel e Vitor Vaneti, “Social movement unionism and neoliberalism in São Paulo, Brazil: shifting logics of collective action in telemarketing labor unions”, *Societies Without Borders*, v. 6, p. 73-101, 2011.

[375] Ver Howard Kimeldorf, *Battling for American Labor: Wobblies, Craft Workers, and the Making of the Union Movement* (Berkeley, UC Berkeley Press, 1999), Kim Voss e Rachel Sherman, “Breaking the iron law of oligarchy: union revitalization in the American labor movement”, *The American Journal of Sociology*, v. 106, n. 2, set. 2000, e Steven Henry Lopez, *Reorganizing the Rust Belt: An Inside Study of the American Labor Movement* (Berkeley, UC Berkeley Press, 2004).

[376] Na verdade, o Sintetel chegou a instituir uma diretoria especial de assuntos da mulher – um fato notável, principalmente se considerarmos que não existe, sob a forma de uma secretaria especial, algo equivalente no Sintratel. Por outro lado, contempla-se, no caso deste último, uma concepção ampliada de gênero que se revela sobretudo na aliança do sindicato com o movimento GLBTT. Um indício provável da atenção dada pelos dois sindicatos a essas questões pode ser encontrado na composição de sua direção executiva. No momento em que escrevíamos este capítulo, quatro dos nove diretores do Sintratel eram mulheres, sendo a maioria de cor negra, e todos com idade variando entre vinte e quarenta anos. Dos vinte diretores do Sintetel, por outro lado, apenas cinco eram mulheres, uma negra, sendo a imensa maioria dos diretores restantes formada por homens brancos e de meia-idade. Para mais detalhes, ver Ruy Braga, David Flores, Fábio Pimentel e Vitor Vaneti, “Social movement unionism...”, cit.

[377] A estratégia internacional do Sintratel concentra-se, frequentemente, em temas mais tradicionais do movimento sindical, como salários e condições de trabalho, e tem se apoiado na participação do sindicato em eventos internacionais, como o Fórum Social Mundial. O assédio moral e a discriminação de gênero ou motivada por orientação sexual fazem igualmente parte da pauta de debates do sindicato, estimulando sua aproximação da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

[378] Uma das mais recentes disputas envolvendo o Sintratel nesse campo gravitou em torno de uma vitoriosa ação judicial movida em nome de uma transsexual, “Luna”, contra a empresa Atento, no intuito de que ela pudesse usar o banheiro feminino durante a jornada de trabalho. Para uma descrição detalhada da participação do Sintratel na Parada do Orgulho GLBTT de São Paulo, ver idem.

[379] No tocante aos jovens, por exemplo, o Sintetel tem investido em cursos profissionalizantes, além de manter convênios com universidades privadas e outros estabelecimentos de ensino. O Sintratel também desenvolve estratégias semelhantes, além de promover eventos direcionados para esse público, como festas e “baladas”.

[380] Além disso, as estratégias de sindicalização e de formação de solidariedade de classe também tiveram que contemplar as novas necessidades de uma classe trabalhadora mais diversificada, que inclui jovens, mulheres, negros, homossexuais e transgêneros.

[381] Para mais detalhes, ver Maria Celina D’Araújo, *A elite dirigente do governo Lula* (São Paulo, Editora FGV, 2007).

[382] Os fundos de pensão do Banco do Brasil, a Previ – que administra um patrimônio de cerca de 150 bilhões de reais –, e da Petrobras, o Petros – com um patrimônio na casa dos 40 bilhões de reais –, por exemplo, encontram-se sob o controle de centrais sindicais alinhadas ao governo federal. Para uma análise da relação entre os sindicalistas e os fundos de pensão durante o governo FHC, ver Roberto Grün, “Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias”, *Mana*, v. 9, n. 2, 2003. Sobre a relação entre dirigentes de fundos de pensão e representantes do governo Lula da Silva, ver Maria A. Chaves Jardim, *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula* (São Paulo, Annablume, 2009), e Cyro Garcia, *PT: de oposição à sustentação da ordem*, cit.

[383] Essa função, não totalmente inédita, mas substancialmente distinta daquela encontrada no período populista, estimulou Chico de Oliveira a avançar a afamada tese sobre a formação da “nova classe”. Para mais detalhes, ver Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*, cit.

[384] O site do Sindicato dos Bancários de São Paulo parece ter sido desenhado para a campanha eleitoral de 2011. Nele é possível ler, por exemplo: “A estabilidade econômica, com crescimento médio de 3,6% da economia a cada ano desde 2002, e a criação, no mesmo período, de 10,8 milhões de novos postos de trabalho no mercado formal reforçaram o poder dos trabalhadores e deram base para a política de valorização do salário mínimo e da correção da tabela do IR, entre outros avanços importantes garantidos durante os oito anos do governo Lula”. Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, www.spbancarios.com.br. Acesso em 5 out. 2011.

[385] Para mais detalhes, ver Ronaldo França, “Ação entre amigos”, *Veja*, n. 1.912, 6 jul. 2005, e “Fundos de pensão contratam antigos sócios de Gushiken”, *Folha de S.Paulo*, 3 jul. 2005, Primeiro Caderno, p. 12. Há indícios de que a influência de Gushiken não diminuiu após sua saída do governo. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*: “[...] Da lista dos dez maiores fundos de pensão de estatais brasileiras, seis estão sob comando do PT e a maioria deles ainda é dirigida por apadrinhados dos ex-ministros petistas José Dirceu e Luiz Gushiken, que deixaram o governo há quase quatro anos, em meio ao escândalo do mensalão”. “Dirceu e Gushiken ainda dão as cartas nos fundos”, *O Estado de S. Paulo*, 4 mar. 2009.

[386] Ranier Bragon, “PT tem diretores em 7 dos 10 maiores fundos”, *Folha de S.Paulo*, 8 mar. 2009.

[387] Para mais detalhes, ver Peter Evans, *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil* (Nova Jersey, Princeton University Press, 1979). Para um balanço das teorias sobre o desenvolvimento dependente brasileiro, ver Guido Mantega, *A economia política brasileira* (Petrópolis, Vozes, 1984).

[388] Uma combinação cujos desdobramentos anunciam a elevação da taxa de exploração da força de trabalho somada à degradação socioambiental.

[389] Do ponto de vista das relações de trabalho, o Ministério do Trabalho promulgou, em 2 de abril de 2007, um anexo da Norma Regulamentadora de n. 17 para o setor de telemarketing. A despeito das insuficiências da norma, ainda assim seria necessária fiscalização pública ostensiva para vencer a resistência da indústria à regulamentação. Contudo, a área de fiscalização do trabalho do Ministério do Trabalho no país conta com cerca de 3 mil fiscais, distribuídos proporcionalmente pelos estados, de acordo com o tamanho da população. Conforme as recomendações da Organização Internacional do Trabalho, o número mínimo deveria ser de 4.500 fiscais. Ou seja, existe um flagrante déficit no número de fiscais do trabalho no país. Sobre o processo de constituição daquilo que veio a ser o “Anexo II” da Norma Regulamentadora 17, ver Claudio Cezar Peres et al., “Uma construção social: o anexo da norma brasileira de ergonomia para o trabalho dos operadores de telemarketing”, *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 31, n. 114, jul. 2006.

[390] Na realidade, os teleoperadores da empresa “Quatro A” reivindicavam a volta do vale-refeição, então substituído por um lanche oferecido pela empresa. Essencialmente defensivo, o movimento durou apenas um dia e, após a intermediação do Ministério Público do Trabalho, foi encerrado sem nenhuma conquista. Um padrão defensivo semelhante pode ser identificado na greve ocorrida em 14 de janeiro de 2003 na Teledutos, empresa com aproximadamente duzentos funcionários que, à época, prestava serviço para a Telefônica. Os teleoperadores reivindicavam o pagamento atrasado de salários e de horas extras e foram contemplados com acordo celebrado entre o Sintratel e a Teledutos por intermédio da justiça do trabalho.

[391] No momento da redação deste capítulo, o Sintetel ainda era o representante juridicamente legitimado.

[392] Teleoperador sindicalista de base, citado em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit., p. 86.

[393] “[Entre 1989 e 2008] o adicional de novos postos de trabalho provenientes dos pequenos negócios não agrícolas levou ao rebaixamento do rendimento médio dos ocupados, que caiu 17,5% em termos reais. Com isso, ocorreu o aumento da quantidade de pobres (1 milhão de pessoas) entre os ocupados nos pequenos negócios, embora a taxa de pobreza absoluta tenha diminuído de 30,3% para 17,4% no mesmo período de tempo.” Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, “Atualidade e perspectiva das ocupações nos pequenos empreendimentos no Brasil”, *Comunicado da Presidência*, Brasília, n. 39, 4 fev. 2010, p. 7.

[394] À sua maneira, Isabel Georges identifica tendência semelhante: “De acordo com uma das ideias que nos foram passadas ao longo desse estudo nos call centers, a população empregada seria jovem: tratar-se-ia tipicamente de estudantes que passariam neles um período de transição, beneficiando-se de horários reduzidos que lhes permitiriam financiar seus estudos e/ou ‘ganhar uns trocados’ – argumento que serve para justificar, do ponto de vista do empregador, o baixo nível dos salários. No caso do Brasil, mais particularmente na região metropolitana de São Paulo, meus dados, entretanto, mostram uma variedade de idades bem maior. Esse resultado, mesmo se o tamanho da amostra não permite validação estatística, parece descartar a hipótese de um trabalho complementar, notadamente no que diz respeito aos homens”. Isabel Georges, “Trajetórias profissionais e

saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil", em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit., p. 222. Sobre o crescimento do segmento dos serviços ligado à intermediação de força de trabalho (locação, agenciamento e seleção) e sua relação com a atual tendência à reformalização do mercado de trabalho no país, ver Nadya Araújo Guimarães, *À procura de trabalho: instituições do mercado e redes* (Belo Horizonte, Argumentum, 2009a).

[395] Ver Sirlei Marcia de Oliveira, "Os trabalhadores das Centrais de Teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração", em Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit.

[396] "O caráter cooperativo da atividade operacional nas CTAs ocupa um espaço proeminente na percepção do teleoperador a respeito de seu trabalho. E isso porque a cooperação se encontra fortemente vinculada às metas impostas externamente pelas empresas (contratante e contratada) a esses funcionários. Apesar de a natureza imanente desse trabalho ser individual, sem o esforço combinado de todos, as metas dificilmente são alcançadas. Isso significa um comprometimento do indivíduo com a equipe e uma forte cooperação traduzida em apoio mútuo e, se possível, inexistência de faltas. Para não haver comprometimento da meta quando um teleoperador eventualmente se ausenta, os demais procuram suprir a falta do colega por meio de um reforço no ritmo do trabalho." Ibidem, p. 80.

[397] Alvaro Bianchi observa, recorrendo a fartas citações dos *Quaderni*, que "revolução passiva" não significa hegemonia de uma classe em relação à totalidade social, mas sim de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas por meio do Estado. Para mais detalhes, ver Alvaro Bianchi, "Revolução passiva: o futuro do pretérito", *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 23, 2006, p. 34-57.

[398] Essa dimensão da "revolução passiva brasileira" tem sido negligenciada pelos analistas que se alinham politicamente com o governo e enfatizada unilateralmente pela oposição de direita. Ver, por exemplo, "Serra diz que país vive uma 'República sindicalista'", *Folha de S.Paulo*, 15 jul. 2010; e Paulo Renato Souza, "República sindicalista ou 'Cosa Nostra'?". Disponível em http://paulorenatosouza.blogspot.com. Acesso em 12 fev. 2011.

[399] Somos perfeitamente conscientes de que a atual tendência à "reformalização" do mercado de trabalho originou-se no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, mais precisamente após a desvalorização do real motivada pela crise financeira de 1997 do Sudeste asiático, estando em associação íntima, portanto, com as necessidades da política fiscal do Estado brasileiro. Em resumo, "reformaliza-se", basicamente, para arrecadar mais e continuar a pagar os juros da dívida pública. Contudo, independente do impulso original ou do papel desempenhado pela atual "reformalização" do mercado de trabalho, os efeitos benéficos relativos à proteção social dos trabalhadores não se alteram. Para mais detalhes, ver Paulo Eduardo Baltar e José Dari Krein, "O emprego formal nos anos recentes", *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, v. 3, 2006, p. 3-10.

[400] Ver, por exemplo, Marcos Coimbra, "Quatro razões para a vitória de Lula", *Cadernos Fórum Nacional*, n. 6, fev. 2007.

[401] "O crédito consignado fez parte de uma série de iniciativas oficiais que tinha por objetivo expandir o financiamento popular, que incluiu um aumento expressivo do empréstimo à agricultura familiar, do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda. Criado em 2004, o crédito consignado permitiu aos bancos descontar empréstimos em parcelas mensais retiradas diretamente da folha de pagamentos do assalariado ou do aposentado. A redução do risco decorrente do pagamento garantido acarretou uma queda em quase treze pontos percentuais da taxa de juros, e, em 2005, depois de crescer quase 80%, o crédito consignado colocava em circulação dezenas de bilhões de reais, usados, em geral, para o consumo popular." André Singer, "A segunda alma do Partido dos Trabalhadores", *Novos Estudos Cebrap*, n. 88, nov. 2010, p. 93.

[402] Jessé Souza, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010), p. 54.

[403] Entre os poucos registros etnográficos desse grupo de trabalhadores, vale destacar o livro de Coutinho que analisou as condições de vida e as representações de operários de origem rural empregados na indústria da construção civil na região do grande Rio de Janeiro. Para mais detalhes, ver Ronaldo do Livramento Coutinho, *Operário de construção civil*: *urbanização, migração e classe operária no Brasil* (Rio de Janeiro, Achiamé, 1980).

[404] Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit., p. 84.

[405] Jessé Souza, *Os batalhadores brasileiros*, cit., p. 54.

[406] Um flagrante dessa situação foi registrado por Barreto na campanha salarial dos bancários de São Paulo em 2007: "A porta principal de entrada do banco estava bloqueada pelos manifestantes. Havia faixas com pedidos de reivindicações e todos os funcionários que chegavam no banco caminhavam até este ponto. Por não conseguirem mais avançar, em seguida os trabalhadores dispersavam-se, destacando-se em grupos. [...] Cerca de três mil trabalhadores pararam neste dia, operadores e outros funcionários do banco aguardaram até o fim das manifestações, por volta das 10h. [...] Chegado o esperado dia para concretizar o possível acordo entre os bancos e o sindicato [dos bancários de São Paulo], algumas situações inusitadas ocorreram no *call center*. Neste dia, pela manhã, um diretor do banco (que nunca falou com os operadores) surgiu sorridente pelo corredor do *call center*, batendo as mãos no bolso, pedindo para que os operadores votassem na proposta em questão: 'Vamos gente! Vamos votar na aprovação do acordo. Vamos cantar a "musiquinha" que está lá fora [em alusão ao caminhão do sindicato estacionado em frente à rua que trazia no alto-falante uma música com o tema da campanha salarial]'. 'X valor até que é uma boa, hein! É dinheiro no bolso. Vocês não querem ganhar dinheiro?', concluiu o diretor. Denis e Bianca (nomes fictícios), que estavam próximos ao diretor do banco, ficaram perplexos com o que estavam presenciando. 'O que é isto?' – disse Bianca. 'Só pode ser brincadeira' – disse Denis. 'Isto pra mim é uma humilhação' – disse Bianca. 'Ele não tem o direito de passar aqui e nos aliciar para votar na proposta salarial. Pode ser que este acordo seja bom pra ele, que ganha bem no banco, mas não pra mim', diz Bianca." Citado em Júnior Barreto, *Linha de frente*, cit., p. 94-5.

[407] Ver Michael Burawoy, *The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition* (Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 2009). No tocante ao trabalho de pré-teste, definição amostral e sistematização de dados colhidos por meio do questionário diretivo, contei com a inestimável ajuda de Natália Padovani e Gabriel Casoni. Por sua vez, Mariana Riscali ajudou-me com a pesquisa na base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em relação às entrevistas em profundidade, beneficiei-me de um formidável grupo de orientandos formado por David Flores, Fábio Pimentel e Vitor Vaneti. Além disso, o capítulo usou entrevistas empreendidas por outro orientando, Maurício Rombaldi, em sua dissertação sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo (Sintetel).

[408] Para mais detalhes, ver Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários*, cit.

[409] Ver Ruy Braga, David Flores, Fábio Pimentel e Vitor Vaneti, "Social movement unionism", cit.

[410] No dia 19 de janeiro de 1972, alguns meses antes de suicidar-se, o jornalista Torquato Neto registrou esses versos em sua coluna no diário carioca *Última Hora*. Naquele mesmo ano, uma versão modificada do poema seria gravada como a sétima faixa do disco de estreia de Jards Macalé.

[411] Georg W. F. Hegel, *Ciencia de la lógica* (Buenos Aires, Solar-Hachette, 1968, v. I), p. 92.

[412] Ver Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (São Paulo. Boitempo, 2003).

[413] V. I. Lenin, *Cadernos sobre a dialética de Hegel* (Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2011), p. 105.

[414] Ver Francisco de Oliveira, *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita* (Petrópolis, Vozes, 1999), especialmente as partes I e II.

[415] Conforme argumentado no terceiro capítulo, basicamente, o segredo encontra-se na dependência desenvolvida pela burocracia sindical em relação ao aparato de Estado.

[416] Em nosso estudo de caso da indústria paulistana do *call center* destacamos a degradação do trabalho por meio dos baixos salários e da elevada rotatividade do emprego como medida da desagregação social assegurada pela financeirização do trabalho. Ao mesmo tempo, como exposto no quarto capítulo, argumentamos que o crescimento do telemarketing no Brasil está associado por diferentes razões ao fortalecimento do consentimento de classe à regulação lulista. Aqui, é necessário dizer que tendo em vista o baixo impacto dos direitos sociais brasileiros somado à resiliência do regime despótico de acumulação no país, simplesmente não podemos reduzir a formalização do emprego à proteção social. Assim, apesar de ser regulado por meio de contrato, sustentamos que a maior parte do trabalho na indústria do *call center* permanece precária em termos qualitativos.

[417] Em suma, a grande conquista dos governos Lula da Silva foi terem logrado fabricar o consentimento dos subalternos ao grande salto econômico monopolista financiado pela poupança dos trabalhadores. Assim como o "termidor francês" atravessou diferentes fases até entronizar Napoleão Bonaparte como imperador ou o "termidor soviético" apenas completou-se com o massacre da velha guarda bolchevique nos famigerados processos de Moscou, também o "termidor neoliberal" precisou esperar o ano de 2002 para consumar-se no país.

[418] Ver Francisco de Oliveira, "O avesso do avesso", em Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.), *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (São Paulo, Boitempo, 2010).

[419] Ibidem, p. 375.

[420] Não nos esqueçamos que: "*A crença na onipotência da tecnologia é a forma específica da ideologia burguesa no capitalismo tardio*. Essa ideologia proclama a capacidade que tem a ordem social vigente de eliminar gradualmente todas as possibilidades de crise, encontrar uma solução 'técnica' para todas as contradições, integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas. O 'pioneiro industrial vigorosamente individualista' é substituído pela 'equipe de especialistas', e os 'gigantes financeiros' pelas diretorias anônimas (em simbiose com burocratas, e às vezes até com líderes sindicais)". Ernest Mandel, *O capitalismo tardio* (São Paulo, Abril, 1982), p. 351. No entanto, a promessa de "integrar" os trabalhadores brasileiros à sociedade do consumo de massas contida na suposta formação da "nova classe média" deparou-se com duas barreiras "tecnicamente" intransponíveis: por um lado, o atual modelo de desenvolvimento mostrou-se incapaz de criar ocupações que paguem mais do que 1,5 salário mínimo, por outro, ele não conseguiu sustentar o consumo popular sem aprofundar o endividamento das famílias.

[421] Para mais detalhes, ver Alvaro Bianchi, "Neoliberalismo e resistência operária no governo FHC", em Osvaldo Coggiola (org.), *A crise brasileira e o governo FHC* (São Paulo, Xamã, 1997). Basta compararmos os períodos de 1985 a 1989 (93.209.195 jornadas não trabalhadas) e de 1995 a 1998 (15.235.883 jornadas não trabalhadas) para percebermos como as políticas neoliberais enfraqueceram a atividade sindical grevista no país. Por outro lado, se compararmos a era FHC (29.647.423 jornadas não trabalhadas) com a era Lula da Silva (31.002.267 jornadas não trabalhadas), perceberemos uma ligeira recuperação da atividade grevista, mas, ainda assim, muito distante da média do período que vai de 1978 até 2007 (44.338.486 jornadas não trabalhadas, com pico entre 1985 e 1989). Para mais detalhes, ver Eduardo Noronha, "Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007", *Lua Nova*, n. 76, 2009. Ver, também, Eduardo Noronha, "A explosão das greves na década de 80", em Armando Boito (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80* (São Paulo, Paz e Terra, 1991).

[422] Assim, a sociologia profissional esmerou-se na utilização das técnicas investigativas e no diálogo com uma bibliografia internacional atualizada. Além de sua crítica ao sindicalismo de Estado no país, a sociologia aplicada inovou ao destacar a importância da organização sindical no chão de fábrica para a modernização das relações de trabalho no país, além de reconhecer o protagonismo sindical dos trabalhadores migrantes. A sociologia pública percebeu, na nova conjuntura inaugurada pela resistência operária à ditadura militar, a origem de um novo sindicalismo capaz de renovar a cena política nacional. A sociologia crítica analisou o aumento da inquietação operária como parte constitutiva da condição operária periférica. Sem menosprezar as diferenças existentes entre esses estilos sociológicos, não podemos deixar de destacar sua interdependência antagonista. Cada uma dessas sociologias acrescentou uma peça ao quebra-cabeça da formação da prática política do precariado no país. Por sua vez, a transição para a regulação autoritária levou às fábricas uma sociologia marxista crítica marcadamente etnográfica que não apenas flagrou a origem da hegemonia lulista como também analisou seus traços rudimentares: por um

lado, esses estudos permitiram vislumbrar aqueles processos internos que conduziram os “peões do ABCD” ao ciclo grevista de 1978-1980, por outro, revelaram os limites burocráticos do poder do novo sindicalismo. E a sociologia marxista crítica foi pioneira em apontá-los no exato momento em que a rebelião das bases operárias eclodia, pegando de surpresa até mesmo os sindicalistas de São Bernardo.

[423] Aos nossos olhos, essa “lateralização” do teleoperador atualiza, para os anos 2000, a tese de Cardoso segundo a qual a crescente universalização da educação formal frustrou as expectativas dos jovens trabalhadores de que a escolarização garantiria a mobilidade social ascendente. Apoiado sobre farta base de dados, ele argumentou que, entre 1940 e 2000, o mercado de trabalho brasileiro permaneceu estruturalmente precário, reproduzindo condições sociais de existência largamente inseguras. É evidente que os progressos da escolarização potencializaram as oportunidades de mobilidade positiva para os mais escolarizados, mas somente à custa de deixar a maioria dos jovens de fora desse processo. Para mais detalhes, ver Adalberto Moreira Cardoso, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010) em especial o primeiro capítulo da segunda parte do livro. Naturalmente, também não ignoramos que, em certas ocasiões, os teleoperadores ascendem profissionalmente dentro da indústria do *call center*, tornando-se supervisores ou sendo recrutados pelas próprias empresas contratantes por meio das equipes de qualidade que atuam junto às operações. No entanto, essas oportunidades são bastante raras. Em maio de 2004, uma gerente de recursos humanos da “Empresa B” nos informou que o programa de treinamento para funções administrativas da empresa havia selecionado uma candidata entre cerca de 3.500 inscritos. A mesma gerente informou ainda que a empresa prefere recrutar seus quadros no mercado de trabalho externo, normalmente profissionais egressos de universidades prestigiadas ou com experiência no setor financeiro ou de telecomunicações.

[424] Muito embora a condição proletária no país tenha sido bastante modificada pela transição do fordismo periférico ao pós-fordismo financeirizado, certos traços da estrutura social brasileira permaneceram inalterados: a reprodução das desigualdades entre gêneros e a instrumentalização das diferenças raciais em benefício das empresas são apenas dois dos mais salientes entre eles.

[425] Perry Anderson, “Lula’s Brazil”, *London Review of Books*, v. 33, n. 7, 31 mar. 2011.

[426] Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, v. 1), p. 106-7.

[427] John Humphrey, *Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira* (Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1982).

[428] Ministério da Previdência Social (MPS), *Anuário Estatístico de Acidentes doTrabalho*. Brasília, 2003-10.

[429] Fernando Henrique Cardoso, “O papel da oposição”, *Interesse Nacional*, n. 13, abr. 2011.

[430] Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, v. 1), p. 106-7.

[431] Stieg Larsson, Trilogia *Millennium* (*Os homens que não amavam as mulheres*, *A menina que brincava com fogo* e *A rainha do castelo de ar*) (São Paulo, Companhia das Letras, 2011).

[432] Anna-Lena Lodenius e Stieg Larsson, *Extremhögern* (Estocolmo, Tidens förlag, 1991).

[433] Barry Forshaw, *The Man Who Left Too Soon: The Biography of Stieg Larsson* (Londres, John Blake, 2010).

[434] Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo, Boitempo, 2011).

[435] Robert Cabanes, Isabel Georges, Cibele S. Rizek e Vera da Silva Telles (orgs.), *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* (São Paulo, Boitempo, 2010.)

[436] Karl Marx, *O capital: crítica da economia política* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989).

[437] Daniel Bensaïd, *Éloge de la politique profane* (Paris, Albin Michel, 2008).